

PRINCÍPIOS

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
MAIO ■ JUNHO ■ JULHO/95 Nº 37 R\$ 7,50

**PARA ONDE
FHC QUER
LEVAR O
BRASIL?**

TEXTOS DE
Marcos Gomes
Alon Feuerwerker
Aldo Arantes
César Benjamin

PRINCÍPIOS

Revista Teórica, Política
e de Informação

Diretor e
Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino
Edvar Luiz Bonotto

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luis Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Guiomar Prates
Luciana de Souza Bento
Luiz Marcos Gomes
Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Luiz Bonotto

Edição de Texto
Vania Zeballos

Digitação:
Sandro Valeriano de Oliveira
Maria Lucília Ruy

Administração e Distribuição
Divo Guisoni

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 605-8150

Í N D I C E

CAMINHO FALACIOSO Comissão Editorial	3
O BRASIL CAI NA (DO) REAL Alon Feuerwerker	5
GOVERNO FHC: SEM RECUO, SEM COMPOSTURA E SEM VOLTA Luiz Marcos Gomes	8
DIAGNÓSTICO DA CRISE BRASILEIRA César Benjamin	12
REFORMA POLÍTICA PARA AMPLIAR OU RESTRINGIR A DEMOCRACIA? Aldo Arantes	18
DOCUMENTOS <i>As reformas econômicas de FHC</i>	27
OS SENTIDOS DO NEOLIBERALISMO Luis Fernandes	33
GÊNERO, TRABALHO E POBREZA: PARA ALÉM DOS DIREITOS IGUAIS Clara Araújo	37
GÊNERO, TRABALHO E SINDICATO União Brasileira de Mulheres e Corrente Sindical Classista	43
A FLOR PROMETIDA Subcomandante Marcos	49
A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL AINDA NÃO FOI ESCRITA Clóvis Moura	51
A ILHA DAS ILUSÕES Luiz Carlos Antero	59
GUERRILHA DO ARAGUAIA: UMA HISTÓRIA QUE NÃO ACABOU Romualdo Pessoa Campos Filho	65
MOVIMENTO SINDICAL E ANARCO-SINDICALISMO Edgard Carone	71
RESENHAS	78

Capa: quadro de João Câmara Filho, Friendly Persuasion, 1970.
Contra-capas de Flávio Nigro sobre foto de fotógrafo do exército soviético.

Caminho falacioso

Esta edição tenta perscrutar os rumos, os caminhos, que o atual ocupante do palácio do Planalto quer impor ao país, com o beneplácito de um Congresso Nacional em início de mandato e, portanto, sem compromisso eleitoral imediato.

O jornalista e economista Luis Marcos Gomes analisa os rumos deste governo que já não pode recuar e que, sem compostura, repete no trato de trabalhadores grevistas a truculência que o fim da ditadura militar parecia ter deixado no pó da história. O jornalista Alon Feuerwerker mostra, por sua vez, que, passada a anestesia eleitoral, o povo brasileiro volta a ser atormentado pelos mesmos males que o Plano Real (como os demais planos milagrosos dos últimos anos) prometeu eliminar. O deputado Aldo Arantes desmonta os falsos argumentos que apresentam como moderna e avançada uma reforma eleitoral anacrônica, que pretende vestir a vida política do país em uma camisa de força institucional que só favorece a elite, e que as nações mais democráticas e avançadas do mundo abandonaram, a exemplo do Brasil, há muitos anos. Já Cesar Benjamin desnuda o conservadorismo e a falácia que estão em voga no pensamento econômico, e que tentam convencer o povo e os trabalhadores de que é indispensável atender exclusivamente aos interesses dos patrões, da burguesia e do imperialismo, e que esta situação irá resultar em benefício para o povo trabalhador de nosso país.

Na recente viagem aos Estados Unidos, Fernando Henrique Cardoso recebeu orientações explícitas para agilizar as reformas e fazer uma Lei de Patentes mais palatável para a política ianque.

A propalada prioridade do governo em relação à questão tributária foi substituída por um "pacote" de emendas econômicas, que ferem diretamente o capítulo da Constituição em que estão registradas as salvaguardas dos interesses nacionais. Sobre este tema, a revista publica os votos em separado dos deputados Haroldo Lima e Sérgio Miranda.

Em relação à questão social, é quase possível adivinhar os conselhos que Fernando Henrique Cardoso teria ouvido na

Inglaterra, país pioneiro na aplicação do projeto neoliberal, cujo governo conservador só conseguia adotá-lo de forma ampla depois de derrotar de modo iníquo a greve dos mineiros em 1982. O governo inglês, primeiro da famigerada Margareth Thatcher e, depois, de John Major, pode ser visto por Fernando Henrique e pelo grupo de intelectuais e técnicos que o serve, sem dúvida, como um mestre a ser seguido nessas questões e também na privatização selvagem e lesiva aos interesses nacionais.

Pois é este o neoliberalismo em ação! E este é o seu governo. Luis Fernandes, cientista político, analisa o sentido e os impasses do neoliberalismo, e mostra que o triunfalismo dominante esconde problemas e contradições graves. A socióloga Clara Araújo explicita o quadro político-institucional onde conquistas que demoraram décadas para serem alcançadas são, uma a uma, demolidas. As mulheres brasileiras querem discutir, na Conferência de Pequim, marcada para setembro deste ano, o tipo de desenvolvimento que interessa às mulheres de todo o mundo. Do México, publicamos carta do Subcomandante Marcos, líder dos Zapatistas. Neste ano, o fim da Guerrilha do Araguaia faz 20 anos. Foi o principal movimento armado contra a ditadura militar e, ao mesmo tempo, contra a miséria que oprime as populações pobres do campo no Brasil. O historiador goiano Romualdo Pessoa Campos Filho lembra esta saga.

Olhar o Brasil e reconhecer nele a marca da mão de milhões de trabalhadores (escravos, no passado, e camponeses e operários, no último século) que construíram sua história – esta é a tarefa que Clóvis Moura se propôs há algumas décadas, e que desde então orienta sua atividade teórica e prática. O resultado desse olhar é uma obra que ajuda a compreender a história da longa resistência de nosso povo à opressão de classe e à opressão colonial, no passado, e imperialista, no presente.

Comissão editorial



UMA CAMPANHA DE PRINCÍPIOS

Nesses tempos bicudos, em que renegar princípios virou moda, a revista PRINCÍPIOS lança uma campanha nacional, que visa ampliar sua circulação, melhorar sua qualidade e cumprir importante papel no debate das grandes questões teóricas e políticas do momento.

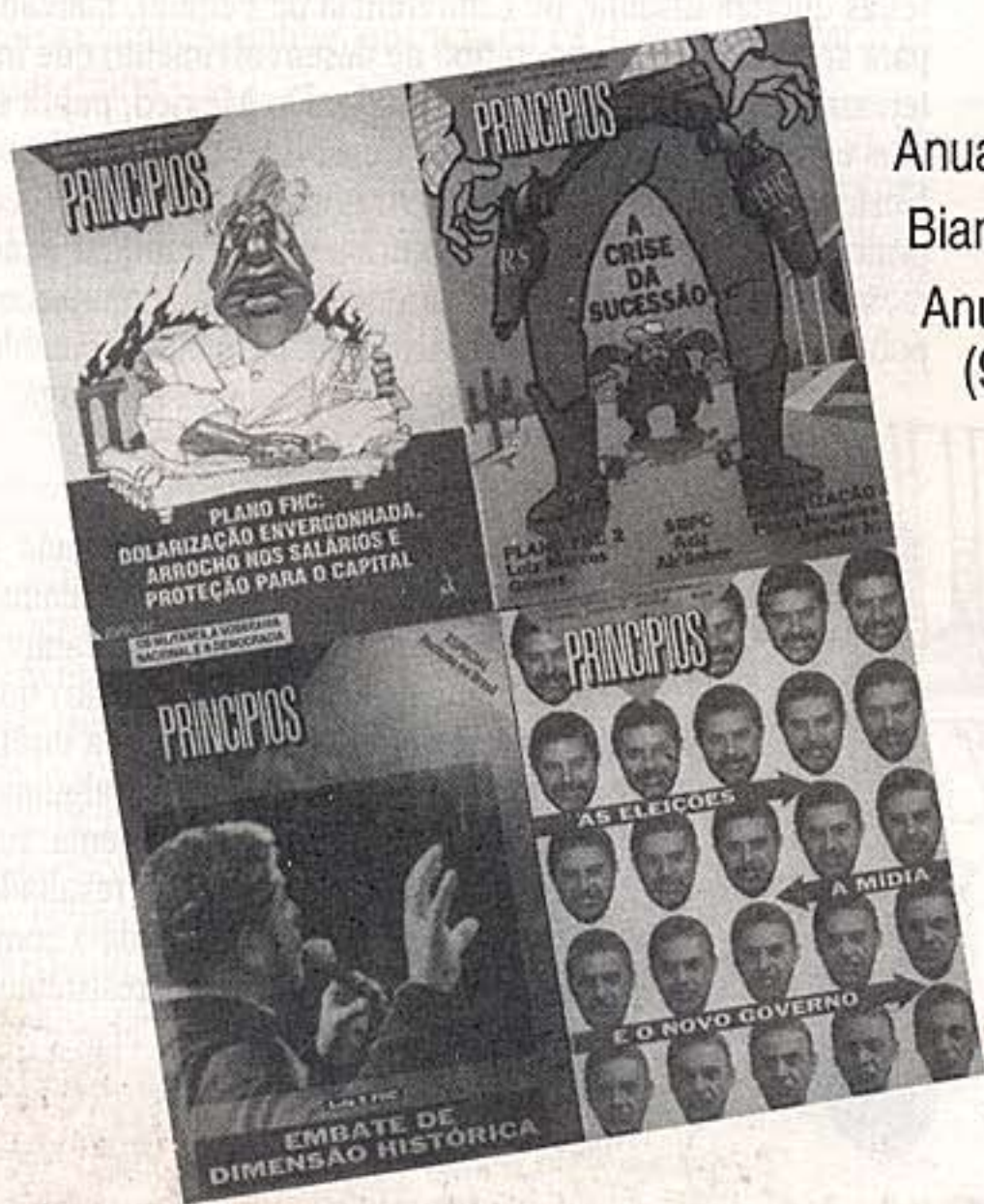
Nos últimos seis anos PRINCÍPIOS desenvolveu intensa e fundamentada crítica ao neoliberalismo. Denunciou a nova ordem mundial.

Revelou as mazelas da crise brasileira, opondo-se decididamente ao projeto neoliberal de Collor e Fernando Henrique, por ser lesivo aos interesses nacionais e populares.

Desenvolveu profundo debate contra a revisão constitucional e as entreguistas privatizações de empresas fundamentais ao país, como a Petrobrás e Telebrás.

Sustentou a bandeira do socialismo como solução para a crescente exclusão inerente ao sistema capitalista. Contribuiu para o exame crítico das primeiras experiências socialistas e analisou reflexivamente importantes realizações no campo das ciências, das artes e da cultura em geral.

Você, leitor amigo, que é uma pessoa que não abriu mão de seus princípios, fortaleça essas idéias. Assine a revista PRINCÍPIOS e recomende aos amigos.



Preços das assinaturas:

Anual comum (4 edições).....	R\$ 30,00
Bianual (8 edições).....	R\$ 55,00
Anual especial (9 edições: 5 passadas mais 4)	R\$ 45,00

Brinde:

Em qualquer assinatura, 1 livro.

Em 4 assinaturas, você ganha a 5ª de brinde

Em 2 assinaturas,
você ganha uma camiseta da PRINCÍPIOS.

Para assinar é fácil. Enviar cheque nominal com seus dados. Se preferir, telefone ou escreva dando o nº de seu cartão CREDICARD e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

O Brasil cai na (do) real

ALON FEUERWERKER

Após a anestesia eleitoral, os desajustes da economia voltam à tona. Em meio a desafios e pressões, o governo parece impotente para desatar os nós

O Plano Real caminha para virar peça de museu. Poucos meses de uso, e já começa a demolição dos fundamentos que levaram Fernando Henrique Cardoso à Presidência. O presidente e o círculo íntimo do poder se encarregam, a canetadas, da "operação-desmanche". A ficção de uma moeda estável lastreada no afluxo regular de capitais externos e compatível com a expansão do consumo dá lugar aos fatos: o governo corre atrás de medidas que freiem a evasão de divisas, tenta esfriar o mercado externo, promete austeridade e apela aos exportadores, enquanto promete um ajuste estrutural e insiste na venda de patrimônio público a preço de banana.

Nenhuma novidade, nenhum ineditismo em relação aos planos do passado e às advertências pré-eleitorais. Um tédio assistir a esse novo (?) exercício de realpolitik, ver o chefe do Executivo empurrar para debaixo do tapete todo o dito e repisado por ele na época em que ainda andava atrás de votos para chegar ao Planalto. O arrazoado dos porta-vozes, que bombardearam o país nos mostrando por que desta vez as coisas iriam "dar certo", vai para a lixeira, como palavrório inserível.

Ao menos isto...

Desequilíbrio estrutural e impasse estratégico

Passada a anestesia eleitoral-cambial, a economia volta a exhibir seus desajustes crônicos, seus desequilíbrios estruturais. Após o sonho, continuam exatamente do mesmo tamanho a dívida externa, a dívida interna, o salário mínimo, a anemia do estado quando confrontado com as demandas sociais. E o governo, surpreendentemente, parece impotente para desatar os nós.

Surpresa? Só para quem, num *wishful thinking* reacionário, enxergou o triunfo esmagador de Fernando Henrique Cardoso, como a outorga do mandato definitivo para impor ao país as medidas antipopulares já tentadas, sem sucesso, por governos anteriores. Ou para quem, num supremo delírio, imaginou o novo chefe do executivo como o reformador social que voltaria as costas à sua coligação conservadora e governaria "com o país".

Ilusões, cultivadas na natural euforia da eleição e no alarido dos áulicos, em meio à sofreguidão de uma mídia escandalosamente disponível.

A realidade vem derrubando fantasias. Nem chegou ao poder a social-democracia tupiniquim, nem a vitória eleitoral das classes dominantes gerou uma nova hegemonia estável, capaz de romper a seu modo o impasse estratégico em que a economia (ou a sociedade) brasileira se meteu desde a democratização de 1984-85.

Qual é a natureza do impasse? Uma "transição sem ruptura" que abriu as portas da política aos milhões de oprimidos do nosso capitalismo, sem no entanto lhes abrir as portas da prosperidade econômica. A outra face da mesma moeda: já temos as massas que exigem, e até impõem ao Estado políticas corretivas para os aleijões da sociedade mais injusta do planeta; não temos ainda um Estado capaz de cobrar da burguesia a conta destas providências, parte delas inscritas na Constituição.

Mas, então, pergunta-se o príncipe, o que fazer?

A receita dos novos teólogos

Do ângulo das classes dominantes, a esfinge já foi decifrada pelos novos teólogos do liberalismo. Rasgue-se a Constituição, eliminem-se os direitos sociais e trabalhistas, entregue-se o país ao capital financeiro, de preferência estrangeiro. Com isto, garantem, a mão mágica do mercado nos fará felizes a todos. E, para evitar surpresas, opere-se uma reforma política que reduza a possibilidade de imprevistos nas eleições, que circunscreva, restrinja, limite o alcance do voto plebiscitário, majoritário, portanto popular.

Claro, a coisa não é vendida assim, descarada. Ela vem numa embalagem mais atraente, mais cínica.

Privilégios. Nesta sociedade marcada pelos privilégios de uma elite culturalmente escravocrata, rotulam-se "privilegiados" os grupos de trabalhadores que, na luta, alcançaram conquistas e ergueram a cabeça um degrau acima de seus irmãos de classe. Migalhas conseguidas com sangue transformam-se em "privilégios" que é preciso abolir, para conferir a racionalidade ao sistema econômico e fazer "justiça" aos que vegetam na pré-cidadania.

Privatizações. A mesma elite que vem limpando os cofres públicos e quebrando as pernas do Estado, os capitalistas cevados ao longo de décadas com o dinheiro do povo, todos se lançam sobre o patrimônio do país para saqueá-lo. O pretexto é “reduzir o endividamento” estatal. Em primeiro lugar, não consta que as privatizações tenham até hoje resultado em efetiva diminuição da nossa dívida pública, fartamente nutrida por juros estratosféricos. Em segundo, pergunte-se a qualquer empresário o que faria com um executivo seu cuja única proposta para abater dívidas fosse liquidar o patrimônio da empresa...

Globalização. Num mundo marcado pela ofensiva do capital financeiro, sustentada na ação dos Estados nacionais dos países imperialistas, a burguesia brasileira tenta vender a mentira da “globalização”. É uma realidade virtual em que projetos nacionais (dos países periféricos) vão para o arquivo, em que o passaporte ao paraíso depende de renunciar à independência, à moeda, às Forças Armadas, a uma pesquisa científica própria, a uma economia auto-sustentável, ainda que não autárquica. Ou seja, a velha lengalenga das oligarquias, repetida há séculos sempre que forças nacionais se erguem para tirar nosso país da subalternidade em relação às grandes potências. Foi assim com Floriano e com Vargas, para citar apenas dois dos momentos mais agudos de confirmação em nossa história.

As “reformas políticas” aparecem nesse receituário como um ingrediente indispensável para dar estabilidade ao quadro econômico desenhado na moldura neoliberal. Agitam-se a racionalidade, a modernidade, a eficácia. Mas o objetivo central é reduzir o efeito direto do voto popular e “enxugar” os elementos de instabilidade decorrentes desse fator. Trata-se de transformar o sistema político num mecanismo eficaz de filtro. Nele, o povo entraria com o voto, deixando o exercício real do poder para as elites.

Uma observação. Mesmo com a derrota do golpe parlamentarista no plebiscito de abril de 1993, permanece a insistência em aprovar alguns de seus corolários, como o voto distrital e a cláusula de barreira. A respeito desta última, como explicam nossos politicólogos que as maiores dificuldades de Fernando Henrique Cardoso no Congresso sejam causadas pelos grandes partidos, os mesmos que “sustentam” o governo?

Mas, dizíamos, o governo Fernando Henrique não está conseguindo reunir forças para aplicar o receituário. Ou então outro qualquer. No poder, o presidente paga o preço por ter construído uma vitória eleitoral sobre pés de barro. Sua candidatura galvanizou o desejo maciço de que a inflação permanecesse baixa e só. São patéticas as teses de que “o eleitorado referendou nas urnas um plano de reformas”. Mentira. O Plano Real contribuiu para semear a ilusão de que a estabilidade pode ser alcançada sem sacrificar os interesses de nenhum grupo social. Propagandeou a fantasia de que o Brasil pode ser um caso inédito em que se liquida a hiperinflação preservando altas taxas de emprego, a expansão do consumo e os superlucros do capital financeiro, local e estrangeiro, tudo ao mesmo tempo.

Quem espalhou esta bobagem estava em seu papel. Afinal, tratava-se de ganhar uma eleição a qualquer custo.



Tratava-se de apagar um incêndio cujas labaredas já lambiam os calcanhares da elite brasileira.

Grave mesmo é o caso de quem acreditou...

A “esquerda possível”, o “apelo à razão” e a virada estratégica

Neste quadro de impasse, crescem as pressões para que a oposição adote uma “atitude positiva” diante das propostas do governo e das tentativas de ajuste neoliberal. Pressões que se alimentam de certo traço constitutivo da cultura política brasileira: o governo de plantão e suas propostas são apresentados como a síntese dos interesses nacionais naquele momento. Em consequência, fazer oposição dura e radical configuraria um crime de lesa-pátria.

Tais pressões também se nutrem da conjuntura ideológica desfavorável e de uma forçada “consensualização”. As derrotas do socialismo são esgrimidas como a prova final de que só nos resta seguir obedientemente a cartilha dos senhores do capital, de que qualquer resistência representa tão-somente um atavismo dinossáurico. Nem Keynes escapa desse exorcismo compulsório.

Mas quem quer ser exorcizado? Quem deseja se transformar numa “esquerda viável”? Os antecedentes históricos recomendam cautela em relação à política desse tipo. As correntes que optaram por caminhos assim ou desapareceram ou acabaram instrumentalizadas pelo conservadorismo, reduzindo-se a caricaturas de si mesmas. De tão “viáveis”, transformaram-se em algo inviável, ao menos como instrumento para atingir suas metas originais.

Bem ou mal, os eleitores e os setores populares organizados têm voltado as costas a tais propostas, até por instinto: o simples bom-senso sugere desconfiar de quem pede aos de baixo uma "civildade" que não se encontra nos de cima. Os "apelos à razão" têm caído no vazio. Ao menos por enquanto.

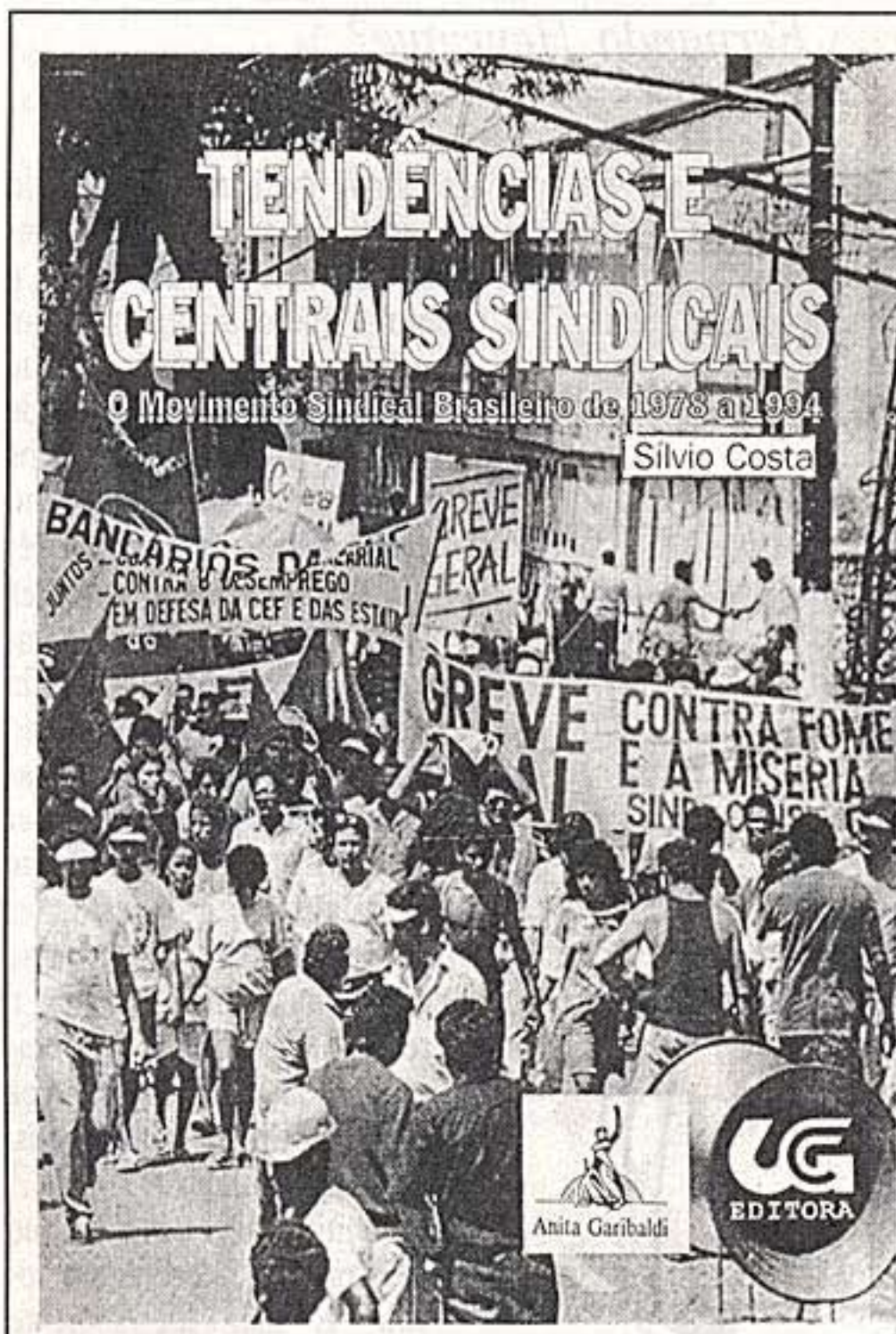
Mas quais poderiam ser os ângulos para a abordagem da conjuntura política pelas forças populares, levadas a um período de resistência, após a derrota eleitoral de outubro de 1994? Como evitar a tentação adésista sem cair num isolacionismo estéril, que acabaria por favorecer a ofensiva da direita?

A discussão está em aberto, mas o que se vislumbra envolve a confluência e articulação de duas vertentes políticas: transformar o debate abstrato da "crise do Estado" em um movimento pela justiça fiscal, por uma reforma que aumente a carga tributária sobre os mais ricos e transfira a eles o ônus de sanear as finanças públicas; unir a este movimento o conjunto das forças nacionais dispostas a resistir à "pinochetização" da economia. Ou seja, das forças

decididas a lutar para que a abertura da economia e a integração do país ao mercado mundial se dêem sob o comando e a hegemonia dos interesses nacionais, preservando-se a base produtiva instalada no país e garantindo a democratização e expansão do mercado interno.

Um caminho desse tipo teria a vantagem adicional de evitar que a esquerda e as correntes populares caiam vítimas do catastrofismo, ou das apostas sobre uma hipotética deterioração do quadro econômico. É preciso evitar a qualquer custo a repetição dos erros fatais cometidos ao longo da campanha eleitoral do ano passado. Como diz o ditado, errar é humano, mas repetir o erro é burrice. As forças progressistas não podem se deixar acuar por quem deseja apresentá-las à nação como "torcedoras" da inflação, como um aglomerado "sem propostas, defensor de monopólios e privilégios".

ALON FEUERWERKER é jornalista.



TENDÊNCIAS E CENTRAIS SINDICAIS

O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994

Sílvio Costa

Minuciosa e detalhada abordagem sobre a história recente do sindicalismo brasileiro. Greve dos anos 70, organizações das tendências e centrais sindicais, impasses e perspectivas atuais do movimento sindical. Obra de interesse não só dos estudiosos da temática mas, fundamentalmente, uma leitura obrigatória a todos os que atuam no movimento sindical e aos que procuram aprofundar seus conhecimentos sobre a história recente do Brasil, em especial ao processo relacionado ao mundo do trabalho.

Pedidos para Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP

Governo FHC: sem recuo, sem compostura e sem volta

LUIZ MARCOS GOMES

O Brasil, temerariamente, segue a mesma trilha do México. Quanto mais faz concessões, mais lhe é exigido. Neste caminho sem volta, até onde irá o governo Fernando Henrique?

Como está se conduzindo o governo Fernando Henrique Cardoso depois que a crise do México detonou os planos econômicos de "ajuste" das economias periféricas concebidos pelo governo dos Estados Unidos, FMI e Banco Mundial, como o Plano Real? Seria de se supor que, do ponto de vista puramente lógico e racional, constatada a falência dos pressupostos em que o plano se baseava, o governo revisse seus rumos e apresentasse uma nova estratégia em conformidade com as lições da crise mexicana e a sinalização da situação internacional. As tão propagadas "condições propícias" que, supostamente, dariam sustentação ao Plano Real, não existem mais nem mesmo na aparência dos fatos: as taxas de juros vigentes no mercado financeiro mundial continuam subindo, os fluxos de capitais para os chamados "mercados emergentes" foram estancados e as reservas internacionais do país sofreram um acelerado processo de sangria.

Com o esgotamento do atual modelo de ajuste, do

qual o México era o paradigma, qual a proposta do governo FHC? Antes era manter o real ancorado no dólar com uma taxa de câmbio fixa; era basear a luta contra a inflação na "abertura" e entupir o mercado interno com

produtos importados, que aumentariam a oferta de bens e jogariam os preços para baixo; e, como ponto essencial, era financiar o déficit em transações correntes com o exterior e o pagamento das prestações da dívida com o esperado ingresso maciço de capitais especulativos externos. Para se ter uma idéia dos sonhos que embalavam o governo antes da crise mexicana, falava-se com entusiasmo, segundo a revista *Veja*, "numa cachoeira de US\$ 30 bilhões, talvez US\$ 50 bilhões estrangeiros, prestes a inundar o Brasil".¹

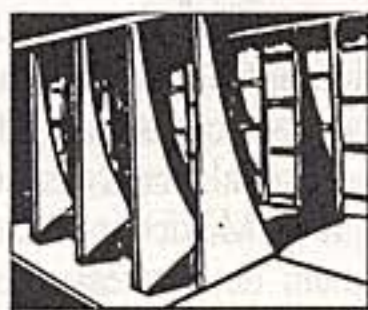
Muito mais cedo do que se esperava, a cachoeira secou. E não foi somente devido à crise do México. De março de 1994 a março de 1995, o banco central dos Estados Unidos (Federal Reserve Board) elevou a taxa básica de juros dos *federal*





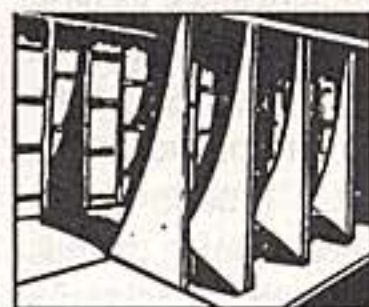
funds de 3,49% para 6,1% ao ano, segurando com isso os capitais que saíam do mercado norte-americano em busca dos denominados mercados emergentes (no mesmo período, a *prime rate*, taxa de juros básica dos grandes bancos norte-americanos para clientes preferenciais, pulou de 6,25% para 9% ao ano). Antes, os capitais especulativos, entre aplicar em renda fixa a taxas de 3% ao ano nos Estados Unidos, preferiam os títulos do México, Argentina e Brasil, que remuneravam mais de 15% ao ano. Mas a situação hoje é outra. Como explicou um banqueiro ao jornal *Gazeta Mercantil*: "O quadro externo mudou. A crise mexicana elevou o risco da América Latina e retraiu o investimento estrangeiro. A alta do juro nos Estados Unidos aumentou mais o desinteresse dos aplicadores pelos países emergentes".²

Após a crise mexicana o capital financeiro se afasta da AL e impõe novas e pesadas exigências para retornar



As novas previsões sobre o volume de ingresso de capitais externos na América Latina, neste ano, mostram até que ponto a situação se reverteu. De acordo com o Instituto de Finanças Internacionais (IFI), organização internacional que reúne bancos e instituições financeiras, o ingresso líquido de capitais privados na América Latina totalizará apenas US\$ 1,3 bilhão neste ano, em comparação com mais de US\$ 60 bilhões em 1994 e mais de US\$ 75 bilhões em 1993. O IFI recomendou ao FMI que realizasse um maior controle das "economias emergentes" e também sugeriu que os países em desenvolvimento fornecessem dados mais atualizados sobre dívidas no exterior, fluxos monetários e déficits orçamentários.³ Ou seja, o recado do capital financeiro é claro: depois da crise do México, ele se afasta da América Latina e impõe novas e pesadas exigências para retornar à região.

Neste novo quadro, o Brasil foi pego completamente desprevenido, como demonstram os fatos ocorridos nos três primeiros meses do ano, com acúmulo de déficits na balança comercial (da ordem de US\$ 2,4 bilhões no período janeiro/março) e perda acelerada de reservas internacionais. Estas perdas teriam superado os US\$ 6 bilhões, pois especula-se que o país teria começado o ano com US\$ 36 bilhões, que, ao final de março, já estariam reduzidas para algo entre US\$ 29 bilhões e US\$ 30 bilhões.⁴ Isso, no entanto, parece ser apenas uma parte do problema. A grande pergunta é esta: nesta conjuntura internacional adversa pós-crise mexicana, como o Brasil vai financiar o rombo esperado em suas relações econômico-financeiras com o exterior? O déficit previsto na balança de serviços é de cerca de US\$ 15 bilhões, que poderá ser financiado em parte por um superávit de US\$ 5 bilhões na balança comercial. Mesmo assim, ainda seria registrado um saldo negativo de US\$ 10 bilhões nas transações correntes com o exterior. Mas isso não é tudo. As amortizações da dívida externa, durante 1995, chegam a cerca de US\$ 11 bilhões. Assim, o país precisa cobrir um déficit bruto de US\$ 21 bilhões em suas relações com o exterior! Tomando-se como referência um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 425 bilhões, que é a cifra utilizada pelo Banco Mundial, este déficit representaria quase 5% do PIB brasileiro. Triste ironia para o governo chefiado pela mesma pessoa que há um ano, como ministro da Fazenda, fechou, nos Estados Unidos, o acordo da dívida externa com o comitê dos bancos credores e declarou, solenemente, que o problema da dívida estava resolvido.



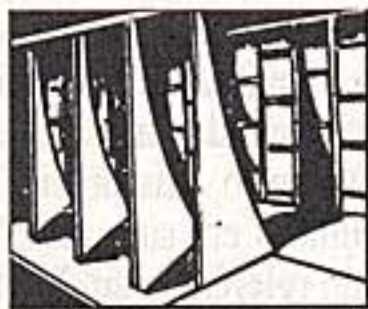
FHC: forçar o ajuste da economia à nova ordem mundial e fazer o Congresso aprovar reformas constitucionais

Na realidade, em meio a esse quadro, o governo tinha duas opções: recuar em seu projeto ou persistir no mesmo caminho, fazendo novas e arriscadas apostas. E, em que pese toda a sinalização dos fatos, o governo FHC optou por aprofundar seu caminho de forçar o ajuste da economia brasileira à conformação da chamada nova ordem mundial, agora numa conjuntura muito pior que a de 1994, quando o Plano Real teve início. O governo fez recuos tímidos, como a revisão das alíquotas para certos produtos importados (como automóveis e eletrodomésticos) e a substituição do câmbio fixo pela chamada banda cambial estreita, com o dólar variando entre R\$ 0,88 a R\$ 0,93. Por outro lado, no terreno interno, FHC partiu para a ofensiva política decidido a fazer o Congresso aprovar seu pacote de reformas constitucionais, que representam a essência das modificações que o capital financeiro internacional (hegemônico pelos interesses norte-americanos, nunca é demais dizer) quer impor ao país e simbolizam, também, o que o Brasil ainda tem que o diferencia de países como o México e a Argentina, ou seja, um forte setor produtivo

estatal em áreas econômicas estratégicas, como petróleo, telecomunicações e energia elétrica, e um conjunto de direitos políticos e sociais, pelos quais o povo se bateu durante décadas e que finalmente se materializaram na Constituição de 1988.

Na frente externa, desesperado com a crise mexicana e com a fuga dos capitais externos, o governo FHC ingressou numa defensiva descontrolada, prometendo ao capital financeiro novas concessões, entre elas a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (a maior empresa produtora e exportadora de minério do mundo) e das empresas de energia elétrica.⁵ Pelo visto, o caminho do governo, contrariando a lógica, é um caminho sem retorno, e nem mesmo a humilhação sem precedentes recentemente sofrida pelo México está servindo de advertência para que o Brasil evite a mesma armadilha.

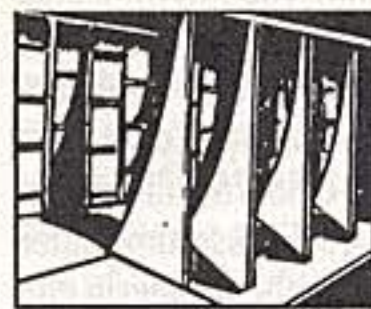
Nas negociações dos US\$ 40 bi para "salvar" o México as concessões não foram pequenas



Não se sabe exatamente, ainda, a profundidade das concessões feitas pelo governo mexicano às pressões dos Estados Unidos e do capital financeiro internacional no decorrer das negociações do pacote de mais de US\$ 40 bilhões articulado pelo presidente norte-americano Bill Clinton para "salvar" o México (isto é, salvar os interesses do capital financeiro de origem norte-americana e as bases do NAFTA, articuladas pelo mesmo Clinton, um ano antes). Mas quem acompanhou o noticiário sobre estas negociações sabe que as concessões não foram pequenas. Em primeiro lugar, o governo do presidente Ernesto Zedillo teve de se comprometer com um plano econômico de "austeridade" fiscal e monetária, que prevê novas privatizações (nos setores de ferrovias, telecomunicações, eletricidade, entre outros), congelamento de salários, corte nos gastos públicos e recessão. Segundo a revista *Business Week*, mesmo que o governo consiga estabilizar a situação, "os economistas dizem que o México tem pela frente meses de recessão, demissões e sofrimento".⁶ A já precária soberania mexicana ficou ainda mais exposta, pois o país teve de empenhar a receita proveniente de suas exportações de petróleo ao governo norte-americano, dadas como aval ao pacote financeiro articulado pelos Estados Unidos e FMI e que, até a liquidação do empréstimo, serão controladas pelo banco central norte-americano. As agências internacionais informaram que o governo norte-americano chegou a exigir do México o rompimento de suas relações com Cuba, o controle da imigração para os Estados Unidos, a privatização da empresa estatal de petróleo Pemex e a realização de reformas políticas.⁷ E pouco tempo depois de iniciada, em janeiro passado, a grande ofensiva militar ordenada pelo presidente Ernesto Zedillo contra a guerrilha zapatista no Estado de Chiapas, apareceu um documento do Chase Manhattan Bank, grupo financeiro norte-ameri-



cano com grandes interesses no México, no qual se preconizava, em nome da "comunidade de investimentos", a necessidade de o governo mexicano "eliminar" os zapatistas "para demonstrar seu efetivo controle do território nacional".⁸ O conteúdo do documento reforçou a suspeita de muitos analistas de que o governo mexicano havia decidido a ofensiva militar em Chiapas para mostrar serviço ao capital financeiro. O que se pode dizer, diante disso, é que o México não está atravessando, como muitos afirmam, um processo de "integração" com a economia capitalista globalizada, mas vive um efetivo processo de "desintegração" nacional (econômica, política, cultural) nos mercados globalizados liderados pelos Estados Unidos, perdendo cada vez mais sua própria identidade.

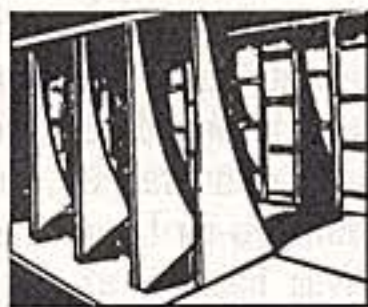


A postura do governo e da mídia revelam servilismo e subserviência ao capital internacional

O Brasil, temerariamente, segue a mesma trilha do México e, quanto mais faz concessões, mais lhe é exigido. A viagem de FHC aos Estados Unidos, em abril passado, mostra como o governo vai perdendo até mesmo a compostura diante dos grandes banqueiros e financistas que

estão com o destino do país nas mãos. Primeiro se viu toda a imprensa reconhecer, como se fosse fato normal, que o presidente Fernando Henrique e a diplomacia brasileira lamentavam que a viagem se iniciasse sem que se pudesse levar a Washington três grandes trunfos: a aprovação pelo Congresso da nova Lei de Patentes (que beneficia imediatamente a indústria química e farmacêutica dominada pelas multinacionais norte-americanas); a assinatura do acordo do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), um projeto de US\$ 1,4 bilhão a ser implantado pela empresa norte-americana Raytheon; e alguma reforma constitucional já aprovada pelo Congresso, como demonstração de que estas reformas são mesmo para valer. Esta postura do governo e da mídia revelavam um indisfarçável tom de servilismo e de subserviência, traindo a necessidade de o Brasil "mostrar serviço" ao governo norte-americano e ao capital financeiro. Durante a viagem, ministros e altas autoridades brasileiras discutiram, sem nenhum pudor, delicados problemas políticos do país perante platéias formadas por banqueiros e administradores de fundos de investimento, tarefa em que se esmerou, particularmente, o ministro da Justiça, Nelson Jobim.⁹ O ministro da Fazenda, Pedro Malan, também pediu à denominada "comunidade financeira" norte-americana "mais tempo" para que o governo consiga aprovar as "reformas estruturais" que pretende fazer, e o secretário para Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, distribuiu a banqueiros e investidores um livreto explicativo da concessão de serviços públicos no país, editado pela Presidência da República e que ainda não estava disponível no Brasil.¹⁰ Tudo num esforço desesperado para convencer os grandes grupos norte-americanos da viabilidade do "ajuste" no Brasil e de que o compromisso do atual governo com este modelo é para valer.

O país que quiser atrair capitais que siga as regras do jogo, cada vez mais duras e inflexíveis



Muito mais do que as análises otimistas feitas sobre os supostos resultados positivos desta visita, valeram as observações do economista e professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Rudiger Dornbusch, considerado um dos especialistas em planos econômicos de ajuste adotados por países da América Latina e do Leste europeu. Dornbusch disse que a viagem de FHC aos Estados Unidos não traria nada de concreto se o governo brasileiro não adotasse "reformas urgentes" para segurar o Plano Real, cobrando sobretudo um processo de privatização "selvagem" das estatais – para ele a "prioridade número um" –, combinado com as reformas fiscal, tributária, dos bancos estatais e a reengenharia do Estado.¹¹ O economista não teve meias palavras e sua franqueza refletiu a expectativa do setor financeiro internacional em relação ao Brasil, após as acontecimentos da crise mexicana: o país

que quiser atrair capitais que siga as regras do jogo, cada vez mais duras e inflexíveis. Novas e novas concessões são necessárias, num processo sem limites. Neste caminho sem volta, até onde irá o governo FHC? Aqui, como no México, somente uma dura e tenaz resistência popular será capaz de deter este processo.

LUIZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião* e *Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia, de 1987 a 1989.

Notas

- (1) "O fim do sonho dos importados", *Veja*, 5-4-95.
- (2) "Os latinos perdem com alta de juros", *Gazeta Mercantil*, 2-2-95.
- (3) Matéria de Robert Chote, do *Financial Times*, transcrita pela *Gazeta Mercantil*, de 24-4-95, com o título "Drástica queda no fluxo de capitais para a América Latina".
- (4) "Reservas internacionais podem cair a US\$ 16 bi", *Folha de S. Paulo*, 26-3-95.
- (5) Para a *Business Week*, a Companhia Vale do Rio Doce é "o prêmio mais rico" do programa de privatização do governo FHC. Ela cita palavras de Andres V. Gil, especialista em direito latino-americano do escritório de advocacia novaiorquino Polk & Wardwell, para quem "a CVRD é a jóia". Ver a matéria da *Business Week* transcrita pela *Gazeta Mercantil*, de 23-1-94, com o título "Brasil prepara o salto".
- (6) Matéria da *Business Week* transcrita pela *Gazeta Mercantil*, de 2-2-95, com o título "Mexicanos sem champanhe".
- (7) "EUA podem pedir que México rompa com Cuba", *Folha de S. Paulo*, 20-1-95.
- (8) O documento, um informe do Chase denominado "Chase Manhattan's Emerging Markets Group Memo", tem data de 13-1-95 e é assinado por Riordan Roett. Ele diz, textualmente: "The government will need to eliminate the Zapatistas to demonstrate their effective control of the national territory and of security policy". Foi divulgado pela rede eletrônica Alternex, do Ibase, na conferência "ax.amlatina", em 15-2-95.
- (9) Em seminário realizado em Nova York, promovido pela *Gazeta Mercantil*, banqueiros e financistas, de acordo com o jornal, "foram bombardeados por uma abrangente, profusa e complexa massa de informações sobre o Brasil, levada por altos representantes do próprio governo". O ministro Nelson Jobim, "para uma platéia atenta, e até certo ponto perplexa", mergulhou "nas minúcias da aprovação de uma emenda constitucional". Ver a matéria de Fernando Dantas, "Jobim explica a lentidão", *Gazeta Mercantil*, 11-4-95.
- (10) "Livreto sobre concessões", *Gazeta Mercantil*, 11-4-95.
- (11) "Real depende de reforma já, diz Dornbusch", *Folha de S. Paulo*, 24-4-95.

Diagnóstico da crise brasileira

CÉSAR BENJAMIM

*O pensamento liberal tem produzido uma sucessão de políticas econômicas incapazes de dar conta da verdadeira crise nacional. Propor outra matriz é o grande desafio**

O primeiro aspecto que hoje chama a atenção é a inépcia política do governo Fernando Henrique Cardoso nesses seus primeiros três meses de vida. Ela tem raízes, antes de mais nada, na própria gênese desse governo, formado a partir de uma frente anti-Lula, que congregou interesses diversos, muitas vezes conflitantes entre si e de difícil administração. Esse ajuntamento ainda não encontrou seu *modus operandi*, na forma de um acerto mais ou menos estável em termos de divisão de cargos, competências, benesses e responsabilidades. Novas dificuldades haverá, mas não creio que devamos valorizar demais esse aspecto. A médio prazo, por pragmatismo, eles se acertarão, provavelmente com maior participação efetiva do PFL, onde estão os melhores profissionais do poder.

Mas as dificuldades políticas do governo não se resumem a isso. Há outro fator, em que nós também esbarriamos se Lula tivesse sido eleito: o altíssimo grau de desagregação, já estrutural, do Estado brasileiro. Nos últimos anos, esse Estado foi muito enfraquecido, perdeu competência, perdeu capacidade de agir. Vive imerso numa semiparalisia, sem pessoal, sem informação confiável, sem memória, sem capacidade de planejar e implementar políticas, gerenciando até a exaustão conflitos institucionais, que se multiplicam. Sem revolucionar as formas de administrar, sem refundar instituições, sem despertar novas energias, sem criar outra mentalidade, sem rever um pacto federativo degradado, qualquer um teria dificuldades para fazer essa máquina se mover em qualquer direção.

Esse é o primeiro aspecto relevante da conjuntura atual: a dificuldade de o novo governo – seja por sua com-

posição política, seja pela situação da máquina pública – atingir uma velocidade de cruzeiro que lhe permita governar, impondo perdas aqui, garantindo ganhos ali, em nome de um projeto maior. Essa dificuldade vem sendo agravada pelo segundo aspecto que considero central da situação atual, que são os descaminhos do Plano Real. A grande frente conservadora tinha, digamos assim, uma face negativa, anti-Lula, mas tinha também uma outra face, positiva, que era a aplicação de um plano de estabilização bem-sucedido nos seus primeiros meses. O que marca a situação atual – estamos no início de abril de 1995 – são as dificuldades, que não podem mais ser escondidas, e que colocam em xeque a própria viabilidade do Plano Real.

Não quero discutir se o plano é bom ou não, mas apenas sua coerência interna, nos termos propostos por seus formuladores. Até aqui, essa coerência existiu. Houve uma primeira fase, quando Fernando Henrique ainda era ministro da Economia, e que foi marcada por três iniciativas básicas: a) um ajuste fiscal provisório através do Fundo Social de Emergência; b) uma política de acumulação rápida de reservas externas, que aliás contribuiu fortemente para a aceleração da inflação (pois, de alguma maneira, essa acumulação precisa ser financiada pelo Estado); c) finalmente, a proposta de um mecanismo de realinhamento de preços, a URV, que induziu uma certa coordenação nos reajustes então praticados. Paradoxalmente, essa coordenação foi facilitada pela própria aceleração da inflação, que encurta os prazos em que os reajustes são feitos e torna menores as defasagens relativas em cada momento. A combinação desses três aspectos caracterizou a primeira fase do Plano Real e preparou as condições para a segunda fase, detonada com a reforma monetária do início de julho de 1994.

Depois que os preços, em geral, se referenciaram num único indexador, acompanhando o movimento deste, a inflação foi derrubada de um golpe pela transformação do

* Este texto é resultado de uma intervenção oral no seminário "O PT e os Movimentos Populares", realizado em São Paulo no dia 7 de abril passado. O mesmo conteúdo foi exposto em outro seminário no final de março em Brasília, convocado pela bancada federal do Partido Comunista do Brasil.



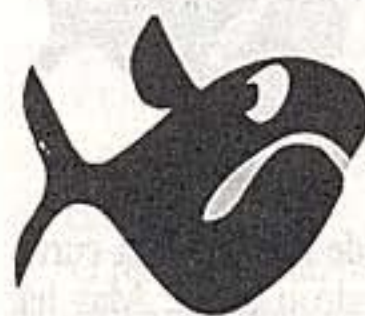
próprio indexador em moeda. Afinal, dentro de um mesmo elevador, todos estão parados, uns em relação aos outros. Mas, passado o efeito do truque, como fazer para que a inflação não recomeçasse a crescer novamente? Para isso, usaram-se um alto grau de controle sobre a liberação de recursos do Estado (papel do Fundo Social de Emergência) e as reservas externas, acumuladas em níveis inéditos. Estas permitiram adotar a chamada âncora cambial e sustentaram o aprofundamento do processo de abertura comercial da economia brasileira.

Qual é a idéia da âncora cambial? O câmbio é um preço muito importante, pois é um preço formador de outros preços. Há outros preços assim, que estão na base do processo de formação e transmissão de preços para toda a economia. Se você consegue segurar um desses preços fundamentais, ou alguns deles, ele passa a funcionar como uma âncora, quase no sentido literal da palavra: segura a oscilação do navio, impedindo-o de derivar, fixando-o num determinado ponto. Por outro lado, a abertura comercial, que expõe a economia brasileira à concorrência internacional, dificultaria o processo de reajustes internos.

Como se vê, houve coerência entre as fases um e dois do Plano, seja na transformação da URV em real, rebaixando fortemente o patamar da inflação, seja no manejo casuístico do gasto público, propiciado pelo Fundo Social de Emergência, seja no uso das reservas acumuladas, para impedir que o vetor de crescimento da inflação se recompusesse com rapidez. Isso explica a trégua, não por acaso em um momento de eleições. Pode-se dizer que o controle da inflação foi a única viável relevante levada em conta pela política econômica nesse período, de modo que todas as demais variáveis – como, por exemplo, a taxa de câmbio – tiveram que se adaptar a ela. É uma opção que funciona, mas acumula tensões. Uma delas: a queda no saldo comercial com o exterior, por causa da brusca redução das

tarifas e da valorização real frente ao dólar, que encarece as exportações e barateia as importações. Para que o balanço de pagamentos do Brasil com o exterior não estourasse, essa queda no saldo comercial precisaria ser coberta pela entrada maciça de capitais externos, como esperava o governo. O superávit na conta de capital compensaria o déficit na balança comercial, mantendo sem dificuldade que tudo isso resultaria num aumento de nossa vulnerabilidade externa, não se pode negar que era um projeto.

Os próprios formuladores desse projeto advertiam que sua solidez dependeria da passagem para uma nova e terceira fase, que seria marcada por um ajuste fiscal duradouro – e não mais aquele ajuste provisório feito em 1994 – e pela consolidação de um novo padrão de financiamento para a economia brasileira, com compressão dos gastos do Estado e fatura de capitais estrangeiros. Isso consolidaria o Plano e abriria um novo período de funcionamento da economia brasileira, sem abrir brecha para uma nova escalada da inflação.



O BC parou de divulgar o nível das reservas, estimado em US\$ 30 bi. O país perdeu 25% em poucos meses

Acho que hoje se pode dizer que o Plano Real foi bem-sucedido na sua primeira fase, transitou bem para segunda, manteve sucesso nessa segunda fase – mas capotou e está deixando de existir como um plano coerentemente articulado por não conseguir realizar, em tempo hábil, a transição para a terceira fase. As tensões não podem se acumular para sempre. E são várias. Vejamos uma. A deterioração das contas externas brasileiras foi muito mais

rápida do que todos prevíamos, abrindo uma situação de crise cambial latente, que se torna, a partir de agora, a preocupação central da política econômica. O Banco Central parou de divulgar o nível das reservas, que deve andar pelos US\$ 28 bilhões ou US\$ 30 bilhões. Isso significa que perdemos 25% das nossas reservas em poucos meses. Pelo menos 30% do que resta é capital especulativo, que pode ir embora, e de fato está indo, escaudado com a quebra do México e atraído pela alta dos juros nos Estados Unidos. Há um grande déficit previsto na conta de serviços, da ordem de US\$ 15 bilhões a US\$ 17 bilhões. Formou-se, portanto, um horizonte de crise cambial, que nos ameaça ainda este ano. Coisa séria. A âncora cambial está ferida de morte, e a abertura já teve que retroceder. Além disso, o governo não deu nenhum passo para o propalado ajuste fiscal duradouro. Não há transição em curso para a nova fase do Plano Real.

O que o governo sinaliza? Confusão. Vejamos as declarações mais recentes das mais altas autoridades. Fernando Henrique Cardoso diz que o produto interno brasileiro crescerá 8% este ano; Pedro Malan diz que a banda cambial ficará com o máximo de 0,93 durante longo tempo; Pêrsio Arida diz que as taxas de juros vão cair. São afirmações desconexas entre si. Se a economia crescer 8%, a taxa de câmbio não pode ficar em 0,93, sob pena de explodir de vez o balanço de pagamentos em questão de alguns meses. Se, por sua vez, o câmbio for reajustado – como o será –, os juros não podem cair, sob pena de produzirem uma debandada rapidíssima do capital especulativo. O governo não parece saber onde ir, e a coerência sistêmica de suas ações está comprometida. Nesse contexto, a imaginação conservadora pede asilo na receita em que se sente mais segura: desaquece a economia, provoca recessão, tenta arrochar os salários e eleva os juros. Isso é contraditório com o objetivo de obter equilíbrio fiscal, pois as dívidas interna e externa são o grande componente desestabilizador das finanças públicas. Recessão e juros altos produzem dificuldades fiscais crescentes, e eis de volta o velho cobertor curto, a gerência de curto prazo, que apenas apaga incêndios, se tanto.

A direita diz que a crise decorre de uma crise de financiamento e da perda da competitividade externa



Não quero passar uma impressão de derrocada a curto prazo, ninguém vai sair daqui chutando o poste. Mas há dificuldades crescentes na política econômica, com previsível perda de apoio popular ao governo e com a desconstrução do Plano Real como uma alternativa duradoura. Parece que voltaremos a um velho padrão: juros altos, recessão e arrocho, roteiro que já conhecemos. Para usar um termo dos matemáticos, este parece ser o atrator dos economistas conservadores. O mundo gira, a Lusitana roda, e eles acabam ali, exatamente onde estavam nos anos 80 e antes do Plano Real.

O arrocho salarial

Nani



Até aqui, como vimos, o controle da inflação era a variável fundamental, à qual todas as demais variáveis deveriam ajustar-se. A partir de agora, a variável fundamental passa a ser a gerência da crise que está se armando no balanço de pagamentos. A inflação passa a ser uma variável de ajuste, que gravita em torno de outra. Eis a mudança. Como o aspecto antiinflacionário era a grande marca e a razão de existir do Plano Real, pode-se dizer que ele começa a se desfazer. As bases do Plano, tal como ele foi pensado por seus autores, estão comprometidas. Com um agravante: como já ficou completamente claro nos últimos anos, juros altos, recessão e arrocho não necessariamente seguram a inflação no Brasil.

A inflação está retomando uma curva ascendente, que só não é mais nítida porque há preços importantes – como as tarifas públicas e os combustíveis – ainda congelados. Daqui a pouco eles vão ter que ser atualizados, e o câmbio também. Poderemos chegar, em poucos meses, a um patamar de inflação anualizada de 50% a 60%, e a experiência mostra como é difícil estabilizar uma inflação nesse nível. Ela se torna volátil, generaliza a reindexação, favorece projeções pessimistas, induz comportamentos defensivos por parte das empresas – e tudo isso resulta em mais inflação.

O governo Fernando Henrique corre o risco de vir a ser o governo de Itararé, da famosa batalha que não houve. Um governo que não houve. É claro que eles vão tentar evitar isso, e o meio mais eficaz talvez seja o de acelerar o processo de privatizações, para exhibir bem alto uma bandeira ideológica que lhes é cara, propiciar bons negócios aos seus aliados e conseguir um equilíbrio temporário de caixa, queimando ativos do Estado.

Muitos têm apontado erros de gerência do Plano. Tais erros, certamente, existiram – a sobrevalorização cambial foi maluca –, mas eu acho que existe também algo mais. O Plano Real pertence a uma família de planos, ou de formas de conduzir a política econômica no Brasil, que

decorre de uma matriz inadequada de compreender nossa crise. Além de problemas de gerência, ele tem problemas mais fundos, de concepção. Que problemas são esses?

A interpretação hegemônica da crise brasileira, proposta pela direita, se baseia em dois grandes fundamentos. O primeiro é o de que nossa economia vive uma crise de financiamento. Não conseguimos financiar a retomada do nosso crescimento, e isso, por sua vez, se dá por dois motivos. O primeiro é o déficit público. Um Estado deficitário suga recursos da sociedade – justamente aqueles recursos que ela usaria para investir – e os utiliza, em larga medida, de modo improdutivo, pagando salários do funcionalismo, ou gastando em ações sem retorno econômico. Assim, o déficit público provoca e prolonga a crise de financiamento, com o Estado sendo responsável por uma má alocação dos recursos da sociedade. Isso é tão mais grave quando se considera que o setor privado brasileiro é essencialmente saudável, pois está potencialmente capitalizado e, portanto, capacitado a investir. O segundo aspecto dessa mesma crise de financiamento, ainda segundo o pensamento dominante, é a perda de nossa capacidade de atrair investimentos externos. Na nossa fase de crescimento, fomos durante décadas um país importador de capital, mas nos anos 80 perdemos essa capacidade de atração.

O outro fundamento da crise brasileira, segundo essa interpretação, é a perda da nossa competitividade internacional. Tendo mantido nossa economia fechada por muito tempo, protegemos demais nossas empresas da competição, e o resultado foi uma defasagem tecnológica em relação ao resto do mundo. Protegemos a ineficiência, pagamos com inflação.

Essa interpretação da crise impõe a agenda neoliberal que os sucessivos governos vêm adotando



Essa interpretação da crise brasileira é quase consensual no pensamento conservador, amplamente hegemônica na sociedade e aceita tacitamente por setores da esquerda. É a “música” que ouvimos quase todos os dias, tendo acostumado nossos ouvidos com ela. Os números que a sustentam são produzidos e divulgados aos montes. Como é óbvio, dela deriva uma agenda para o país, agenda que sucessivos governos vêm perseguindo nos últimos anos: atacar o déficit público, para que o Estado não exproprie mais recursos que a sociedade usaria para investir; conter os gastos com custeio e investimento e privatizar as empresas estatais, para cortar a emissão de moeda e diminuir o montante da dívida; adotar um bom comportamento diante do sistema financeiro internacional, para que nos candidatem a receber novos recursos do exterior; abrir a economia brasileira, para submetê-la a um choque de modernização tecnológica. E assim por diante. O Plano Real e seus complementos são uma versão renovada dessa velha agenda.

Creio que aí está, sinteticamente, a lógica do programa liberal, no que ela tem de melhor. Considerando que ele é amplamente dominante no cenário político e intelectual do Brasil, eu acho que nós temos duas perguntas fundamentais a nos fazer, com sobriedade, seriedade e coragem. A primeira: nós aceitamos ou não esse diagnóstico básico da crise brasileira? Se o aceitarmos, seremos inevitavelmente levados a operar na margem da agenda que dele decorre, tentando talvez evitar os exageros dos liberais mais malvados; grande parte das nossas dificuldades de formulação de políticas estará resolvida, pois estaremos trabalhando num terreno bem pavimentado pelo pensamento dominante. Petistas ilustres se movem assim, e gostariam que todo o partido o fizesse. É moderno, é chique, é fácil, é o próprio senso comum. Encontra segura guarida na imprensa.



Como toda construção lógica eficaz, o diagnóstico básico hoje dominante guarda alguma aderência ao real

Se, por outro lado, não aceitarmos aquele diagnóstico de fundo, então temos de explicar claramente por quê. E temos a obrigação de propor um outro, igualmente abrangente, retirando dele outra agenda política para a nação. Caso contrário, ficaremos resmungando pelos cantos, defendendo interesses corporativos e setoriais, sendo triturados na grande luta ideológica, incapazes de falar com grandeza à nação e disputar a hegemonia.

Penso que devemos rejeitar o diagnóstico básico hoje dominante, e não operar na sua margem. É claro que ele não é completamente mentiroso, inteiramente delirante. Como qualquer construção ideológica eficaz, guarda alguma aderência ao real. Mas traduz o interesse de poucos e é inadequado para dar conta da crise brasileira. Vou evitar uma argumentação mais sofisticada, que exigiria uma discussão sobre o sentido do desenvolvimento brasileiro, tal como se desenhou neste século, e a dinâmica específica desse desenvolvimento, amplamente ignorados por esse senso comum. Vou aceitar uma discussão nos próprios termos em que os liberais a colocam.

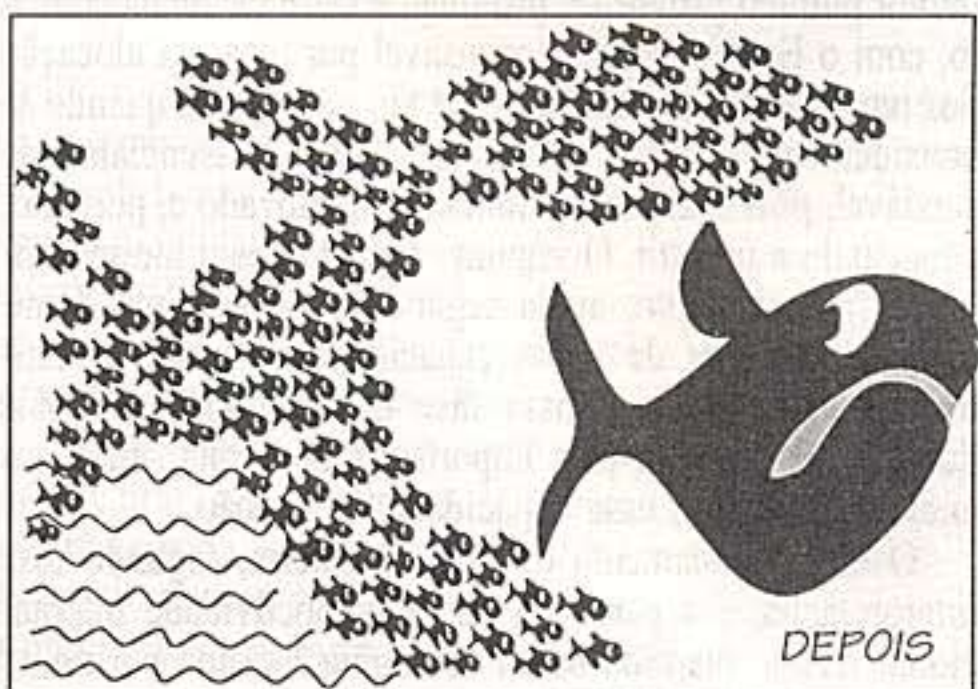
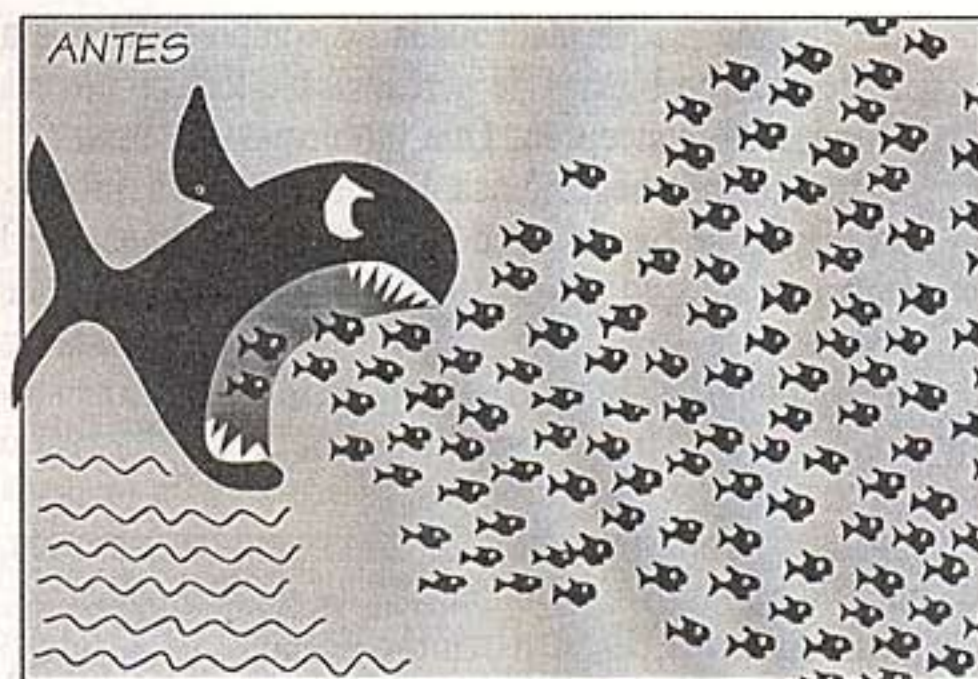
Primeiro: é um mito denunciar o Estado brasileiro como um tomador de recursos do setor privado. Na construção do Brasil moderno, nosso Estado se constituiu historicamente como um financiador desse setor, e continua a sê-lo, sendo que, agora, da pior forma possível. Excetuando-se momentos fugazes, não representativos da situação estrutural, o déficit público brasileiro é de natureza exclusivamente financeira. Não há déficit operacional significativo ou recorrente no Estado. Isso não quer dizer que tenhamos um bom Estado, até porque nós sabemos que este equilíbrio operacional se dá graças a uma péssima prestação de serviços essenciais (o Estado deveria, na verdade, gastar mais, obviamente gastando melhor). Mas não é de uma análise qualitativa que se trata aqui. Do

ponto de vista econômico mais imediato – leia-se, inflação – simplesmente não é verdade que o Estado brasileiro gaste mais em custeio e investimento do que arrecada em impostos, tendo assim que se financiar através de emissão de moeda ou de mecanismos extraordinários que oneram o setor privado. A própria carga fiscal efetiva é muito baixa no Brasil. E a dívida interna não é rolada, a custos crescentes, para financiar gastos do Estado, mas para perpetuar mecanismos de acumulação financeira sem os quais o setor privado brasileiro logo se veria em maus lençóis. O infernal endividamento do Estado brasileiro – que tem origem na estatização da dívida externa privada, no financiamento do esforço exportador e da acumulação de reservas, além da própria ciranda financeira – tem sido um mecanismo fundamental de sustentação da rentabilidade do capital privado, como o mostram os balanços de todas as empresas. Enquanto essa ciranda não for desmontada não haverá equilíbrio duradouro nas contas públicas. Não adianta arrochar ainda mais o funcionalismo, cortar a merenda escolar e tirar mais esparadrapo dos hospitais. Não adianta vender estatais. Uma variação de centésimos nas taxas de juros come, com sobras, qualquer economia feita aí, disso resultando um Estado sempre mais frágil. O nosso sistema financeiro se ajustou a essa situação, perpetuando-a e tornando-se completamente disfuncional do ponto de vista do financiamento da economia brasileira. Mas uma reforma do sistema financeiro, como se sabe, não integra a agenda liberal, que joga sobre o Estado todo o peso do ajuste, tornado-o assim impossível.

O mérito do nosso setor privado é ter realizado com êxito um ajuste defensivo e oportunista



Segundo: é um mito a idéia de que o setor privado brasileiro é essencialmente saudável e está preparado para liderar sozinho uma retomada sustentada do crescimento. As taxas de investimento têm sido sistematicamente baixas e/ou declinantes nos últimos quinze anos, a sonegação fiscal é enorme, os salários são baixos, o investimento em ciência e tecnologia é ridículo, não há planejamento de médio e longo prazos, a organização institucional e societária é atrasada, as redes de cooperação interfirmas são incipientes, as escalas de produção são pequenas, o controle oligopólico de mercados é a regra e os lucros financeiros e inflacionários são decisivos nesse precário equilíbrio. Todas essas características mostram como o nosso setor privado é atrasado. Seu mérito – se há mérito nisso – é ter realizado com êxito um ajuste defensivo e oportunista, que o preservou de uma derrocada do tipo argentino, mas que não o tornou nenhuma maravilha, raciocinando-se do ponto de vista do capitalismo contemporâneo. A discussão de uma retomada sustentada do desenvolvimento, mesmo em bases capitalistas, tem que apontar seriamente tais disfunções.



Terceiro: é um mito que o desenvolvimento brasileiro dependa da atração de capital estrangeiro. Creio mesmo que a equação é inversa: o capital estrangeiro não vai alavancar o nosso desenvolvimento, mas vai ser atraído quando esse desenvolvimento, com fortes bases endógenas, voltar a ocorrer, como aliás se deu no passado. Somos um grande país e uma grande economia. Grandes economias alavancam a si mesmas – ou elas fazem isso, ou ninguém o faz por elas –, e o capital estrangeiro desempenha um papel complementar. Mesmo durante a nossa industrialização, quando nossa economia era muito mais fraca, a formação de poupança sempre foi basicamente interna. Durante algum tempo, na fase substitutiva de importações, realizada sob fortíssimas restrições cambiais, o capital estrangeiro teve sua importância aumentada, não propriamente para formar poupança, mas para cobrir o hiato de divisas. Desde então, já éramos capazes de gerar poupança suficiente para financiar o nosso desenvolvimento, mas não conseguíamos gerar as divisas que a aceleração desse desenvolvimento exigia. Precisávamos importar mais do que nossas exportações, baseados em poucos produtos agrícolas, conseguiam financiar. Essa situação foi estruturalmente alterada. Desde que a economia brasileira não fique entregue aos idiotas de Harvard, hoje somos capazes de financiar nossas importações com facilidade. Não há mais hiato estrutural de divisas no Brasil. Isso nos permite re-discutir com mais folga o papel do capital estrangeiro, sem hipotecar nele nossas esperanças futuras.

Fala-se muito em atrair esse capital, mas nada se diz sobre os custos dessa atração, tal como tem sido praticada

pela elite brasileira. Nossa sociedade pagou um custo altíssimo para formar as reservas de US\$ 40 bilhões anunciadas até recentemente, com tanto orgulho, pelo governo. O custo de taxas de juros indecentes, que como vimos destroem o equilíbrio financeiro do Estado. Nos últimos anos, a emissão de moeda e de títulos da dívida pública – com o impacto inflacionário que têm – nada, rigorosamente nada, tem a ver com gastos efetivos do Estado. É totalmente explicada pela política de acumulação de reservas cambiais, com atração de capitais estrangeiros, numa espantosa correlação de quase 100%. Existe um alto custo associado a essa política suicida de atrair capitais vagabundos, simplesmente porque eles estão disponíveis lá fora. Basear neles nossas expectativas de desenvolvimento e de equilíbrio das contas externas é insano.

Quarto: é um mito afirmar-se que a economia brasileira é – ou foi, até recentemente – fechada, precisando de um choque desordenado de abertura. Do ponto de vista tecnológico, somos tão abertos a ponto de não gerar tecnologia própria, importando quase toda ela; do ponto de vista financeiro, somos tão abertos que acumulamos uma dívida externa de US\$ 147 bilhões; do ponto de vista produtivo, somos tão abertos que 35% da nossa indústria é formado por filiais de empresas estrangeiras, um índice possivelmente inigualado por qualquer outro grande país. Sob todos os pontos de vista, somos na verdade vulneráveis, de tão abertos e tão dependentes. Grande parte das decisões vitais da nossa economia – em tecnologia, investimento e estratégias de longo prazo – são tomadas no exterior, segundo lógicas sobre as quais nossa influência é próxima de zero.

Analisando-se a relação entre comércio exterior e PIB, o Brasil permaneceu mais aberto que os EUA!



Resta observar o ponto de vista comercial. Tivemos, até recentemente, tarifas altas para muitos produtos, frequentemente atendendo a lobbies industriais, sem contrapartida para a sociedade como um todo. Mas só a má-fé ou a desinformação permitem usar isso para denunciar uma economia fechada. O comércio exterior brasileiro converge nas últimas décadas para um patamar em torno de 10% do PIB. Nos Estados Unidos, pátria do liberalismo, essa percentagem não atinge 9%. Portanto, considerando-se a relação entre comércio exterior e PIB, o Brasil permaneceu, em termos reais, mais aberto que os Estados Unidos, mesmo no auge do nosso “fechamento”! Simplesmente porque tarifas não determinam sozinhas o nível real da abertura de economia nenhuma. Ao contrário do que se tem dito, nossas altas tarifas não resultaram de nenhum nacionalismo xenófobo. Foram usadas como instrumento de uma industrialização acelerada, realizada sob fortes estrangimentos cambiais. Essa industrialização, feita contra a opinião liberal, redesenhou no tempo o perfil da nossa abertura para o mundo, garantindo ganhos velozes para a produtividade do

trabalho no Brasil. É bobagem dizer que disso resultou uma economia fechada. Que é preciso repensar esse sistema, isso é óbvio, mas deve ser feito no contexto de políticas industriais ativas, com objetivos nacionais bem-definidos, e não sob o fogo de um besteirol ideológico fortemente desestruturante do nosso sistema produtivo.

Quinto: é um mito que a economia brasileira se caracteriza por uma defasagem tecnológica que a impede de crescer. Essa defasagem só assume tais proporções se pensarmos nosso destino como o de uma plataforma de exportação. Se basearmos nosso crescimento na disputa, por exemplo, dos mercados mais dinâmicos de eletroeletrônicos dos países desenvolvidos, então estamos defasados. Mas se pensarmos que a tarefa fundamental da nossa economia é eliminar a pobreza no menor prazo possível, enfrentando a questão social, então não há um impasse de natureza tecnológica que nos impeça de nos mover resolutamente nessa direção. É óbvio que a economia brasileira precisa se modernizar e deve fazê-lo. Mas isso não é pré-condição do crescimento. Ao contrário, deve ser feito no contexto de uma economia que cresce. Do ponto de vista sistêmico, a modernização tecnológica é tributária do investimento, e não o contrário. E a mais importante para nós é aquela que incide sobre a produtividade média do trabalho social, perfeitamente ao nosso alcance.

Deixem-me concluir. Partindo de uma análise de fundo inadequada, o pensamento liberal tem produzido uma sucessão de políticas econômicas incapazes de dar conta da verdadeira natureza da crise nacional, acabando sempre por retornar à velha gerência de curto prazo, com seus três aspectos recorrentes: recessão, arrocho de salários e juros altos. Além de perversa, desestruturante da nação, essa combinação tem sido incapaz de conter as sucessivas retomadas do processo inflacionário. A crise está sempre se recolocando, à espera de uma nova intervenção do governo, sempre de efeitos transitórios. Neste compasso, o país perde o rumo.

Creio que o Plano Real não configura uma alternativa estratégica de reorganização da economia brasileira. Abarará sendo mais um rearranjo conjuntural, que permitiu um controle temporário da inflação, à custa de aumentar ainda mais os níveis de vulnerabilidade internos e externos da nossa sociedade. O projeto desenvolvimentista gestado nos anos 30 e 40 apontou um horizonte de longo prazo, deflagrando um processo dinâmico que durou cinquenta anos. Ao contrário dele, o projeto neoliberal não tem potencial estruturante para o Brasil. Essa ausência de projeto de longo prazo nos deixa prisioneiros de um círculo vicioso. Ou a sociedade brasileira constitui um conjunto de forças políticas e sociais capazes de propor uma outra matriz de entendimento da crise, que dê suporte a uma outra agenda nacional, ou o Brasil continuará na sua trajetória recente, que pode inviabilizá-lo como nação, produzindo situações imprevisíveis. Eis aí o nosso grande desafio.

CÉSAR BENJAMIM é membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Reforma política para ampliar ou restringir a democracia?

ALDO ARANTES

As forças conservadoras pretendem adequar não só a economia mas toda a sociedade ao projeto neoliberal, e impor medidas para impedir a competição política e elitizar ainda mais o poder

Numa comissão especial da Câmara dos Deputados, está em discussão a reforma política do Estado brasileiro. Diferentemente das emendas constitucionais sobre a ordem econômica e a previdência encaminhadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, as reformas políticas têm sido propostas pelo Congresso, através de uma articulação das forças conservadoras, e contam como fator impulsor dessas mudanças a Presidência da República.

Esta reforma envolve um leque muito amplo de questões. Os seus inspiradores pretendem alterar quinze dispositivos do texto constitucional. Entre as propostas destacam-se o voto e o alistamento facultativos; reeleição de presidente, governador e prefeito; fidelidade partidária; requisitos para criação de partidos políticos; cláusula de barreira, ou seja, número mínimo de eleitores; duração dos mandatos; número de representantes nos órgãos legislativos; um sistema eleitoral que envolva a adoção do voto distrital misto; e a proibição de divulgação de pesquisas eleitorais. Além dessas emendas, a comissão discute a elaboração de um novo código eleitoral e a lei para as eleições de 96, na qual se pretende proibir as coligações proporcionais. É objeto de discussão, também, a formulação de uma nova Lei dos Partidos Políticos e da legislação complementar.

Inicialmente, dizia-se que a reforma política somente entraria na pauta após a aprovação das reformas econômicas. Agora a imprensa informa que os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, estiveram com o presidente Fernando Henrique Cardoso e que este ficou entusiasmado com o esboço das reformas e deu sinal verde para sua tramitação. Em decorrência disso, os presidentes das duas casas do Con-

gresso decidiram que a reforma política deve tramitar em conjunto com as demais reformas da Constituição.¹

A imprensa afirma que o presidente Fernando Henrique Cardoso pediu medidas de endurecimento das regras do jogo partidário. FHC quer reduzir para cinco o número de partidos políticos, acabar com as coligações nas eleições proporcionais e impor a volta da fidelidade partidária. Quando era senador, o presidente apresentou um projeto propondo a implantação do voto distrital misto. Fica claro o intuito do governo e dos seus aliados: fazer aprovar uma reforma política que reduza drasticamente o número de partidos e golpeie a democracia.

Com esse conjunto de reformas constitucionais, as forças conservadoras pretendem adequar a Constituição brasileira ao projeto neoliberal. Atilio A. Boron, escritor argentino, ao comentar as teses de Walter Friedman, teórico do neoliberalismo, afirma que esta corrente “provém do fato de que os seus preceitos fundamentais – império do mercado, desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social e contenção dos avanços democráticos – foram os princípios racionalizadores de conhecidas tentativas conservadoras, que, com maior ou menor grau de violência, foram ensaiadas nas mais diversas latitudes”.² Boron destaca os três aspectos fundamentais do neoliberalismo: afastamento do Estado da atividade econômica, com prevalência das leis de mercado; golpe nas conquistas sociais dos trabalhadores; e contenção dos avanços democráticos. Afirma, ainda:

“...a refundação de uma ordem econômica liberal – isto é, que deixe as mãos livres às frações mais dinâmicas e concentradas do capital – exige a constituição de uma ordem política crescentemente autoritária. (...) O suposto ‘antiestatismo’ dos modernos cruzados do liberalismo é, na realidade, um ataque frontal à de-



mocracia que as classes e camadas populares souberam construir, apesar da oposição e da sabotagem dos interesses capitalistas. O que na verdade lhes preocupa no moderno Estado capitalista não é o seu excessivo tamanho nem o déficit público mas a intolerável presença das massas saturando todos os seus interstícios”.

A política neoliberal golpeia a soberania nacional com seu processo de privatizações indiscriminadas e é contrária aos interesses dos trabalhadores, pois impõe um programa que leva ao arrocho salarial e à quebra de importantes conquistas sociais, além de exigir a adoção de alterações no sistema político que viabilizem a concretização desse modelo.

Norberto Bobbio, intelectual italiano, comenta que a “sobrecarga das demandas da qual derivaria uma das razões da ingovernabilidade das sociedades mais avançadas é uma das características do regime democrático, no qual as pessoas podem se reunir, se associar e se organizar para fazer ouvir a própria voz”.³ A Constituição brasileira expressa as demandas sociais do nosso povo contidas pela ditadura militar. Para golpeá-las, será também necessário atingir a democracia.

O professor Wanderley Guilherme dos Santos afirma que “revisões, reformas e legislação são sugeridas a título de dotar o nosso sistema político daqueles atributos de que seria manco: transparência, eticidade, representatividade e eficácia. Na realidade, porém, a derradeira estação deste atentado institucional seria, ou será, o retorno ao clube oligárquico da competição partidário-eleitoral minimalista”. Afirma o mesmo autor que tais reformas representam “o mais violento atentado institucional já ousado por civis no último meio século da vida brasileira”.⁴

A questão é muito clara. Sintonizado com o projeto neoliberal, o governo Fernando Henrique Cardoso procura implantá-lo no Brasil. Para isso adota as diretrizes do Consenso Washington, que implicam o combate à inflação através da âncora cambial e o ajuste econômico através de cortes nas áreas da saúde e da educação e nas verbas destinadas à construção de estradas, sem tocar na dívida pública interna e externa. O ajuste também implica privatizações indiscriminadas, que entregam empresas estratégicas a preço vil; a adoção de uma política de arrocho salarial e de concentração de renda; e golpes nas conquistas sociais,

como o que se pretende com a reforma da previdência. Evidentemente, não é possível adotar todas essas medidas sem fortes resistências. Projeto semelhante foi realizado no passado através de golpes militares. Agora procura-se fazer um “ajuste político” para assegurar a implantação da nova ordem econômica e social. Como não podem revelar a verdadeira natureza das emendas propostas, seus autores falam em modernidade da economia e do sistema político do país.

Os inspiradores das reformas políticas antidemocráticas argumentam que o país tem excessivo número de partidos políticos, com legendas de aluguel, que propiciam uma grande fragmentação partidária. Dizem que esta fragmentação conduz à ingovernabilidade do país, e argumentam que o atual sistema eleitoral proporcional estimula as disputas internas nos partidos, não consolida a estrutura partidária e eleva os custos de campanha, uma vez que a eleição é feita em uma área muito ampla.

Para solucionar tais problemas propõem uma série de medidas de caráter frontalmente antidemocráticas. Pretendem reduzir a competição política e elitizar ainda mais o poder. Para isso propõem, entre outras medidas: 1) redução do número de partidos; 2) adoção do voto distrital misto; 3) adoção da cláusula de barreira; 4) proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais; 5) fidelidade partidária; 6) voto facultativo.

Quadro 1 – O que quer o governo

1. Redução do número de partidos
2. Adoção do voto distrital misto
3. Adoção da cláusula de barreira
4. Proibição de coligações nas eleições proporcionais
5. Fidelidade partidária
6. Voto facultativo

Redução do número de partidos

Um dos alvos preferidos dos que defendem a redução da atividade política é a diminuição drástica do número de partidos políticos. Alegam que o país vive uma “anarquia partidária” que dificulta a governabilidade. Afirmam que a redução dos partidos visa, também, acabar com as “legendas de aluguel”. O que pretendem, no entanto, sob falsos pretextos, é amoldar o quadro partidário a uma política autoritária e elitista, monopolizada por três ou quatro grandes agremiações e algumas poucas agremiações que contracenam como “oposição de esquerda”.

Os defensores do golpe contra a democracia partem do falso pressuposto de que no Brasil há um grande número de partidos políticos, o que cria problemas para sua governabilidade. No entanto, países como Alemanha, França, Itália, Portugal, Espanha, assim como Argentina, Uruguai, México e Índia não só têm um grande número de partidos como uma razoável representação deles no parlamento. O que ocorre é que há uma grande concentração de parlamentares em alguns poucos partidos.

A Itália adotou uma variante do sistema distrital misto com a justificativa de que tal medida resolveria o problema da fragmentação partidária. Todavia, a prática desse modelo, nas condições concretas daquele país, agravou a fragmentação partidária e levou à eleição de grande representação fascista no país.

No Brasil o quadro não é diferente. Há 17 partidos representados no Congresso Nacional, sendo que 4 deles detêm 62% das cadeiras no Legislativo. O presidente Fernando Henrique possui seis partidos em sua base parlamentar: PSDB, PFL, PMDB, PL, PP e PTB. Tem apoio parcial em outras legendas menores; conta, portanto, com 68% dos votos do Congresso Nacional.

Quadro 2 – Composição do Congresso Nacional

Partido	Deputado	Senador
PMDB	105	22
PFL	90	21
PSDB	64	11
PPR	49	05
PT	49	05
PP	37	05
PDT	33	04
PTB	31	05
PSB	14	01
PL	12	01
PCdoB	10	00
PSD	05	00
PMN	05	00
PSC	03	00
PPS	02	01
S/ Partido	02	00
PRP	01	00
PV	01	00

Fonte: Secretaria Geral das Mesas da Câmara e do Senado

A ingovernabilidade deve-se mais à incapacidade das elites em ter um projeto político próprio do que à presença de variadas correntes políticas e partidárias no Congresso, uma vez que adotam modelos já fracassados em outros países. A experiência política também tem demonstrado que não há uma relação estanque entre ingovernabilidade e número de partidos. Quando ocorre diferença muito pequena na representação parlamentar de um quadro bipartidário, em vez de equilíbrio ocorre a quebra da estabilidade aparentemente estabelecida.

Não há consistência nem dados reais que possam identificar onde se situa a ingovernabilidade. Na verdade, o que se pretende é criar condições para o exercício de um poder autoritário que prescindir da negociação. Isto não é próprio da democracia.

O ponto de vista expresso pelo presidente da República, que gostaria de ver o número de partidos políticos reduzidos para cinco, expressa uma concepção oligárquica



de estrutura partidária. A existência de um número maior de partidos é uma regra nos países democráticos. Nos 12 países analisados no quadro "Representação parlamentar", o que tem um número menor de partidos é o México, com 11. A França tem 36; a Índia 34; a Alemanha 32; além de outros países com grande número de partidos. Mesmo se tomando por base a representação parlamentar dos 12 países analisados, somente 3 têm menos de 5 partidos com representação no Congresso, enquanto 9 países têm representação que vai de 6 até 27 partidos.

Querer afirmar que o número de partidos atualmente existentes no Brasil é fator de ingovernabilidade é o mesmo que dizer que temos excesso de democracia. Nada mais falso. Sabemos que o país carece de mais democracia, não só no terreno político mas também nos terrenos econômico e social. As dificuldades políticas que as elites enfrentam decorrem de sua insistência em adotar políticas contrárias aos interesses da maioria.

A tentativa de reduzir drasticamente o número de partidos é, na verdade, uma medida autoritária que procura enquadrar as grandes contradições existentes na sociedade em um quadro partidário que não corresponde à situação complexa do país. Por outro lado, esta idéia expressa as medidas adotadas pelas elites governantes para manter o controle rigoroso do poder.

Historicamente, tem havido uma queda na votação dos partidos conservadores. Segundo estudo da revista *Retratos do Brasil*, a votação dos partidos conservadores em 1945 era de 77% do total dos votos válidos. Em 1982 este número caiu para 38%. Nas eleições de 1962, o PSD e a UDN elegeram 54% dos deputados federais; em 1945 es-

ses dois partidos haviam conquistado mais de 80% dos votos. Este declínio dos partidos conservadores foi, sem dúvida, uma das causas do golpe militar em 64.

No período mais recente, o crescimento da representação progressista no Congresso Nacional e a possibilidade da vitória de Lula para a Presidência da República colocaram as elites brasileiras em pânico. Elas concluíram que se tornava urgente uma alteração no quadro partidário que lhes permitisse maior controle da situação e do poder político.

Na verdade, o problema político brasileiro não diz respeito ao excesso de partidos. O próprio processo democrático se encarrega de separar os partidos compromissados com a sociedade dos "partidos de aluguel", excluindo estes últimos do quadro político. O PRN, criado às vésperas da eleição de 89, que chegou a possuir 46 parlamentares em 91, elegeu apenas 1 em 94 e agora não possui mais representação no Congresso. O problema, portanto, não está no número de partidos e sim na debilidade dos partidos existentes.

Esta debilidade se relaciona com a própria fragilidade do sistema democrático brasileiro. O país viveu grandes períodos de regime autoritário permeados por algumas fases de liberdades políticas. Nos períodos autoritários, os partidos foram extintos e a liberdade de expressão e manifestação foram duramente cerceadas. Durante o regime militar, criaram-se dois partidos na vã tentativa de controlar o processo político brasileiro. O avanço da luta democrática foi progressivamente rompendo este quadro limitado. O regime militar, por sua vez, procurou adotar novas medidas para restringir o quadro partidário, propôs o voto distrital misto e a cláusula de barreira.

Redução do número de partidos fere o princípio do pluralismo político e partidário



Mesmo durante os períodos de liberdades políticas, o Executivo, com poderes altamente concentrados em suas mãos, interferiu seriamente na vida partidária através da política do "é dando que se recebe". A consolidação dos partidos passa pela consolidação da própria democracia no Brasil: maior equilíbrio entre os poderes da União, ampliação do grau de organização da sociedade civil e criação de condições para que a vontade da maioria da sociedade possa se expressar livremente.

As tentativas de redução do número de partidos ferem o princípio constitucional do pluralismo político e partidário. Esta é uma das pedras angulares do sistema democrático.

Pretende-se impor uma camisa de força ao sistema político partidário brasileiro. É necessário romper com a mentalidade colonialista de transplante de modelos. Antes se tomou como paradigma o modelo norte-americano. Agora o que está na ordem do dia é o modelo alemão, sem levar em conta as profundas diferenças econômicas, sociais e políticas entre os dois países.

O Brasil é um país continental, repleto de contradições, e o seu sistema partidário tem que espelhar essa realidade. Fora disso, cria-se um sistema político completamente distante da nossa realidade e que entrará em contradição com as aspirações da maioria do povo brasileiro.

Para atingir o objetivo de reduzir o número de partidos, os neoliberais propõem alterações no sistema eleitoral, já que este tem conseqüências importantes sobre o sistema partidário.

Entre os países que adotam o sistema distrital puro (ver quadro "Sistemas eleitorais"), apenas 2 partidos obtêm mais de 5% das cadeiras do Parlamento. Tal sistema reforça enormemente o bipartidarismo. Como se observa, nos países onde o sistema é proporcional, há um número maior de partidos que conseguem mais de 5% de representação parlamentar. Na Alemanha, onde se adota o voto distrital misto, somente 3 partidos conseguem mais de 5% de representantes no parlamento.

Quadro 3 – Representação parlamentar

País	Nº de Partidos	No Parlamento	Ano
Alemanha	32	06	1990*
Argentina	26 (+ 32 "MP")	19	1988
França	36 (e + part. reg.)	27	1986
Índia	34 (fora part. reg.)	22	1985
Itália	12 (+ 12 part. reg.)	14	1987
Japão	12 (+ 8 "MP")	09	1986
Portugal	14	04	1987
México	11	09	1985
Espanha	28 (+ 50 part. reg.)	09	1985
Reino Unido	17 (+ 21 "OP")	11	1987
Estados Unidos	20	02	1986
Uruguai	6 (+ 35 "OP")	03	1984

Todos os dados, com exceção de (*), foram retirados do livro "Political Parties of the World", em edição de 1988, o qual pode ser encontrado na Biblioteca da Câmara dos Deputados. A publicação classifica os partidos em "Parties" (P), "Other Parties" (OP) e "Minor Parties" (MP).

Voto distrital misto

As elites brasileiras estão unidas na defesa da adoção do voto distrital misto, duro golpe desfechado contra a democracia. Nesta "canoa furada" embarcaram ingenuamente, também, alguns setores de partidos progressistas. Perplexos diante das contradições e da crise do capitalismo, e dos insucessos momentâneos das idéias socialistas, sucumbem à pressão neoliberal e passam a defender, com atenuantes, estas medidas, que visam restringir o espaço das forças progressistas para dar maior estabilidade ao regime.

Para compreendermos melhor a natureza da questão em debate, é importante analisarmos, sucintamente, a diferença entre os diversos sistemas eleitorais.

No sistema eleitoral majoritário, o país é dividido em distritos, sendo eleito o candidato mais votado de cada

distrito. Este sistema distorce a vontade dos eleitores e reduz drasticamente a representação das minorias, mesmo sendo elas expressivas. Isto porque, por hipótese, um partido que obtenha 51% dos votos em 10 distritos obtém as 10 cadeiras no Parlamento, ao passo que o outro partido que obtiver 49% dos votos não terá nenhuma cadeira. Tal distorção se expressou, por exemplo, em 1974 na Inglaterra, onde o Partido Liberal obteve 19,3% dos votos e ficou somente com 2,2% das cadeiras da Câmara dos Comuns. Adotam o sistema majoritário (distrital), com variações, os seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Inglaterra e França.

O sistema majoritário tem raízes na concepção medieval de representação territorial. Desde o século XIII os delegados dos condados eram convocados pelo rei da Inglaterra para dar seu consentimento aos novos impostos a serem cobrados. A representação majoritária, portanto, é fortemente vinculada à noção de representação territorial. Os deputados representam mais os interesses das comunidades do que idéias ou partidos.

Voto distrital: na Inglaterra um partido teve 22% dos votos e ficou com 3% dos lugares



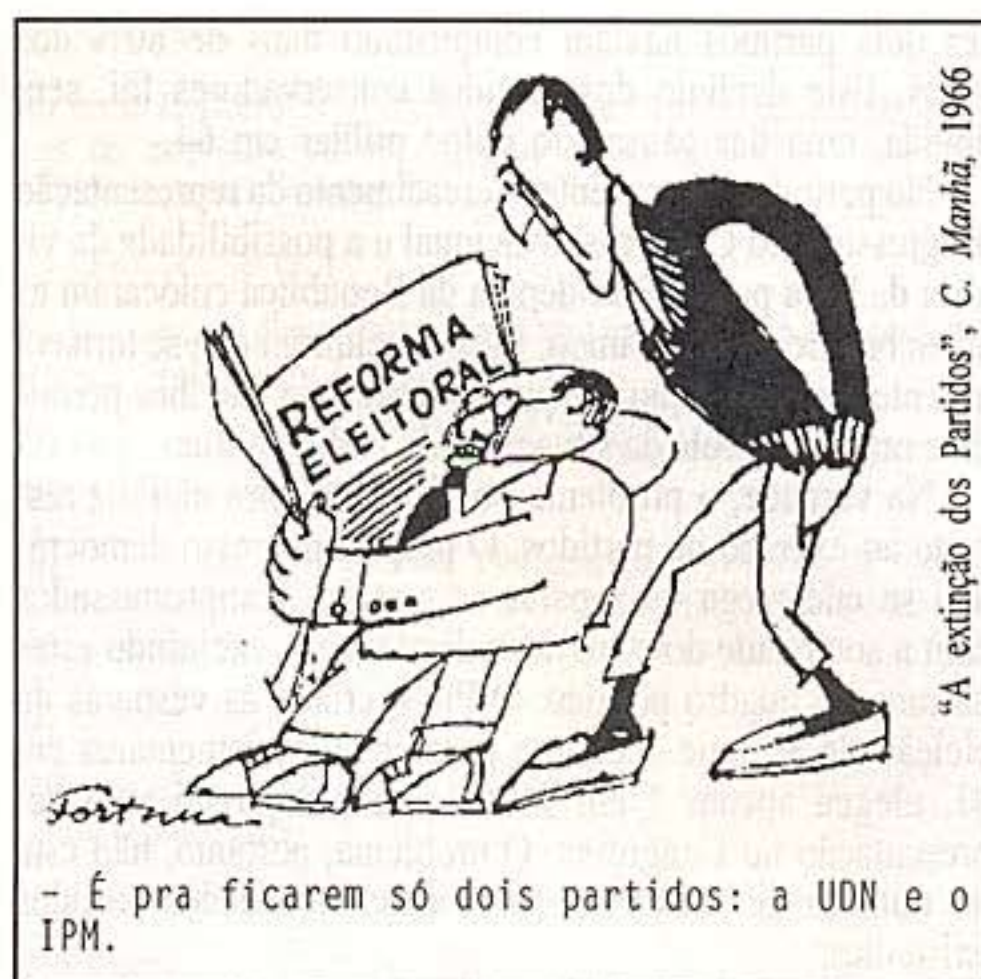
No sistema proporcional, o número de parlamentares eleitos é proporcional à quantidade de votos obtidos. Assim, um partido que obteve 30% dos votos terá aproximadamente a representação de 30% dos parlamentares. Este é o sistema que vigora no Brasil e é adotado também na Áustria, Suécia, Dinamarca, Islândia, Irlanda, Holanda, Suíça, Finlândia, Israel, Portugal, Bélgica, Noruega, Luxemburgo, Grécia e Espanha.

No sistema eleitoral distrital misto, adotado pela Alemanha, metade dos parlamentares é eleita pelos distritos eleitorais e a outra metade, pelo sistema proporcional. O eleitor vota duas vezes. Uma no candidato do distrito, outra na lista partidária, elaborada pelos caciques de cada partido. No sistema alemão somente os partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos dados na lista ou vencerem no mínimo em 3 distritos terão representação no Parlamento.

Os países que adotaram o sistema proporcional optaram por esta alternativa após uma longa experiência do sistema majoritário (distrital). São exemplos de substituição do sistema majoritário pelo proporcional: Áustria (1919), Bélgica (1899), Dinamarca (1918), Finlândia (1906), Suécia (1907) e Suíça (1890).

Na Inglaterra existe um forte movimento pela substituição do sistema majoritário. Lá os conservadores conquistaram 57% das cadeiras, tendo obtido 42% dos votos, sendo que os liberais-democratas, que receberam 22% dos votos, obtiveram somente 3% dos lugares do Parlamento.

O Partido Trabalhista da Inglaterra, ao perceber a distorção do processo político provocado pelo sistema eleitoral



“A extinção dos Partidos”, C. Manhã, 1966

majoritário, incorporou em seus estatutos a luta pela implantação do sistema eleitoral proporcional na Inglaterra.

No Brasil o voto distrital foi adotado por cerca de 70 anos durante o Império e a República Velha. A Revolução de 1930, que representou um avanço democrático, acabou com o sistema distrital e implantou o sistema proporcional. O sistema proporcional é incorporado ao texto constitucional de 1946.

Durante o regime militar foram feitas várias tentativas para introduzir o voto distrital misto. A Emenda Constitucional nº 22, de junho de 1982, de iniciativa do general Figueiredo, estabeleceu o voto distrital misto. No entanto, ele não foi colocado em prática. Com o fim do regime ditatorial, a Câmara dos Deputados revogou esse entulho autoritário em maio de 1985. Isto demonstra que o voto distrital puro ou misto, no Brasil, anda de braços dados e expressa a concepção política do autoritarismo e que o sistema proporcional representa o avanço democrático.



Tancredo Neves: o voto proporcional favorece reivindicações populares e combate o imobilismo

O ex-presidente Tancredo Neves fez a seguinte afirmação: “Tenho para mim, com base em minha longa experiência de vida pública, sobretudo encarando o aspecto da realidade sócio-econômica do Brasil, que o sistema proporcional é o único capaz, como instrumento de ação política, de promover a rápida democratização das estruturas e das instituições brasileiras. O sistema proporcional é realmente uma ação política que determina que as resistências reacionárias, conservadoras e imobilistas têm que ceder à pressão das reivindicações populares, fazendo com que a História siga sua marca implacável”.⁵

5. Dificulta a eleição de democratas. Todo candidato, de diferentes matizes políticos, que não dispõe de recursos, cuja votação é dispersa no plano estadual, tem sua eleição comprometida. É errôneo imaginar que a adoção deste sistema irá prejudicar somente os candidatos progressistas. Prejudica qualquer político de bem que defende idéias e que não é testa-de-ferro de grupos econômicos.

6. Regionaliza as eleições afastando dos debates os grandes temas políticos e nacionais. As eleições para o Congresso Nacional têm que se voltar para as grandes questões do país e não se restringir apenas às disputas paroquiais e locais.

7. Fortalece o caciquismo político. A adoção do voto distrital misto debilita o papel dos eleitores e das bases partidárias. Fortalece as cúpulas partidárias que indicarão o candidato no distrito e elaborarão a lista eleitoral.

8. Agrava a influência do poder econômico. Ao delimitar a eleição a um distrito, o sistema permite que o candidato endinheirado gaste um volume maior de recursos num território bem menor. Os candidatos endinheirados terão maiores possibilidades de conseguir lugares destacados nas listas dos partidos conservadores em decorrência do seu poderio econômico.

9. Cria sérios problemas na divisão dos distritos. A divisão dos estados em distritos eleitorais será um instrumento a mais nas mãos das elites para favorecer seus candidatos. Em 1958, quando De Gaulle instituiu o voto distrital na França, para beneficiar a direita, formou distritos constituídos por bairros de uma grande cidade de tendência oposicionista e pela região rural próxima, controlada pelo governo. A manipulação foi tão grande que se criou um distrito para garantir a eleição de Marcel Dassault, o fabricante dos aviões Mirage.

Em síntese, a adoção do voto distrital misto representa um sério golpe na democracia brasileira. Se implantado, leva à extinção dos partidos menores e à construção de um sistema autoritário de poucos partidos, deixando uma parcela ponderável da sociedade sem representação política.

Quadro 4 – Sistemas eleitorais

País	Sistema Eleitoral	Partidos que atingiram 5% dos votos
Alemanha	Misto (prop/Maj)	03
Austrália	Majoritário	03
Áustria	Proporcional	03
Bélgica	Proporcional	06
Canadá	Maj. Distrital	04
Dinamarca	Proporcional	05
EUA	Maj. Distrital	02
Finlândia	Proporcional	06
França	Maj. Distrital	04
Holanda	Proporcional	07
Itália	Proporcional	05
Japão	Maj. Distrital	04
Inglaterra	Maj. Distrital	02
Suécia	Proporcional	05
Suíça	Proporcional	05
Brasil	Proporcional	04 (86)

Cláusula de barreira

Na tentativa de impor este projeto, busca-se no sistema eleitoral alemão o modelo que estabelece a cláusula de barreira. Por esta regra somente os partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos dados à lista ou vencerem no mínimo em 3 distritos terão representação parlamentar. Como se percebe, a combinação do voto distrital com a cláusula de barreira conduz a um estrangulamento das minorias no Brasil.

A idéia de introduzir a cláusula de barreira no país vem do período do regime militar. O general Médici fez constar na Constituição de 1967 o índice de 10% dos votos válidos como o mínimo que um partido político deveria atingir para permanecer em funcionamento. Na Constituição de 1969 esta cláusula foi reduzida para 5%, tendo sido mantido neste nível com o pacote de abril de 1977. No entanto, a Emenda Constitucional nº 2, de 22 de junho de 1982, suspendeu sua vigência para a eleição daquele ano.

O professor Wanderley Guilherme dos Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que “em filosofia política é difícil justificar qualquer legislação extinguindo partidos ou impondo barreiras à representação. A pedra fundamental do sistema representativo estipula que os eleitores não podem transferir a seus representantes senão aqueles poderes que possuem. Entre estes não se incluem o de determinar a eliminação de outros partidos ou de obrigar, à migração partidária, candidatos eleitos por partidos diferentes dos seus. Se se oferecer como pretexto para violência a falha de alcançar algum patamar de votos, então a violência tem nome: tirania da maioria no primeiro caso; estelionato eleitoral no segundo”.



Poucos partidos não é sinônimo de governabilidade. Programa justo de governo, sim

O deputado João Almeida (PMDB-BA), relator da comissão especial destinada a estudar as reformas políticas, apresentou proposta de emenda constitucional que incorpora a “cláusula de desempenho”, também chamada de “cláusula de barreira”, à Constituição. Por sua proposta, o partido que não obtiver o apoio mínimo de 5% dos votos apurados, no plano nacional, na eleição para a Câmara dos Deputados, ou 2% em 1/3 dos estados, não terá direito à representação nesta casa legislativa.

O relator justifica tal proposição como forma de assegurar a governabilidade e o combate às “legendas de aluguel”. Critica as “regras permissivas que privilegiam o pluripartidarismo irresponsável e impede a formação de maiorias”.

Poucos partidos não é sinônimo de governabilidade. A falta de hegemonia de um partido num quadro partidário restrito pode gerar uma situação de ingovernabilidade. A governabilidade não é conquistada através de medidas de força adotadas pela maioria, mas sim pela construção de uma hegemonia política forjada a partir de um programa que apresente saídas efetivas para os problemas do país.



Também somos contra as “legendas de aluguel”, mas estas serão superadas na luta política pelo julgamento da própria sociedade. O que não é aceitável é se utilizar deste pretexto para liquidar com as minorias, tão necessárias ao processo democrático.

Para o deputado João Almeida, trata-se de “enfrentar a questão crucial da governabilidade, ou seja, da capacidade de um governo ser obedecido sem violentar as regras democráticas”. Esta concepção revela o ranço autoritário das mudanças propostas. Um governo que não se faz respeitar por suas propostas ou programa é que precisa recorrer a casuismos ou golpe branco contra a liberdade partidária. Em vez de fazer-se respeitar pela força dos argumentos, recorre ao argumento da força para se fazer obedecer por uma maioria circunstancial e instável.

Se as exigências do artigo 14 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que estabelece a cláusula de barreira em 5%, tivessem sido aplicadas nas eleições de 90 e 94, somente teriam tido direito de constituir bancada na Câmara dos Deputados 8 partidos. Ainda assim estes partidos teriam que satisfazer o segundo critério: ter conseguido votação de, no mínimo, 2% do eleitorado em 9 estados.

Se tais exigências tivessem sido aplicadas nas eleições de 82 para a Câmara dos Deputados, não teria assento naquela casa o PDT, o PTB e o PT, que obtiveram respectivamente 4,94%, 3,77% e 3,01% dos votos.

Quadro 5 – Votação dos partidos para a Câmara Federal em 1994

Partido	% dos Votos	Partido	% dos Votos
PMDB	20,32	PCdoB	01,24
PSDB	13,89	PSD	00,90
PFL	12,86	PRONA	00,67
PT	12,83	PMN	00,56
PPR	09,39	PPS	00,55
PDT	07,22	PSC	00,46
PP	06,95	PRP	00,45
PTB	05,21	PRN	00,40
PL	03,51	PSTU	00,16
PSB	02,17	PV	00,16

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Estatística das Eleições de 1994

Em vez de contribuir para a democracia, essas mudanças alimentam o autoritarismo e criam maiorias superficiais. Em vez de legendas fortes, criam-se grandes partidos sem unida-

de e sem programa. No lugar da liberdade partidária, nascerão frentes políticas sem feição, sem perfil claro, coesionadas pelo fisiologismo e pela pressão das cúpulas.

Proibição das coligações proporcionais

Este é outro mecanismo que, combinado com o voto distrital misto e a cláusula de barreira formam o conjunto de medidas que tendem a golpear as minorias e a democracia.

O único objetivo de se proibir a realização de coligações para eleições parlamentares é impedir que se elejam candidatos expressivos, mas de partidos que isoladamente não conseguem atingir o quociente eleitoral.

A decisão de coligar ou não é uma decisão política. Nenhum partido está obrigado a coligar, seja nas eleições majoritárias, seja nas proporcionais. Se por uma ou outra razão esta coligação não é do interesse de determinado partido, basta que ele decida livremente não se coligar.

O que é inadmissível é que se queira incorporar uma proibição legal às coligações proporcionais. O único objetivo desta medida é dificultar, ao máximo, a representação parlamentar dos pequenos partidos. É inacreditável que membros de partidos progressistas estejam adotando este conjunto de teses contrárias à democracia e às forças populares.

Fidelidade partidária e voto facultativo

Sob a alegação de que é necessário assegurar a coesão partidária, defende-se hoje a perda de mandato do parlamentar que não seguir a orientação partidária. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a coesão partidária decorre da unidade política em torno de um programa claramente definido. É esta unidade que assegura a coesão de um partido. As medidas tendentes a assegurar a disciplina interna do partido devem ser reguladas pelos estatutos de cada agremiação e não por uma norma que interfira no livre funcionamento partidário.

Cabe ressaltar que a proposta de perda de mandato em decorrência do parlamentar não ter seguido a orientação partidária é uma pena excessivamente severa, até porque, se o parlamentar deve explicações ao seu partido, ele também as deve ao seu eleitorado. E diante desta contradição, ele poderá ser obrigado a fazer a opção de ficar contra o seu eleitorado, seguindo uma orientação partidária que fere os interesses do povo.

Quanto ao voto facultativo, há de se levar em conta as condições concretas de nosso país. Não estamos num país altamente desenvolvido e com o grau de formação cultural e política bastante elevado. Em sociedades deste tipo, o exercício da cidadania deixa de ser uma obrigação para ser um direito que o cidadão procura exercer em seu interesse.

Nas condições concretas do Brasil, o voto facultativo terá como consequência uma redução drástica do número de eleitores. E o que é mais grave: ampliará a influência do poder econômico no processo eleitoral. Os candidatos endinheirados procurarão atrair o eleitor para votar à custa do poder do dinheiro. Isto agravará em muito as distorções inerentes ao processo político.

Reforma democrática do Estado

A crítica à reforma política apresentada pelos setores neoliberais não significa uma concordância com a atual estrutura do Estado brasileiro. O problema não está em reformar ou não reformar o Estado, mas sim em reformar para ampliar ou para restringir a democracia.

Uma questão chave na democracia é a soberania popular. A democracia se exercita de fato quando o povo tem mecanismos eficientes para expressar sua vontade.

O Estado brasileiro é elitista, representativo das minorias. A maioria dos trabalhadores têm uma representação inexpressiva. Basta analisar o número de representantes dos trabalhadores no Congresso Nacional. A democratização do país, portanto, se expressa pela criação de mecanismos que ampliem a representação do conjunto da sociedade.

Vários fatores contribuem para que haja uma distorção no processo político brasileiro. Um deles é a influência do poder econômico no processo eleitoral. Os grupos econômicos financiam suas candidaturas e com isto garantem o perfil da maioria da representação parlamentar. Torna-se necessário adotar medidas para combater a influência do poder econômico e estabelecer limites para os gastos com campanha, seja obrigando a divulgação das fontes financiadoras, seja proibindo o financiamento de candidaturas por empresas. Estas deveriam contribuir com o Fundo Partidário, podendo inclusive haver estímulos para que isto ocorra através da dedução de tais contribuições no Imposto de Renda.

Reformas, sim. Mas para ampliar a democracia e combater a influência do poder econômico



Outro fator de grave distorção é a manipulação da mídia em favor dos candidatos que representam grupos econômicos. Os meios de comunicação recebem concessão do poder público. Em decorrência disto, devem ser estabelecidas normas disciplinadoras da difusão nos meios de comunicação. É inaceitável que tais meios sejam utilizados apenas com objetivo de obter fontes de lucro sem contribuir para a formação cultural e política do povo. Torna-se indispensável a democratização neste setor. A influência dos meios de comunicação e, em particular, da Rede Globo de Televisão na formação da consciência das pessoas condiciona seriamente todo o processo político.

É indispensável combater a tentativa de acabar com o horário eleitoral gratuito, importante conquista democrática que os concessionários dos meios de comunicação querem liquidar para aumentar os seus lucros e manipular livremente a consciência dos cidadãos. Além de serem totalmente livres para fazer sua programação, os meios de comunicação no Brasil não pagam praticamente nada pela concessão recebida.

É necessário estabelecer diretrizes para a atividade dos meios de comunicação, particularmente no período das campanhas eleitorais, com a adoção de medidas rigorosas

para aqueles que favoreçam alguns candidatos em detrimento de outros.

A adoção do voto em branco para definir o quociente eleitoral é outro casuismo antigo. Não se conhece exemplo na legislação de outros países do mundo em que o voto branco seja contado para definir o quociente eleitoral. O resultado disto é que a contagem do voto branco eleva muito o quociente eleitoral e impede que partidos pequenos elejam seus candidatos. Até 1988, as Constituições brasileiras não tratavam da questão dos votos válidos. Ao incluir a eleição em dois turnos, a Constituição de 1988 definiu que os votos nulos e branco não são votos válidos para eleição de candidatos à presidente, governador e prefeitos de cidades de mais de 200 mil habitantes. Com isto criou-se uma situação absurda, em que no mesmo sistema eleitoral o voto branco é válido para a contagem do quociente eleitoral dos parlamentares e não é válido para as eleições majoritárias referidas. O pano de fundo desta questão é evidentemente político. Tal mecanismo favorece os partidos maiores, que se beneficiam das sobras eleitorais dos partidos ou coligações que não atingem o quociente eleitoral. A retirada do voto branco na definição do quociente eleitoral é uma importante medida para aperfeiçoar o sistema eleitoral proporcional no país.

Temos que fazer reformas, mas para aprofundar a democracia, combater a influência do poder econômico e limitar a influência dos meios de comunicação no processo político.

Os fatos comprovam que está em curso um grave atentado contra a democracia. As forças democráticas, estejam em que partido estiverem, têm que se unir e defender as conquistas políticas incorporadas na Constituição de 88 e lutar por uma reforma democrática do Estado brasileiro.

ALDO ARANTES é advogado e deputado federal pelo PCdoB de Goiás.

Notas

- (1) *Jornal do Brasil*, 17-4-95, e *Diário do Comércio*, Minas Gerais, 6-4-1995.
- (2) Bouron, Atilio A.. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*, Paz e Terra.
- (3) Bobbio, Norberto. *O futuro da democracia - Uma defesa das regras do jogo*, Paz e Terra.
- (4) Santos, Wanderley Guilherme dos. *Retorno - Máscaras institucionais do liberalismo oligárquico*, Ópera Nostra.
- (5) "Modelos alternativos de representação política no Brasil e regime eleitoral, 1821- 1921", Cadernos da UNB, pronunciamento de Tancredo Neves em seminário realizado em setembro de 1980.
- (6) Nicolau, Jairo Marconi. *Sistema eleitoral e reforma política*, Foggia Editora.

Fontes consultadas

- (1) Legislação Eleitoral e Partidária, Senado Federal.
- (2) Cunha, Sérgio Sérvulo da. *O que é o voto distrital*.
- (3) Lima, Haroldo. *Avançar ou recuar na democracia*.
- (4) Textos elaborados pela assessoria da liderança do PCdoB na Câmara Federal.
- (5) Lei Eleitoral da República Federal da Alemanha, Centro de Estudos Konrad Adenauer.

DOCUMENTOS

As reformas econômicas de FHC

As questões mais importantes das emendas do governo são a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, conforme explicitam, aqui, os votos dos deputados Haroldo Lima e Sérgio Miranda

Voto em separado sobre a emenda do petróleo

O parecer do relator

1. Um mundo róseo e reduzido

O deputado Lima Neto decidiu abrir seu relatório com chave de ouro. Resolveu ocupar duas páginas de seu trabalho – sobre o que fazer do petróleo brasileiro – com citações de um ministro: Nelson Jobim. E lá foram postos conceitos variados de Jobim sobre direito, matéria em que é formado, e sobre petróleo, matéria que deveria ser tratada com cuidado pelo relator Lima Neto.

Ao escolher Jobim para deitar falação sobre petróleo, o relator mostrou pouco rigor na elaboração de seu relatório. Porque, justiça se faça, o ministro Jobim já havia dito, na Granja do Torto, no dia 24 de abril passado, à revista *Veja*, o seguinte: “Eu até posso falar sobre a emenda que muda o conceito de empresa nacional, o Reinhold tem se desdobrado para falar de previdência, mas nós não entendemos nada de Petrobrás nem de telecomunicações”. Assim, o relatório do deputado Procópio começa com longas digressões sobre direito – dispensáveis – e com frases aleatórias sobre petróleo – incorretas –, ditas e repelidas à época da revisão de 1994. Depois disso aparece no relatório o primeiro ponto digno de destaque, que ele intitula de *O cenário mundial*.

A experiência inusitada de ter-se visto uma Exposição de Motivos sem exposição e sem motivos amorteceu a surpresa ao se cons-

tatar que o deputado Lima Neto trata o dito cenário mundial em apenas três parágrafos! Síntese majestosa, mas acabrunhante. Ainda que acrescentássemos os cinco parágrafos do item 4, que aborda a questão das *reservas mundiais de petróleo e o que nos ensina a experiência mundial*, não se pode deixar de registrar que tema desta natureza, neste tipo de comissão, tratando do assunto que estamos analisando, mereceria uma apreciação bem mais aprofundada.

De qualquer sorte, percebe-se que o relator Procópio tem uma visão idílica da situação mundial e da luta pelo petróleo hoje no mundo. Confunde “fim da bipolarização” com o estabelecimento da concórdia entre as nações. Parece ver na queda do Muro de Berlim a queda das barreiras de interesses.

Não, o mundo deixou de ser bipolar, mas continua submetido aos conflitos de poder. Nações hegemônicas continuam procurando, nas novas condições, submeter as nações periféricas. Os mecanismos de dominação são novos e variados, eficientes contudo. Em pauta está a construção de uma nova ordem mundial, militarmente unipolarizada, com alguns centros econômicos de poder que se disputam renhidamente, ao lado de uma vasta periferia, levada à submissão e ao abandono de seus projetos nacionais. É a nova e implacável ordem do Consenso de Washington.

Não é verdade que, desde já, até “as próximas décadas”, “o mundo tende a caminhar para um regime mais aberto, mais democrá-

tico e competitivo(...)” No mundo prevalece o capital monopolista, a oligopolização inexorável centrando a economia em grandes conglomerados.

No setor do petróleo as coisas não são assim, porque são piores. O jogo aí é mais implacável e impiedoso, sobretudo com os fracos, os ingênuos e os covardes.

A indústria do petróleo não se restringe agora às Sete Irmãs, como diz o relator, sobretudo porque empresas estatais nasceram para lhes fazer frente, como a Petrobrás.

O quadro mudou sobremaneira, a partir do surgimento dessas estatais e, em dezembro de 1992, a situação era a seguinte: 83% dos mananciais petrolíferos do mundo já estavam nas mãos de 28 grandes estatais, enquanto as 22 maiores empresas privadas contavam apenas com 4,5% das reservas (*Piw's Top 50, in Uma questão grave, Petrobrás*).

A magnitude da mudança foi tal que o próprio conceito de grande empresa se tornou dependente do critério utilizado. Pelo volume de vendas, das 10 maiores empresas petrolíferas do mundo, só 2 são estatais; pelo volume do refino, das 10 maiores, 4 são estatais; pela produção de petróleo das 10 maiores, 7 são estatais; e se o critério for a posse das reservas, aí, das 10 maiores, 9 são estatais! (R. Bueno, *Petrobrás: Uma batalha contra a desinformação e o preconceito*).

E assim, a grande novidade no mundo do petróleo, a partir do início da década de 90, foi que as multinacionais ficaram com seus futu-

ros ameaçados e passaram a disputar freneticamente novas reservas.

Este é o pano de fundo da batalha que voltamos a enfrentar agora no Brasil.

Voltamos, digo bem, porque, na revisão de 93-94, a mesma batalha foi travada, quando a Shell, para comandá-la, segundo a revista *Veja*, ocupou "belíssima mansão alugada no Lago Sul", onde "os convidados (...) são servidos por mordomo, criados e cozinheiros, (...) onde trabalham também os lobistas da empresa", em uma situação em que: "a dinheirama e a pressão sobre os parlamentares se explicam porque a revisão tocará em interesses econômicos que podem significar lucros, ou perdas, na casa de bilhões de dólares" (*Veja*, 2-2-94). A principal questão que envolvia a dinheirama dos bilhões de dólares era a quebra do monopólio estatal do petróleo. A mesma que estamos a discutir agora.

Recentemente, as multinacionais reconquistaram certo espaço. Não por ser isto uma tendência da história, ou um caminho melhor, como deduz-se das palavras do relator, mas porque dezenas de países perderam as condições de continuar pleiteando autonomia no negócio petróleo e não tiveram outra saída senão permitir o regresso das multinacionais. Colômbia, Equador, Chile, Paraguai, Albânia e Cuba, por razões diferentes, assim procederam. A Rússia e a China, premidas por necessidades enormes e urgentes de combustíveis, e com debilidades tecnológicas para explorar suas grandes jazidas, passaram a fazer parcerias com as multinacionais em suas reservas.

Em geral os países que chamaram de volta as multinacionais ou não tinham reservas significativas, ou não tinham tecnologia, ou não tinham capital à altura. O que não é o caso do Brasil.

As grandes estatais e as grandes multinacionais preparam-se para a próxima década, quando restarem somente, como exportadores de petróleo, a Arábia Saudita, o Irã, o Iraque, o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos, a Venezuela, o México, a Líbia, a Nigéria e a Argélia.

Em meio a aproximadamente 300 empresas do setor que existem no mundo, o que tem de significativo são cerca de 10 multinacionais, procurando abocanhar novos espaços e reconquistar posições perdidas, e umas 10 grandes estatais, todas verticalizando suas atividades.

Não é correto, assim, chamar-se de abertura ao que ocorre no mundo do petróleo. Precisamente o que sucede é o contrário. É monopólio devorando o que puder para aumentar o monopólio.

Precisamos nos preparar para o mundo real, diferente do mundo cor-de-rosa do relatório, onde não tem debacle do México, nem da Argentina, nem da Bolívia, nem tragédias humanas na África, nem guerras entre nações da ex-União Soviética, ou da ex-Iugoslávia,

nem vigoroso fechamento do mercado europeu e protecionismo deslavado dos Estados Unidos e do Japão. Mundo cor-de-rosa no relatório, mundo do Concenso de Washington na realidade!

2. Bacias e reservas

O item "As reservas brasileiras e a segurança do abastecimento", do parecer do relator, encerra erros palmares.

É dito que "as reservas provadas de óleo" no Brasil dariam para "menos de 9 anos" e representam "0,3% das reservas mundiais de 2 trilhões de barris equivalentes".

De início, corrijamos esses dados, todos errados, não sem antes observar que errar é humano, mas que o relatório só erra para diminuir o Brasil e a Petrobrás.

Um dos quadros mais divulgados na literatura especializada sobre o petróleo é da *Petroleum Intelligence Weekly*, sobre as *cinquenta maiores empresas de petróleo do mundo*, excetuando as da Rússia e as da China. Nesse quadro, de dezembro de 1992 ("Mudanças no setor Petróleo", Petrobrás), a Petrobrás é apresentada com reservas de 8,1 bilhões de barris (e não 4,2 bilhões), correspondentes a 0,82% das reservas mundiais (e não 0,3%). O relator usa o critério de reservas provadas, enquanto a *Piw's Top 50* usa o critério das reservas descobertas, não só para a Petrobrás, mas para todas as outras empresas.

Outro quadro comparativo, de outra fonte, a *Oil & Energy Trends*, de 1993 ("Sistema Petrobrás", Petrobrás), relaciona o Brasil com 7,1 bilhões de barris de reservas e com 14,9 anos na coluna reservas/consumo. O índice 0,3% das reservas mundiais que o Brasil teria foi usado em uma matéria apócrifa, plantada na revista *Veja*, edição de 30 de março de 1994, sem citar fonte, como também não cita o relator Procópio. O próprio ex-homem forte da Shell, Omar Carneiro, referindo-se apenas a reservas provadas, distribuiu nessa comissão o dado de 0,4% da participação brasileira nas reservas internacionais (cf. transparências apresentadas nessa comissão, em 4-4-95, pelo Dr. Omar Carneiro).

Curioso foi que o relator Lima Neto, ao se equivocar, reduziu os números das reservas da Petrobrás e, quando se referiu ao montante das reservas do mundo, equivocou-se de novo, mas aí aumentou-as. O relator usa a cifra de "2 trilhões de barris equivalentes", como sempre sem citar a fonte, quando o cálculo da *Piw's Top 50*, de dezembro de 1992, aponta um pouco menos que 1 trilhão.

Argumento central do relatório é o que compara a área das bacias sedimentares brasileiras com o volume das reservas descobertas. O contraste entre os números, no contexto do relatório, sugere uma avaliação demolidora da

Petrobrás e dá uma razão sólida para a quebra do monopólio estatal do petróleo.

Diz o relatório: "...apesar de termos 6% das bacias sedimentares do mundo, só dispomos de 0,3% das reservas provadas mundiais". E completa: "...6% da área sedimentar do mundo que, em sua maior parte, permanece inexplorada". Inequivocamente, frases arrasadoras. Incorretas, contudo.

O petróleo existe em bacias sedimentares, mas em quantidades diferentes, a depender do volume dos sedimentos. Não tem qualquer cabimento a argumentação de que, tendo o Brasil 6% da bacia sedimentar mundial, teria que ter 6% de reservas de petróleo ou valor semelhante. Esta correlação não existe na ciência. Há pequenas áreas no mundo com grandes volumes, como o pequeno Kuwait, cujo território é de poucas dezenas de quilômetros quadrados e que, sozinho, tem hoje 100 bilhões de barris de petróleo. Podem existir pequenas áreas planas com enorme espessura de sedimentos e outras grandes áreas planas com estreita espessura de sedimentos. As primeiras poderão ter muito petróleo, dependendo de outros fatores, as outras jamais terão muito petróleo, independente dos outros fatores.

O argumento da existência de 29 bacias sedimentares e pequena existência de reservas e a insinuação de que a abertura resolverá essa situação são de extrema tendenciosidade e infelicidade. Um país que abrisse seu petróleo com semelhante teorização correria o risco de se expor ao ridículo internacional.

Apesar das debilidades de nossas bacias sedimentares, todas já pesquisadas e onde houve boa resposta, colocadas em produção, o Brasil já descobriu uma das dez maiores reservas de petróleo do mundo. Muito mais de cem países estão atrás do nosso em reservas petrolíferas. E ainda que melindre a alguns, isto foi feito sem, e a despeito, do capital estrangeiro.

Foi na busca desse petróleo, apoiando-se na capacidade dos cientistas e dos trabalhadores brasileiros, e desvendando os segredos de nossas profundezas terrestres e marítimas, que o Brasil e a Petrobrás encontraram o lugar propício onde se tornaram líderes em petróleo — o mar!

3. Recursos, royalties e impostos

A despeito do pouco que se disse sobre o assunto, conclui-se que o governo de FHC quer quebrar o monopólio estatal do petróleo para atrair recursos, fundamentalmente estrangeiros, para o negócio do petróleo no Brasil.

O relatório observa que "a Petrobrás tem investido pouco mais de US\$ 2 bilhões por ano (...) 50% do que a própria empresa reconhece como necessário(...)". A conclusão não demonstrada, de um simplismo atroz, é que o

dinheiro não existe, por isso que se torna imperioso atrair capital estrangeiro.

Em primeiro lugar, a experiência de nosso país não nos autoriza a ter muita esperança na vinda de capital estrangeiro. Do início do século até agora, em quase cem anos, as 6.311 empresas estrangeiras que operam, ou operaram, no Brasil, em todos os setores de atividade, investiram aqui US\$ 72,5 bilhões. Sozinha, e em 40 anos, a Petrobrás investiu US\$ 80 bilhões ("Mudanças no Setor Petróleo", *op.cit.*) Durante os 13 anos dos "contratos de risco", 35 empresas estrangeiras que assinaram 243 contratos aplicaram no país US\$ 1,25 bilhão e perfuraram 79 poços, não encontrando um só barril de petróleo, e só gás, em um único poço. No mesmo período, perfurando 8.203 poços, com grande êxito em diversos, a Petrobrás investiu US\$ 23 bilhões (R. Bueno, *op.cit.*)

Em segundo lugar, há que se perguntar: sem se quebrar o monopólio estatal do petróleo pode-se levantar esse dinheiro, US\$ 4 a US\$ 5 bilhões por ano?

Uma resposta séria a essa pergunta crucial teria que passar por uma análise que levasse em conta as possibilidades da Petrobrás: 1) levantar financiamentos diretos; 2) efetuar *leasing*; 3) realizar parcerias societárias; 4) terceirizar; 5) racionalizar investimentos; 6) aumentar produção e refino; 7) ajustar a estrutura dos preços de seus produtos.

Os materiais da Petrobrás e as declarações e informações de seus técnicos a respeito de cada um desses itens demonstram excelentes condições da Petrobrás gerar recursos por esses meios. Como a preocupação de escutar o pessoal da Petrobrás não chegou ao relator Lima Neto, nós ficamos privados dessas análises. Relato três exemplos para ilustrar a questão.

Primeiro – A geração de recursos próprios atinge US\$ 2 bilhões, com o preço de US\$ 18,3 por barril do petróleo da Petrobrás. Considerando-se que a estrutura de preços e derivados, sem qualquer aumento para o consumidor, pode ser alterada, aumentando a parcela da Petrobrás, ao tempo em que se diminuiria a quantidade de impostos e a parcela dos distribuidores, há que se admitir, só por essa mudança, acréscimo de renda para a empresa da ordem de US\$ 3 a US\$ 4 bilhões anuais (cf. revista *Fortune*, setembro de 1990, "A verdade sobre os preços"). A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, a AEPET, enviou ao então presidente Itamar Franco uma proposta de nova estrutura de preços médios dos derivados, baseada na estrutura americana. Se tal proposta fosse posta em prática, a Petrobrás teria um acréscimo anual de cerca de US\$ 4 bilhões em suas rendas.

Segundo – Os recursos propalados correspondem a um determinado nível de produção e refino. O investimento é feito para

aumentar a produção e o refino. Assim, investindo-se, a renda aumenta.

Terceiro – É imperdoável que, no exame das possibilidades de se levantar recursos, o relatório não constate que a Petrobrás tem grandes facilidades para fazer *leasing*, parcerias e terceirizações, haja vista o que consta de seus documentos, lamentavelmente desprestigiados pelo relator Procópio. As últimas plataformas de petróleo, por exemplo, de centenas de milhões de dólares, estão sendo construídas na forma de *leasing*, ou seja, com recursos próprios igual a zero!

Assim, não se vislumbra problema maior para se mobilizar e ultrapassar os US\$ 4 bilhões ditos necessários para investir, e pode-se considerar razoável esse um número introduzido pelo parecer.

Na página 11, o relatório informa que a Petrobrás paga "*royalties* de apenas 5%, enquanto a média mundial situa-se em torno de 12,5%, havendo vários países que superam os 20%". O problema está malposto.

Royalties são altos onde o custo de produção é baixo e podem ser nulos onde o custo de produção é muito alto. Neste intervalo variam os *royalties* de país a país. Quando o custo operacional e também o custo de capital são baixos, como é o caso do Oriente Médio, que vão apenas a US\$ 5 por barril; quando poços chegam a produzir até 100.000 barris num só poço; quando o petróleo é vendido a US\$ 17 por barril – então há uma sobra folgada para se pagar bons *royalties*. *Royalty* alto em produção no mar não existe. Pelo que se sabe os altos *royalties* já pagos pela exploração no Mar do Norte estão extremamente reduzidos. Em águas profundas o que existe, nos Estados Unidos, é tentativa de se obter subsídios.

No Brasil, o problema deve ser examinado com cuidado. A Petrobrás informa que seu custo de produção (operação e capital) foi maior do que US\$ 12 por barril; que o valor do petróleo no mercado externo foi de cerca de US\$ 16 a US\$ 19 por barril; e que recebeu em média por seu petróleo produzido, nos últimos sete anos, a bagatela média de US\$ 10 por barril.

Coerente com a linha de desvalorizar tudo o que se refere ao Brasil e à Petrobrás, o relator Lima Neto também menospreza os recolhimentos de impostos da empresa. Começa por chamá-los de "tão decantados impostos". E resolve desmerecê-los, dizendo que quem paga os impostos é o consumidor! Mas, afinal, que descoberta está fazendo o relator? Por acaso quem paga o ICMS, IPI, Imposto de Importação dos outros bens não é o consumidor? Acaso as empresas não recolhem do consumidor? A verdade escamoteada pelo deputado Procópio, mais uma vez para desmerecer a Petrobrás e as coisas feitas por brasileiros, é que a Petrobrás

pagou, em 1994, US\$ 6,2 bilhões, ela que movimenta aproximadamente 3% do PIB brasileiro. Se alguém está atrás de um escândalo, ou mais um, para denunciar, deveria se ater ao fato de o sistema financeiro brasileiro, que, todo ele, movimenta 23% do PIB (e não 3%, como a Petrobrás), ter pago apenas US\$ 3 bilhões no mesmo período.

4. A emenda é de quebra do monopólio

Na discussão do mérito da emenda governamental, o relatório diz que o "governo pretende manter com a União a titularidade exclusiva das jazidas de óleo e gás natural". Ora, isto já é exclusivo da União. O que autor introduz é uma dúvida a respeito de quem terá a titularidade, uma vez que, logo em seguida, diz que a emenda aprovada "abrirá a possibilidade de contratação de empresas para a pesquisa e lavra de jazidas, mediante licitação e pagamento de direitos pelo contratado". Direitos, que direitos? Que seriam pagos a troco de quê? Da titularidade repassada? A lógica nos leva a essas dúvidas.

A emenda institui os contratos/concessões. Feitos, não se toma de volta, logo perde-se a titularidade. É como o sistema de rádio ou televisão. É da União, que cede, em concessão, a alguém para explorar. Daí por diante, esse alguém é o titular absoluto, na prática. Estabelece seu monopólio e não há quem tire. Veja o caso da Globo. Também tem concessão, como todas as outras redes de televisão. Mas quem poderá afastá-las, em qualquer circunstância? No mundo inteiro, retomadas de concessões só ocorrem como fruto de movimentos revolucionários. No caso do petróleo, em nível internacional, somente intensa mobilização popular permitiu que o mundo assistisse à expulsão dos interesses estrangeiros das colônias petrolíferas existentes até a década de 70. Se, no Brasil, concessões forem feitas a magnatas do petróleo mundial, e se esses magnatas instalarem uma plataforma na bacia de Santos ou Campos, ou onde quer que seja, não há mais quem os tire de lá, e nem quem regulamente o que lá eles farão: encher navios de óleo e levar para seus países, por exemplo.

Por outro lado, a Medida Provisória 841, que dispõe sobre as concessões, colocará a Petrobrás como privatizável, logo que ela se transforme de executora do monopólio estatal do petróleo em mera concessionária na exploração do petróleo. Mais grave ainda. Pela MP 950 (cap. V, arts. de 29 a 32), a que criou o Real, o ministro da Fazenda pode colocar as ações da Petrobrás à disposição do BNDES, para venda na Bolsa, e como a Petrobrás será mera concessionária isto poderá ser feito sem prévia autorização do Congresso. Por isso, a

emenda é de quebra do monopólio estatal do petróleo, e o seu sentido é de privatização da Petrobrás.

5. Manter o monopólio facilitando as parcerias

Não somos contra toda e qualquer mudança na legislação. Somos contra mudanças que dilapidem o patrimônio público nacional.

Se contudo se pretendesse fazer alterações para incentivar a presença de capital

privado na questão do petróleo, sem quebra do monopólio, seria o caso de se estudar:

1) Não mexer no art. 177 da Constituição (caput e parágrafos) nem na Lei 2.004, mantendo assim intocado o monopólio;

2) Aprovar uma Lei Complementar com o seguinte sentido: o monopólio estatal do petróleo, de acordo com o art. 177 da Constituição Federal e com a Lei 2.004, deverá contemplar, sempre que couber, parcerias societárias nas áreas de refino, transporte, estocagem de líquidos e gases, transporte de petróleo, derivados e afins;

3) Flexibilizar os artigos 37 e 173 da Constituição, que impedem a organização de estatais de qualquer tipo, ou subsidiárias, sem ouvir antes o Congresso. Uma emenda deveria assegurar que, no caso do art. 177, a estatal executora, a Petrobrás, ficaria autorizada a constituir subsidiárias, em parcerias com capital privado, de acordo com regras previamente autorizadas pelo Congresso Nacional.

Haroldo Lima
Deputado federal, PCdoB-BA

Voto em separado sobre a emenda das telecomunicações*

O debate desenvolvido nesta Comissão revelou duas formas de ver a questão das telecomunicações.

A primeira percebe o setor a partir das possibilidades que se abrem, como um grande negócio: o governo, de um lado, vislumbra a possibilidade de fazer caixa, com a alienação de seus ativos; e o empresariado quer assumir o setor e direcioná-lo aos seus mais imediatos interesses. Em busca de justificativas palatáveis, que mascarassem as suas reais posições, este segmento valeu-se de sofismas, mentiras, dados em desacordo com a realidade e falsas premissas. No debate, a abertura do setor ao capital privado é apresentada enquanto panacéia para todos os males, desconhecendo-se que o setor no Brasil já é um dos mais abertos do mundo. O pequeno número de terminais por habitante e a necessidade de US\$ 35 bilhões de investimentos são apresentados de forma emblemática. Parecem desconhecer que o setor privado tem como referência para os seus investimentos o lucro e não as carências sociais envolvidas.

Em outro campo, a partir de uma visão mais avançada, os interlocutores reconhecem nos serviços de telecomunicações uma parcela a ser exercida pelo poder público e outra que deve ser franqueada ao setor privado. Ao poder público cabe o estabelecimento da rede pública, a universalização do acesso ao siste-

ma, a fiscalização e o controle; aos particulares, a partir da rede pública, vender os seus serviços. A importância dessa integração entre a ação estatal e o setor privado é defendida como a forma viável de autofinanciamento do sistema de telecomunicações. De modo complementar, apontam que as deficiências hoje existentes devem-se principalmente à má distribuição de renda no país, ao controle político e irresponsável das tarifas públicas e ao bloqueio governamental às ações de investimento das estatais. Criticaram a forma e o conteúdo do debate proposto pelo governo e aceito pelo Congresso Nacional.

Impressionante foi o comportamento governamental, pressionado diante do desmoronamento de suas teses e dos dados que as sustentam; o governo passou a defender a "flexibilização" como forma de o Estado fazer frente aos seus problemas fiscais. A partir de então, questões importantes como o rumo das mudanças, o modo e o tempo mais apropriado para fazê-las e as suas conseqüências abandonaram a ordem dos debates.

Assim, numa tentativa de resgatar este importante debate, passo a discutir os pontos que, a meu ver, deveriam ter norteado a proposta governamental e que, por certo, esta Casa relevará no processo decisório.

Ninguém, mas ninguém mesmo, consegue desconhecer o papel que a informação exerce no mundo atual. Estamos numa sociedade que processa evoluções quantitativas e qualitativas nos seus meios de produção, utiliza cada vez mais as informações, que, aliás são transformadas em coisa obsoleta com extrema velocidade. A importância de transmissão das informações ficou demonstrada pelo dia-a-dia. Assim, o domínio das informações e das telecomunicações passou a ser instrumento de

poder. Ora, a democracia exige o mais rigoroso controle sobre todas as formas de poder. Ao Estado e não ao mercado deve ser confiada a responsabilidade desse controle. Essa questão referenciou as discussões realizadas no processo constituinte de 1988. Ao Estado coube a tarefa de explorar, diretamente ou através de concessões a empresas estatais, os serviços públicos de telecomunicações. Estabeleceu-se a rede pública de telecomunicações, explorada pela União, assegurando a prestação dos serviços por entidades de direito privado. Era, na verdade, a consolidação de uma realidade a ser preservada por todos os motivos ditados pelo interesse nacional.

A Constituição Federal estabeleceu a devida diferenciação entre o estratégico e o suplementar: a rede pública e os serviços, um público e outro de exploração privada. *Assim o fez para que o modelo sobrevivesse à alternância de programas dos diversos governos e a ideologia dos diversos partidos e se situasse bem acima das alternativas conjunturais, objeto das leis comuns.* Mas estabelecer o estratégico seria insuficiente sem criar as formas para a sua viabilização: o equilíbrio do sistema, onde os serviços mais sofisticados podem subsidiar a democratização dos serviços básicos.

O modelo brasileiro adota para as telecomunicações, uma clara divisão em duas partes. Sob controle acionário estatal, o essencial, aquilo que representa a segurança nacional: a rede pública e o sistema nacional de telecomunicações. O Estado desempenha o papel de *provedor e controlador*, através de um sistema empresarial aberto, onde a maioria do capital pode se dar por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro. Todo o resto, os demais servi-

* Por questões de espaço, neste documento são apresentados apenas extratos do voto em separado proposto pelo deputado Sérgio Miranda. Após o debate em que foi proferido este voto, o relator alterou em parte a sua proposta, mas no fundamental manteve a sua posição. O voto do PCdoB foi pela rejeição da emenda constitucional.

ços de telecomunicações, pode e deve ser desenvolvido pela iniciativa privada, que se sujeitará apenas ao papel regulador do Estado. Restaria saber se o cenário estabelecido pelos constituintes em 1988 é suficiente para acompanhar as evoluções que o setor experimenta.

As telecomunicações vivem, em todo o mundo, uma revolução sem precedentes, particularmente nos processos de geração e difusão de novas tecnologias digitais, que propiciam procedimentos integrados de multimídia, na adoção de novas estratégias concorrenciais por parte das operadoras de serviços e dos fornecedores de teleequipamentos e na redefinição do quadro institucional e jurídico que regula as telecomunicações. No Brasil não poderia ser diferente, aqui também as telecomunicações precisam – e irão – mudar. Discutir por que mudar, para onde, como e quando mudar tornou-se uma das grandes questões nacionais.

É apresentado enquanto consequência do processo de globalização que todos os setores da economia se desloquem em direção ao processo de ampla concorrência, efetivado por empresas privadas e sob a regulamentação exercida pelo próprio mercado. Esta seria então a direção das mudanças a serem efetivadas. Mas o que se apresenta como uma verdade absoluta é um grande engodo. Na realidade, importantes deslocamentos e transformações existem, mas por serem fenômenos muito mais complexos não caminham nesta direção, interagindo de forma acentuada com as dimensões tecnológicas envolvidas e com os objetivos sociais e estratégicos vinculados às telecomunicações.

O que se busca hoje, em todas as experiências relevantes, é estabelecer instâncias e mecanismos de regulamentação capazes de garantir o dinamismo tecnológico, zelar pela qualidade e permitir o atendimento ao usuário, sem desconsiderar as dimensões sociais e regionais em questão. Por isso, além de identificarmos a direção das mudanças, devemos distinguir os motivos, os objetivos, as condições e, principalmente, avaliar os resultados e suas consequências frente aos objetivos estabelecidos.

Foi um modelo baseado na exploração estatal que viabilizou importantes conquistas no setor de telecomunicações nos países mais avançados. Resultou-se daí a ampla expansão do serviço telefônico, com a universalização possibilitada pelas tarifas acessíveis, resultado do subsídio cruzado e do exercício do monopólio natural, que resulta no menor custo médio para todos os serviços. Fortaleceu-se a indústria nacional de teleequipamentos, através do uso do poder de compra das operadoras dirigido aos respectivos grandes fornecedores nacionais. Desenvolveu-se a pesquisa e a tecnologia a partir da colaboração tecnológica entre fabricantes e operadores de serviços e do financiamento por parte do operador da

rede pública. Em países como o Brasil, as transformações acima descritas não se efetivaram por inteiro. A crise dos anos 80, as ações governamentais que impediam e dificultavam a capacidade de investimentos da Telebrás, a péssima distribuição de renda e a ausência de uma política de desenvolvimento do parque industrial nacional de teleequipamentos limitaram os resultados.

A partir dos anos 80, nos países desenvolvidos, as transformações do modelo de exploração dos serviços de telecomunicações resultaram no estabelecimento de mecanismos específicos de regulamentação, na abertura do mercado da rede básica em determinados segmentos (particularmente de longa distância) e na transformação da natureza dos operadores de repartição pública para estatais (privatização, apenas na Inglaterra). A experiência de abertura gradual vivida pela Comunidade Européia (CE) ensina um importante processo de transformações coordenadas, com determinação de um calendário de ajuste e grandes discussões acerca dos rumos e objetivos das mudanças.

Tão promissor foi este debate que, somente agora, compreendo por que vários integrantes desta Comissão ausentaram-se do plenário: preferiram ficar imunes ao vírus da dúvida.

É a partir desses referenciais que passo a analisar as mudanças necessárias para o modelo brasileiro.

A proposta de Fernando Henrique Cardoso

A proposta do governo Fernando Henrique Cardoso estabelece plenos poderes para o Estado conceder livremente os serviços de telecomunicações. Longe de ser a solução que o setor exige, a proposta governamental representará o aumento do fosso que separa os brasileiros dos serviços de telecomunicações.

Para garantir a universalização dos serviços, como foi feito em todos os países desenvolvidos, o Brasil precisa manter o monopólio estatal para explorar ao máximo os rendimentos auferidos pelo subsídio cruzado e valer-se da economia de escala. A proposta governamental cria imediatamente, com a privatização, ou a médio prazo, com a chamada flexibilização, a transferência do monopólio estatal ao setor privado.

O governo desconhece que o capital privado busca maiores retornos em menor tempo. A expansão da rede pública, em especial da rede local básica, somente interessará a esses setores sob condições muito especiais: monopólio e, ainda assim, noutro quadro tarifário. O governo também sabe que, perdendo os serviços mais lucrativos, as operadoras estatais não terão recursos necessários para cumprir o seu papel; também sabe que, como em todo o mun-

do, a privatização resultou em elevação das tarifas dos serviços residenciais e que a sua proposta significará o fim da tecnologia nacional e do parque brasileiro de teleequipamento.

Mas o maior absurdo é ainda afirmar que o Estado assumirá a sua função de supervisão e controle. Se assim pretendesse, FHC iniciaria as mudanças pelas alterações que se fazem necessárias no Código Brasileiro de Telecomunicações. As últimas declarações do ministro José Serra afirmaram o início imediato do processo de privatização. No mesmo tom, o ministro Sérgio Motta aponta para o pronto estabelecimento de concessões. Não haverá novos dispositivos legais reguladores. O governo, segundo suas próprias palavras, vai valer-se da Lei de Concessões e da Medida Provisória 966/95.

Como em todos os outros assuntos, o empirismo domina a cena da ação governamental. Se buscasse soluções, a ação governamental estaria em defesa das empresas estatais, do patrimônio público e da soberania nacional.

A proposta do relator deputado Gedel Vieira Lima

O substitutivo apresentado pelo relator alcança a proeza de piorar em muito a proposta governamental. A pretexto de desconstitucionalizar, comete o crime de acabar com a rede pública de telecomunicações, possibilita ao governo tratar a questão por meio de concessões e até permissões, ou mesmo autorizações e, por fim, retira da Constituição a diferenciação entre os serviços públicos e os privados de telecomunicações.

O texto proposto em nada se reflete nas justificativas que lhe deram origem. Há total dessintonia em seu trabalho. Cita o exemplo dos Estados Unidos, que impedem operadores estrangeiros, mas nenhuma salvaguarda é criada para o Brasil. Reconhece que os processos de privatização vivenciados pelos países da América Latina foram inadequados, que o Estado perdeu a capacidade regulatória, mas também nada é feito ou proposto. Reconhece que o modelo administrativo das estatais impede a sua ação ou mesmo a convivência com o setor privado, mas nenhuma linha sobre isto aparece no substitutivo. Valoriza o exemplo italiano, que manteve a rede pública, mas retira do texto constitucional a sua referência. Num ponto do relatório diz ser indesejável o monopólio privado, noutro propõe a privatização das operadoras; num ponto afirma que o Ministério das Comunicações pensa em manter o sistema Telebrás em novos moldes, mais adiante afirma que o Ministério admite fazer a privatização do sistema... É uma lista sem fim de contradições e de falsas preocupações. Melhor seria se, em vez de discursar sobre alternativas do futuro modelo para o

sistema de telecomunicações, fizesse aparecer no substitutivo as preocupações que aparenta ter.

Reconhece que o governo detém uma parcela superior ao mínimo necessário para o controle acionário nas estatais do setor e que a alienação desse excedente possibilitaria novos recursos e, assim, investimentos para o setor. Apesar disso, insiste em defender a quebra do monopólio estatal. Reconhece, mas desconhece.

Fala em ver a questão do ponto de vista do consumidor, mas o referencial utilizado é o dos negócios: a sua proposta resultará em aumento das tarifas e em maiores dificuldades para as parcelas mais carentes da nossa sociedade e as pequenas e médias empresas. Não estabelece qualquer garantia para a disseminação dos serviços, a todos os cidadãos, em todas as regiões do país; nada garante a concorrência frente ao monopólio privado. A única questão garantida é o lucro fácil que se avizinha para o capital privado. Na verdade, esses são os tão falados consumidores a quem o relator quer e pretende agradar.

Pior ainda é a redação dada ao artigo que propõe para o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: tenta enganar esta Casa, trata os parlamentares e a sociedade brasileira com total descaso. Fala da necessidade de regulamentação, mas apenas fala. Da forma como foi redigida a lei que regulará as telecomunicações nacionais, não é exigível para que o governo comece desde já o processo de concessões à iniciativa privada desses serviços públicos. O próprio governo já dá declarações neste sentido. Fala que essa lei não poderá ser derivada de medida provisória, mas é a MP 966, hoje em vigor, que estabelece a possibilidade de concessões para o setor de telecomunicações. Tergiversa quando afirma que as preocupações externadas pelos deputados Gerson Peres e Nelson Marchezan – e dos quase 300 parlamentares que subscrevem as respectivas emendas – estão contempladas em seu substitutivo.

Respeitasse a inteligência dos interlocutores, a redação seria bem diferente.

Controle, mas que controle?

As teses desenvolvidas pelo governo e também pelo relator sobre a ação reguladora, regulamentadora e fiscalizadora do Estado parecem emanadas do etéreo. Não encontram paralelo na realidade brasileira. O Estado brasileiro nem sequer é capaz de garantir os direitos constitucionais do cidadão. Um sem-número desses direitos são letra morta. São revogados sem ao menos existirem. Barbaridades são cometidas contra o cidadão em hospitais credenciados da rede privada e, em defesa do direito constitucional à saúde, a administração pública não consegue controlar nem as faturas que paga.

Fosse real esta intenção, estaríamos discutindo desde já os parâmetros a serem alcançados, os mecanismos de controle etc. Como será exercida a ação estatal? Depois que a iniciativa privada já estiver controlando todo o setor?

A dança dos números

Durante todo o debate na Comissão, ficou evidente uma enorme manipulação dos números usada pelos privatistas no afã do convencimento de seus interesses. Mentiras, meias verdades, manipulação de dados foram uma constante tanto nos depoimentos dos membros do governo como no dos empresários que defendem a emenda da privatização. Esta manipulação está presente logo quando se usa o termo “flexibilização” do monopólio, já que é evidente tratar-se de um mero eufemismo para a privatização do setor de telecomunicações, como o próprio ministro José Serra fez questão de afirmar. Até o relator demonstrou a sua perplexidade com os números ao afirmar: “O setor de telecomunicações tem duas verdades”. O ministro Sérgio Motta chegou a denunciar o caráter antissocial do modelo de telecomunicações, já que a classe E – aquela que ganha menos de US\$ 70 por mês – não tem telefone residencial!

Esta manipulação grosseira reaparece no último documento enviado ao Ministério das Comunicações, quando são apresentados os dados da Telebrás referentes a 1992 e não os dados de 1994 (todos já disponíveis), sabendo-se que no ano passado os investimentos foram significativamente maiores.

A proposta governamental sustenta-se num ponto básico: o setor necessita de investimentos da ordem de US\$ 35 bilhões para os próximos 4 anos, recursos que o setor público é incapaz de arcar. Este número mágico percorreu todos os debates e constitui-se no núcleo central das defesas do governo. Já no primeiro debate solicitei os estudos técnicos que deram substâncias a este cálculo, mas nunca fui atendido.

As afirmações triunfalistas e voluntaristas do ministro – que esses investimentos alçariam o Brasil ao nível dos países do G7, desconhecendo os reais entraves ao desenvolvimento da sociedade e da economia brasileira – deveriam ser suficientes para nos fazer desconfiar dos seus números. Mas o que mais me chamou a atenção serve também para demonstrar a inconsistência dos números. O governo apresenta, talvez como autocrítica sobre o modo superficial com que trata do problema, que o setor tem uma carência reprimida de 4 a 10 milhões de novas linhas. Uma variação de nada menos que 150% deveria desacreditar as suas projeções ou revelar que a necessidade dos US\$ 35 bilhões também estaria, na mesma monta, superdimensionado em 150%.

A Telebrás poderia e pode investir mais, com seus próprios recursos. Não o faz por decisão do governo, que argumenta ser a contenção dos investimentos, mesmo com recursos próprios das estatais, importante como instrumento de controle da base monetária. Por acaso os investimentos realizados pelo setor privado igualmente não elevam a base monetária nacional? Ou é igualmente falácia que o governo pretende estimular os investimentos privados no setor?

Parece hipocrisia, mas o governo já aponta em seus relatórios a necessidade de redimensionar o subsídio cruzado, aumentar as tarifas e diminuir a carga tributária do setor (por acaso a maior do mundo). Para que? Para ajustar o setor para o modelo das privatizações, tornando-o mais atrativo, mais rentável. Ora, por que não realizar algumas mudanças nas estruturas de preços capacitando ainda mais o sistema Telebrás e realizar os investimentos necessários? Por ora, podemos afirmar que a privatização com aumento das tarifas aliviará os novos operadores (privados) do seu maior problema e diminuirá a carência do seu mais oneroso serviço: a telefonia residencial.

O ministro José Serra afirmou que o retorno recebido pela União é pequeno frente ao alto patrimônio investido nas estatais, esquecendo-se, propositadamente, o ministro de incluir o pagamento efetivo dos impostos em seus cálculos. Se o governo tratasse com maior seriedade este assunto, teria realizado comparações entre as operadoras estatais com aquela que é a única empresa privada do setor. Foi a partir principalmente da exposição do Sr. Luís Alberto Garcia, presidente da CTBC, nos debates desta Comissão, que ficou mais clara esta questão. Respondendo a uma de minhas inquirições, este senhor reafirmou o que já é de amplo conhecimento desta Casa: a empresa, como a maioria do setor privado, não paga o imposto de renda. Numa tentativa de desmentir o que ficou gravado nos anais, esta empresa enviou o relatório com os dados referentes ao seu balanço anual de 1994. Assinada pela Athur Andersen S/C, uma nota explicativa dá a real dimensão dos US\$ 10,092 milhões devidos ao IRPF: apenas US\$ 1,822 milhão, correspondentes a R\$ 1,542 milhão (18% do devido) refere-se à despesa realizada; os demais, US\$ 8,27 milhões (82%) foram provisionados e aguardam decisão judicial, mas nem sequer foram depositados em juízo.

Conclusão

Por todas essas questões manifesto-me contrário à proposição inicial e também contra o substitutivo do relator.

Sérgio Miranda
Deputado federal, PCdoB-MG

Os sentidos do neoliberalismo

LUIS FERNANDES

Nos últimos anos assistimos a uma viragem muito real e concreta nas políticas de gestão macroeconômica e social. Uma tendência que vai se consolidar ou enfrentar contradições crescentes?

Em setembro de 1994, a Cidade do Rio de Janeiro reuniu importantes pensadores, que trouxeram para debate elementos teóricos e políticos cruciais para a compreensão das mudanças atualmente em curso no Brasil e no mundo. Neste seminário internacional – O Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático – o cientista político Luis Fernandes, professor da Universidade Federal Fluminense, discorreu sobre o conceito e as bases do neoliberalismo. O artigo que apresentamos resulta de sua intervenção neste evento, do qual também participaram os professores Perry Anderson e Göran Therborn, comentados pelo autor. Importante ressaltar que o seminário ocorreu antes da eleição presidencial de 1994, quando a campanha ainda se desenvolvia.

Perry Anderson nos forneceu um panorama amplo da trajetória do neoliberalismo, desde a sua gênese como projeto ainda minoritário e marginalizado na chamada Escola Austríaca de Hayek e Von Mises, até a sua afirmação como projeto econômico, social e político hegemônico no mundo neste final de século. Já a apresentação de Göran Therborn enfocou as transformações estruturais operadas no capitalismo ao longo do último meio século, que possibilitaram e alimentaram esta hegemonia do neoliberalismo.

Quero chamar atenção para a emergência, nestas apresentações, de duas definições diferentes (embora não necessariamente contraditórias) do fenômeno neoliberal. É importante estar atento a isto, porque ainda há muita confusão terminológica e conceitual no atual debate sobre o tema. A parte inicial da conferência de Perry Anderson se concentrou no exame do que poderíamos chamar (usando uma imagem muito em voga no debate político brasileiro) de versão xiita do neoliberalismo – isto é, a sua versão ideológica original, que propugnava a subordinação incondicional ao mercado como panacéia para todos os problemas

fundamentais da modernidade, e considerava toda intervenção estatal na economia e na sociedade uma desgraça a ser evitada a qualquer custo.

É claro que, definido neste sentido mais estrito, o neoliberalismo não é aplicado em lugar nenhum e está muito longe de se constituir em corrente hegemônica ou predominante no mundo hoje. Mas esta formulação doutrinária muito radical e “dura” é a fonte que alimenta uma versão mais *light* (matizada e flexível) do projeto, com um impacto muito claro e evidente. Ao longo dos últimos quinze anos, vimos assistindo uma viragem muito real e concreta nas políticas de gestão macroeconômica e social adotadas por grande parte dos países do mundo. Iniciada na Inglaterra e nos Estados Unidos, esta viragem se alastrou pela Europa Ocidental, tomou “de assalto” a América Latina, avançou sobre os escombros dos antigos países socialistas no Leste, e já se faz sentir em alguns países da África e na Ásia. Seus pilares fundamentais são três.

Em primeiro lugar, uma marcha acelerada de reversão das nacionalizações efetuadas no pós-guerra. Esta maré privatizante marca uma ruptura muito clara com as estratégias industriais anteriores, que valorizavam as empresas públicas como instrumentos fundamentais para um desenvolvimento econômico soberano. Esse processo se faz sentir com muita força hoje no Brasil – não só com as privatizações já efetuadas nos últimos quatro anos, mas também com as proposições de quebra de monopólios estatais considerados “intocáveis” até aqui, como o petróleo e as telecomunicações. É interessante ver como a viragem neoliberal em curso vem alterando o “senso comum” sobre esta questão. Quando a Petrobrás foi criada na década de 50, havia um grande consenso no Congresso Nacional em relação à oportunidade do estabelecimento desse monopólio estatal, fruto de intensa campanha popular de mobilização e esclarecimento. As críticas formuladas a Getúlio no Parlamento reclamavam justamente do caráter recuado do seu projeto – os parlamen-

tares queixavam-se de que ele fazia concessões em demasia ao capital estrangeiro. Hoje o clima é outro, e esse consenso nacional já não existe mais. Ele não resistiu à campanha deliberada, metódica, incessante e massacrante contra os monopólios da União, orquestrada precisamente pelos monopólios privados que hoje dominam a mídia no país.

O segundo pilar da viragem neoliberal é a crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado, baseada na alegada superioridade da “eficiência do mercado” em relação ao “burocratismo do Estado”.

O terceiro é a tendência à reversão de padrões universais de proteção social estabelecidos com a emergência dos Estados de Bem-Estar Social no pós-guerra. Em função da crise fiscal destes, avolumam-se pressões para a particularização de benefícios sociais.

Diferentes articulações, combinações e dosagens destes três pilares são possíveis. Mas o seu sentido geral aponta para um projeto comum de reconfiguração institucional do capitalismo neste final de século. Os três elementos indicados – a desestatização, a desregulamentação e a desuniversalização – podem servir de base, assim, para uma definição mais operacional do neoliberalismo que leve em conta as especificidades da sua materialização nacional.

Ajuste econômico-social implementado traz reformas políticas de sentido antidemocrático



Que conseqüências este projeto acarreta? As discussões desenvolvidas neste seminário já destacaram as suas conseqüências negativas do ponto de vista social (agravamento das desigualdades, da exclusão e segmentação social etc.) e econômico (desvio crescente de recursos para a especulação, incapacidade crescente de absorção da mão-de-obra e do trabalho criativo humano, incapacidade de recuperar e sustentar ritmos elevados de crescimento etc.). Quero chamar atenção para dois outros aspectos que não foram tão destacados quanto os acima, nos debates até aqui.

O primeiro diz respeito às conseqüências negativas do projeto neoliberal para o ordenamento democrático das sociedades que a adotam. A viragem econômico-social implementada pelo neoliberalismo vem sendo acompanhada por uma viragem política de sentido claramente antidemocrático. Por “baixo”, isto se expressa muito claramente no ressurgimento de fortes tensões e movimentos de cunho racista e chauvinista na Europa – um desenvolvimento que preocupa o mundo todo. Já por “cima” ela se materializa na adoção de medidas cada vez mais restritivas da democracia representativa e do pluralismo democrático. O caso emblemático, aqui, é o da Itália, que recuou do sistema de representação proporcional para o distrital misto. Hoje, esse é um tema central, também, da agenda política brasileira. Os setores políticos mais afinados com o projeto neoliberal vêm pressionando fortemente pelo abandono do

sistema de representação proporcional e pela introdução de cláusulas de barreira que dificultem o acesso de partidos ao Parlamento. No nosso caso, trata-se de um movimento para cassar e revogar avanços democráticos conquistados na Revolução de 30!

O sentido mais profundo dessas tentativas parece claro – impedir (ou dificultar) que a insatisfação popular com o custo social das medidas neoliberais se expresse democraticamente nos poderes legislativos. Infelizmente, há muitas vacilações em relação a essa ofensiva nos setores democráticos da nossa sociedade, inclusive entre os partidos de esquerda.

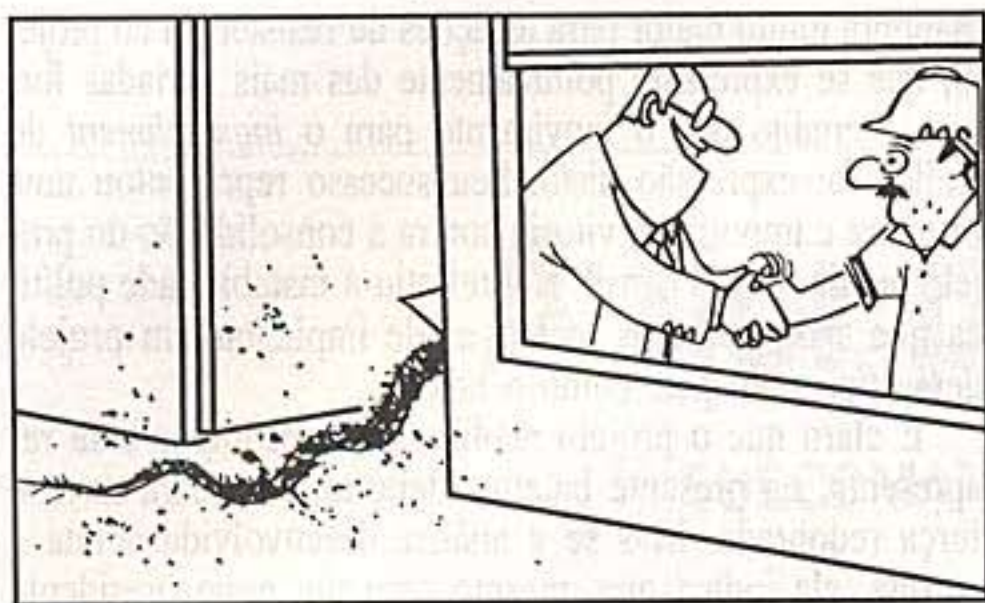
O segundo aspecto a destacar, e que tem grande importância para o Brasil e para a América Latina, é o dos impactos negativos do projeto neoliberal sobre a capacidade dos nossos povos comandarem soberanamente o desenvolvimento dos seus próprios países. A adoção deste projeto implica o desmonte de instrumentos fundamentais de defesa da soberania nacional, que, bem ou mal, foram erguidos no período anterior de *industrialização via substituição de importações*. O neoliberalismo, aqui, se apresenta como inimigo do nacionalismo, diferentemente do que ocorre na Europa ou nos Estados Unidos. No Brasil, por exemplo, a direita abandonou a bandeira da “defesa da nação” e a deixou nas mãos da esquerda – o que vem provocando surpreendentes rupturas e realinhamentos no âmbito das próprias Forças Armadas, que não encontram mais respaldo político na direita para o seu projeto de conversão do Brasil em “potência mundial”. Nenhum movimento sério de enfrentamento com a ofensiva neoliberal pode se dar ao luxo de ignorar esses desenvolvimentos.



Sérias contradições aparecem no horizonte do projeto, apesar dos desejos e discursos

Na parte final da minha intervenção, quero trazer para debate as perspectivas do projeto neoliberal neste final de século. Trata-se de um projeto que tende a se afirmar e consolidar cada vez mais, ou a enfrentar contradições e impasses crescentes? A minha avaliação é que ele tende a enfrentar contradições crescentes. Não se trata, aqui, do que se chama em inglês *wishful thinking* (pensar com os desejos). Contra as ilusões positivistas sobre a “neutralidade” da investigação científica, considero inevitável (e salutar) que os seres humanos raciocinem a partir dos seus desejos. O problema é quando começamos a confundir esses desejos com a própria realidade. No caso do balanço das perspectivas atuais do projeto neoliberal, no entanto, me parece haver indicações bem concretas de limitações e contradições importantes. Senão, vejamos.

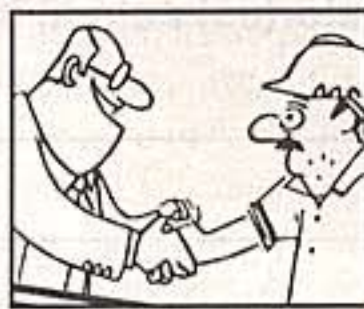
Há exatamente cinco anos, em setembro de 1989, o presidente George Bush reuniu as duas casas do Congresso norte-americano e pronunciou um discurso que ficou famoso por justificar os preparativos para a Guerra do Golfo



com a proposição de que a derrota do Iraque naquele conflito lançaria as bases para a emergência de uma Nova Ordem Mundial. A partir desse pronunciamento, o tema da Nova Ordem Mundial entrou com força nos debates políticos e intelectuais pelo mundo afora. No mesmo período, o artigo (e, posteriormente, livro) de Fukuyama adquiriu instantânea notoriedade insistindo na tese correlata do “fim da História” – a noção de que a humanidade havia chegado a um estágio que tornava impossível qualquer perspectiva viável de desenvolvimento fora dos contornos do liberalismo político e econômico. Havia que se conformar com isso e aceitar todas as suas conseqüências. Essas perspectivas apontavam para a emergência de uma nova “paz perpétua” de tipo kantiano no mundo – a ação norte-americana seria a ponta de lança de um projeto universal, baseado na Razão, capaz de garantir paz e prosperidade para todos os povos.

Esse era o discurso dominante cinco anos atrás. Mas se olharmos ao mundo hoje, é isso o que estamos vendo? Tem sido essa a perspectiva dominante na evolução do sistema internacional de lá para cá? Acredito que não. O que vivemos foi um processo extremamente contraditório, onde tendências e perspectivas universalizantes e particularizantes se degladiaram e alternaram (e continuam o fazendo). No fundo, isso reflete o fato de que o que se universaliza é justamente uma ordem econômico-social que alimenta e exacerba a concorrência conflitiva de interesses particulares. Ou seja, se universaliza o particularismo.

**Guerras fratricidas,
contrabando
nuclear, instabilidade.
É o Leste
na nova ordem**



Nesta base, podemos identificar dois momentos bem distintos na evolução mundial nos últimos cinco anos. Há um período inicial de euforia com a Nova Ordem, que vai da Guerra do Golfo até o desmantelamento da União Soviética no final de 1991, onde a lógica universalizante do liberalismo era o que predominava. E outro, do desmembramento da União Soviética para cá, em que a consolidação desta lógica é minada por grandes conturbações e contradições de fundo particularista.

Paradoxalmente, a fragilidade do novo projeto liberal foi evidenciada de maneira mais clara justamente onde ele havia conquistado a sua maior vitória – nos antigos países socialistas do Leste. A derrota do socialismo foi fundamental para a afirmação da nova hegemonia neoliberal no mundo. Ela parecia indicar, claramente e sem margem a dúvidas, a inviabilidade do socialismo e a superioridade intrínseca da “economia de mercado”. A opção por esta nos países do Leste, portanto, deveria abrir o caminho para um novo ciclo de prosperidade e bem-estar. Mas isto se revelou uma gigantesca falácia. Os países que compunham o campo socialista no Leste europeu e na antiga União Soviética vivem uma crise profundíssima e aparentemente interminável, tornando-se um perigoso foco de instabilidade no sistema internacional – guerras fratricidas e chauvinistas combinadas com o contrabando de armamento nuclear.

Não se trata, portanto, de um cenário previsto na engenharia da Nova Ordem. Muito pelo contrário. Também compõe este cenário de desestabilização do neoliberalismo no Leste a volta ao poder, por sufrágio popular, dos antigos partidos governantes que haviam sido varridos das posições de mando pelos levantes de cinco anos atrás. É claro que, após eleitos, estes não voltam para aplicar as mesmas políticas de antes (e nem poderiam). Também é verdade que muitas destas coalizões eleitorais vitoriosas procuram se recompor com certas teses do ideário neoliberal. Mas o valor simbólico da sua eleição, o sentido político dado ao seu mandato pelos respectivos eleitorados, é o do protesto contra as promessas não cumpridas do neoliberalismo no Leste.



**Oposição ao projeto
envolve
importantes forças
sociais
também no Brasil**

O projeto neoliberal também enfrenta contradições e limitações muito significativas na América Latina, que vêm minando a sua consolidação. Quero destacar um aspecto crucial do caso brasileiro. Uma diferença estrutural importante do Brasil em relação aos demais países da América Latina (para além do tamanho) é que, aqui, o processo de industrialização via substituição de importações *deu certo*. Durante certo período – inclusive durante o regime militar, apesar de todas as críticas que fazemos a ele do ponto de vista político, econômico, social etc. – logramos montar um parque industrial relativamente grande, desenvolvido, diversificado e auto-suficiente em diversas áreas. Como integrar uma economia desse porte de maneira subordinada e dependente na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista, com base no receituário neoliberal? As próprias dimensões do país – e o nível mediano e diversificado de desenvolvimento econômico já alcançado – inviabilizam a opção (concebível economicamente em outros países latino-americanos, apesar do seu alto custo social) de assumir como base do desenvolvimento nacional alguns nichos de exportação comparativamente vantajosos no mercado mundial.

Neste aspecto, há importantes analogias entre os casos brasileiro e russo. É claro que, no caso da Rússia, há, ainda, as contradições específicas do processo de transição de um sistema econômico-social para outro. Mas o drama enfrentado pelas tentativas de integrar, na base de medidas neoliberais, economias gigantescas e com níveis relativamente elevados de industrialização na divisão internacional do trabalho é, nos dois países, o mesmo. Para além das dimensões econômica e social, as dificuldades geradas por este projeto se expressam, em ambos os casos, no aumento da instabilidade política e na exacerbação da "questão nacional".

Acredito que esta referência teórica é fundamental para compreendermos o processo político que culminou com o *impeachment* do presidente Fernando Collor no Brasil. A eleição de Collor marcou o início da aplicação do projeto neoliberal no nosso país. Nas condições brasileiras referidas acima, para além da oposição popular, esse projeto acaba se defrontando com múltiplas e variadas resistências no seio do próprio empresariado. Muitos setores deste são atingidos diretamente pela adoção de medidas, como o corte de subsídios, a abertura comercial, a reversão de políticas protecionistas etc. Embora não tenham uma alternativa global de desenvolvimento a apresentar (e aceitem, por isso, em tese, o discurso neoliberal), estes setores empresariais manobram para bloquear toda e qualquer medida concreta que fira os seus interesses. O resultado é uma margem de

manobra muito maior para as ações de resistência ao projeto, que se expressam politicamente das mais variadas formas. Acredito que o movimento para o *impeachment* do Collor foi expressão disto. Seu sucesso representou uma primeira e importante vitória contra a consolidação do projeto neoliberal no Brasil. Ela refletiu a instabilidade política que acompanha as tentativas de implantar um projeto desse tipo num país como o nosso.

É claro que o projeto neoliberal se recompôs e se re-apresenta, na presente batalha eleitoral, com cara nova e força redobrada. Mas se a análise desenvolvida acima é correta, ela indica que, mesmo com um novo presidente compromissado com o projeto neoliberal (ainda que com "cores social-democratas"), ele não vai ter campo fácil e aberto para a sua implementação. As contradições de importantes forças sociais com o projeto persistem – inclusive no âmbito das classes dominantes brasileiras. Existe espaço para que movimentos populares de resistência voltem a inviabilizar a implantação e consolidação do neoliberalismo, desde que adotem uma visão política ampla.

LUIS FERNANDES é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF).

ASSINATURAS

Assine as publicações regulares do Partido Comunista Português – PCP
Remessa pelo correio a partir de São Paulo - SP (portes incluídos)

- **AVANTE!** Jornal semanal, 24 números, 6 meses R\$ 60,00
- **AVANTE!** Jornal semanal, 12 números, 3 meses R\$ 30,00
- **O Militante** Revista bimestral, 6 números, 1 ano R\$ 18,00

Remeta-nos um cheque no(s) valor(es) acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



SEMANAL



BIMESTRAL

DISTRIBUIDOR
NO BRASIL



Ebrasil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite catálogo

Gênero, trabalho e pobreza: para além dos direitos iguais

CLARA ARAÚJO

A superação das desigualdades entre os homens e as mulheres é uma questão política, que vai além da obtenção de novos direitos. Novos caminhos precisam ser abertos

A situação das mulheres frente às temáticas do trabalho e da pobreza, a partir de sua contextualização na conjuntura internacional deste final de século, leva à discussão de alguns dos impactos da chamada “nova ordem” sobre as relações sociais de gênero.

A questão que se coloca é saber em que medida a reestruturação da economia e as mudanças políticas profundas que o mundo tem passado afetam as mulheres e suas demandas. A resposta não é muito animadora, e talvez seja esta a arena na qual retrocessos no âmbito de políticas sociais se apresentam de forma mais transparente e imediata na nova conjuntura econômica e política mundial, marcada pelo discurso neoliberal da centralidade do mercado e da “ineficiência” do Estado.

É paradoxal observarmos o crescimento da presença feminina em diversas áreas, bem como os avanços internacionais em termos da legislação, mais igualitária e menos discriminatória em relação aos direitos da mulher, e ao mesmo tempo verificarmos que, no cerne da reestruturação da economia capitalista mundial e da “nova ordem”, isto parece não se traduzir em melhorias nas suas condições de vida. Ao contrário, percebe-se uma deterioração de sua situação, particularmente em relação ao trabalho e aos encargos familiares – deterioração que atinge especialmente as mulheres das camadas mais pobres.

É importante colocar, no entanto, que este não é um fenômeno particular apenas dos países ditos “em desenvolvimento” ou do Leste europeu; ocorre também nos chamados países centrais, embora os efeitos sobre os dois primeiros se manifestem de forma mais incisiva.

De maneira geral, pode-se afirmar que existem certos fatores estruturais que respondem por esta situação. Um vincula-se à própria (in)capacidade de um sistema econômico e social balizado fundamentalmente pelas relações de mercado de garantir a superação das discriminações e a incorporação plena das mulheres ao mercado de trabalho

em condições de equivalência. Como sugere Off (1989), a existência de um “mercado” de trabalho pressupõe uma situação de exclusão de parcelas ao lado da oferta (leia-se trabalhadores – pois, se houvesse um equilíbrio constante entre oferta e demanda, a lógica e a essência da mercadoria “força de trabalho” deixariam de existir). A exclusão, crescente nas últimas décadas, uma vez que o desemprego passa a ser estrutural, possibilita que, no âmbito do mercado, o capitalista (leia-se demanda) negocie em condições mais favoráveis visando a manutenção de seus lucros.

Para Off, as mulheres são parte integrante das parcelas de exclusão mais vulneráveis, portanto negociam o seu trabalho em condições bem menos favoráveis. Pode-se aqui argumentar que este raciocínio é idêntico ao que considera as mulheres como “exército industrial de reserva” do capitalismo, tese que vem sendo bastante questionada, principalmente em razão do crescimento expressivo do percentual de mulheres que ingressam no mercado, mesmo fora dos períodos de crise, e da tendência mundial à absorção da mão-de-obra feminina. Não é o caso aqui de entrarmos nesse debate. Mas pode-se considerar válido o argumento de Off se se ponderar que, de fato, o ingresso das mulheres têm sido feito a partir de sua condição de “desigual”, mesmo para vender a sua força de trabalho.

De fato, como afirma Castro (1990), o capital não é sexista e se ele absorve homens ou mulheres o faz a partir de uma análise de custo/benefício dentro de suas necessidades. Entretanto, ao fazê-lo, seu interesse não é, absolutamente, o de garantir o “direito” da mulher ao trabalho ou o da promoção de sua plena capacidade. A superação dessa situação exigiria políticas e ações que tomassem outros parâmetros que não o do lucro como referencial central. Mas uma organização social e econômica marcada pela exclusão como necessidade intrínseca ao seu funcionamento e às suas estratégias de lucro não se mostra capaz de ir contra a sua própria essência. As tendências expostas mais adiante pretendem demonstrar isso.

As reivindicações básicas, materiais, dos movimentos de mulheres que tem como objetivo estabelecer as condições para um outro tipo de relação social de gênero dirigem-se centralmente ao Estado. Isto porque, em realidade, boa parte das atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres são, de fato, atividades que dizem respeito a toda a sociedade, são atividades da esfera pública, e portanto deveriam ser geridas pelo Estado, através de políticas sociais. Do mesmo modo, tem-se claro que, sem políticas amplas que visem enfrentar no plano cultural e ideológico toda a carga de estereótipo e distorções, se torna bastante difícil construir em outras bases as relações entre homens e mulheres. A quem cabe a promoção de tais políticas? É este um dos mais importantes aspectos da discussão sobre as esferas públicas e privada e a condição da mulher. Em outras palavras, o debate sobre o que deve ser o papel do Estado, que políticas e para quem este deve se voltar, tem importância crucial para o feminismo, uma vez que uma de suas demandas é exatamente a de socializar, no sentido amplo de tornar público e social, o que vem sendo assunto, pelas mulheres, no espaço privado doméstico.

Ocorre que as modificações políticas e econômicas no mundo parecem apontar para uma direção oposta, operando como retrocesso e restrição aos espaços das mulheres, tanto no campo econômico como social.

A política neoliberal traz a crise dos Estados de Bem-Estar Social e programas orientados pelo FMI



Dois processos internacionais que marcaram as duas últimas décadas contêm elementos agravantes e emblemáticos desta situação. A difusão e o crescimento da política neoliberal trazem como contrapartida a crise dos chamados Estados de Bem-Estar Social – e a debacle dos Estados socialistas do Leste, com a posterior integração ao capitalismo – e a adoção de programas de estabilização e ajustes estruturais orientados pelo Fundo Monetário Internacional. Em ambos, a crítica ao Estado, entre outras, se pauta pela defesa da transferência, para a esfera privada ou da família, de serviços sociais básicos que antes eram públicos (Molyneux, 1993) e pela completa regulação do mercado sobre as políticas e a oferta de empregos. Em ambos, as mulheres tendem a ser diretamente atingidas, com consequências visíveis já a curto prazo.

Países industrializados que aplicaram programa de estabilização de corte neoliberal apresentam redução de serviços nas áreas de educação, previdência e assistência, ao mesmo tempo em que os indicadores mostram o aumento do trabalho parcial para as mulheres, retrocessos em benefícios trabalhistas, aumento dos encargos domésticos, acompanhados de um discurso oficial de reforço ao papel da família e das mulheres em seu interior. A Inglaterra pode ser considerada o paradigma dessa situação. Mas países que pareciam incólumes a esse ideário, como a Din-



marca e a Suécia, por conta do processo de reestruturação global da economia e das tendências políticas mundiais, já começam a promover cortes e redefinir os seus gastos públicos. Estes Estados, onde a política de Bem-Estar foi mais avançada, têm como resultado a participação de cerca de 80% das mulheres na força de trabalho, e 33% dos parlamentares dinamarqueses pertencem ao sexo feminino.

Nos países ex-socialistas o quadro tende a se apresentar de forma mais dramática, com a supressão de importantes serviços básicos, desemprego em massa de mulheres, retrocessos até na legislação, acompanhados por uma brutal desestruturação das instituições. Só para dar um exemplo, estudo realizado na ex-Alemanha Oriental, e divulgado no *Jornal do Brasil* em abril de 1994, indica que os casos de esterilização cresceram 2.000% em apenas quatro anos e os nascimentos diminuíram mais de 50%. Nesse estudo, as autoras indicavam a insegurança social, o desemprego e a recessão entre os principais responsáveis pelo fenômeno. Os custos humanos têm sido altos, com o declínio dos índices de saúde, educação, extinção de creches públicas e aumento da pobreza. Maxine Molyneux (1993) observa existirem “amplas evidências que mostram que os efeitos acumulados deste processo se abatem de forma bastante desproporcional sobre as mulheres”.



Países do Norte e do Sul defendem a relocação das mulheres à família e às tarefas tradicionais

Analisando a difusão das políticas neoliberais no mundo, esta mesma autora constata que a defesa da relocação das mulheres à família e às tarefas tradicionais é observada tanto em países industrializados do Norte como nos países pobres do Sul, que têm implementado políticas de estabilização ou ajuste estrutural, as quais tem maiores impactos sobre a provisão de serviços básicos. Muitos desses serviços, se não são oferecidos pelo Estado, tem na mulher o elemento provedor, viabilizador ou o suporte para a execução. Observa ainda essa autora que, nas negociações entre o Banco Mundial e os governos, tem prevalecido a

proposta de que estes serviços sejam oferecidos na própria família, e não em nível público.

No que tange aos países capitalistas pertencentes ao denominado Terceiro Mundo, por serem alvo central destes programas, os resultados se manifestam através do crescimento dos indicadores de pobreza, gerando demonstrações populares de revolta. De acordo com Young (1993), estudos desenvolvidos em dez países que aplicaram estes programas indicaram que, em seis deles, os efeitos foram extremamente perversos, verificando-se um aumento de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, tanto em números absolutos como proporcionais, verificando-se também um aumento da mortalidade materna e da anemia em mulheres grávidas, bem como maior redução na renda das mulheres pobres. Em relação aos outros quatro, apenas um país, a Coreia do Sul, indicou um declínio da pobreza, enquanto nos três restantes as evidências não eram claras. De acordo com Young, pelo fato de as mulheres e, particularmente, as chefes de família predominarem entre os pobres, terminam por ser, juntamente com as crianças, as que mais sofrem com a redução da comida, com a infraestrutura, corte de empregos e serviços públicos.

Aumenta a exploração de mão-de-obra nas multinacionais, onde cresce o número de mulheres



Estas políticas têm afetado as mulheres em diversos caminhos, através de mudanças na renda, da redução dos gastos públicos e de seu redirecionamento e, também, da deterioração das condições de trabalho. Em verdade, elas parecem não afetar apenas uma parcela de mulheres privilegiadas.

O neoliberalismo para os países em desenvolvimento tem como conseqüências a quebra da soberania e a subordinação completa aos interesses dos mercados centrais. Um dos impactos ocorre na política de emprego, com a deterioração das condições de trabalho e o aumento da exploração de uma mão-de-obra barata por parte das empresas estrangeiras, nas quais crescentemente encontram-se as mulheres. O próprio caso do México é emblemático dessa situação. De acordo com Le Doaré (1986), as montadoras e as fábricas subcontratadas de montagem que se estabeleceram no México nas últimas décadas dão preferências para mulheres. Estas constituem cerca de 85% a 95% da mão-de-obra e concentram-se na linha de montagem. Segundo Le Doaré, "para aumentar a taxa da mais-valia, as empresas, não mascarando os lucros extraídos desse sistema de produção, oferecem salários baixíssimos e impõem condições de trabalho que permitem o aumento máximo de taxa de rentabilidade(...)" (p. 53). Esse tipo de empresa chamada "maquiladora", que se fez presente na economia mexicana, tem sua presença nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil. Le Doaré observa que "manter os salários ao nível mais baixo possível é uma política constante da empresa que possui um capital fixo muito reduzido (...) tão leve que, no México, várias des-

sas empresas "fugitivas" puderam carregar as máquinas à noite, deixando as oficinas vazias, para não terem de indenizar ou mesmo pagar salário às operárias" (p. 54). Essa situação foi observada na primeira metade da década passada! É possível imaginar como se encontram as operárias mexicanas hoje, após a perda completa da soberania de seu país!

Nesse quadro econômico e político internacional sucintamente explicitado, pode-se sugerir que a garantia de direitos iguais, luta tão longa e importante, se confronta com a realidade e, muitas vezes, mostra-se formal. A batalha conquistada econômica por parte das mulheres e a tão divulgada independência e liberdade individual parecem estar acompanhadas de uma imensa vulnerabilidade à exploração e ao abuso, em que a divisão de papéis na família continua a funcionar como elemento inibidor chave.

Como sugere Brenner (1993), em uma economia capitalista a família não é apenas arena de privacidade, intimidade e prazer social, mas, antes de tudo, a unidade básica de sobrevivência. Esta unidade, que ainda tem na mulher a responsável e executora, coloca-a concretamente numa posição desvantajosa no mercado e interfere em sua capacidade de negociação.

Isto ocorre mesmo nos centros capitalistas mais avançados. Analisando a situação das norte-americanas na atualidade, Brenner afirma que, pela inexistência de um Estado de Bem-Estar, às famílias cabe toda a negociação com o mercado, com as mulheres traçando suas estratégias baseadas na divisão sexual do trabalho e em seus encargos. Às que possuem um nível de renda e qualificação que lhes permite pagar a terceiros a realização de certas tarefas domésticas, estas estratégias garantem a obtenção de ganhos e vantagens nas negociações. Já para a maior parte, as estratégias implicam considerar empregos parciais, mal pagos e sem chance de qualificação.



Mulheres de camadas favorecidas e bom nível profissional negociam livremente seu trabalho

Em uma economia considerada desenvolvida, e na qual a democracia liberal encontra-se consolidada, verificando-se um leque de conquistas de combate à discriminação de sexo, teoricamente as mulheres acham-se mais livres para negociar com os empregadores e os homens. Segundo Brenner algumas efetivamente o fazem, ou seja, uma significativa parcela das camadas mais favorecidas e com bom nível profissional. Porém, a maior parte negocia a partir de uma posição subordinada, desvantajosa e limitada pela ausência de serviços públicos coletivos. Esta autora ilustra sua análise mostrando que, embora tenha crescido a parcela de mulheres que ganham mais e obtêm ascensão funcional, esta não é a realidade da mulher norte-americana em geral. Comparativamente, para as mais pobres as condições de trabalho teriam se deteriorado: 18% das que trabalham em tempo integral ganham menos de US\$ 10.000 anuais, a mesma

proporção do início da década de 70, enquanto 28% das que trabalham em tempo parcial ganhavam em média um terço do que ganham as trabalhadoras de tempo integral.

Brenner chama a atenção para as diferenças entre as vantagens e ganhos obtidos pelas mulheres americanas pertencentes às camadas médias e altas em contraposição à maior parte, as de menor poder aquisitivo. Em outras palavras, *megatrends*, a imagem da mulher executiva, vendida pela mídia como modelo de emancipação, parece estar longe de corresponder à realidade da parcela feminina norte-americana. Para a autora, a realidade "indica que a situação não pode ser resolvida apenas com o aumento de uma legislação antidiscriminatória. Requer soluções: uma significativa redistribuição da saúde; reordenamento nas prioridades e expansão dos gastos governamentais em algumas áreas; e crescente regulação das práticas empregatícias", questões que, segundo ela, "ameaçam diretamente poderosos interesses capitalistas" (p.103).

As desigualdades em relação às mulheres também têm sido fator de preocupação dos organismos internacionais há algumas décadas. A tentativa de integrar as mulheres aos processos de desenvolvimento (entendimento na acepção oficial do termo) já foi alvo de cinco diferentes políticas. A primeira é conhecida como política de bem-estar: as mulheres eram vistas muito mais como mães e responsáveis pelos cuidados com os outros do que como atores econômicos; a segunda é a da igualdade, ou seja, tratava-se de ajudá-las a ganhar acesso à arena pública nas mesmas condições que os homens; a terceira, no início da década de 70, era a de combate à pobreza: o objetivo era minimizar a pobreza, visando minorar seus efeitos e garantir às mulheres melhor acesso aos recursos produtivos; a quarta era a de eficiência: tratava-se de melhorar a contribuição que as mulheres poderiam dar ao mercado e ao desenvolvimento, uma vez que assim, acreditava-se, elas avançariam na igualdade; a quinta, e atual, é a do *empowerment* (dar poder): esta já é uma visão mais crítica, fruto de maior articulação das mulheres frente a estes organismos internacionais, e visa capacitá-las a participarem das decisões políticas, a terem controle sobre as suas vidas, a decidirem o que querem e como querem.

Embora avançada, a política do empowerment também não se traduziu em ações concretas



Embora esta última tenha um conteúdo avançado, o fato é que estas políticas parecem não ter conseguido muitos resultados, não se traduziram em ações e iniciativas reais, tornando-se evidente que os compromissos assumidos pelos países que integram estes organismos internacionais se situam, em geral, no plano da retórica. Isto se deve tanto à ausência de uma vontade política destes países quanto à predominância de um tipo de desenvolvimento já bastante constatado como excludente e centrado em

padrões capitalistas tidos como universais e impostos como paradigmas. O problema de fundo é que estes organismos, mantidos e dominados principalmente pelos países capitalistas centrais, não possuem poder real. Tornam-se, cada vez mais, uma maneira de os governos, através de declarações de intenções, diluírem as origens e as causas das desigualdades, e não locais para pensar a sua resolução. Assim é que, como saídas concretas, indicam-se constantemente iniciativas particulares, incentivos aos pequenos empreendimentos domésticos, flexibilização dos horários de trabalho das mulheres. Mas está ausente a redefinição de qualquer problema que implique mudanças na essência das relações econômicas e sociais. No fundo as saídas deverão ser buscadas nas próprias mulheres!

Em suma, o que vários estudos parecem indicar, quando se referem ao Leste europeu, aos modelos norte-americanos ou do *welfare-state* ou aos países do chamado Terceiro Mundo, é que as transformações da situação das mulheres e das relações de gênero também estão relacionadas a soluções políticas de fundo. E é nesta perspectiva que se deve pensar uma política de gênero relativa à questão da pobreza e do trabalho no Brasil.



Busca de identidade e independência, além de necessidades econômicas, determinam mudanças

É fato por demais constatado e conhecido as profundas transformações operadas na realidade da mulher brasileira, sobretudo nos últimos vinte anos. A maior parte das análises indicam também que tais mudanças, mesmo para as mulheres das camadas mais pobres, não se verificaram apenas por necessidades econômicas, mas também por fatores culturais relacionados à busca de identidade e independência.

Indicadores estatísticos relativos à educação demonstram crescimento da escolarização feminina, que supera a dos homens, o aumento da parcela de mulheres que ganham salários mais altos, e verifica-se até mesmo uma ligeira redução dos diferenciais de salários entre homens e mulheres em geral. Assim, também o Brasil acompanha uma tendência geral de modificação no perfil e na posição das mulheres nos âmbitos econômico e social e a redução de discriminações mais clássicas e explícitas entre homens e mulheres.

Ocorre que esta tendência, por si, não nos conduz a perspectivas muito animadoras de inversão, a curto ou médio prazo, do quadro dramático que se apresenta. Embora tenha havido uma grande mudança no perfil e no acesso ao trabalho, esta tendência não parece estar conduzindo a uma inversão da posição e dos recursos a que as mulheres têm acesso, uma vez que o fosso é considerável e a própria legislação brasileira era até há pouco bastante restritiva. Trabalho igual continua não significando salário igual, assim como direitos iguais não significam acessos iguais.



A questão que se coloca não é se a situação das mulheres está pior ou melhor. É se esta melhora corresponde, ao menos de longe, ao grau de inserção e de contribuição destas à sociedade. Em nosso caso, trata-se de um país marcado por profundas desigualdades sociais, nas quais a maior parte das mulheres responde por indicadores dramáticos, situando-se em grande proporção na base da pirâmide. Especialmente as chefes de família (20% das que trabalham), que muitas vezes, além de responsáveis únicas pelo sustento dos filhos, não têm acesso a nenhum benefício previdenciário (Botelho, 1994). Têm-se 62% das mulheres ganhando até dois salários mínimos e 10% que trabalham sem remuneração. Quase 50% sem carteira assinada, e um ganho médio de menos de 60% dos salários dos homens. Em pesquisa recente, Aguiar (1993) comprova que, no Rio de Janeiro, mulheres com a mesma idade e mesmo nível educacional recebem salários 60% menores

que os homens. Num país onde os salários já são aviltantes pode-se imaginar o significado desses dados.

A reversão deste quadro torna-se emergencial não só pelos efeitos econômicos e sociais que ele gera, mas também pelos políticos. Há décadas no Brasil, uma parcela significativa da população vive em condições precárias, abaixo da chamada linha de pobreza, que em 1960 correspondia a 41,3% da população e em 1988, ou seja, 28 anos depois de uma industrialização considerável, corresponde a 39,3% (Reis, 1993). Temos uma população – maior que a da Inglaterra, da Espanha e de muitos países europeus – que não pode consumir, não tem acesso a nenhum tipo de bem e não é ouvida e considerada. Reis chama atenção para o fato de que “a persistência da pobreza pode contribuir para elevar a taxa de alienação diante da política”, uma vez que, “para os milhões que vivem à margem da sociedade, privados do acesso a bens e serviços e experimentando toda sorte de privações materiais, a política perde o sentido”. A perda de sentido em relação à política tende a significar abstenção, descrédito e ausência de opinião e de busca de interferência nas questões conjunturais e estruturais.



O emprego a domicílio e os subcontratos sociais têm crescido como parte das estratégias do capital

Nesse quadro, cabe refletir, principalmente, sobre a situação da maior parte das mulheres, uma vez que, além de se encontrarem nesta condição, seu papel na família e as tradições culturais dificultam a sua ação política. Donde pode-se também supor que os efeitos políticos tendem a ser mais perversos para a parcela feminina. Perversos até para dificultar o enfrentamento das estratégias montadas pelo capital, com o objetivo de aumentar a margem de lucro, ou no mínimo mantê-las, quando conquistas sociais garantem a regulação de certos direitos mesmo quando toda a ação governamental se volta para a subordinação desses direitos aos interesses do mercado. Na América Latina, o emprego a domicílio e os subcontratos industriais têm crescido como parte dessas estratégias. Em várias dessas novas modalidades introduzidas nos processos e relações de trabalho, as mulheres têm sido incluídas como mão-de-obra preferencial. Assim, se do ponto de vista da economia dominante mundial o arcabouço jurídico não discriminatório tende a contrastar com a ausência de chances reais de uma negociação livre e igualitária, particularmente para as mulheres, no Brasil da exclusão tais chances tornam-se ainda mais reduzidas, a não ser em situações de pressão e organização política. E os ganhos registrados até o momento, quer na legislação, quer nos acordos, devem-se a corajosas mobilizações das trabalhadoras, que não poucas vezes declaram ter de enfrentar não apenas o patrão mas a cobrança doméstica.

O Brasil é signatário de compromissos internacionais em relação aos direitos da mulher. No entanto, um balanço

mínimo mostra que também aqui estes compromissos situam-se no plano eminentemente formal. De fato, mesmo em se tratando de iniciativas paliativas e limitadas, o Brasil encontra-se bem mais atrasado que muitos países latino-americanos.

As lutas e as experiências das mulheres indicam que, devido às características das discriminações de gênero, mesmo políticas públicas exigem um grau de compromisso do Estado que ultrapasse a esfera dos direitos formais. Sair do nível da simples regulação ou compensação das disparidades geradas pelas relações capitalistas significa ir além da garantia da igualdade. Implica intervir na lógica que gera as disparidades e as assimetrias entre homens e mulheres. Questão complexa e desafio que mesmo as experiências socialistas que se pautaram pela busca da chamada emancipação e por políticas compensatórias ficaram longe de enfrentar em toda a sua plenitude.

Ao mesmo tempo, o enfrentamento da questão da desigualdade no país coloca a necessidade de se contar com um Estado comprometido, econômica e politicamente, com esse objetivo, com políticas sociais e que não seja mero avalizador dos interesses do mercado. Em outras palavras, trata-se de um amplo espectro de transformações, em caminho contrário às alternativas de corte neoliberal e programas recessivos, ou seja, em direção oposta à via de reestruturação econômica definida para os países capitalistas em desenvolvimento e que é hoje a meta central do atual governo.

O Estado é visto como ente abstrato, como se não existissem classes e grupos que detêm o seu poder



Do ponto de vista de uma política que pretenda, de fato, incorporar a questão de gênero, as propostas necessitariam superar o plano liberal predominante até o momento e indicar caminhos capazes de construir as condições concretas para o exercício da igualdade, o que requer "intervir desigualmente em relação aos desiguais".

Entretanto, à medida que o balanço da situação é feito, verificam-se que as crises do capitalismo agravam sobremaneira as adversas condições de vida da maioria das mulheres. A chamada globalização tem como um dos pontos constantemente abordados o argumento de que em uma economia internacionalizada, de mercados transnacionais, o Estado vai perdendo a sua razão de ser, assim como o próprio conceito de soberania. A estratégia é alardear a ineficiência e incapacidade do Estado. Este, por sua vez, torna-se um ente abstrato, como se não existissem classes e grupos que detêm o seu poder e respondem pelas políticas implementadas. Sem entrar no debate mais global, o fato é que as diferentes realidades expostas indicam que, em se tratando de direitos da mulher e de políticas de gênero, a existência de um Estado de fato democrático e dirigido por interesses sociais, voltado para atender às ne-

cessidades dos trabalhadores e trabalhadoras é essencial. A ideologia neoliberal é, portanto, contrária à própria essência das reivindicações materiais das mulheres, que dependem de iniciativas de cunho social. O que há de comum entre as diferentes realidades expostas anteriormente é o fato de que em todas elas ou inexissem políticas públicas e sociais ou foram drasticamente cortadas. E todas as mulheres tornaram-se mais sobrecarregadas e exploradas.

Embora a conquista dos direitos formais, inscritos na Constituição e nas leis, tenha a sua atualidade e a sua importância para a luta das mulheres, fica claro que a superação das desigualdades entre os espaços de homens e mulheres é uma questão política – e só com este ponto de vista é que se pode, de fato, abrir novos caminhos. O discurso sobre os direitos da mulher, sua integração à economia, é hoje generalizado. Resta saber com que perspectiva isto vem se dando. Assim, definir o papel do Estado e defender o modelo que queremos é hoje tema central para a agenda dos movimentos de mulheres. Retomando Brenner, "a quebra da divisão por gênero irá requerer a reorganização de como nós, mulheres e homens, nos organizamos e realizamos as necessidades humanas".

CLARA ARAÚJO é socióloga e coordenadora da área de trabalho do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro.

Bibliografia

- AGUIAR, Neuma. "Desigualdades sociais e pobreza por gênero e raça", *Pobreza e desigualdade social*, Rio de Janeiro, IUPERJ, agosto de 1993.
- BOTELHO, Virgínia. *Previdência Social: perspectivas para as mulheres*, Série Seminários, nº 7, Rio de Janeiro, IPEA, 1994.
- BRENNER, Johana. "The Best of the Times, the Worst of the Times: US Feminism Today", Londres, *New Left Review*, nº 200, 1993.
- CASTRO, Mary. "A dinâmica entre classe e gênero na América Latina" (apontamentos para uma teoria regional sobre gênero), Salvador (mimeo), 1990.
- LE DOARÉ, Hélène. "Divisão sexual e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontratadas de montagem", *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- MOLYNEAUX, Maxine. "Women's Rights in Post-Communist States: Some Reflections on the International Context" (mimeo), Londres, 1993.
- OFF, Claus. *Capitalismo desorganizado*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- REIS, Elisa. "Pobreza, desigualdade e democracia", *Pobreza e desigualdade social*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1993.
- YOUNG, Kate. *Planning Development with Women*, Londres, MacMillan, 1993.

Gênero, trabalho e sindicato

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES
E CORRENTE SINDICAL CLASSISTA

O desenvolvimento que interessa às mulheres e os desafios no mundo do trabalho decorrentes do ajuste à nova ordem capitalista foram temas do I Encontro Nacional Mulher e Trabalho

Em todo o mundo, e também no Brasil, o movimento de mulheres se prepara para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, convocada pela ONU, a ser realizada em setembro deste ano, em Pequim. As conferências mundiais ocorridas na última década têm sido palco de acirradas batalhas entre o movimento autônomo, de um lado, e governos, de outro, em torno de questões fundamentais como direitos reprodutivos, ecologia, desenvolvimento, direitos humanos etc. O movimento de mulheres tem conseguido impor algumas de suas propostas aos governos e realizado eventos paralelos com grande repercussão na mídia.

Esta Conferência realiza-se num momento decisivo, em que as conquistas e avanços das mulheres estão seriamente ameaçados pela nova ordem internacional. O novo modelo econômico internacional está relegando as questões sociais a um plano secundário. O impacto do aumento da pobreza e da violência tem sido especialmente significativo em um dos grupos mais vulneráveis, as mulheres. No Brasil estão sob séria ameaça direitos duramente conquistados e ratificados pela Constituição de 1988, como licença maternidade, aposentadoria por tempo de serviço etc.

Diante disso, é fundamental que as mulheres, especialmente as trabalhadoras, façam ouvir sua voz e suas reivindicações e imponham suas propostas. É fundamental que o movimento de mulheres combata frontalmente o projeto neoliberal, que exclui a parcela feminina da população. O documento cujo resumo transcrevemos a seguir, aprovado no I Encontro Nacional Mulher e Trabalho, promovido pela União Brasileira de Mulheres e Corrente Sindical Classista, pretende lançar luz sobre o tipo de desenvolvimento que interessa às mulheres e sobre os novos problemas e desafios colocados pelas mudanças no mundo do trabalho decorrentes do ajuste estrutural da nova ordem capitalista.

Nas análises e balanços da década e nas formulações de novas estratégias e perspectivas para a mulher persistem as constatações de que, ao lado de grandes mudanças, mantiveram-se as desigualdades. E mais ainda, às desigualdades de gênero somam-se desigualdades sócio-econômicas, raciais e étnicas. Também é assinalado um

certo grau de desenvolvimento econômico em alguns países da América Latina, por exemplo, através da aplicação de políticas de "ajuste estrutural", que por sua vez trazem em seu cerne o agravamento da pobreza, da miséria, da exclusão social. A pauperização e a polarização social aumentaram, com duplas conseqüências sobre a situação da mulher: as condições de acesso ao trabalho permanecem desiguais e aumenta o índice de mulheres pobres chefes de família. A pobreza recai com maior carga sobre as mulheres, especialmente as mulheres negras e as trabalhadoras rurais. Esta carga maior se dá na proporção mesma em que as desigualdades de gênero se apresentam na divisão social e sexual do trabalho.

Por que os binômios desenvolvimento/pobreza, crescimento/exclusão? Por que, para as mulheres, ao lado de efetivos avanços no plano jurídico-institucional (especialmente no Brasil – Constituição 88, Conselhos, Delegacias etc.), verifica-se a deterioração dos serviços públicos (saúde, educação) e a minimização de políticas públicas voltadas contra a discriminação de gênero? Por que a dolorosa realidade de entrar massivamente no mercado de trabalho à custa da desqualificação, da subcontratação, da terceirização?

É certo mesmo que o mundo passa por profundas transformações sociais, econômicas e políticas. A IV Conferência Mundial em Beijing, que vai discutir Ações para o Desenvolvimento, a Igualdade e a Paz, não enfrenta a mesma realidade de México 75 e Nairobi 85. Nestas ocasiões, estes mesmos temas foram discutidos, primeiro como colocação na ordem do dia da questão da mulher (México e a Declaração sobre a Igualdade da Mulher e sua Contribuição ao Desenvolvimento e a Paz) e depois enquanto Estratégias para o Desenvolvimento, a Igualdade e a Paz (Nairobi). Agora vamos discutir as ações para a mesma temática, que não mudou. Mudou o mundo. E o que mudou tem nome e tem matriz.

A realidade do mundo hoje é unipolar. Os blocos ideológicos acabaram, a hegemonia dos países ricos (sob a égide dos Estados Unidos) é total. O poder é concentrado e o centro de decisões, hipermonopolizado. A nova ordem ignora as características regionais e a heterogeneidade ra-

cial e cultural dos povos. Apaga as fronteiras territoriais, desrespeita a soberania nacional, impõe um "novo" conceito de nação, propõe um novo engate internacional em que se cristalizem países hegemônicos e países periféricos, países centrais e países dependentes. Na verdade, sete países ricos e países do restante do mundo.

Em sua crise de decomposição, o capitalismo, incapaz de resolver os problemas de nosso tempo, busca alternativas para sair da estagnação e enfrentar as novas exigências de desenvolvimento. A decomposição do capitalismo aumenta o parasitismo, grandes recursos são aplicados na especulação financeira e não na produção. Há uma mudança profunda nas forças produtivas, em que predomina o avanço tecnológico, especialmente a microeletrônica, a informática e as telecomunicações (telemática). Este avanço altera as formas de gerenciamento dos negócios e da sociedade. As decisões são tomadas em escala internacional de forma instantânea, assim como são instantâneas a transferência e movimentação do capital. O capital se desterritorializa. A mobilidade do trabalho se acentua. As transnacionais dominam o mercado mundial e o centro de decisões. Organismos como o FMI e o Banco Mundial ditam normas de organização econômica passando por cima das características multirraciais e multiculturais dos povos, dos diferentes estágios e do tipo de desenvolvimento que aspiram. Outros, como a Organização Mundial do Comércio, quase exercem o papel de novo governo do mundo. É a era do primado do mercado sobre as nações.

Capitalismo e economia globalizante não respondem às questões que têm sido colocadas na atualidade

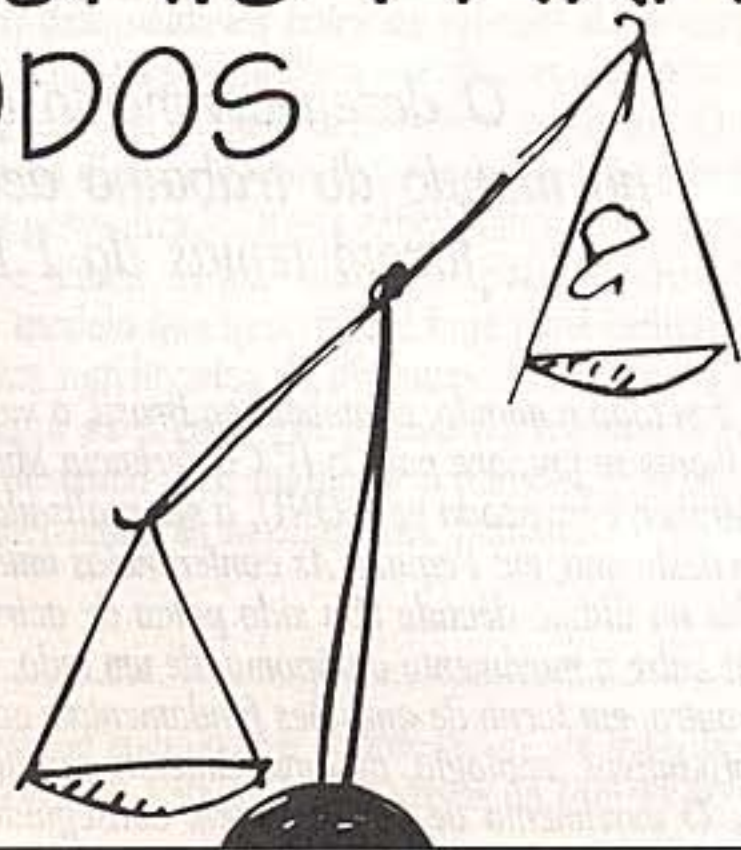


O projeto neoliberal (que acaba de "anexar" a economia mexicana à norte-americana e destruir o México como nação) tem sua origem não na busca de um desenvolvimento real, independente, de acordo com as características regionais e culturais dos povos, baseado na soberania nacional e na democracia plena dos Estados livres e soberanos. É preciso dar nome e face aos agentes da nova ordem.

O projeto neoliberal é fruto de um seminário promovido em 1990 pelo governo norte-americano, que elaborou propostas conhecidas em seu conjunto como Consenso de Washington, com o objetivo de estabilizar e ajustar as economias dos países periféricos, como o Brasil, à nova realidade do capitalismo mundial (o plano inclui cerca de 60 países). A nova orientação econômica pode ser sintetizada em três pontos básicos: estabilização da economia, realização de reformas estruturais e retomada de investimentos estrangeiros. Por tão simples que pareça, tal orientação combate a inflação mantendo o arrocho salarial, estabiliza a moeda com "âncora cambial" (dolarização), desestrutura os parques industriais e reduz empregos.

Por ajustes estruturais entende-se o processo acelerado de privatizações de estatais estratégicas, desregulamenta-

DIREITOS E DEVERES IGUAIS PARA TODOS



ção de mercados, liberalização financeira e comercial. E por retomada de investimentos estrangeiros quer-se dizer abertura indiscriminada dos mercados internos ao capital estrangeiro e ao comércio exterior.

Enfim, um processo de transnacionalização da economia, de desmonte do Estado e das empresas estatais e conseqüente desmantelamento dos serviços públicos (Estadomínimo), de redefinição de fronteiras territoriais e liberalização das relações capital/trabalho.



Plano Real: um aspecto desse modelo. Mas sua implantação depende de reformas na Constituição

No Brasil, um aspecto deste modelo chama-se Plano Real, mas a implantação plena do projeto depende de reformas na Constituição, tanto no plano econômico como no ordenamento político do país. No momento, as propostas de mudança referem-se à questão das estatais de petróleo e telecomunicações, à definição do conceito de empresa nacional, à liberalização da navegação. Mais adiante, seriam feitas reformas sociais e na Previdência; e no plano político a reforma eleitoral, com diminuição de eleitores (voto opcional) e de partidos (cláusula de barreira) e redução da margem de escolha a apenas um candidato por partido (voto distrital misto).

Não é ao azar, portanto, que se tem constatado ao longo do mundo (e faz parte de programas de inúmeros governos – o combate à pobreza – tendo sido objeto recentemente da Conferência de Copenhague) um aumento exacerbado da pobreza e da miséria, fazendo surgir enorme parcela de excluídos. Aumentam os índices de violência na sociedade, acentua-se a discriminação racial, agrava-se a desigualdade social. Surgem conflitos inter-raciais e guerras nacionais, o ultranacionalismo e o neonazismo se manifestam em diversas regiões. A corrupção e o desemprego se fazem presentes em um ordenamento social que valoriza o pragmatismo, o consumismo e o individualismo, como diz a síntese das propostas de Mar del Plata, em sua primeira versão.

O modelo neoliberal traz intrinsecamente o aumento do abismo entre o desenvolvimento e a pobreza. Se é verdade que nos últimos 30 anos (Brasil) há uma entrada massiva da mulher no mercado de trabalho e tem aumentado o número de mulheres chefes de família, isto se tem dado em um quadro de persistente desigualdade no acesso ao trabalho, de segmentação no trabalho, com rebaixamento salarial e complementaridade salarial. E são as mulheres mais pobres que se tornam cada vez mais chefes de família. Entre as mulheres pobres mais pobres estão as mulheres negras, que além da discriminação de gênero, sofrem a discriminação racial. (No Brasil, é no Nordeste que houve maior crescimento de mulheres chefes de família, passando de 16,6 % em 1980 para 19,5 % em 1991, segundo o Censo 91).

O projeto neoliberal pesa mais sobre as mulheres. Há um processo de feminização da pobreza



A precarização das condições de trabalho afeta demasiadamente as mulheres, agravada pelo sucateamento da prestação de serviços públicos, levando a drásticas reduções nos setores da saúde e educação. Os cuidados com a maternagem e a educação dos filhos e a carga de trabalho doméstico aumentam com o enxugamento de serviços públicos, que se busca transferir para a esfera privada (creches, por exemplo). Aumenta o impasse entre maternidade e trabalho. A igualdade fica cada vez mais comprometida com a carga doméstica. As mulheres trabalham o dobro de horas que os homens, por um décimo de seus ganhos (Unicef).

Há, sem sombra de dúvida, um processo de feminização da pobreza. Como alternativas, instituem-se o trabalho a domicílio e o trabalho de subsistência. A violência social e doméstica persiste no cotidiano das mulheres.

A necessidade permanente de lucro do capital financeiro internacional, dos grandes bancos e das transnacionais choca-se com as reais necessidades da humanidade e a preservação do equilíbrio e da vida na Terra. O desenvolvimento não pode se dar à custa da perda de enormes capacidades humanas e reservas ambientais. Este modelo não

serve aos povos e às nações. Este modelo não serve às mulheres: por perpetuar a desigualdade de gênero é anti-feminista e arauto do retrocesso.

Mas existem povos, existem trabalhadores, homens e mulheres, que somam milhões de seres humanos, que buscam outro caminho: lutam por manter e desenvolver o socialismo. De acordo com suas características próprias. Analisando experiências passadas que desagregaram os países ex-socialistas. Avaliando as derrotas e experimentando o futuro. São experiências distintas. De acordo com suas peculiaridades. Resolvendo seus próprios problemas. Não há modelos. Cuba resiste altivamente ao odioso bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos e seu povo não abre mão do direito de decidir seu próprio regime político e econômico. Há que apoiar e solidarizar-se com a luta destes povos, especialmente o povo e as mulheres cubanas, que não sucumbiram aos ditames da nova ordem. Porque o mundo hoje se encontra em uma encruzilhada histórica: ou persiste o capitalismo – e a degradação social crescente e o aniquilamento das nações – ou abre-se nova luta buscando novos caminhos para o socialismo. É a única chance para a humanidade. O socialismo pode ter-se esgotado em algumas experiências práticas, mas não se esgotou em sua perspectiva histórica.

A realidade da mulher e as mudanças no mundo do trabalho

A evolução tecnológica, que introduz a microeletrônica e a robótica nos processos produtivos, com seus equipamentos flexíveis e versáteis altera a organização da produção e as formas de gerenciamento e organização do trabalho. Da linha de montagem de produção em massa, da hierarquização e verticalidade do trabalho, da fragmentação das tarefas (fordismo), passou-se à produção flexível e diferenciada, à produção sem estoques (JIT) à produção de bens especializados, à polivalência das tarefas (toyotismo). Muito embora a linha de montagem ao estilo fordista ainda persista na indústria, cada vez mais se introduzem as formas de produção flexível que exigem um trabalhador qualificado e polivalente. A produção flexível introduz também um novo sistema de gerenciamento, que elimina níveis hierárquicos, constitui grupos de controle de qualidade, propicia uma visão do conjunto do trabalho e incentiva a responsabilidade do trabalhador quanto ao destino da empresa, incorporando a visão patronal (ideologia da qualidade total).

Estas mudanças na produção têm perfeita consonância com a política neoliberal, já que introduzem a desregulamentação das relações de trabalho, a terceirização, o trabalho provisório, o trabalho em casa, ao tempo em que aumenta a exigência da qualificação do trabalho e do trabalhador multifacético. A flexibilização da produção também implica a flexibilização da relação capital/trabalho. Adota-se o conceito de parceria entre patrão e operário, minimiza-se o papel do sindicato, fragmentam-se as categorias. Surge a figura do trabalho flexível.

As mudanças no mundo do trabalho e a ofensiva ideológica que se faz para o comprometimento dos trabalha-

dores e trabalhadoras com a empresa, a necessidade de parceria, o sindicato desprovido de seu caráter de classes, com suas funções reduzidas a pulverizadas, os incentivos à auto-estima, as exigências de qualificação, a tônica no "fazer certo" causam grande impacto sobre os trabalhadores.

Isto ocorre tanto no que se refere à divisão social quanto à sexual do trabalho, pois ambas se entrelaçam. Introduzindo uma perspectiva de gênero no modelo de produção flexível vê-se, imediatamente, que o impacto sobre as mulheres não é o mesmo que sobre os homens.

Há falta de controle sob o processo de trabalho e sensação de impotência frente aos novos equipamentos



Para todos, o processo, além de exigir alta qualificação, de permitir a multifuncionalidade do trabalhador, de diminuir a fragmentação das tarefas (visão do todo), traz consigo também o aumento do desemprego, a terceirização, o trabalho provisório, o trabalho parcial, o trabalho em casa, enfim tipos de trabalho sem vínculos formais. Mas para as mulheres estes impactos são maiores. Já devido à sua inserção não harmônica no mercado de trabalho por causa das condições desiguais de acesso, não ingressa no interior das grandes linhas de produção em igualdade com os homens. A segmentação no trabalho, o aumento dos ritmos, a exigência de qualificação têm reflexos profundos no cotidiano da trabalhadora. A falta de controle do processo de trabalho e a sensação de impotência frente aos novos equipamentos degradam as relações de trabalho e causam profundo sofrimento físico e mental, aliado ao desencanto quando as operárias percebem, como diz Alice Abreu, que não houve qualificação de suas tarefas, que não tiveram acesso a um saber novo, que, "ao contrário, seu antigo saber foi apropriado pelo computador". Pode-se afirmar que as mulheres são a parcela mais atingida da população brasileira com o advento das novas tecnologias e da automação, já que se concentram no setor terciário, que sofreu grandes alterações com a informatização.

O que tem significado a flexibilização para as mulheres?

Desqualificação em vez de qualificação – A formação sexista e a ausência de uma discussão séria sobre as mudanças no mundo do trabalho numa perspectiva de gênero tem reproduzido e ampliado a relação de desigualdade nas novas funções polivalentes e qualificadas. Reproduz-se a relação desigual de salário e função, além de não se criarem novas carreiras profissionais. Cria-se um fosso entre um pequeno número de trabalhadores qualificados e um grande número de não qualificados. Este fosso tem uma clivagem de gênero, já que as mulheres são maioria entre os não qualificados. As categorias de trabalho não qualificado se feminizam cada vez mais.

Aumento do desemprego – A exigência de qualificação e a polivalência têm diminuído o número de empregos e também das categorias não qualificadas (por exemplo, substituição da datilógrafa pela digitadora). Como as mulheres fazem parte do setor periférico do mercado de trabalho, sobre elas cai a parcela maior do desemprego.

No quadro da flexibilização, a situação da trabalhadora doméstica torna-se cada vez mais instável pelo seu ténue reconhecimento como categoria profissional, pela sua localização periférica e não qualificada.

Precarização das relações de trabalho – As mulheres, como parcela flexível, não qualificada, facilmente recrutada e descartada por não haver investimento na qualificação, são forçadas a se submeter ao chamado trabalho de subsistência, em casa ou feito em casa, ao trabalho parcial ou aos empregos de curta duração.

Aumento da exploração e engessamento da opressão de gênero – A jornada de trabalho flexível para mulheres tem o efeito de compatibilizar o trabalho produtivo com o trabalho doméstico, como se este fizesse parte do processo de produção.

Na verdade o modelo de flexibilização, em sua cara feminina, significa: mulheres "polivalentes" sem aumento salarial e sem novas chances de promoção; utilização de formas atípicas: contratos de curta duração e empregos parciais; trabalho em casa e trabalho feito em casa; perda da competitividade; perda do poder de barganha – a negociação passa a ser individual e não coletiva; perda do espaço público – trabalho na esfera do privado, o que significa um retrocesso.



As mulheres rejeitam o canto da sereia da volta ao lar e a idéia de que estão mais infelizes com a igualdade

As mulheres trabalhadoras não podem se submeter a nenhum tipo de retrocesso. Suas conquistas precisam ser mantidas e ampliadas. Certamente rejeitam o canto da sereia da volta ao lar, e combatem a ofensiva ideológica que lhes quer fazer crer que sua luta foi inútil, que elas se encontram mais "infelizes com a igualdade". Primeiro, porque a igualdade na lei não tem se estendido à vida. Segundo, por que não há igualdade sem igualdade social, de gênero e de raça/etnia. Terceiro, porque a propalada igualdade se dá em uma sociedade fundada na desigualdade de classes e em um mundo que estabelece uma nova ordem de desigualdades, sob a égide das transnacionais e dos países ricos centrais.

O feminismo emancipacionista, representado no I Encontro Nacional Mulher e Trabalho por mulheres trabalhadoras de diversas categorias e de diversos estados brasileiros, analisando com cuidado o significado das mudanças no mundo do trabalho e seu impacto sobre as mulheres, não aceita a manutenção das mulheres como parcela não qualificada para o desenvolvimento tecnológico.



Rejeita, como retrocesso, a flexibilização dirigida e o trabalho de subsistência como alternativa, pois significam a oficialização do trabalho doméstico como responsabilidade exclusiva feminina e a volta da mulher à esfera privada, eternizando o recorte de gênero na definição das representações sociais e sexuais. Exige dos governos a manutenção e ampliação dos serviços públicos, como creches, saúde, educação, e não seu enxugamento ou transferência para o setor privado. As políticas públicas que pretendem eliminar as desigualdades de gênero em todas as esferas da sociedade devem ser elaboradas e aplicadas e não abandonadas e substituídas. Entende o trabalho flexível como redefinição das relações de trabalho, com diminuição da jornada de trabalho sem redução de salários para homens e mulheres. E ampliação da oferta de trabalho com oportunidades iguais para homens e mulheres, com regras flexíveis, para possibilitar a divisão dos encargos de casa.

Muito se tem por lutar. Para impedir o retrocesso, manter e ampliar as conquistas, para exercer plenamente, de forma digna, o direito ao trabalho, à cidadania e à construção da sociedade. O conceito de cidadania não é neutro e o trabalho não é uma ficção. O direito ao trabalho e a cidadania se entrelaçam, e para as mulheres significa que são trabalhadoras cidadãs, exercendo seus direitos de participação em iguais condições na produção e na vida política.

A luta contra a opressão de gênero entrelaça-se com a luta contra a exploração de classe



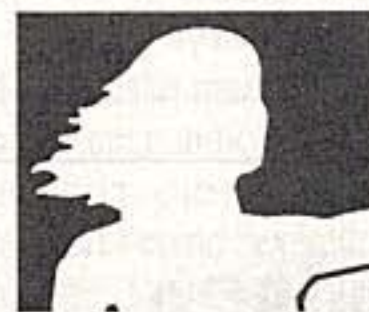
A luta contra a opressão de gênero entrelaça-se com a luta contra a exploração de classe. As formas de discriminação de gênero perpassam toda a sociedade e encontram local privilegiado no mercado de trabalho, trazendo embutida toda a carga da construção de gênero na família e nas relações sociais (família, sociedade, fábrica). O acesso ao

trabalho, a luta para os encargos domésticos saírem do privado e passem para o público, o embate contra a ideologia de classe, que mantém a exploração e aumenta o abismo entre possuidores e despossuídos, e contra a ideologia de gênero que mantém os estereótipos – todos fatores essenciais para as mulheres conquistarem a sua emancipação. Pela sua radicalidade, esta luta exige um novo terreno, em que o movimento de mulheres já vem conquistando espaços: o mundo do trabalho e o movimento sindical. A luta de gênero no movimento sindical tem conteúdo classista e emancipacionista.

O gênero no sindicato

Esta conquista de espaço imprime ao movimento de mulheres um novo dinamismo e ao movimento sindical uma força vitalizante. E isto num momento em que as entidades sindicais enfrentam ameaças de enfraquecimento, fragmentação e redução de seu papel diante da implementação do projeto neoliberal, com a flexibilização nas relações de trabalho, necessitando adquirir uma compreensão mais abrangente dos múltiplos condicionantes sociais, políticos, de gênero, raça, etnia e idade, que no interior da sociedade de classes configuram o perfil dos trabalhadores.

Neste ponto de nosso processo histórico as necessidades se fundem: a luta das mulheres precisa do sindicato, o sindicato precisa das mulheres, a sociedade precisa da luta contra a opressão social e de gênero para solucionar os problemas da produção econômica e da reprodução da espécie, buscando um modelo de desenvolvimento que contemple os trabalhadores.



A realidade exige um passo adiante: incorporar a questão de gênero no movimento sindical

É imperativo continuar o progresso no tratamento da questão de gênero no movimento sindical. Conquistou-se a aprovação da política de cotas em uma central. Uma vitória importante. Mas é preciso aplicá-la efetuando uma análise permanente da prática. Efetivá-la no conjunto dos sindicatos, onde esta medida vai se defrontar com a diversidade de características de cada categoria, como composição por sexo, nível de organização, localização regional e dinâmica própria.

Não se trata de um questão superada. Ainda em 1989, 43% dos sindicatos urbanos, 23% dos profissionais liberais, 54% dos trabalhadores autônomos, 60% dos rurais possuíam diretorias sem nenhuma participação feminina. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se avança na aplicação prática e discussão da quantidade (elemento necessário à democratização), urge elaborar e implementar políticas concretas no que se refere à qualidade. Impõe-se de imediato investimento na formação e projeção de lideranças femininas através de diferentes mecanismos: participação em cur-

tos de política sindical, treinamento em técnicas de direção, participação em juntas de negociação, tarefas de representação pública, incentivo a ações que dão visibilidade.

Ao discutir cotas e investimento na formação, estamos falando de democracia, participação no poder, superação de discriminações, fortalecimento do sindicato e do movimento de mulheres.

A conquista destes objetivos exige mais do que isso. É necessário incorporar os interesses e reivindicações das trabalhadoras às pautas de negociação, campanhas e na atividade cotidiana dos sindicatos. Incorporar massivamente as trabalhadoras ao movimento sindical. Travar a batalha ideológica sobre a questão de gênero, levando uma nova compreensão aos trabalhadores, homens e mulheres, cuja formação cultural e social acabou por naturalizar a opressão de gênero.

Tudo isso demanda uma atividade permanente e planejada: pesquisas, campanhas específicas de sindicalização, debates nos fóruns gerais dos sindicatos, estudo e elaboração, espaço nos boletins e jornais, mecanismos de apoio e orientação às trabalhadoras, atividades culturais, desportivas e sociais, divulgação dos direitos já conquistados, participação nos fóruns do movimento geral de mulheres, em acontecimentos de caráter local, nacional e internacional.

Há anos tomou-se consciência da necessidade de espaços específicos para o tratamento da questão de gênero na estrutura sindical. O aprendizado da experiência passou por departamentos "femininos", muitas vezes guetizados e calcados nos velhos estereótipos; evoluiu para comissões *sobre a questão da mulher*, já com perspectiva de gênero e ganhos significativos.

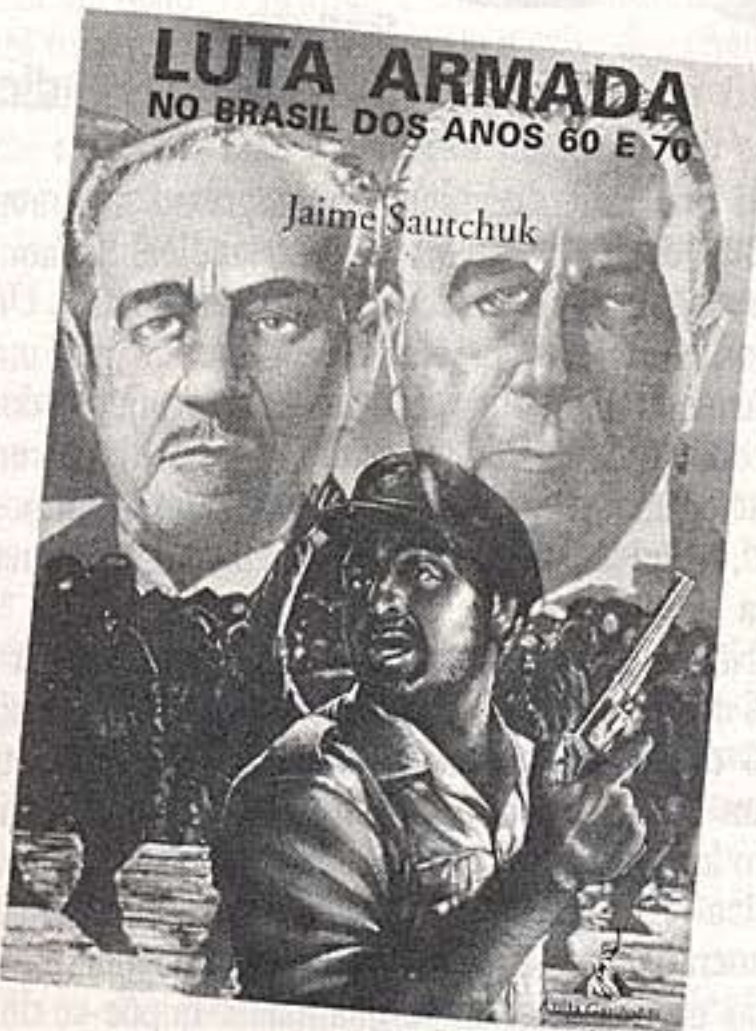
Hoje a realidade exige um passo adiante. Já se compreende que é necessário os sindicatos incorporarem a questão

de gênero como parte constitutiva, enriquecedora e mobilizadora do movimento sindical. Mas é necessário que tal espaço faça parte do centro de decisão dos sindicatos e centrais sindicais, tenha condições políticas e materiais de cumprir este papel. Defendemos uma Secretaria sobre a questão da mulher com cargo da Diretoria Executiva, com autonomia e poder para tomada de decisões e para atuar em conjunto com as demais áreas de atuação do sindicato (cultural, social, desportivas etc.).

Os sindicatos têm diante de si o desafio de assimilar em profundidade que é necessário combater a desigualdade nas relações de gênero, para que possam exercer de fato seu papel enquanto representantes dos trabalhadores, mulheres e homens, munidos de uma proposta realmente transformadora.

Este artigo é o resumo de um documento aprovado no I Encontro Nacional Mulher e Trabalho, promovido pela União Brasileira de Mulheres e pela Corrente Sindical Classista, realizado em Salvador, de 17 a 19 de março de 1995. Participaram da comissão de redação do documento: Loreta Valadares, coordenadora da UBM-BA; Gilse Cosenza, presidente da UBM; Olivia Rangel, secretária-geral da UBM; Raquel Guizoni, vice-presidente da UBM e diretora do SIMPEEM; Liege Rocha, presidente da União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo; Gisela Santana, diretora da Federação das Bancárias da Bahia e Sergipe; Rebeca Serra Vale, diretora do Sindicato dos Bancários da Bahia; Dalva Leite, diretora do Sindindicato dos Comerciantes de Salvador; Gilda Almeida, presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo.

Lançamento



LUTA ARMADA
NO BRASIL DOS ANOS 60 E 70
Jaime Sautchuk

LUTA ARMADA

No Brasil dos anos 60 e 70

Jaime Sautchuk

As diversas faces da luta armada de resistência ao regime militar são descritas neste livro de Jaime Sautchuk, um jornalista que se tornou conhecido por trabalhos corajosos de valor histórico. Fala das organizações guerrilheiras urbanas, de seus principais líderes e de suas ações mais destacadas. Trata, também, da experiência rural do Vale do Ribeira e da brutal Guerrilha do Araguaia. Um relato simples, emocionante e direto sobre a História recente do Brasil, que precisa ser conhecido por todos.

Pedidos para Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP
com cheque nominal à Editora
Preço: R\$ 10,00

A flor prometida

SUBCOMANDANTE MARCOS

Irmãos!

Existe neste planeta que chamamos Terra e no continente que chamamos Americano um país cuja forma parece ter recebido uma grande mordida no oriente e que estende um braço ao ocidente no oceano Pacífico, para que os furacões não o arrebatem de sua história. Este país é conhecido por seus habitantes e estrangeiros pelo nome de México. Sua história é a de um longo combate entre o desejo de ser ele mesmo e as vontades exteriores que gostariam de submetê-lo a outra bandeira. Este é o nosso país.

(...)Frequentemente o poderoso de outras terras vinha tentar nos roubar o amanhã. Por isso está escrito no canto guerreiro que nos une: "Se um inimigo estrangeiro ousa profanar teu solo pisando nele pensa, ó Pátria querida, que o céu te deu um soldado em cada filho". Por isso lutamos no passado. O estrangeiro veio nos conquistar com outras bandeiras e outras línguas. Veio e se foi.

Continuamos sendo mexicanos porque não queríamos ter outro nome nem marchar sob outra bandeira que não a que tem uma águia devorando uma serpente sobre fundo branco flanqueado de verde e vermelho. Resistimos. Mas nós, os primeiros habitantes destas terras, nós, os indígenas, fomos ficando esquecidos num canto enquanto os outros se tornavam maiores e mais fortes: só tínhamos nossa história para nos defender e a ela nos agarrávamos para não morrer.

Depois chegou esta parte da história que até parece escárnio, porque apenas um país, o país do dinheiro, colocou-se acima de todas as bandeiras. E então eles falaram de "globalização". E compreendemos que era assim que eles denominavam esta ordem absurda em que o dinheiro é a única pátria a qual servimos e onde as fronteiras desaparecem, não sob o efeito da irmandade, mas sim devido à sangria que engorda os poderosos sem nacionalidade.

A mentira se transformou em moeda universal em nosso país, o sonho de bem-estar e de prosperidade de alguns foi tecido sobre o pesadelo de quase todos. Corrupção e falsidade se transformaram nos principais produtos de exportação de nosso país. Éramos pobres e travestíamos de riqueza nossas carências e a mentira era tão grande que nós mesmos acabamos acreditando nela. Nos preparávamos para os grandes fóruns internacionais e, por vontade governamental, a pobreza era declarada como uma invenção que se desvanecia frente ao desenvolvimento proclamado a altos brados e às cifras econômicas.

E nós? Haviam-nos esquecido, éramos relegados para fora da história, só nos restava morrer, esquecidos e humilhados. O sofrimento da morte não é nada diante do esquecimento. Descobrimos que já não existíamos, que os que governam nos haviam esquecido na euforia de cifras e taxas de crescimento. Um país que se esquece de si mesmo é um país triste, um país que esquece seu passado não pode ter futuro. Então pegamos em armas e entramos nas cidades onde éramos animais. E fomos dizer ao poderoso: "Estamos aqui!" E bradamos para o mundo inteiro: "Aqui estamos!"

E vejam como são as coisas: para que nos vissem cobrimos o rosto; para que nos dessem um nome ficamos no anonimato; para ter futuro pusemos em jogo nosso presente; e para viver... morremos.

Então vieram os aviões e os helicópteros e os tanques e as bombas, as balas e a morte, e regressamos a nossas montanhas e a morte nos perseguiu até lá; e gente de toda parte nos disse: "Falem!" E os poderosos disseram: "Falem!" E nós nos dissemos: "Está bem, falemos!" E falamos e lhes dissemos o que queríamos e eles não entendiam e nós repetíamos que queríamos democracia, liberdade e justiça, e eles continuavam a não entender e procuravam em seus planos macroeconômicos e em todos os seus tratados de neoliberalismo e nunca encontravam essas palavras e continuavam a nos dizer: "Não entendemos". E nos ofereciam um lugar mais bonito no museu da história e uma morte mais a longo prazo e uma corrente de ouro para acorrentar nossa dignidade.

E nós, para que entendessem o que queríamos, começamos a fazer em nossas terras o que queríamos. Nos organizamos de acordo com a maioria e mostramos o que significava viver com democracia, liberdade e justiça.

Durante um ano a lei dos zapatistas governou estas montanhas. Eu não vou contar o que vocês já sabem: os zapatistas somos nós. Nós que não temos rosto, nem nome, nem passado e que somos indígenas na maioria – porém, ultimamente, irmãos de outras terras e de outras raças se unem a nós. Somos todos mexicanos. E eis o que fizemos quando governamos estas terras.

Quando governamos reduzimos a zero o alcoolismo, e isso porque as mulheres se mobilizaram dizendo que a bebida só serve para que os homens batam nas mulheres e nas crianças e se comportem como brutos, e elas ordenaram: "Nada

de bebida!" E ninguém mais bebeu, e não toleramos mais que ninguém bebesse, e os primeiros beneficiados foram as crianças e as mulheres e os mais prejudicados, os comerciantes e o governo.

E, com o apoio de organizações que chamamos de "Não Governamentais", fizemos campanhas sanitárias, e a esperança de vida da população civil cresceu enquanto o choque com o governo reduzia a própria esperança de vida dos combatentes.

E a mulher, ou melhor, as mulheres começaram a ver o resultado das leis que elas nos fizeram impor aos homens e um terço de nossa força combatente é hoje composta de mulheres que mostraram sua coragem e força nos convencendo a aceitar suas leis e que participam igualmente da direção civil e militar de nossa luta. E nós achamos isso muito bom.

E também se proibiu o abate de árvores e se fizeram leis para proteger as florestas e se proibiu a caça de animais selvagens, mesmo os animais ferozes do governo, bem como o cultivo, consumo e tráfico de drogas. E estas proibições foram respeitadas.

E a taxa de mortalidade infantil ficou tão minúscula quanto os próprios recém-nascidos. E as leis zapatistas foram aplicadas a todos, sem distinção de posição social ou nível de renda. E todas as decisões importantes, ou "estratégicas", de nossa luta foram tomadas pelo método que chamamos de referendun ou "plebiscito".

E acabamos com a prostituição, o desemprego e também a mendicância desapareceram. E as crianças conheceram os doces e os brinquedos.

Cometemos muitos erros e falhas. E também fizemos o que nenhum governo do mundo, independente de qualquer filiação política, é capaz de fazer honestamente, que é saber reconhecer os erros e tomar medidas para corrigi-los.

E assim estávamos, ou seja, aprendendo, quando chegaram os tanques e os helicópteros e os aviões e muitos milhares de soldados. E diziam que vinham defender a soberania nacional, e nós lhes dissemos que eram eles que a estavam violando nos Estados Unidos e não nós em Chiapas e que não se defende a soberania nacional pisoteando a dignidade rebelde dos indígenas.

E eles não ouviam porque o ruído de suas máquinas de guerra os havia deixado surdos, e eles vinham enviados pelo governo, este governo para quem a traição é a escada pela qual se sobe ao poder, enquanto que para nós a lealdade é o plano igualitário que ansiamos para todos.

E o governo trazia sua legalidade na ponta das baionetas enquanto nossa legalidade estava no consenso e na razão, pois queremos convencer enquanto o governo quer vencer, e dizemos que uma lei que tenha que recorrer ao emprego das armas para se fazer cumprir não merece o nome de lei e sim de arbitrariedade, por mais que esteja coberta de roupagens legalistas, e aquele para quem a lei é acompanhada pela força das armas é um ditador, mesmo que afirme ter sido eleito pela maioria.

E veio a gente do governo, e disseram que a legalidade estava restabelecida nas terras de Chiapas, e vieram com coletes à prova de balas e tanques, mas não ficaram muito tempo porque se cansaram de fazer discursos para as galinhas, os porcos, os cachorros, as vacas, os cavalos e um gato perdido.

Eis o que fez o governo, e vocês já sabem porque um bando de jornalistas assistiu e publicou. E é essa a legalidade que hoje reina sobre nossas terras. E eis o que foi a guerra pela "legalidade" e pela "soberania nacional" que o governo empreendeu contra os indígenas de Chiapas. O governo mexicano também guerreou contra os outros mexicanos, mas em vez de tanques e aviões lançou contra eles um programa econômico que também os matará, embora mais lentamente.

(...)Nós soubemos que houve manifestações, comícios e cartas, poemas, canções e filmes e outras coisas para que não houvesse guerra em Chiapas. Soubemos que disseram "Não à Guerra!" na Espanha e na França e na Itália e na Alemanha e na Rússia e na Inglaterra e no Japão e na Coreia e no Canadá e nos Estados Unidos e na Argentina e no Uruguai e no Chile e na Venezuela e no Brasil e em outros países. Se não o disseram, pensaram.

E vimos que há gente boa no mundo inteiro, e que essa gente vive mais perto do México do que o governo deste país.

Queríamos dizer obrigado a todos vocês. Gostaríamos de oferecer-lhes uma flor. Digo uma flor porque não temos flores suficientes para cada um ou para cada uma de vocês. Mas uma basta para que a repartam e guardem consigo um pedacinho dela, e quando ficarem velhinhos ou velhinhas poderão contar às crianças e aos jovens de seu país: "Lutei pelo México no fim do século XX, e daqui apoiei o pessoal de lá. E sei que só queria o que querem todos os seres humanos que não esqueceram que são seres humanos, ou seja, democracia, liberdade e justiça. Não conheci seus rostos, porém seus corações eram iguais aos nossos".

Mas percebo que, com essa carta, vocês podem fazer uma flor de papel para colocar na lapela ou no cabelo, dependendo do caso, e sair para dançar com tão encantador adorno.

Eu vos deixo porque outro avião passa e tenho que apagar a vela, mas não a esperança. Mesmo se eu morrer, a esperança não se apagará.

Saudações. Não esqueçam a flor: caule verde, pétalas brancas, folhas vermelhas, e não se preocupem com a serpente. A águia se encarregará dela.

Das montanhas do Sudeste mexicano
Subcomandante insurgente Marcos
México, março de 1995

A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita

Entrevista com

CLÓVIS MOURA

Ao estudar a história dos negros e da escravidão, Clóvis Moura – que comemora 70 anos – contribui para fazer a história de nosso povo e revelar a sua verdadeira cara

Conheço Clóvis Moura desde 1975. Eu era então um rapaz muito curioso sobre a história de nosso país, que tentava estudar meio às cegas. Já tinha lido um livro do Clóvis, Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha, e sabia que se tratava, pelo menos, de um autor marxista, condição que fazia aquele primeiro contato significar também, para mim, a chance de reencontrar o PCdoB – eu havia perdido a ligação com o partido depois de uma série de prisões que ocorreram no ABC paulista nos anos anteriores.

Nascia assim uma amizade que me honra. Pude trabalhar ao lado do Clóvis quase que diariamente, até 1977. Por intermédio dele obtive, de fato, notícias dos comunistas, de vez em quando pude mesmo ter acesso a algum documento clandestino, como edições de A Classe Operária (é preciso lembrar, para os mais novos, que a época era ainda de ditadura pesada!). O Clóvis Moura tornou-se, para mim, um orientador político e um grande professor.

Lembro-me, por exemplo, de minha tendência a seguir os autores consagrados pela Universidade e pela mídia. Contra essa tendência, Clóvis insistia que o essencial é o conhecimento da luta de classes, não a história dos regimes políticos, dos governos, não a história da elite. O essencial, ensinava, é a história do povo brasileiro, que ainda não está feita. E indicava a riqueza de nosso passado, as lutas do povo, a luta de idéias que as refletia.

Era comum o Clóvis mostrar livros de autores brasileiros que não freqüentam listas de best sellers – entre eles, poetas como o telegrafista baiano Sosígenes Costa; ou como a gaúcha Lila Ripoll. Ambos comunistas e esquecidos pela mídia.

Outra coisa que aprendi com Clóvis é que não pode haver teoria política fora do partido. O pensamento político precisa estar ligado, e estar a serviço, do instrumento

da luta política, que é o partido. Fora disso, é diletantismo, passatempo, jogo intelectual sem maiores conseqüências.

Mas a maior lição que aprendi com ele é a de que a história do povo se confunde com a história do trabalho e, no Brasil, essa é, principalmente, a história da escravidão e da luta dos escravos contra aquele estatuto iníquo. E que, em decorrência disso, a história do negro no Brasil é a história do povo brasileiro, a história dos povos – negros, índios, mestiços – oprimidos primeiro pela colonização e pela escravidão e, depois, pelo capitalismo e pelo imperialismo.

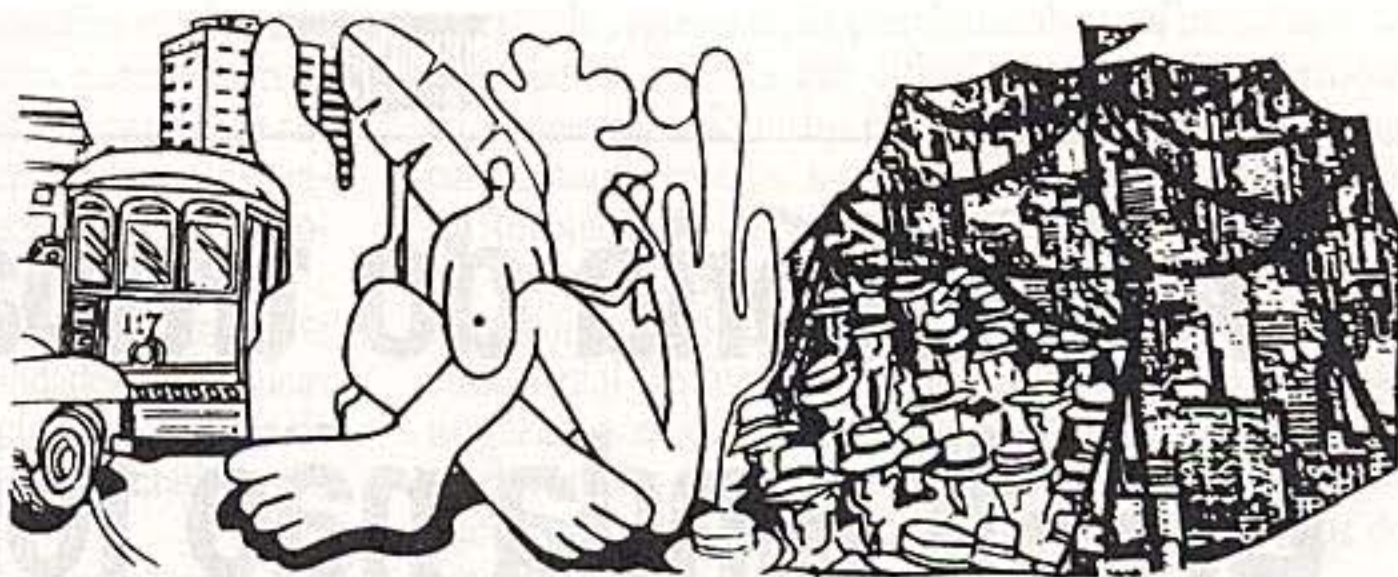
Aquele que é, talvez, seu livro mais importante – Rebeliões da Senzala, publicado inicialmente em 1959, reeditado em 1972, 1981 e 1988 – foi a primeira tentativa de apresentação sistemática da luta dos escravos em nosso país. Ele assinala o início de um esforço de compreensão teórica das lutas do povo brasileiro e do papel que o intelectual tem a desempenhar nela, de denúncia permanente do racismo e do estudo de seu significado numa sociedade como a nossa, que traz ainda muito vivas as marcas deixadas pelo escravismo. Um esforço que, neste ano, será enriquecido com a publicação do Dicionário da escravidão negra no Brasil, que promete ser outro marco na história de nosso povo e que enriquecerá uma obra extensa – que inclui poesia, história, sociologia, etnografia e não recua face à multiplicidade da manifestação do fenômeno humano e social em nosso país.

Clóvis Moura está completando 70 anos neste mês de junho. Esta entrevista, concedida a Pedro de Oliveira e Bernardo Joffily, foi a forma que encontramos para homenageá-lo.

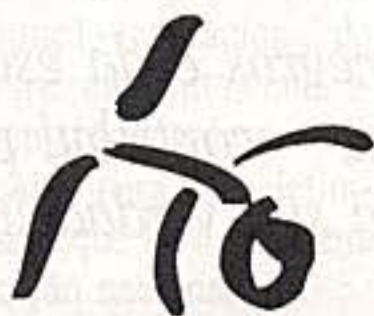
José Carlos Ruy

PRINCÍPIOS – Como é que você analisa esses cinquenta e tantos anos de estudo de história do Brasil, os prós e contras dessa saga de descobrir como é a história do povo brasileiro?

CLÓVIS – Nesses cinquenta anos, avançamos pouco ainda na interpretação da história do Brasil, a partir das relações de produção, das lutas populares etc. Vamos pegar como ponto de partida 1933, quando surgem três livros que marcaram época: *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr. e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda. Desde então a historiografia brasileira gira em torno dessas três matrizes.



“A historiografia perde seu cunho independente quando se subordina ao pensamento acadêmico”

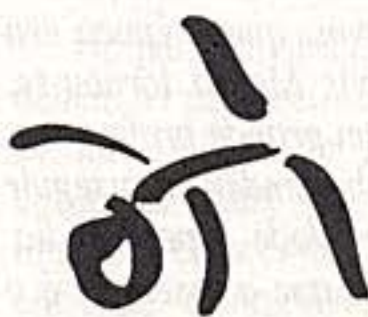


Caio Prado tenta dar uma primeira visão da história do Brasil através de lutas populares, sem conseguir; o Nordeste responde com o *Casa grande e senzala*, uma tentativa de amenizar o regime escravista, a escravidão, o patriarcado; e Sérgio Buarque de Hollanda deu uma abertura para a interpretação da fase posterior, que é a fase pós-abolição, através do conceito de “homem cordial”. Então, o que aparece depois vai ter sempre ligação com essas três vertentes. A do Caio Prado poderia ter sido “a visão dialética da história”, mas se esgota em sua própria obra. Não houve continuadores. A do Gilberto Freyre teve muitos seguidores, porque interessava às ciências sociais daquela época (como até hoje) mistificar e mitificar o passado. Nós temos pouco mais de cem anos de trabalho livre, e temos quatrocentos anos de trabalho escravo. O Sérgio Buarque de Hollanda, quando lança seu livro, entra também na vertente do processo de industrialização no Brasil, na tentativa da visão do Brasil novo, do Brasil moderno. É uma visão que incorpora e muitas vezes se completa com a visão de Gilberto Freyre, o “patriarcalismo da escravidão”. E a partir daí surgem as universidades, e o trabalho dos historiadores perde aquele cunho independente, e começa a ser subordinado ao crescimento, ao pensamento do meio acadêmico. E então, se pegarmos hoje em dia aquilo que poderíamos considerar um pensamento historiográfico mais ou menos independente, que tentou uma abordagem que não seja aquela repetitiva das universidades, vamos encontrar fora da universidade a obra do Nelson Werneck Sodré, do José Honório Rodrigues, do Victor Nunes Leal, do Raymundo Faoro, e poderia citar até outros, como Odilon Nunes, Jacob Gorender, Otávio Tarquínio de Souza, Darcy Ribeiro e Hélio Silva. Estas são obras independentes, que se transformaram em trabalhos considerados clá-

sicos por quem quiser estudar a história do Brasil de uma forma que não seja a história tradicional, que tem o “ranço” das universidades.

PRINCÍPIOS – O *Rebeliões da senzala* é de 1959, mas a pesquisa é anterior. Eu queria imaginar o jovem Clóvis Moura quando começou a se interessar pela questão das lutas do escravo. Como que você se situava em relação a essas três vertentes?

CLÓVIS – Comecei meus estudos em Salvador, que é uma cidade negra, onde até hoje você encontra reminiscências da escravidão nas ruas, no comportamento, no tratamento que o dominante dá ao subalterno, da posição humilde do subalternizado, de como o subalternizado se organiza, como os senhores dão ordens. Fora os problemas políticos que surgem e que muitas vezes são ecos da escravidão. Encontramos uma ideologia racista que, de um lado, justifica a escravidão e, de outro, dá o combustível para você continuar dizendo que as classes subalternizadas continuam nos espaços em que estão porque descendem de uma “raça inferior”. O primeiro estudioso das populações africanas no Brasil surgiu na Bahia, o Nina Rodrigues, que tinha uma visão racista e paternalista do negro. Como cientista, como ele se dizia, não tinha nenhuma dúvida de que a raça negra era inferior, e que foi um prejuízo para o processo civilizatório brasileiro termos como uma das matrizes da colonização a raça negra. Ele deixa isso explícito.

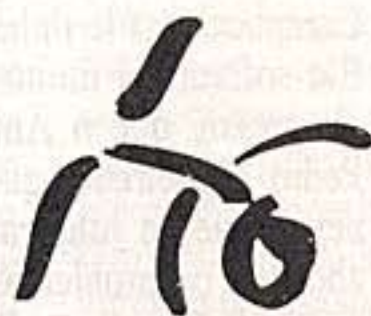


“Candomblés são vistos como borras que saíram do processo civilizatório, elementos marginais”

Quando comecei a estudar, já tinha essa realidade na minha frente. Independentemente da curiosidade intelectual, era um problema que eu tinha de conhecer porque fazia parte do meu cotidiano. Comecei a me dedicar ao estudo da etnografia negra, que é por onde todo mundo começa. O estudo das religiões negras já virou praticamente um hábito do brasileiro, porque nós consideramos as religiões africanas como exóticas. Dizem que elas não fazem parte do contexto de desenvolvimento da sociedade brasileira, porque esse contexto é cristão. Na medida em que a igreja católica se desenvolve, ela acompanha o desenvolvimento da nação brasileira. Agora os candomblés

são vistos como borras que saíram do processo civilizatório. E vão ficando como elementos marginais. Com isso querem dizer que o negro não acompanhou a dinâmica do processo civilizatório, e suas religiões, como a sua língua, o seu comportamento, foram ficando para trás, e o que sobrou foi exatamente o *ethos* do branco, que é o *ethos* capitalista, o *ethos* da sociedade dominante. Então, quando comecei a estudar, logo depois me interessei não pelo comportamento do negro, mas por suas revoltas contra a escravidão. Daí surge a chave das minhas pesquisas lá no Arquivo, que deu a primeira edição do *Rebeliões da senzala*, que foi uma pesquisa da juventude. Tinha vinte e poucos anos quando comecei a pesquisar no Arquivo Público da Bahia. Arquivo que não tinha absolutamente organização nenhuma. Era um labirinto.

“A regra era negar a luta dos escravos, encarar a escravidão como benigna e o negro como inferior”



A primeira edição do livro teve pouca repercussão. Da crítica universitária não tive uma linha. Só começou a ser citado no Brasil depois que passou a ter referências nos Estados Unidos. Aí começaram a citar aqui. O Eugene Genovese, por exemplo, cita meu livro em um livro dele, chamando-o de excelente. Aí todo mundo se dá conta: “Oh, precisamos encontrar esse livro!” Aí começaram a citar.

O pessoal começou a levar a sério o livro, porque no começo a regra era negar a existência da luta dos escravos. Primeiro porque a escravidão era encarada como benigna, e segundo porque o negro era tido como inferior. Raça inferior que não contribuiu para o processo civilizatório. Tem muita gente que ainda levanta a hipótese de que, se os holandeses continuassem a colonização, o Nordeste seria mais desenvolvido do que é hoje em dia.

PRINCÍPIOS – *Apesar de eles terem mandado trazer um bocado de escravos...*

CLÓVIS – Eles tinham o monopólio do tráfico durante a ocupação. Ocuparam até o Forte da Mina, na África. Então, foi aí que começaram a ler o meu livro. A segunda edição já teve uma certa repercussão. E hoje o livro é considerado um clássico. Mas, para ele abrir espaço, para comprar um “passaporte”, deu um trabalho, rapaz! Eu tenho as cartas do Caio Prado me desaconselhando a escrevê-lo. O José Honório Rodrigues foi um dos que me ajudaram. Ele conseguiu um funcionário lá no Arquivo Nacional. Copiou uma série de documentos para mim, incluídos na 2ª edição. Mas contribuição do saber universitário, não tive nenhuma. Além disso, há livros que leio com trechos e frases inteiras do meu livro, mas ninguém cita a fonte. É como diz o Tinhorão: “Esse pessoal, Clóvis, come Tinhorão e arrota Mario de Andrade”. (Risos.) O autor só se esquece das aspas.

PRINCÍPIOS – *Quero dar o meu depoimento. Comprei o seu livro em 1970, e foi uma revelação, foi a primeira vez*

que ouvi falar de negro fora de Palmares. Chego à conclusão de que Palmares, sem querer, prestou um grande desserviço porque serve como álibi para não se falar sobre luta de negro: “Ah, luta de negro? Teve sim, Palmares”. E esquecem todas as outras lutas.

CLÓVIS – O processo da quilombagem. O processo que a luta de classes assumiu sob a escravidão se caracteriza por isso que chamo de quilombagem, e os americanos de “maronagem”. Quer dizer, a luta do escravo contra a escravidão, o tempo todo. Você encontra do Rio Grande do Sul até o Pará. Então, entra o outro problema: por que o Brasil é um país mestiço e ao mesmo tempo um país onde ninguém quer ser mestiço, ninguém quer ser negro? Por que nós escondemos a nossa concretude étnica? Você chega lá nos Estados Unidos, uma pessoa da minha cor não tem vergonha de dizer que é negro. Aqui quando eu digo que sou negro, dizem: que é isso, Clóvis? (Risos.) Como se eu estivesse dizendo que sou doente, uma pessoa com uma doença incurável. Isso no fundo é racismo, é o racismo brasileiro. Eu quero saber, do ponto de vista antropológico, o que é que eu sou. Nós não somos brancos. Nós somos uma nação não-branca, um continente não-branco, que foi colonizado pelos brancos e explorado pelos brancos. Por que eu vou ter vergonha de dizer que sou negro? Por quê? É um negócio assim que até hoje não me entra na cabeça. Há pessoas mais escuras do que eu dizendo-se brancas.



“Criamos um arco-íris étnico, em que o ideal tipo é o branco e o antiideal o negro, a sua negação”

Então aí eu fiquei pensando, por que diabos nós não podemos dizer “eu sou negro”? Nos Estados Unidos não há o mulato, e isso ajuda a consciência étnica. Nós criamos esse arco-íris étnico, em que o ideal tipo é o branco e o antiideal é o negro, a sua negação. Você se qualifica socialmente na medida em que procura se aproximar do ideal tipo e é desqualificado socialmente na medida em que é identificado como o antiideal negro. E você fica com essa angústia, de saber onde é que você vai se situar: sou mulato, sou negro, sou branco? Isso cria no brasileiro uma neurose étnica, pois, ao tentar fugir da concretude, está criando uma neurose para si. Então comecei a pesquisar. Fui ver, por exemplo, minha ficha no Exército. Está lá: pardo claro. Eu disse: bom, pardo não quer dizer nada. O conceito de pardo apareceu quando se fez o primeiro recenseamento do Brasil, em que se coloca brancos, pretos e pardos. Mas o pardo não é uma qualificação étnica. É apenas uma cor de pele, ou uma identidade, mas indica que eles não sabem se é negro escuro ou se é negro claro, e chamam de pardo.

Mas vamos voltar ao plano da historiografia. Eu falava das três vertentes. Depois, quando vem a produção universitária, não surge nenhuma vertente nova em relação à compreensão da participação do povo na história do Brasil.

Não temos nada sobre a participação das classes subalternizadas na história do Brasil, de como o povo brasileiro fez a história. Existem aqueles esquemas ortodoxos de como estudar a história. Temos essa *História geral da civilização brasileira*, que foi coordenada pelo Sérgio Buarque e agora pelo Boris Fausto. Os primeiros volumes são *A época colonial* e *Brasil monárquico*. Ora, você começa pela superestrutura... Por que não colocar "Brasil escravista", que seria como dizer que as relações de produção determinam tudo o mais. Mas não querem entrar na infraestrutura. Por isso, *Brasil monárquico*. Então nós vamos discutir o que o imperador disse: "Eu quero já!", e por aí vai. Assim vamos discutir como a monarquia se comportava em relação à escravidão, mas não como os escravos se comportavam em relação à escravidão. É uma história de cabeça pra baixo.

"Tem áreas proibidas na nossa história. E ficam com Caxias, com a participação do Exército na Abolição"



A primeira tentativa de se fazer uma revisão, tímida, foi a *História nova do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, Joel Rufino e outros. Eles foram parar na cadeia. Porque fazer história do Brasil é também um ato de coragem. Quem é que escreve sobre a Revolta da Chibata? Edmar Morel escreveu e teve os direitos políticos cassados. O Benjamin Peret, um poeta francês, veio ao Brasil e escreveu uma história da Revolta da Chibata, do João Cândido. Quando a Marinha descobriu, o Peret foi preso. Invadiram a tipografia, destruíram o livro dele, destruíram as matrizes, e ele foi expulso do Brasil como agitador. Esse é que é o problema. Nossa história tem áreas proibidas. Em vez de pisarem nessas áreas proibidas, por exemplo, ficam com a história de Caxias, a participação do Exército na defesa da Abolição. Dizem que, na última fase da escravidão, o Exército era antiescravista. É mentira. Falam que o Exército protestou contra a perseguição aos escravos fugidos. É mentira. Quem protestou foi o Clube Militar. O Exército como instituição nunca foi contra a escravidão, como a Igreja nunca foi. Esse pessoal fica com essas histórias, e os heróis populares não têm biografia. Preto Cosme, da Balaiada, não tem biografia. Zumbi dos Palmares não tinha biografia, diziam que ele era uma lenda. Até Zumbi entrar como personagem histórico, deu um trabalho desgraçado. E o Eduardo Angelim, da Cabanagem? Quem já fez a biografia dele? Ou dos líderes das revoltas mineiras como Felipe dos Santos? Inclusive o pessoal da Revolta dos Alfaiates, João de Deus Nascimento e os outros, quem já se preocupou em escrever uma biografia deles? Ninguém, porque o povo, os heróis populares, têm que ficar na penumbra. E com isso nós deixamos de colocar o povo como participante, como agente histórico.

Nessa *História do Brasil*, do Boris Fausto, que acaba de sair, tem só tem oito linhas sobre Palmares. Isso não é

nem ignorância, é cegueira teórica, porque de qualquer maneira foi um acontecimento de cem anos.

PRINCÍPIOS – *Foi um fato histórico relevante, não é?*

CLÓVIS – De cem anos. Que resistiu às duas potências coloniais mais experientes da época: Portugal e Holanda. Para isso, precisava ter uma infra-estrutura econômica muito séria. Ora, a estrutura de Palmares ninguém quer estudar! Pelo contrário, há uma má vontade muito grande. A Cabanagem, por exemplo, precisou de um italiano – Pasquale Di Paolo – para escrevê-la: *A cabanagem e a revolução popular da Amazônia*. Só agora estão fazendo uma série sobre João Francisco Lisboa, só agora notaram sua existência. Há o padre Carapuço, de quem o Amaro Quintas publicou a biografia.

PRINCÍPIOS – *Esse padre eu não conheço...*

CLÓVIS – Ah, é o padre Lopes Gama, conhecido como Carapuço. Ele tinha um jornal chamado *O Carapuço*. Ele sofreu, foi muito perseguido. Há também o jornal *O Progresso*, que o Amaro Quintas republicou. O Antonio Pedro Figueiredo, que foi o editor desse jornal, era um negro que se julgava mulato, e com muito orgulho. Ele abordou os problemas mais importantes de sua época, a época da Revolução Praieira. Como estava falando, nossos heróis não têm biografia. Os inconfidentes baianos não têm biografia. Os cabanos não têm biografia. Os heróis dos Malês não têm biografia.

PRINCÍPIOS – *Só de Tiradentes pra cima, vamos chamar assim.*

CLÓVIS – É, de Tiradentes pra cima. Porque Tiradentes é uma indústria. Sua história foi remontada.

PRINCÍPIOS – *É, pelos republicanos.*

CLÓVIS – O Tiradentes foi transformado em algo que ele não foi. E com isto nós desviamos a atenção da Inconfidência Baiana, que ocorreu dez anos depois, na qual quatro foram enforcados, e deles ninguém fala. E tiveram uma posição heróica diante dos algozes. Tiradentes se mijou todo, beijou os pés do carrasco. E fora outras coisas. O Tiradentes tinha escravos. E os outros – da Inconfidência Baiana – eram escravos ou forros.

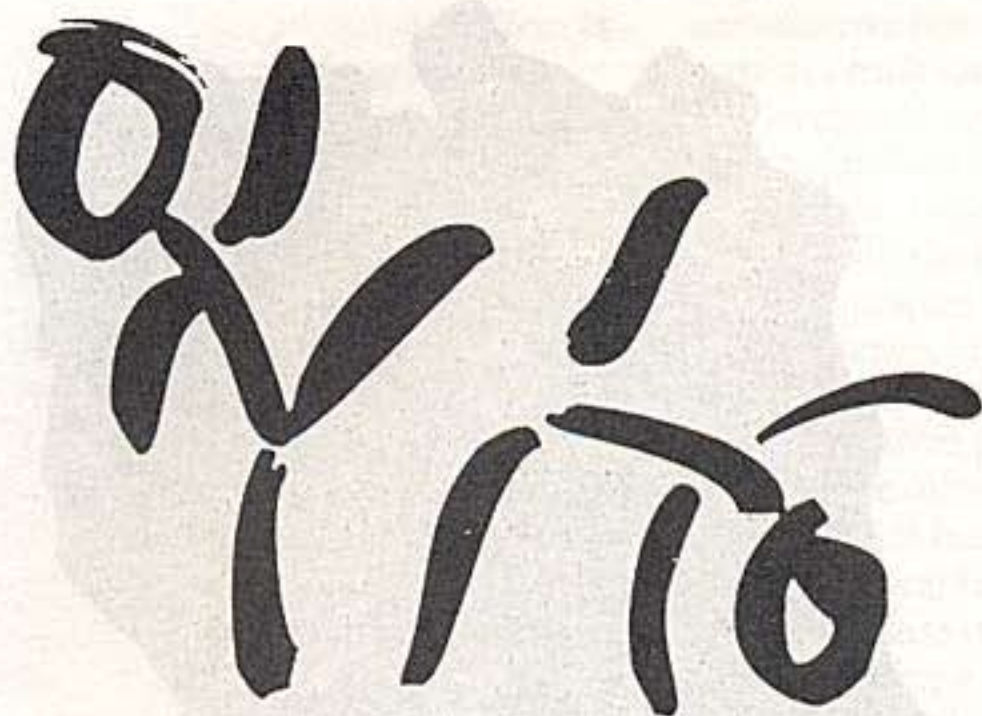


"Se você mexer com Tiradentes estará mexendo com Minas Gerais e a historiografia mineira"

Hoje, você não pode sequer fazer uma revisão nesse sentido. Quais são os verdadeiros heróis e os heróis postivos da nossa história? Porque, se você mexer com Tiradentes, estará mexendo com Minas Gerais e com a historiografia mineira. Ninguém procura fazer a história dos heróis da plebe no Brasil. Nem aqueles que tiveram uma visão menos radical dos movimentos ou que participaram dos chamados movimentos liberais têm biografia.

PRINCÍPIOS – *É. O Cipriano Barata, por exemplo.*

CLÓVIS – O Cipriano Barata tem uma biografia, mas ele tem dois aspectos: tem o aspecto radical, do radical liberal,



e tem o da sua posição frente a escravidão. Porque todos os liberais no Brasil eram liberais e escravistas. Você não encontra movimento liberal no Brasil que tenha colocado no seu programa a abolição dos escravos. Nem a Inconfidência Mineira. A Inconfidência Baiana foi a única que colocou. A Praieira não colocou, a de 1817 não colocou, a de 1824 não colocou... Quando chegavam na abolição do trabalho escravo, paravam. Eram liberais-escravistas, e não ultrapassavam a fronteira da escravidão.

“Não temos uma história escrita por seus agentes, contando como o povo a criou trabalhando”



PRINCÍPIOS – *Para fazer a política dos senhores de escravos.*

CLÓVIS – É. A prática dos senhores de escravos, que era quem fazia a política da época. Então, por isso não temos uma história escrita pelos que foram os seus agentes históricos. Não temos uma história que conte como o povo brasileiro criou a história trabalhando. Criando o trabalho, querendo trabalho. Como ele lutou para melhorar o trabalho, para se libertar praticamente de tipos cada vez mais abusivos de trabalho. Ninguém fez a história do trabalho no Brasil. Temos a história das ideologias, a história das religiões... Mas não como o trabalhador se organizou, se compôs. Como ele lutou contra os níveis de exploração sucessivos que apareceram.

PRINCÍPIOS – *Então, depois do Rebeliões da senzala, você volta recorrentemente a esta tese. Como é que você vê essa passagem do escravismo para o seu sucessor na transformação social?*

CLÓVIS – Esse processo eu abordo no livro *O Negro, de bom escravo a mau cidadão?*, que é praticamente a continuação do *Rebeliões da senzala*. Foi um livro que teve pouca repercussão. Mas é nele que faço uma análise da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. E numa sociedade em que todos os pólos dinamizadores da economia já estavam ocupados pelo capital estrangeiro. Então já entramos no capitalismo dependente.

Como capitalista dependente, a sociedade brasileira soube manipular um mito: a inferioridade do negro, a incapacidade do trabalho negro – para justificar a passagem da escravidão e do tráfico negreiro para o tráfico branco, que era exatamente o tráfico de imigrantes. Em tudo isso entra um componente étnico, porque o problema da imigração tem dois aspectos: primeiro, o branqueamento da sociedade brasileira; segundo, o grande comércio que foram as empresas de imigração no Brasil, controladas pelas grandes famílias. O Martinico Prado tinha empresas de imigração... Todo esse pessoal ganhou fortunas em cima do tráfico de escravos e também de imigrantes.

PRINCÍPIOS – *Há dados indicando que as mesmas pessoas que haviam se dedicado ao tráfico negreiro antes da proibição, depois da proibição, passaram a se dedicar ao tráfico de imigrantes europeus.*

CLÓVIS – Inclusive a família Prado. O Rui Barbosa denunciou que, quando o Martinico Prado era dono de uma imigração, o irmão dele era secretário da Fazenda de São Paulo e conseguiu um grande empréstimo para subsidiar os imigrantes. Agora, tinha uma coisa: o governo subsidiava, mas os imigrantes, quando chegavam, tinham que pagar as suas viagens e ficavam endividados. Quer dizer, o governo emprestava, e você recebia do imigrante. Era um negócio excelente.

Voltando ao problema da história, eu vi que o problema étnico no Brasil é muito sério. Nós não o encaramos porque criamos o mito da democracia racial. Mas o brasileiro tem um inconsciente racista, essa é que é a verdade. Por mais democrático que aparente ser.



“Quando a gente fala que nos EUA têm guetos, esquece que em Santa Catarina tinha até pouco tempo”

PRINCÍPIOS – *Concordo inteiramente com a sua crítica da democracia racial. Agora, queria chamar a atenção para o seguinte. A sociedade brasileira se formou como uma máquina de triturar culturas. Nós recebemos uma massa grande de imigrantes, forçados ou voluntários, tipos mistos e tudo. E, ao fim de duas gerações, vira, ou quase vira, brasileiro. Todo mundo tem as suas raízes. Às vezes, até oprimidas, discriminadas. Nos Estados Unidos têm aqueles guetos dos italianos, dos irlandeses, dos negros, dos judeus, dos armênios, dos albaneses etc. Na Europa, mais ainda. Quer dizer, as culturas são as mesmas, só que aqui elas são moídas...*

CLÓVIS – É. O problema é que, quando a gente fala que nos Estados Unidos têm guetos, esquece que em Santa Catarina, por exemplo, tinha até pouco tempo. A gente não vai dizer que todo mundo vira brasileiro, não é? Aqui tem focos de resistência muito sérios.

Em segundo lugar, num país como os Estados Unidos, há culturas distintas. Nova York, São Francisco... São Francisco faz parte da cultura latina dos Estados Unidos.

Em Washington mesmo temos uma visão daquele país. No Texas, na Califórnia, a visão que temos é completamente diferente. Por quê? Porque essa grande parte pertencia ao território mexicano. Lá existem áreas onde não se fala inglês, e sim o "tchicano".

No Brasil, principalmente nas áreas urbanas, a gente encontra uma série de padrões cosmopolitas. Hoje é difícil dizer se alguém é italiano, ou americano, ou inglês. São Paulo tem uma série de áreas chamadas de caipira, onde você vai encontrar influência de outras culturas. A cultura caipira se preservou. Veja a música, a forma de falar, a forma da família. No Amazonas é a mesma coisa. Se você for ao Nordeste, vai encontrar no interior de Pernambuco outro Brasil, traços de resistência de uma cultura centenária. Quer dizer, não tem coisa mais diferente de um gaúcho que um piauiense. A única coisa que os liga é a língua e a religião. O comportamento, o modo de tratar a mulher, de tratar os subalternos, o modo de se vestir, de comer, de educar, tudo, tudo, tudo é diferente.

**"Não acho que criamos
um tipo
brasileiro que seja a
síntese
de muitas culturas"**



PRINCÍPIOS – *E isso é até um patrimônio do povo brasileiro. Mas em comparação com outros países, Clóvis, essas diferenças são relativamente débeis, tirando fora esses núcleos de resistência, essas colônias do Sul, claro.*

CLÓVIS – No Brasil não tivemos exatamente os problemas de nacionalidades que enfrentam os Bascos, na Espanha. Os suíços mesmo possuem cantões suíços, italianos, alemães e franceses, falam quatro idiomas.

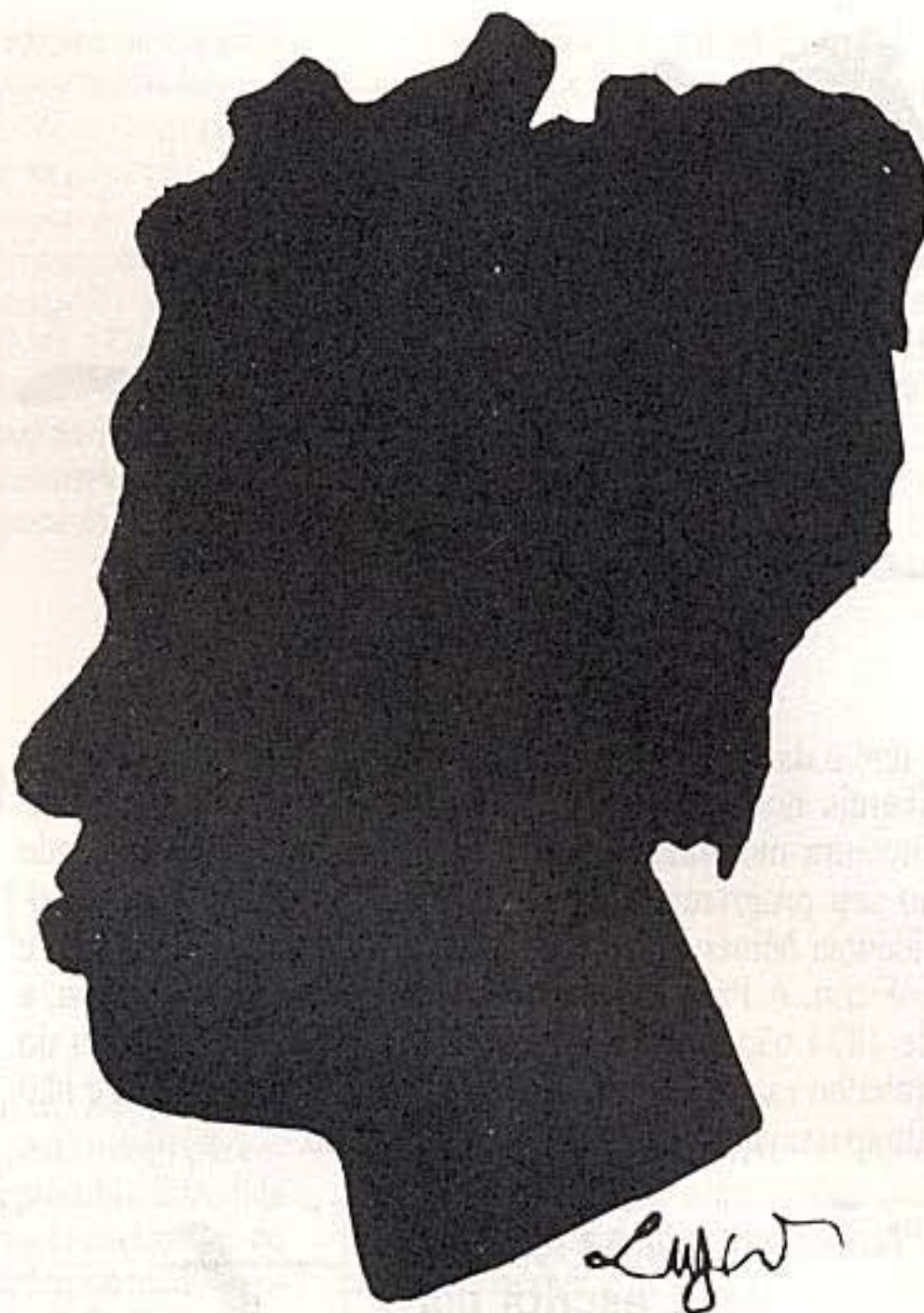
No Brasil, que é um subcontinente, houve evidentemente uma diversificação maior. Não acho que tenhamos criado um tipo brasileiro que seja a síntese de todas as culturas trazidas para cá.

PRINCÍPIOS – *Parece que foi o contrário, a gente joga muita coisa fora. O imigrante vem para cá e, em grande parte, perde a sua identidade, a sua raiz cultural.*

CLÓVIS – Não vou dizer que seja uma perda, o que acontece é uma troca. Em São Paulo, há muitos traços italianos que já se incorporaram ao cotidiano do paulista. Você encontra traços culturais que antes não existiam, e que hoje são reverenciados. Festas populares, costumes, modos de se organizar a família. Isso não me parece fundamental. Fundamental é conviver com as diferenças.

PRINCÍPIOS – *Mudando de assunto, qual a sua opinião sobre o nosso presidente da República, um sociólogo, que aliás estreou com um livro sobre escravidão?*

CLÓVIS – Fernando Henrique Cardoso é uma... Está momentaneamente vitoriosa uma contra-revolução mundial, através de um período tecnocrático. Evidentemente, a intelectualidade se diversifica nesses momentos! É aí que dá para testar o comportamento do intelectual, da intelectualidade. Porque a intelectualidade é muito ambígua. O FHC



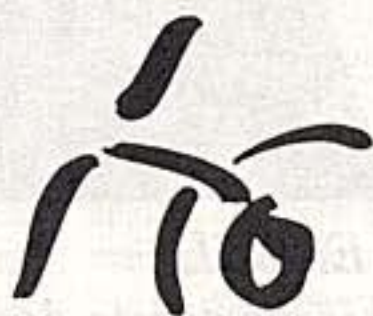
já tinha uma produção ambígua, a sociologia da dependência e outras coisas... É só pegar os livros dele para ver que ele nunca criou uma teoria para emancipar o Terceiro Mundo do imperialismo. Ele fez sempre um projeto integracionista.

PRINCÍPIOS – *Uma explicação da dependência e não uma contestação de fato.*

CLÓVIS – Ele quer civilizar, modernizar, a dependência. O que ele está fazendo no Brasil, na minha opinião, é um governo criminoso. Porque ele sabe o que está fazendo. Ele sabe muito bem que o José Serra é um agente dessa nova tecnocracia imperialista que está aí. Eles estão dando golpes irreversíveis no patrimônio e na soberania nacional. Porque a venda das estatais, que estão querendo realizar a curto prazo, é um troço criminoso. Veja o seguinte: nós havíamos criado um modelo alternativo de desenvolvimento em que o Estado entra como mecanismo de defesa contra a recolonização pelo Primeiro Mundo. Quer dizer, as estatais não foram feitas para dar lucro, elas existem como mecanismos de defesa, para resguardar as reservas que temos aqui e que o Primeiro Mundo cobiça. Querem o petróleo. Não o petróleo em si, mas para resguardar as suas reservas, que estão em extinção. Os Estados Unidos só têm reservas para sete ou dez anos. As estatais estão sendo entregues, e isso é o mesmo que destruir os anticorpos de um organismo. Quando todas as estatais estiverem nas mãos do capital internacional, vamos ser recolonizados, vamos virar entreposto colonial. Vão transformar o Brasil num grande entreposto das mercadorias e dos capitais do Primeiro Mundo, principalmente do imperialismo americano.

A filosofia do Primeiro Mundo é a seguinte: se um terço da população for constituída pela classe média consumista do Terceiro Mundo, o resto pode ir para o lixo, pode morrer. Porque com um terço da população consumista no Brasil, eles mantêm a taxa de lucro dos capitais investidos aqui. Na medida em que a tecnologia avança, eles vão precisando menos dessas populações. Eles estão lumpenizando o Terceiro Mundo. E o FHC sabe disso. Nós vamos virar países de lúmpens e de uma aristocracia que se beneficia das rendas altamente concentradas, ligada aos capitais do Primeiro Mundo. Ora, isso é um processo que vai progredindo. A política de FHC, neoliberal, é a política do imperialismo. Nós temos uma economia mundial cartelizada e monopolizada, em que não há mais a economia competitiva. Nela, a Índia fica pra fulano, a América Latina fica para os Estados Unidos e o Japão, uma potência emergente, fica com a Ásia. E com isto esses países vão lumpenizar a população dessas áreas. Agora, até que ponto esses povos vão agüentar carregar o peso dessa miséria é que é o problema. Não é considerado o fator humano, o ser humano como ele é. Em minha opinião, essa "última onda" do imperialismo, que veio após o colapso da União Soviética e dos países do Leste europeu, vai levar a movimentos violentíssimos no Terceiro Mundo dentro de uns dez ou quinze anos. Em todo o planeta não há outra alternativa a não ser o socialismo. Não vou dizer que todo socialismo vai ser idêntico, mas sim que esse sistema de lucro vai estourar com os movimentos violentíssimos que vão ocorrer. O que está começando no Brasil, já começou no México, na Argentina. Isso é apenas o início. Até o Kissinger já gritou: "Precisamos de uma lei para controlar os capitais especulativos internacionais!"

"Não acredito mais em eleições, não representam a vontade do povo. Assim é no Brasil, no Peru..."



Só o socialismo pode evitar o naufrágio da sociedade, criar um mundo que não seja baseado no lucro, em que a produção seja socializada. E como chegaremos a ele? Como é que vamos influir na política? O liberalismo, como política, está falido. Não acredito mais em eleições, pois não representam a vontade do povo. Assim é no Brasil, no Peru, na Argentina... Não podemos mais acreditar que o povo está sendo representado pelos partidos criados com essa lei eleitoral, que favorece exatamente os ricos. Vamos continuar participando por uma questão de coerência política. Mas não há mais possibilidade, nem teórica nem prática, em nenhuma sociedade do mundo, de mudança pelo voto.

O neoimperialismo tecnocrático pode ter fôlego para cem, ou talvez vinte anos. Não podemos fazer profecias. Mas suas bases vão ficar piores. Veja, todo dia surge uma nova guerra. Eles vão para o Iraque, do Iraque para a Somália, da Somália para o Haiti, do Haiti para o diabo!

A espécie humana não existe para isso. O ser humano, à medida que se desenvolveu – com diz Engels –, foi per-

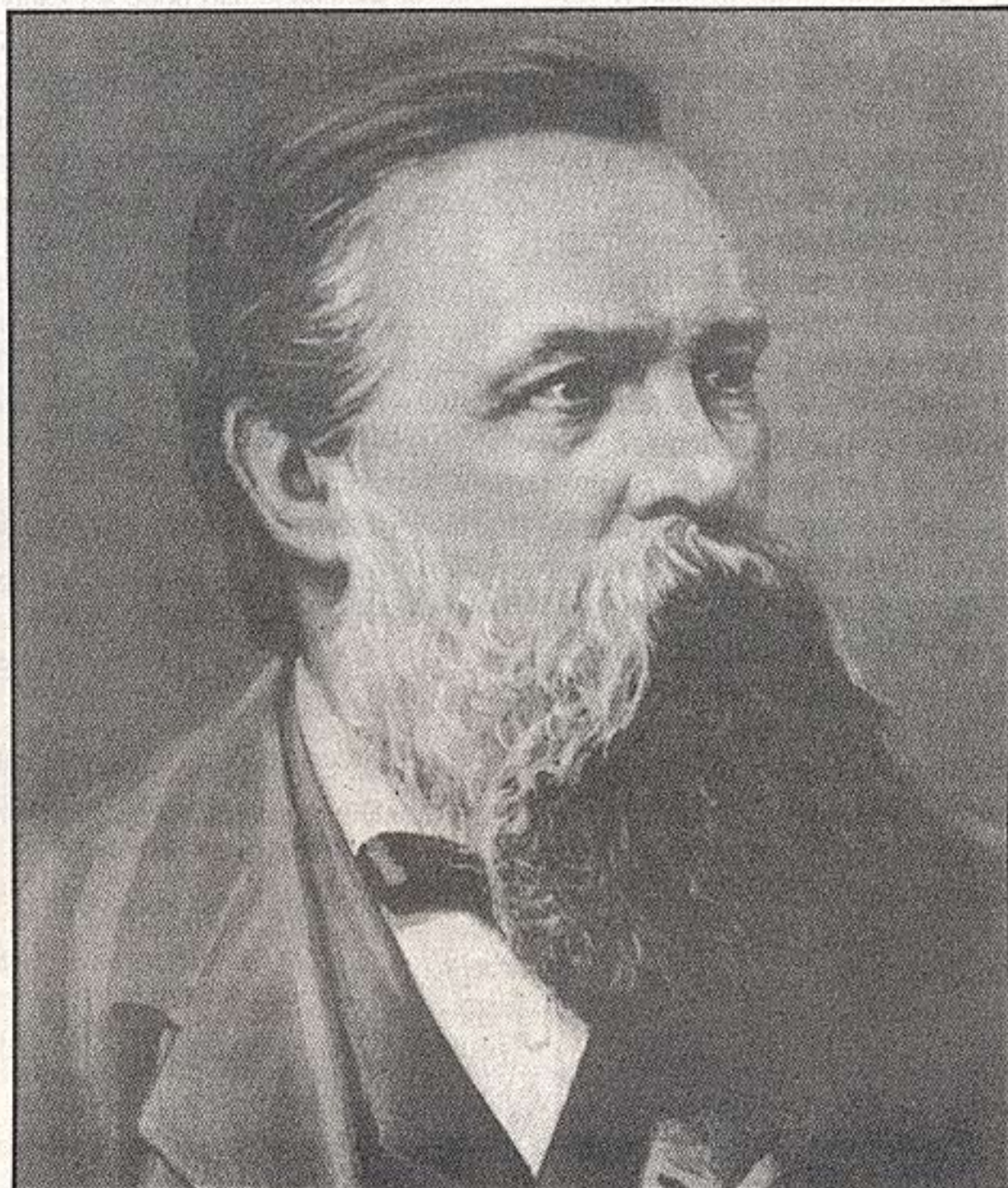
dendo sua porção animal. Quando se humanizou, o homem se socializou. Mas agora estão querendo nos convencer exatamente do contrário, e a versão biológica do homem vai tomando o primeiro plano. Se você partir do princípio de que a sociedade tem que ser competitiva – ora, todos sabemos que a competição gera conflito –, então a base dessa sociedade não pode ser estável, e sim conflituosa. E chega o momento em que a sociedade, que por princípio está baseada na competição, entra em conflito e se torna um caos. Abre-se, assim, a possibilidade de se construir uma nova era. Estamos nos umbrais do terceiro milênio. Esta é a perspectiva que ele nos apresenta.

Obras do autor

- 1959 – *Rebeliões da senzala*, Editora Zumbi, São Paulo. Reedições: 1972, Editora Conquista, Rio de Janeiro. 1981, Editora Ciências Humanas, São Paulo. 1988, Editora Marco Zero, Porto Alegre
- 1961 – *Espantinho da feira* (poesia), Editora Fulgor, São Paulo.
- 1964 – *Argila da memória* (poesia), Editora Fulgor, São Paulo, Reedição: 1982, Editora Corisco, Teresina.
- 1964 – *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- 1964 – *Âncora no planalto* (poesia), Editora do Brasil, São Paulo.
- 1976 – *O preconceito de cor na literatura de cordel*, Editora Resenha Universitária, São Paulo.
- 1976 – *Sociología de la Praxis*, Editorial Siglo XXI, México, DF.
- 1977 – *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, Editora Conquista, Rio de Janeiro.
- 1977 – *Manequins corcundas* (poesia), Editora La Palma, São Paulo.
- 1978 – *A sociologia posta em questão*, Editora Ciências Humanas, São Paulo.
- 1979 – *Sacco e Vanzetti, o protesto brasileiro*, Editora Brasil Debate, São Paulo.
- 1979 – *Diário da Guerrilha do Araguaia* (apresentação), Editora Alfa-Omega, São Paulo.
- 1981 – *Os quilombos e a rebelião negra*, Editora Brasiliense, São Paulo.
- 1983 – *Brasil: raízes do protesto negro*, Editora Global, São Paulo.
- 1984 – *A imprensa negra*, Imprensa Oficial, São Paulo.
- 1987 – *Quilombos: resistência ao escravismo*, Editora Ática, São Paulo
- 1986 – *História de João da Silva e dos obstáculos que encontrou na "terra do amor e da fartura" ou cantoria em oito movimentos para o homem do carrascal*, Editora Corisco, Teresina.
- 1987 – *Da insurgência negra ao escravismo tardio*, Separata de Estudos Econômicos, FEA/USP, São Paulo.
- 1988 – *Sociologia do negro brasileiro*, Editora Ática, São Paulo.
- 1989 – *História do negro brasileiro*, Editora Ática, São Paulo
- 1990 – *As injustiças de Clio – O negro na historiografia brasileira*, Editora Oficina de Livros, Belo Horizonte.
- 1994 – *Dialética radical do Brasil negro*, Editora Anita, São Paulo.

*"O marxismo não é um dogma,
mas um guia para a ação"*

Frederich Engels



FREDERICH ENGELS

28 de Novembro de 1820 - 5 de agosto de 1895

**175° ANIVERSÁRIO
DE NASCIMENTO
DE FREDERICH ENGELS
E O CENTENÁRIO DE
SEU DESAPARECIMENTO**

Leia na próxima edição da

PRINCÍPIOS

A ilha das ilusões

LUIZ CARLOS ANTERO

Milhões de dólares do Estado têm sido gastos em publicidade pela elite tucana cearense para criar um mito de prosperidade e feitos mágicos. Se penetrarmos na realidade é esse mundo que vamos encontrar?

Aplausos prorromperam no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), quando Mikhail Dmitriev, assessor de Boris Yeltsin, concluiu sua confusa intervenção. O convidado do então governador cearense Ciro Gomes descreveu uma caótica situação na ex-União Soviética, onde ninguém sabe o que fazer no curso da implementação do projeto neoliberal. Patético, ele informou que nada funciona e deu como exemplo a doação dos apartamentos com títulos de propriedade aos seus antigos moradores: tudo se deteriora porque todos ficam aguardando a ação do Estado. E concluiu, abobalhado: "Não sabemos o que vai acontecer". Mas saiu feliz no final da Conferência Internacional sobre Governabilidade, promovida em maio do ano passado pelo governo do Estado. Dmitriev conquistou simpatias no *staff* governamental ao revelar as esperanças do governo russo quanto ao sucesso do plano FHC 2, pois seria possível dizer à população desencantada da ex-União Soviética: "No Brasil deu certo".

Não menos festejado foi o principal convidado da Conferência, Robert Putnam, diretor do Centro para Política Internacional da Universidade de Harvard, o homem que Ciro Gomes chama de "meu chefe" (após deixar o governo, passou à condição de bolsista e estudioso em Harvard dos componentes políticos da inflação brasileira). Putnam lamentou a "erosão na participação cívica" nos Estados Unidos: "O nível de confiança social despencou. A crença no governo caiu de 75% há 30 anos para 19%. Aumentou a criminalidade enquanto diminuiu a qualidade de ensino, a participação nas sociedades de escoteiros, Rotary, jogos coletivos de boliche, comparecimento às votações, sindicatos e Igreja". Também patético e "com humor", sugeriu a criação no Ceará de "uma Secretaria de Capital Social para trabalhar a interação entre as pessoas".

O verdadeiro fantasma que transpareceu na Conferência cearense, porém, foi o da hiperinflação. O diretor da Divisão de Economias Nacionais do Banco Mundial, Peter Knight, reforçou a posição de Dmitriev: "Na Rússia há políticos que citam como exemplo o Brasil para argumentar em favor do crescimento econômico mesmo com inflação".¹

Principado e oásis da mídia

O evento é exemplar e revelador da onda de surrealismo que paira sobre o Ceará desde 1987, quando tomou posse no governo estadual o megaempresário Tasso Jereissati – destacado dirigente nacional do PSDB, eleito governador pela segunda vez em 1994. O Ceará quase foi transformado na capital do Brasil, o "farol alto" da candidatura de FHC, a "ilha da prosperidade" que guarda uma imensa vantagem sobre os demais estados da Federação, o reduto onde ocorreu um "ajuste fiscal bem-sucedido" e que proporcionou o equilíbrio das contas públicas, a salvação política das elites brasileiras. Uma cromoterapia no estilo "tropicaliente" (novela da Globo que recebeu mais de US\$ 700 mil em aporte financeiro do governo cearense, além de farto apoio de infra-estrutura), mas também um paraíso para os investidores nacionais e transnacionais, inclusive para "lavagem de dinheiro". O centro das atenções da imprensa, que traz a Fortaleza a curiosidade do *New York Times*, entre outros jornalões do planeta.

James Brooke, correspondente do *NYT* e especialista em assuntos da América Latina pela Universidade de Yale, chegou à "ilha" em abril de 94 para examinar o "modelo desenvolvimentista cearense", o principal eixo – juntamente com o Plano Real – da campanha de FHC à Presidência: "Acho importante examinar o Ceará como 'laboratório' de políticas tucanas no país. Eu me sinto arrependido porque na época da campanha de Collor eu não fui a Alagoas. E isto foi uma grande falha de toda a imprensa – não dar uma olhada de perto. Aqui parece que houve bastante progresso em alguns setores, como turismo, confecções de roupas, sobre diminuição da mortalidade infantil e secas, mas não tenho dados sobre distribuição de renda no Estado para uma análise mais profunda".²

Brooke não foi vítima de nenhuma ilusão de ótica ou delírio no semi-árido território nordestino; tampouco confundiu o Ceará com o Principado de Mônaco. Apenas não penetrou fundo na realidade cearense, reconhece, permanecendo na superfície desenhada pela feroz campanha de mídia do governo estadual: segundo a Nielsen Associados, em apenas um ano (1992) foram gastos US\$ 2 milhões em

publicidade, mais US\$ 1 milhão no ano passado, sem concorrência.³ Desse modo, a mídia foi impulsionada rumo ao mito dos grandes feitos mágicos.

Logo após sua posse, em janeiro deste ano, Tasso criticou os gastos de seu antecessor, talvez para reafirmar seu logotipo da “austeridade”, que marcou sua primeira gestão à frente do governo (1987-1990) e com o qual pretende ser ainda presidente da República. Na qualidade de mentor político do projeto que inaugurou um novo padrão de acumulação no Estado, retomou as rédeas da administração pública estadual com um discurso voltado para o desenvolvimento auto-sustentado e participativo, alimentando a expectativa de equacionar os gigantescos problemas de ordem estrutural legados à sociedade desde sua primeira campanha. Naquele momento, prometeu basicamente: 1) desenvolver o Ceará; 2) extinguir a miséria; 3) modernizar a máquina administrativa, golpeando o clientelismo. O que realmente ocorreu?

A economia vai bem e o povo vai mal. Isto traduz o perverso processo de acumulação do capital



Para compreender o que se passa no Ceará não basta visitá-lo. É preciso conhecer de perto o fausto de suas elites e a indigência de sua população. Outrora conhecido como um estado miserável vincado por belas praias, num litoral de 573 km, o Ceará reedita hoje a consigna que sublinhou um período negro da vida política brasileira: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

Este capítulo começa no início dos anos 80

Os empresários organizados no Centro Industrial do Ceará (CIC), sob a liderança de Jereissati e do ex-ministro do Planejamento e hoje senador Beni Veras, participaram timidamente da campanha das *Diretas Já* nos estertores da ditadura e decididamente da campanha de Tancredo Neves ao chamado Colégio Eleitoral, agindo para monopolizar o Comitê e tentando cercear a participação das esquerdas. Na seqüência, assumiram o poder político com o objetivo implícito de inaugurar um novo padrão de financiamento para o processo de acumulação do capital e com promessas explícitas de erradicar a miséria absoluta e moralizar a coisa pública, promovendo o desenvolvimento sócio-econômico. Os incentivos fiscais da Sudene já não sustentavam o padrão de financiamento inaugurado a partir de sua fundação, em 1959, mas apresentaram papel relevante na acumulação de riquezas do empresariado do CIC e do conjunto das elites nordestinas e cearenses. Jereissati foi citado por Dreifuss⁴ entre os empresários que, na “Nova República”, fazem política abertamente, ao lado de Antônio Ermírio de Moraes: Roberto Gusmão, Olavo Setúbal, Albano Franco, entre outros. “De mangas arregaçadas para defender o que é seu, em nome da sociedade e no dele

próprio, (...) o empresário está cansado de se esconder atrás de intermediários na gerência e gestão dos assuntos societários. O empresário-governante estadual seria a opção necessária, talvez como ponte de um futuro ministério ou mesmo de um “presidente empresarial”.⁵

A intervenção do grupo do CIC na política cearense ocorreu no cerne de uma diligente articulação (mais evidente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) *mimética* – no sentido da superação de divergências – e *transnacional* – na razão direta dos contatos externos com o empresariado dos Estados Unidos e de outros países hegemônicos. Ao longo dos últimos anos, as visitas de Jereissati aos Estados Unidos foram mais assíduas e seu sucessor, o advogado Ciro Gomes, assimilou o mesmo hábito. Foi esta relação umbilical com os Estados Unidos e a demonstração de “eficiência” exibida à frente do governo estadual – fartamente alardeada pela mídia – que fundou o mito decantado pela TV Globo. Desse modo, Tasso tornou-se um destacado quadro entre seus pares nacionais – que não tiveram a mesma capacidade na conquista e gestão do poder político.

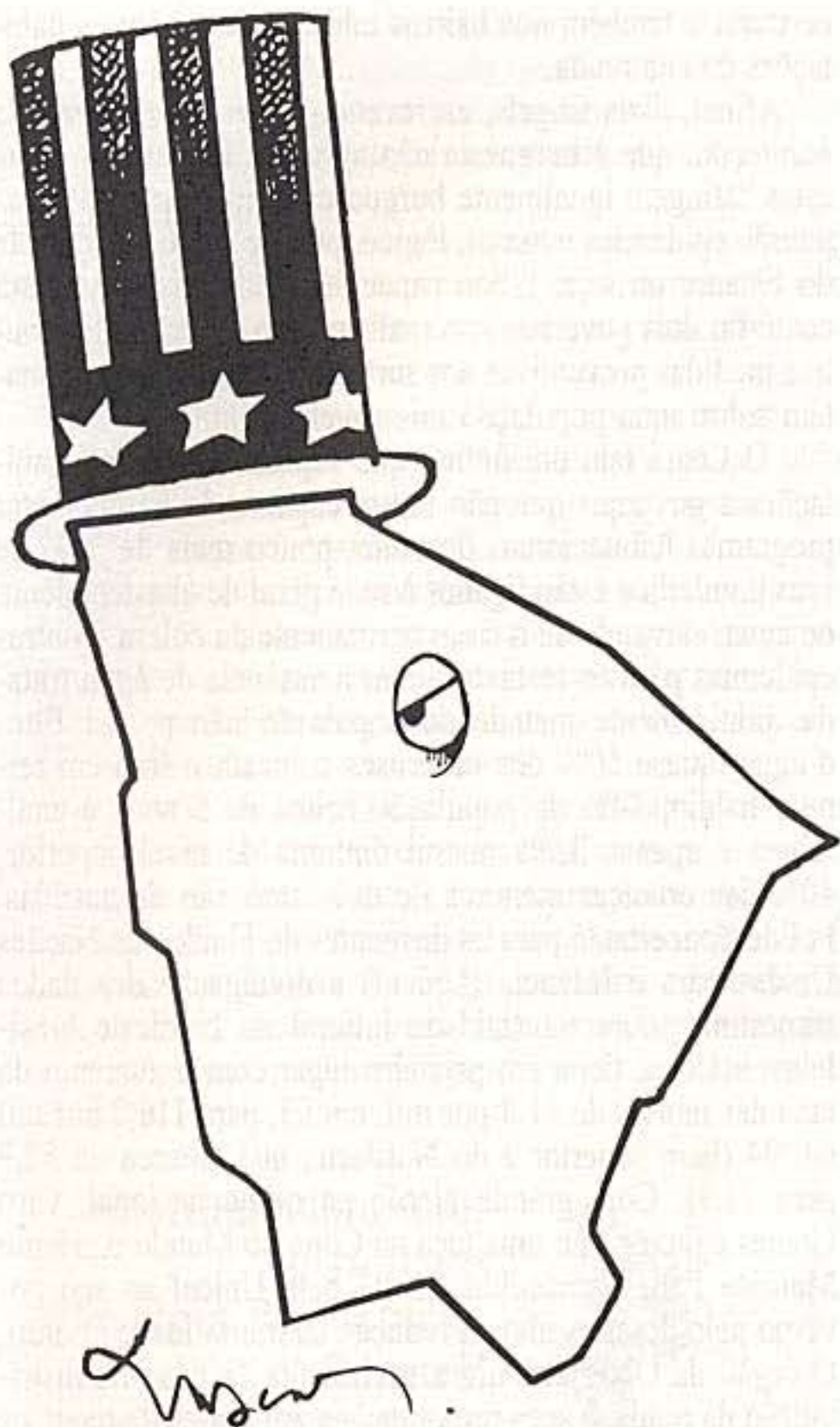


Íntima relação entre a máquina do Estado, a elite de empresários e o ranking da fome

A bordo de uma campanha milionária, em 1986, Jereissati foi eleito e governou o Estado com mão-de-ferro – especialmente sobre os servidores públicos, que reduziu de 148 mil para 98 mil. Mexeu basicamente nos “funcionários-fantasmas” e nos casos de acumulação de cargos. Depois – para “enxugar” a folha de pagamento – arrochou os salários dos remanescentes, que nos bastidores foram classificados como “parasitas e ociosos”. Simultaneamente, promoveu a modernização da máquina de arrecadação, elevando o recolhimento de tributos, e, enfim, atingindo o propalado equilíbrio das contas públicas. Uma fórmula que qualquer empresário eficiente adotaria no saneamento de qualquer empresa; além disso, terceirizando serviços para aliviar a empresa do ônus de encargos sociais. Estas medidas na gestão do Estado, por outro lado, já ocorreram em favorecimento das elites empresariais, através da contratação sistemática das empresas prestadoras de serviços, atraídas por uma formidável taxa de lucros – resultante da relação com uma mão-de-obra a baixo custo e um governo que adquiriu fama de “bom pagador”.

Acumulando sem dividir, a todo vapor

A máquina administrativa encampou um novo padrão de financiamento e passou a servir “modernamente” à acumulação do capital: indústrias de pré-moldados, por exemplo, passaram a receber encomendas em larga escala para a instalação de sonorizadores e lombadas nas vias da capital e do interior; estradas e empreiteiras reeditaram a



comunhão de interesses em obras públicas. Mas a aferição dos ganhos empresariais e do seu grau de influência na estrutura governamental foi sempre bloqueada, pois, quando surgiram as primeiras denúncias de irregularidades, no início da atual década, o governo agiu sistematicamente para impedir a avaliação criteriosa (ou admitir investigações através de CPIs) pelo parlamento estadual, onde já contava com a maioria dos deputados.

Com ou sem corrupção, a íntima relação entre a máquina do Estado e a elite empresarial forneceu o lastro para uma formidável acumulação de capital, num autêntico acerto entre ricos. Os números oferecidos exibem o Produto Interno Bruto (PIB) cearense com um crescimento de 23,71% num período de oito anos, ao tempo que o do Brasil cresceu 7,8% e o do Nordeste não passou dos 4,8%. De acordo com a ótica tucana, se o Brasil progredisse no mesmo ritmo que o Ceará, teria hoje um PIB maior que o da Espanha e uma renda *per capita* de US\$ 4 mil.⁶ Mas a quem serviu este apreciável desempenho? Segundo o ex-secretário estadual de Planejamento, ex-deputado federal e consultor do ex-ministro Beni Veras, economista Osmundo Rebouças, há muito o que explicar, pois o Ceará, com uma participação de 2% no PIB nacional, reúne 10% das riquezas do país. Além disso, consagrou-se como primeiro comprador de carros importados

proporcionalmente à sua condição. Fortaleza é hoje a sede de cinco bancos de porte nacional, dois dos quais são públicos (o BNB e o BEC, o banco estadual que Tasso pensa em privatizar após um saneamento que tornou a instituição um excelente negócio). Estaríamos, então, diante de novo milagre econômico em pleno fosso da crise mundial do capitalismo? Se for o caso, ressurgem aqui o antigo problema do “bolo” que cresce mas não se divide – dilema posto pelo regime militar no início dos anos 70, com formidáveis seqüelas nos anos 80.

A “arrancada” das favelas incha o terciário

O Ceará é o retrato fiel da degradação capitalista. Entrou no *ranking* dos recordistas da fome no Brasil em 1993, ocupando o 3º lugar e perdendo apenas para a Bahia e Minas Gerais, com 10% dos indigentes do país. Ou seja: metade da população cearense, que é hoje de 6,66 milhões de habitantes, passa fome e vive na mais degradante miséria.⁷ O Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará demonstrou, em estudo do ano passado, que 78% dos cearenses ganham menos de um salário mínimo. As disparidades na distribuição da renda revelam um quadro alarmante: já no limiar dos anos 90, mais de 68% da População Economicamente Ativa (PEA) não possuía rendimento algum ou ganhava no máximo um salário mínimo, apropriando-se de apenas 14% da renda total. No outro extremo, de mais de 20 salários mínimos e representando 1,2% da PEA, ocorria a apropriação de 26% da renda total. O rendimento mensal médio da PEA cearense constituía 45% do mesmo rendimento da PEA brasileira ao final da primeira gestão de Jereissati.



Estrutura agrária ainda continua intocada e não é suficiente a produção de alimentos

Este panorama tem raízes sólidas no modelo de modernização conservadora legado pela Sudene e consolidado pela oligarquia industrial cearense. A expansão industrial propiciada pelos incentivos fiscais ocorreu sem nenhuma vinculação com o setor agropecuário. A estrutura agrária permaneceu intocada e a produção de alimentos e matérias-primas insuficiente para prover as necessidades da população e as demandas industriais. Este perfil do setor primário entra em contradição com a indústria existente, formada essencialmente por ramos tradicionais (produtos alimentares, têxtil e vestuário, calçados e artefatos de tecidos etc.). Mesmo o algodão, que marcou a presença do Ceará no mercado mundial desde a Guerra de Secessão nos Estados Unidos,⁸ entrou em colapso com a “praga do bicudo”, e hoje é importado de outras regiões – do mesmo modo que uma extensa relação de produtos de origem agrícola e de implementos industriais.

Neste rumo, o setor agropecuário cearense veio decaindo continuamente ao longo dos últimos anos, mais pela

ausência de vontade política e incúria administrativa dos governantes que por razões climáticas. O atraso das forças produtivas no campo é verificável também pelas relações e instrumentos de produção obsoletos e responsáveis – juntamente com os precários meios de armazenamento e distribuição espacial da água – pela baixa produtividade e dependência às condições do clima. Desse modo, a tentativa de “arrancada da produção” lançada no primeiro governo Tasso transformou-se gradativamente na quase extinção da agricultura cearense – um destroçamento que já afeta até mesmo as culturas tradicionais (caju, carnaúba etc.).

Ampliam-se a cada ano os cordões de miséria, atestando a lógica das elites e sua “ilha”



A extravagante relação entre os setores da economia (o que de resto constitui uma tendência do capitalismo mundial), exprime, além de um crescimento industrial que não absorve a força de trabalho expulsa do campo (emprega cerca de 18% da PEA), uma acelerada expansão do setor de serviços (inflado com 45% da PEA), para onde flui um imenso contingente de trabalhadores migrantes. O incremento da urbanização posicionou mais de 60% da população nas cidades (35% das quais na Região Metropolitana de Fortaleza). O setor agropecuário, que em 1960 abraça 66% da PEA, no final dos anos 80 reteve apenas 36%. De 1985 a 1991, 79 novas favelas surgiram em Fortaleza (que ocupa o 3º lugar no país, com 15,6% de favelados, depois de Recife e Belém). Ampliam-se a cada ano os cordões de miséria em torno das cidades, atestando a lógica perversa das elites cearenses em sua “próspera ilha”. Uma pesquisa da Secretaria de Ação Social (SAS) revelou um fato adicional: a expressiva parcela dos novos favelados são de classe média em processo de proletarização.

Seca de criatividade e epidemia administrativa

Os indicadores sociais contestam a desastrosa situação da economia cearense, afirmando a ruína da formação econômica e social em seu conjunto. As realizações prodigiosas dos governos tucanos reduziram-se a um combate eficaz à poliomielite. A epidemia de dengue, em 94, atingiu centenas de milhares de pessoas na capital, segundo a Comissão Estadual de Combate à Enfermidade. Inquéritos informais no âmbito da Secretaria de Saúde estimaram um total de 800 mil casos em todas as classes sociais. A contaminação foi generalizada entre as famílias da capital, e a ausência de recursos para uma pesquisa sistemática limitou as constatações aos exames clínicos, principalmente, e laboratoriais, em menor escala. Quando o próprio governador foi vitimado, a situação alcançava proporções alarmantes, atingindo em média três habitantes numa família de cinco pessoas na

periferia e também nos bairros onde predominam as habitações de alta renda.

Afinal, dizia Engels, escrevendo *Sobre o problema da habitação*, que à burguesia não agradam as pestes porque estas “atingem igualmente burgueses e proletários”. A expansão epidêmica ocorreu, lógico, porque fugiu ao controle do Estado; ou seja, faltou capacidade administrativa para contê-la: dois governos não realizaram o saneamento e outras medidas preventivas aos surtos recorrentes que se abatem sobre uma população miserável e aflita.

O Ceará tem um déficit que supera as 300 mil habitações e governos que não foram capazes de implementar programas habitacionais de vulto; pouco mais de 30% de seus domicílios estão ligados à rede geral de abastecimento de água, elevando-se o risco permanente da cólera e outras epidemias para os restantes, com a ausência de água tratada; praticamente metade da população não possui filtro d’água; quase 60% dos cearenses colocam o lixo em terreno baldio; 44% da população acima de 5 anos é analfabeta e apenas 3,7% possui diploma de nível superior; 40% das crianças menores de dois anos são desnutridas. Foi desconcertante para os dirigentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a divulgação dos dados trimestrais sobre mortalidade infantil no Nordeste brasileiro: o Ceará ficou em primeiro lugar com o aumento da taxa das mortes de 51,8 por mil, em 93, para 116,2 por mil em 94 (bem superior à do Nordeste, que cresceu de 52,9 para 73,9). Com grande alarde na mídia nacional, Ciro Gomes agitou como uma taça na Copa do Mundo o prêmio Maurice Patte, concedido em 93 pela Unicef ao seu governo pelo desempenho na redução da mortalidade infantil. O órgão da ONU atribuiu a reviravolta “à péssima distribuição da renda, à seca prolongada e aos cortes de recursos destinados à área de saúde”.⁹

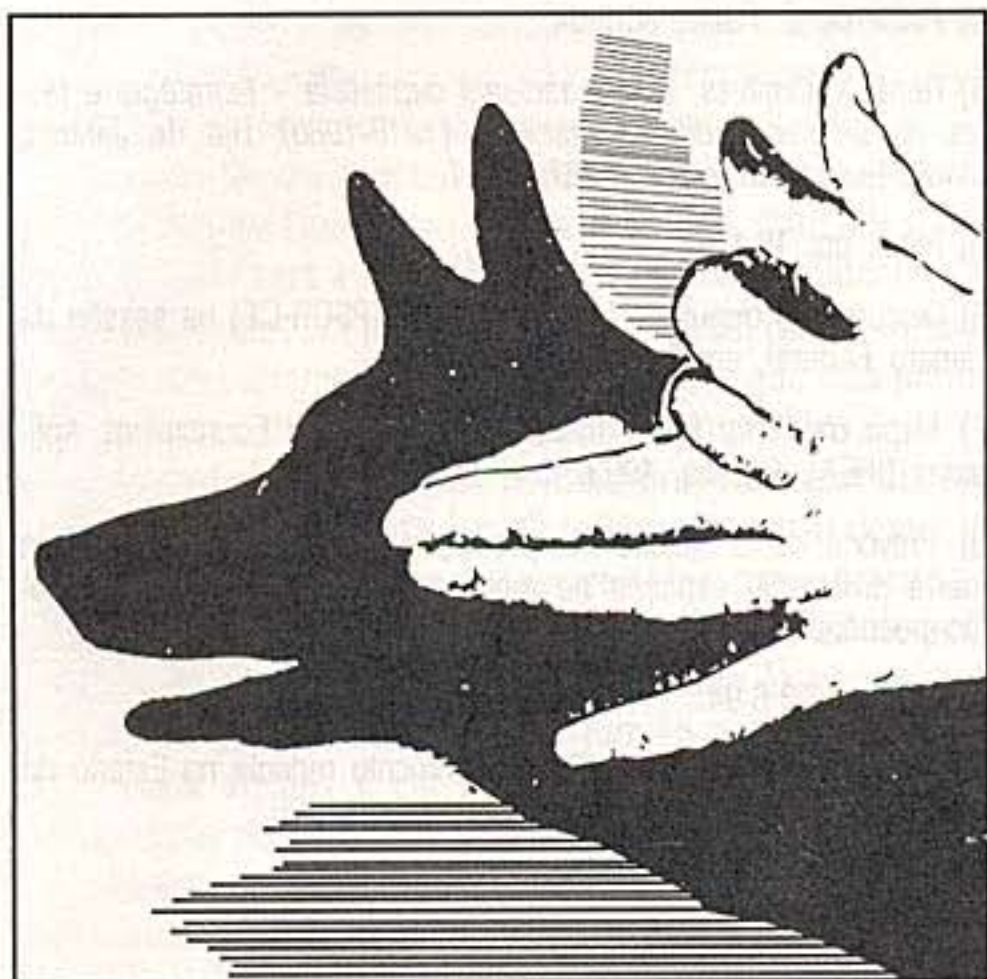


Turismo, monopólios, “tigres” e espertos: os novos oligarcas industriais fazem festa

Das três razões alinhadas, a seca é a mais antiga das explicações, remontando aos idos imperiais e envelhecendo nos dias atuais com as colheitas em diversas regiões semi-áridas do planeta. As duas outras – mais atuais – devem também ser creditadas ao próspero governo de uma polêmica “ilha”. Pois, mesmo contando com 27,6% de todas as receitas orçamentárias, a educação também não removeu o analfabetismo pela política adotada e aplicação dos recursos. Ciro Gomes admite hoje que a pretendida “revolução na educação” não vingou.

Vamos à praia?

Mas, tudo é apenas um desastre? Certamente que não. Existe no Ceará uma elite bafejada pela prosperidade e que, ao lado do conjunto das oligarquias nordestinas, é beneficiá-



ria dos incentivos fiscais da Sudene – que sistematicamente foram desviados para outras finalidades. Uma “acumulação primitiva” que a torna também beneficiária da umbilical relação entre Estado e iniciativa privada, num outro nível. A especulação imobiliária do solo urbano e grandes empreendimentos privados, através do controle do poder político, recebem investimentos públicos em equipamentos (tidos como) coletivos de consumo: construção e alargamento de avenidas, viadutos, adorno de áreas etc. Outras obras beneficiam vastas áreas urbanas de poderosas famílias. Investimentos imobiliários em habitações de altíssimo luxo surgem, facilitando a “lavagem de dinheiro” por capitalistas estrangeiros e nacionais, que também compram terras.

Esta face do projeto de acumulação de capital revela, no aspecto substantivo, sua opção litorânea e urbano-industrial, o tratamento secundarizado da questão agrícola (e agrária) e sua opção pelo turismo como principal eixo econômico. Não exatamente pelas divisas que atrai: em 1993, o turismo fervilhante significou 1,93% do PIB cearense – ou US\$ 278 milhões, segundo o presidente da Coditur, Antônio de Matos Brito –, mas significativamente pela atração de capitais forâneos de diversas origens. Daí a continuada – planejada ou não – expansão da rede hoteleira, das empresas especializadas e demais serviços (comércio de confecções, artesanato, transportes, prostituição, lazer etc.). O advento do Projeto de Desenvolvimento Turístico (Prodetur), a ser implantado com recursos do BID e do governo estadual, fixa uma especialização da economia cearense diante do chamado Primeiro Mundo: a de *playground* dos turistas internacionais ricos – rumo à posição de enclave colonial privilegiado. Fortaleza, consagrada como capital campeã mundial em prostituição infantil, afirma-se como porto de desembarque nacional para suas exóticas praias, mas o estilo de turismo pensado é altamente predatório e já apresenta conseqüências nefastas para as populações litorâneas (pescadores, índios etc.), com a degradação ambiental e destruição das culturas locais – corolário da inapelável ação especulativa quanto às terras litorâneas.

Mais concentração, monopólios e “tigres”

A máxima da destruição é, aliás, uma opção sistemática do projeto de acumulação em curso e fornece o padrão de crescimento industrial pretendido. O predomínio na estrutura industrial do Estado é de micro e pequenas empresas, mas as médias e grandes empresas apresentam as mais expressivas taxas de crescimento, na qualidade de beneficiárias privilegiadas dos estímulos institucionais (Finor, Fundo de Desenvolvimento Industrial etc.), num processo que substitui as menores pelas de maior porte, impulsionando o processo de concentração e monopolização.¹⁰ As iniciativas inspiradas na ação do Sebrae com ramificações na Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) significaram um estímulo às micro e pequenas empresas, traduzido no Programa de Compras Governamentais (aquisição de mercadorias para a merenda escolar, equipamentos para as escolas públicas e polícia militar etc.). Contudo, foram ações secundarizadas no conteúdo e sentido da ação do governo – que, na essência, seguiu o curso do projeto definido pela nova oligarquia industrial (assegura às grandes empresas, além da infraestrutura do Distrito Industrial de Fortaleza, por exemplo, bens públicos, como a água subsidiada; no caso da Refrescos Cearenses, que produz a Coca-Cola, beneficia diretamente o Grupo Jereissati).



Estratégia tucana tende a se esgotar pela incapacidade de democratizar o crescimento econômico

Enfim, a estratégia tucana tende a se esgotar especialmente pela incapacidade de redistribuir a riqueza e democratizar o crescimento econômico. O aceno aos capitais monopolistas nacionais e asiáticos é a fórmula que visa compensar essas deformações da ótica neoliberal, buscando suprir o vácuo: a) de um padrão de financiamento sólido; b) de iniciativas no interior do Estado (os investimentos institucionais estão concentrados maciçamente na região metropolitana); c) de uma indústria dinâmica, não-tradicional. “O segredo do sucesso está na congregação da mão-de-obra barata com os incentivos oferecidos às empresas estrangeiras, que terão isenção do ICMS por dez anos se se instalarem em regiões carentes do interior, e por seis anos se forem para a capital.”¹¹ A Kao Lin Nordeste (Taiwan) espera produzir, nessas condições, 10 milhões de peças jeans e faturar US\$ 50 milhões anuais exportando calças para os Estados Unidos por US\$ 5 a unidade. Outros empresários de Taiwan estão instalando seis diferentes indústrias – de motores elétricos, equipamentos de automação industrial, confecções, máquinas de costura e autopeças –, com US\$ 100 milhões em Acapapé, a 70 km de Fortaleza.¹² Grandes grupos, como Votorantim, Vicunha e Grendene, também são atraídos pelas excelências da “ilha” e da prosperidade fácil para alguns.

O modelo de modernização conservadora adotado pela oligarquia cearense, porém, não é semelhante ao asiático,

onde a reforma agrária, as colheitas agrícolas e a substituição de importações constituíram eixos fundamentais no desenvolvimento intermediário atingidos pelos "tigres" – onde países do G7 investiram em larga escala na disputa por influência com a ex-União Soviética. No Ceará, a terra persiste como reserva de valor, a reforma agrária e a produção agrícola não são prioridades implícitas, a indústria é essencialmente tradicional e já não se fala em ZPE; ou seja, nesta concepção, o Ceará e o Brasil seriam apenas uma grande "zona franca" do capital internacional – de acordo com a cartilha neoliberal. O que Dmitriev, Mr. Putnam, Mr. Knight, Mr. Brooke e o *NYT* certamente devem saber. E FHC também.

O Ceará pode chegar a ser o Caribe brasileiro e até aspirar à condição do Principado de Mônaco, mas certamente este sonho da oligarquia urbano-industrial e litorânea cearense não contribuirá para que o Estado deixe de alimentar a inflação brasileira, importando o alimento de sua população – como ocorre hoje. E depende do interesse do capital internacional, que é bem-recompensado no jogo especulativo, para instalar na região a sólida indústria de ponta indispensável ao desenvolvimento. Este seguirá emperrado, a indústria importando um leque expressivo de implementos. Se a agricultura cearense não atingir um grau de prosperidade pelo menos próximo ao dos frondosos coqueirais da Frutop (empresa do Grupo Jereissati no litoral), expelirá toda a população rural até o limite da maioria de idosos que restam no campo. Um projeto assim concebido conduz o trabalhador cearense – como derradeira opção de emprego – à condição de caseiro ou office boy nas mansões do Porto das Dunas ou em algum empreendimento derivado do *trade* turístico.

Mais vale um jegue...

Mas, hoje, quando despenca em queda livre o Plano Real (sucedâneo do FHC 2, que encheu de esperanças o visitante russo), Tasso dá curso ao que, na Marquês de Sapucaí, ao sabor de cuícas e tamborins, expressou caricaturalmente uma versão de sua estratégia: "mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube". O camelo, lógico, é o débil sonho da estabilização monetária sob o humor de capitais voláteis; a veleidade dos tucanos da paulicéia, que, espera, estarão em breve "comendo na sua mão". O jegue é o Ceará, seu laboratório, que, no jogo das contradições, aparece nacionalmente como a única experiência tucana "bem-sucedida". De Tropicaliente à Imperatriz Leopoldinense, os contrastes de uma realidade perversa se perdem no brilho das imagens multicoloridas, no cromatismo da aldeia global.

LUIZ CARLOS ANTERO é jornalista.

Notas

(1) *O Povo*, Fortaleza, 17-5-94.

(2) *Idem*, 4-4-94.

(3) *Folha de S. Paulo*, 26-6-94.

(4) René A. Dreifuss, *A Internacional capitalista – Estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*, Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1987, p. 17

(5) *Idem*, pp. 18-19.

(6) Discurso do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) na sessão da Câmara Federal, em 5-5-94.

(7) *Mapa da Fome I e II*, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Brasília, 1993.

(8) Provocando o refluxo na produção algodoeira americana, a guerra civil abriu espaços no mercado mundial. O binômio algodão-pecuária já dava a tônica da economia cearense.

(9) *O Povo*, 23-6-94.

(10) Jaqueline Cavalcante, "Desenvolvimento recente no Estado do Ceará" (dissertação de Mestrado), Fortaleza, 1992.

(11) *Idem*, discurso do deputado Ubiratan Aguiar.

(12) *Idem*.

Bibliografia

ANTERO, Luiz Carlos. "Ideologia, divisão do trabalho e habitação popular" (a intervenção do Estado e o processo da luta pela superação da dominação), dissertação de Mestrado, UFC, 1984.

CAVALCANTE, Jacqueline Franco. "Desenvolvimento e dinâmica da industrialização recente no Estado do Ceará", dissertação de Mestrado, UFC, 1992.

DÉCIMO, Carlos. *Estudo sobre o processo de proletarização dos pescadores artesanais no Estado do Ceará*, Departamento de Engenharia de Pesca da UFC, 1992.

Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE). *Anuário estatístico – 1993*, Fortaleza, 1993.

Governo do Estado do Ceará. *Plano de Mudanças (1987/1990)*, Governo Tasso Jereissati, Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado do Ceará (IOCE), 1987.

_____. *Mensagens à Assembléia Legislativa (1991-1994)*, Governo Tasso Jereissati (última mensagem) e Ciro Gomes, Fortaleza, IOCE, 1991-1994.

Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). *Indicadores industriais*, Departamento de Economia e Estatística, Fortaleza, FIEC, 1993.

Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea. *Nordeste – Indicadores de desenvolvimento e desigualdades (1980/1989)*, Fortaleza, IECC, 1991.

_____. *Pesquisa Ceará Ano 2000*, Fortaleza, IECC, 1990.

Partido Comunista do Brasil (PCdoB). *Documentos das Conferências Regionais VI, VII e VIII*, Fortaleza, PCdoB, 1983, 1988 e 1991.

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. *Pronunciamentos e requerimentos da Liderança do PCdoB (1991-1994)*, Fortaleza, Departamento Legislativo, 1991-1994.

Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará. *Cadastro Industrial do Ceará*, Fortaleza, SIC, 1992.

Veja. "O agito cearense", São Paulo, Editora Abril, dezembro de 1993.

Guerrilha do Araguaia, a história que não acabou

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO

*Há 20 anos a Guerrilha do Araguaia chegava ao fim.
Mas sua história ainda não acabou – falta a versão militar do conflito,
que só agora começa a ser aclarada*

Em janeiro de 1975, as Forças Armadas davam por encerrado um dos mais importantes conflitos armados deste século – a Guerrilha do Araguaia –, que, à exceção da mobilização de tropas para a II Guerra Mundial, foi aquele que exigiu maior número de soldados, envolvendo as três armas e as polícias militares dos estados de Goiás, Mato Grosso e Pará, totalizando mais de 10 mil homens em três anos de conflito aberto na região.

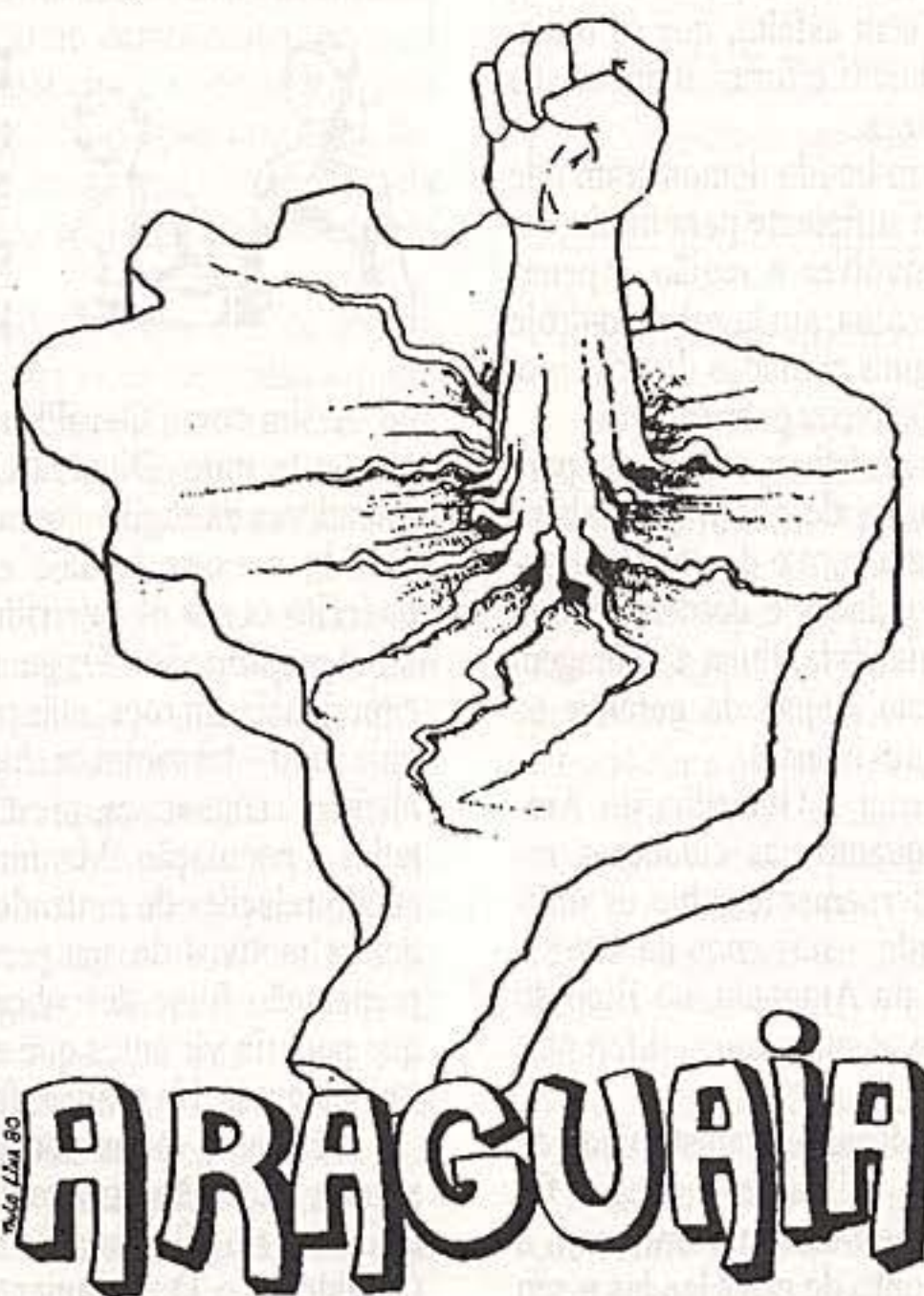
No final da década de 60, sufocadas pela falta de liberdade e por uma repressão violenta que impedia que cada cidadão pudesse exercer seus plenos direitos políticos, as organizações de esquerda, com raras exceções, optaram pelo caminho da luta armada, acreditando ser a única forma de pôr fim à ditadura militar implantada em 1º de abril de 1964. A explosão social, contida por um conjunto de medidas (atos institucionais, leis complementares, cassações políticas e acusações infundadas sobre intelectuais, trabalhadores e estudantes) que expulsou do solo pátrio milhares de brasileiros, ameaçou se irromper com a ação de grupos guerrilheiros, inspirados nas revoluções chinesa e cubana e, em certa medida, na guerra do Vietnã e na luta de libertação da Argélia.

O movimento comunista mundial vivia, na década de

60, uma grande crise, causada pelas denúncias de Kruchóv contra Stálin. Isso gerou uma divisão entre os partidos comunistas de todo o mundo. A política implementada pela União Soviética, a partir de então, privilegiava uma ação conciliatória, em detrimento do caminho revolucionário. Kruchóv iniciou uma série de negociações e acordos com os Estados Unidos, acreditando que a crise vivida pelo mundo capitalista deixaria inevitavelmente a União Soviética livre para exercer um domínio mundial.

Essa opção “reformista”, seguida no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), provocou descontentamento em vários dirigentes e militantes. Iniciou-se, assim, um processo de cisão no PCB, que motivou o surgimento de várias organizações políticas e da reorganização do Partido Comunista do Brasil. Apesar das discordâncias quanto à estratégia a se adotar, todas elas acreditavam que somente através da luta armada seria possível derrotar a ditadura militar e instalar um governo popular e revolucionário.

Os caminhos utilizados foram diferentes. Parte dessas organizações, principalmente a ALN (Ação Libertadora Nacional) e a VAR-Palmares, optou por seguir uma linha inspirada no modelo de revolução implementado em Cuba, por Fidel Castro e Che Guevara,



e posteriormente na Bolívia. Inspirados na guerra popular prolongada de Mao Tsé-Tung, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML) entenderam que o “elo mais frágil” do regime militar encontrava-se no interior, portanto a guerrilha rural teria maior eficácia na luta contra a ditadura.

O cenário – Fruto de um estudo sistemático que levou em consideração as distorções regionais, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) escolheu o sul do Pará e o norte de Goiás (atualmente Tocantins) como uma das regiões ideais para a implantação de núcleos guerrilheiros e, a partir de 1966, iniciou o deslocamento de quadros para aquela região. Eram militantes possuidores de noções militares, como Osvaldo Orlando da Costa, o famoso Osvaldão, com passagem pelo CPOR (Centro de Formação de Oficiais da Reserva), e Ângelo Arroio, estudioso do assunto.

A região apresentava as características essenciais para que se pudesse preparar uma guerra de guerrilhas



Hoje, vinte anos depois, a região que serviu de cenário à guerrilha permanece no abandono, vítima de desmatamentos descontrolados, motivados pela exploração de madeira e pelas coivaras que antecipam o cultivo do solo. Entre Araguaína, no Tocantins, e São Geraldo, no Pará, ou entre Imperatriz, no Maranhão, e Marabá, no Pará, povoados pequenos e miseráveis permanecem quase isolados, devido às estradas malcuidadas, sem asfalto, que se transformam em atoleiro durante as chuvas e formam névoas de poeira vermelha no período da seca.

Os casebres de adobes ou barro batido demonstram que nem mesmo o clima de guerra foi suficiente para motivar o interesse dos governos em desenvolver a região. Apenas num curto período posterior à guerrilha, ainda sob o controle do Exército, a região mereceu alguns cuidados do governo, que temia o surgimento de novos núcleos guerrilheiros.

A região apresentava as características essenciais para que se pudesse preparar uma guerra de guerrilhas. Abandonada pelos governos, sem contato com o desenvolvimento que se acelerava nas grandes cidades e desconhecendo todo o processo político que o país vivia, tinha a vantagem de contar com uma densa floresta, capaz de garantir os alimentos necessários para a sobrevivência.

Esse foi o cenário onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, dirigida pelo PCdoB. Enquanto nas cidades a repressão abatia-se cada vez mais ferozmente sobre os militantes de organizações de esquerda – nos anos de 1968 a 1970, principalmente –, a região do Araguaia, no Bico do Papagaio, começava a receber novos moradores, diferentes dos que ali já viviam.

Os personagens – Aos poucos foram se constituindo os núcleos guerrilheiros. O primeiro militante a chegar foi Osvaldão. Negro, alto, simpático no falar e no trato com a população, tornou-se famoso, a ponto de criar lendas a seu

respeito. O camponês Antônio Veloso, que foi guia do Exército, conta que os militares já vinham sabendo que Osvaldão “era o elemento mais temido”. Osvaldão atuou como garimpeiro, em Itamirim, no Pará, como mariscador (caçador de peles), e depois adquiriu uma posse ao lado do rio Gameleira. Ali seria estruturado o Destacamento B.

Em 1967, chegou o médico João Carlos Haas Sobrinho, o Juca. Gaúcho, estabeleceu-se em Porto Franco, no Maranhão, onde montou um pequeno hospital que servia também à cidade de Tocantinópolis. Acusado de subversão, João Carlos teve que se retirar para uma roça próxima a São Geraldo, no Pará, devido aos cartazes distribuídos nessas cidades, que mostravam sua foto com a expressão PROCURADO. Foi um dos membros da comissão militar da guerrilha.

Ainda em 1967 chegaram Elza Monerat (dona Maria), Libero Giancarlo Castiglia (Joca) e Maurício Grabois (Mário ou velho). Grabois fora deputado federal constituinte em 1946, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1968, chegaram João Amazonas (Velho Cid) e Ângelo Arroio (Joaquim). Esse era o núcleo dirigente, responsável pelo estudo da região, distribuição do pessoal entre as localidades onde se constituíram as bases guerrilheiras, preparação política e ideológica e treinamentos militares.

Entre 1970 e 1972, chegaram aos poucos mais militantes do PCdoB, até totalizar 69 guerrilheiros. Jovens, a maioria, pertenciam ao mesmo partido e estavam marcados pela repressão que se abatia nas grandes cidades. Entre eles, encontrava-se um ex-operário, Francisco Chaves, sexagenário, que participara da insurreição de 1935, nas fileiras da Aliança Libertadora Nacional.



Dina e Osvaldão, mitos do Araguaia tidos pelo Exército como os mais perigosos guerrilheiros

Assim como Osvaldão, uma outra figura se destacou e tornou-se mito: Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Vários moradores da região contam que “Dina era muito mística”. Devido a essas lendas, ela e Osvaldão eram tidos pelo Exército como os guerrilheiros mais perigosos.

A preparação – Os guerrilheiros não possuíam nenhuma experiência em roça, mas procuraram adaptar-se ao estilo de vida rural – tornaram-se comerciantes, farmacêuticos, castanheiros, camponeses, prestavam assistência médica e davam aulas à população. Mantinham uma vida normal, estabelecendo relações de amizade, mas sem divulgarem os verdadeiros motivos de sua presença. Temiam que toda aquela preparação fosse descoberta, antecipando uma resistência que poderia vir antes que estivessem completados todos os treinamentos. Na prática, foi o que ocorreu.

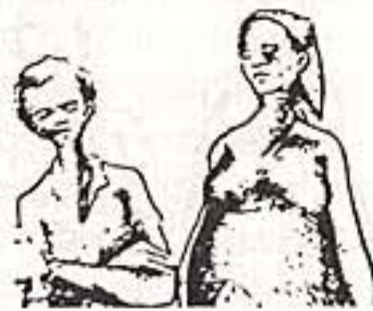
Três bases foram constituídas: o Destacamento A, próximo a São João do Araguaia; o destacamento B, às margens do rio Gameleira, entre Palestina do Pará e São Geraldo; e o Destacamento C, pouco abaixo de São Ge-



raldo. Além dos três destacamentos (o objetivo inicial era que cada um contasse com 23 guerrilheiros), havia ainda a Comissão Militar, que se estabeleceu próximo a Metade, povoado do município de São Domingos, acima da aldeia dos índios suruís.

Ao todo, essa área abrangia as seguintes localidades: Marabá, São João do Araguaia, Itimirim, Apinagés, Araguatins (esses do lado esquerdo da Transamazônica, na direção Marabá-Imperatriz), São Domingos, Metade, Brejo Grande, Bacaba, Palestina, Santa Isabel, Santa Cruz, Pau Preto, São Geraldo, e ainda uma parte do município de Conceição do Araguaia, todos no Pará; e Xambioá, Aruanã e Araguaína, atualmente no estado de Tocantins.

Ao suspeitar que a ALN iria organizar focos guerrilheiros, o Exército realiza a "Operação Presença"



Em 1970, o Exército realizou um exercício antiguerrilha denominado "Operação Presença", que se baseou em Imperatriz, após suspeitas de que a ALN pretendia organizar focos guerrilheiros na região. Isso apressou o deslocamento dos militantes para os pontos de apoio e a intensificação dos treinamentos militares e de adaptação à mata. Como ainda não havia sido feito um trabalho político, a população não tinha conhecimento desses preparativos. Depois de deflagrada a guerrilha, foi feita a distribuição de um conjunto de reivindicações da população, por intermédio de núcleos, denominados União pela Liberdade e pelo Direito do Povo (ULDP).

O combate – Em 12 de abril de 1972 as Forças Armadas iniciaram o combate ao movimento guerrilheiro, entrando por São Geraldo e atacando o Destacamento C. As bases militares foram instaladas em Marabá, Bacaba, Araguatins e Xambioá. Além dos acampamentos militares que foram instalados na região, os postos policiais na Transamazônica fiscalizavam todas as pessoas que por ali passavam. Apesar de todo o sigilo, os núcleos foram descobertos antes que se completasse a fase de preparação. A politização da guerrilha e a aquisição de armamentos ficaram prejudicadas.

Algumas pessoas deixaram os núcleos guerrilheiros por motivo de doença, gravidez ou questões pessoais. Uma delas foi responsável pela denúncia do movimento. As evidências apontam para Lúcia Regina de Souza Martins, cujos pais possuíam boas relações com os militares, e que saíra da região para fazer tratamento contra hepatite e brucelose. Levada para Anápolis, deixou o hotel em que ficou hospedada e viajou para São Paulo, sem dar nenhuma satisfação.

A suspeita de que ela tenha denunciado o movimento foi reforçada em depoimentos de Elza Monnerat, dirigente do PCdoB, José Genoíno, atualmente deputado federal pelo PT, e Dower Cavalcante, professor universitário que morreu de infarto em 1993, todos eles participantes da guerrilha em seu período preparatório.



Terroristas, subversivos, assaltantes de banco: expressões dos militares que o povo não entendeu

A princípio, o Exército subestimou o grau de preparação da guerrilha. Na primeira campanha, o grosso do efetivo era composto por oficiais e soldados do Exército, apoiado por uma maioria de recrutas e soldados inexperientes em combater guerrilhas.

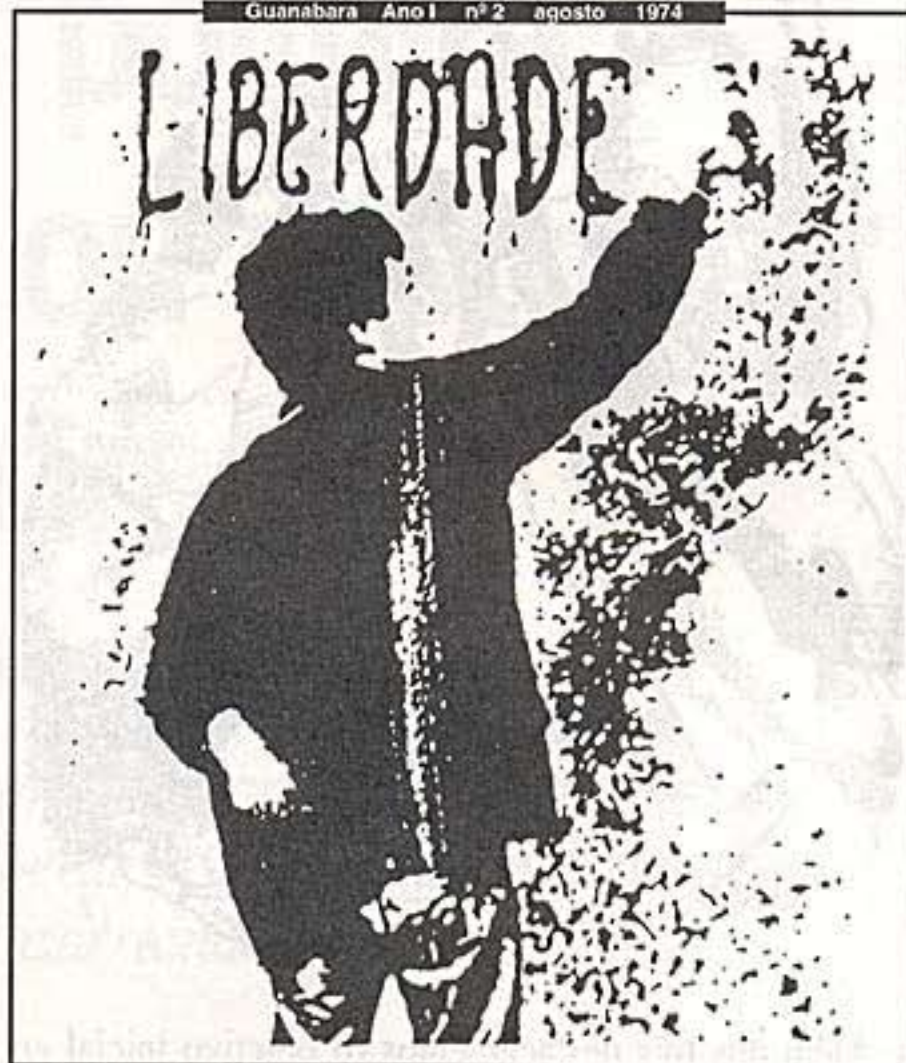
Cidades como Marabá e Xambioá tiveram suas rotinas radicalmente modificadas devido à presença numerosa de milhares de soldados. Xambioá abrigou o contingente militar e uma parte do comando da operação. A base militar funcionava sob a fachada de uma mineradora e uma agropecuária.

Cerco aos "paulistas" – Do outro lado do Araguaia, onde só se pode chegar por intermédio de barca, localiza-se São Geraldo; por ali o Exército penetrou em direção ao Destacamento C, Base dos Caianos, e atacou o local denominado Pau Preto, um ponto de apoio, empurrando os guerrilheiros em direção à mata. Era 14 de abril de 1972.

Quando entraram na região, os militares destruíram as plantações dos "paulistas" (assim eram chamados os guerrilheiros), queimando casas e espalhando para a população que eles eram "terroristas", "subversivos" e "assaltantes de bancos". A reação imediata aos militares, além do espanto, foi de antipatia. Primeiro, aquelas expressões não eram entendidas pelo povo; depois, havia uma relação de amizade, principalmente pelo atendimento que os "paulistas" prestavam à população.

O ARAGUAIA

Guanabara Ano I nº 2 agosto 1974



Capa do Jornal O Araguaia, publicado no Rio de Janeiro em 1974 e 1975

O despreparo das tropas do Exército não se limitava à estratégia militar – também se fazia sentir no convívio com a população. Os insucessos e as perdas iniciais tornaram brutal a reação do Exército contra a população, suspeita de ajudar o inimigo, ou silenciar, omitindo informações. Em pouco tempo a desconfiança da população cedeu lugar ao medo e ao terror, toda a área começou a ser vasculhada. Procuraram-se guerrilheiros por todos os lados, todas as estradas foram vigiadas, ninguém podia ficar afastado de casa sem informar para onde ia e ao escurecer todos deviam se recolher.

Em 22 de maio, o camponês Lourival de Souza Paulino apareceu enforcado numa cela em Xambioá. Ele era acusado de fazer parte do movimento. Em junho foi a vez dos religiosos, também suspeitos de ajudarem e até mesmo de serem guerrilheiros. O padre Roberto de Valicourt, hoje vigário na cidade de Marabá, conta que foi brutalmente torturado durante meia hora. Deram socos em seu rosto, nos ossos do corpo, nos rins, na barriga, pisaram em seu corpo, bateram sua cabeça na parede. Juntamente com uma freira, Maria das Graças, e um homem que trabalhava num circo, o padre foi amarrado e levado em um jipe para Araguaatins, onde funcionava uma base militar.

Moralmente derrotadas, sem apoio do povo, as Forças Armadas retiram-se e preparam nova tática



A tática utilizada pelos guerrilheiros foi a de recuar para as áreas de refúgios, evitando o enfrentamento imediato com as tropas federais e realizando ações de fustigamento e emboscada. Houve baixas dos dois lados. Segundo o relatório elaborado por Ângelo Arroio, foram presos seis guerrilheiros e mortos cinco. Entre os militares as mortes eram cercadas por um sigilo absoluto.

Em junho de 1972, as Forças Armadas retiraram-se da área, deixando o policiamento ostensivo por conta de policiais militares. Saíram moralmente derrotadas, pois, mesmo mobilizando um grande efetivo, não conseguiram sufocar o movimento guerrilheiro, que possuía um número de combatentes bem inferior, além de armamentos de baixa qualidade. Houve casos de debandada de tropas dentro da mata, causadas pelo desespero de recrutas inexperientes que não conseguiram forçar a população a dar-lhes todas as informações necessárias para que pudessem minar as bases de apoio dos guerrilheiros.

Nova tática – Em setembro de 1972, as Forças Armadas retornaram à região com número maior de soldados – uma tática diferente, principalmente para conquistar a população – e um apoio mais ostensivo do “pessoal especializado”. Embora o grosso da tropa continuasse sendo do Exército, aumentou a presença da Força Aérea e da Marinha.

As tropas estabeleceram um novo relacionamento com a população local, ao mesmo tempo em que realizavam emboscadas nas estradas, grotas, roças e capoeiras, che-

gando a ocupar a aldeia dos índios suruí, obrigando-os a servirem de guias. Espalharam bases militares por toda a região; distribuíram panfletos; e até cartas em nome daqueles que haviam sido presos, conclamando os demais a se entregarem. Várias “picadas” foram abertas na mata com o apoio de “bate-paus”; aviões e helicópteros passaram a bombardear locais suspeitos de serem refúgios dos guerrilheiros. Essa operação foi denominada “manobrão” e tinha no comando os generais Vianna Moog, Antônio Bandeira e Hugo Abreu. Mas os recrutas ainda eram maioria.



Após nova campanha malsucedida as Forças Armadas recuam e preparam violenta contra-ofensiva

Os militares criaram a Aciso (Ação Cívico-Social), e distribuíram remédios e vacinas em grandes quantidades e ofereceram atendimento médico e odontológico. Além disso, legalizaram posses, doaram terras através do Inera e perseguiram pistoleiros e grileiros.

Em contrapartida, os guerrilheiros, por intermédio da ULDP (União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo), basearam-se em um programa de 27 pontos para manter contato com a população, visando um trabalho político para recrutar novos combatentes e expandir a base do movimento. Descobertos por acaso, alguns guerrilheiros foram mortos nessa segunda campanha. Mas também os militares cometeram erros. Um camponês que atuou como guia do Exército

contou que, em Brejo Grande, o Exército chegou a trocar tiros com policiais militares. Morreram um sargento do Exército e um soldado da PM. Outro soldado saiu ferido.

Em dois meses, depois da segunda campanha malsucedida, as Forças Armadas retiraram-se da área, com o brio ferido por terem sido derrotados por apenas 69 guerrilheiros. Mas o recuo não representava uma desistência. Antes visava uma contra-ofensiva, que tinha o objetivo de aniquilar os guerrilheiros. Os militares construíram estradas, quartéis, pontes e destruíram plantações, intimidaram moradores, prenderam e torturaram. Foi a terceira e a mais violenta campanha contra a Guerrilha do Araguaia.

Terror e aniquilamento – Alguns meses depois da retirada do Exército, começaram a aparecer pessoas estranhas. “A área ficou repleta de secretas”, conta José Veloso. Eram agentes especializados que tinham como função ganhar a confiança dos moradores, obter informações necessárias e descobrir que pessoas tinham ligações com os guerrilheiros. Após listar ou “fichar” todos os suspeitos, teve início uma verdadeira caçada contra eles. Não foram poucas as pessoas perseguidas, já que os guerrilheiros conviviam bem com a população.

Com isso, a guerrilha entrou numa fase mais brutal. As Forças Armadas colocaram em ação uma estratégia de cerco e aniquilamento, que, a exemplo do que ocorria na repressão urbana, se utilizava de torturas e assassinatos, desconsiderando tratados e convenções internacionais relativos aos direitos de guerra, principalmente os que se referiam à população civil de área em conflito.

Forças Armadas usam estratégia de aniquilamento que inclui torturas e assassinatos



Como afirmou o jornalista Everaldo Dias, do *Jornal do Brasil*, em depoimento prestado à Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos, da Câmara dos Deputados, a Guerrilha do Araguaia foi um minivietnã. Segundo ele, essa história nunca foi contada direito.

Em meados de 1973, toda a área já estava minuciosamente mapeada pelo Centro de Informações do Exército e pelo SNI. Em outubro iniciou-se a terceira campanha, bastante diferente das anteriores, com as tropas ocupando ostensivamente todos os municípios e povoados no raio da ação da guerrilha. Destacava-se a Brigada de Para-Quedistas do Exército do Rio de Janeiro, comandada pelo general Hugo Abreu, secundado pela Força Aérea, através do 1º EMRA (Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque), sediado em Belém e subordinado operacionalmente ao Comando Geral do Ar (Comar).

Caçada aos suspeitos – Vários agentes da comunidade de informação espalharam-se pela área, na caçada aos “suspeitos”. Atuavam secretamente, sob codinomes, comandados pelo major Sebastião de Moura “Curió”. Contra o major Curió, com o codinome de Doutor Luchini, pesam

acusações de barbaridades praticadas contra guerrilheiros e moradores.

Em São Domingos, primeiro município a ser “invadido”, as pessoas ficaram assustadas, sem saber direito o que estava acontecendo. O farmacêutico Abdias, hoje presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia e filiado ao PSDB, foi um dos que estavam na lista. O padre Roberto de Vallicourt, vítima na primeira campanha, também acompanhou de perto o desespero da população. Vallicourt conta que 300 pessoas desapareceram:

“As mães ficavam apavoradas. Conheci uma família que tinha um filho doente mental. Ele se assustou com um helicóptero e tentou fugir. Foi perseguido e, como não sabia explicar nada, ficou preso em Bacaba. Foi chutado até morrer e não apareceu mais. Em São Domingos, tive um vizinho que ficou louco”.

Em seu livro *A justiça do lobo* (Editora Vozes), Padre Ricardo Rezende fez referência ao terror que se abateu sobre a população:

“Seu Mariano, antigo comerciante em São Domingos, chegou a contar que sentiu tanta sede que bebeu urina de um dos companheiros. Disse ainda que defecavam e urinavam no chão. O cheiro era horrível. Mesmo assim, quando a porta foi aberta e os soldados jogaram água para lavar a sujeira, houve quem, desesperado, abaixou-se para sorvê-la do próprio piso”.

Com base em fartos depoimentos, Fernando Portela conta em *Guerra de guerrilhas* (Global Editora, 1979) que “a tortura foi sistemática”:

“Em Xambioá, cavaram-se buracos próximos ao acampamento e os homens foram pendurados de cabeça para baixo, amarrados com cordas em estacas enfiadas à beira dos buracos. Levaram empurrões, socos e choques elétricos. E havia um médico entre os ‘especializados’. Quando um homem desmaiava, recebia injeção para reanimar e sofrer bem consciente”.



Na mata os guerrilheiros resistem e preparam ofensivas, mas o poderio do Exército é maior

O Vietnã – Os locais de prisão e torturas, pelo que se pôde constatar, foram o Incra, em Marabá, Bacaba e Xambioá. Em Xambioá, as pessoas ficaram presas em um imenso buraco, com uma grade por cima, chamado de Vietnã. Nus, ou apenas de calção, os prisioneiros enfrentavam sol escaldante e constantes chuvas. A água para beber era jogada poucas vezes e a alimentação, além de pouca, era quase sempre muito salgada, limitando-se, às vezes, à farinha e feijão. Os prisioneiros faziam ali mesmo suas necessidades fisiológicas.

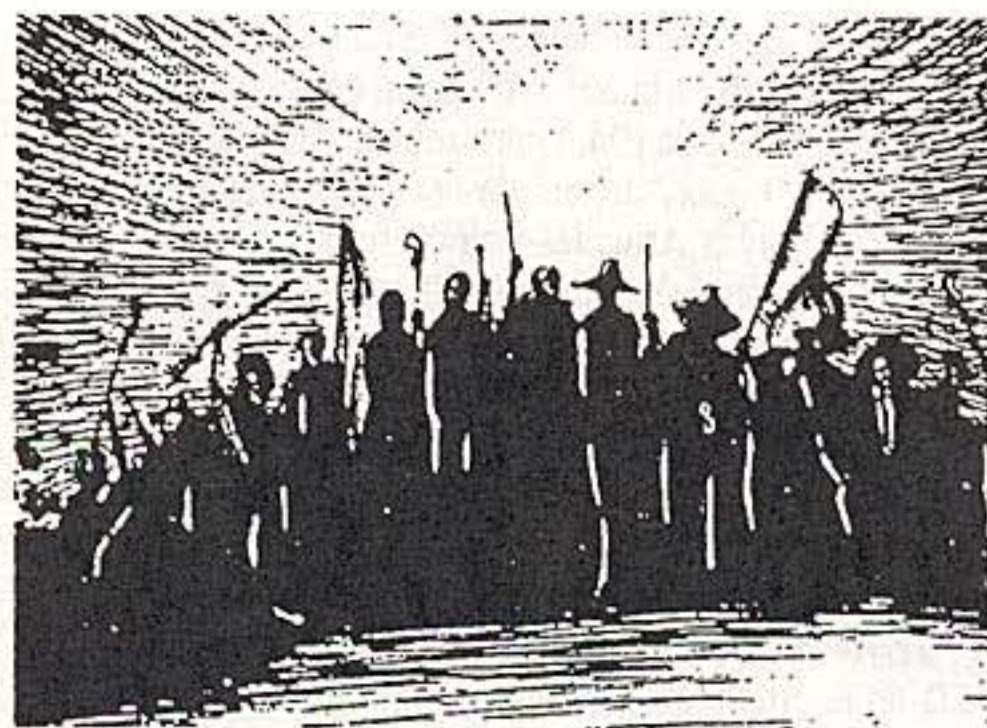
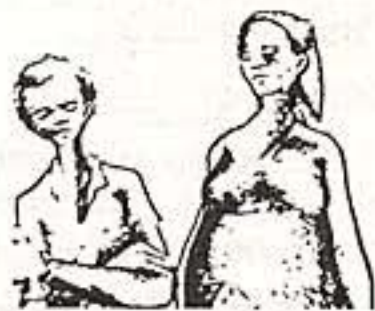
Em Marabá as condições das celas eram semelhantes. Tratados como animais, os presos eram torturados sem nenhum motivo. Muitos moradores passaram a enxergar os militares como os verdadeiros terroristas.

Além das prisões e torturas, o Exército promoveu um cerco na região, retirando todos os moradores – mateiros,

lavradores, mariscadores. A meta era impedir o contato dos habitantes com os guerrilheiros. Foram destruídas plantações inteiras de mandioca, milho, banana e várias outras lavouras que poderiam servir de abastecimento para os guerrilheiros. Guiados por mateiros experientes, o Exército penetrou na mata e instalou acampamentos militares.

Na mata os guerrilheiros se preparavam para o enfrentamento. Mantinham a resistência, com a moral elevada pelas vitórias obtidas nas primeiras campanhas e pelo avanço do trabalho político desenvolvido no período de tréguas. Procuraram desenvolver ações ofensivas, mas o poderio do Exército era infinitamente maior. Os choques com as tropas geralmente deixavam vítimas ou prisioneiros. As baixas entre os soldados eram poucas, bem menores do que nas duas campanhas anteriores. Sem ter uma real dimensão do cerco em que estavam, os guerrilheiros imaginavam que o número de soldados não chegasse a 50.

Ordens de Brasília: que não ficasse ninguém vivo, que a guerrilha não deixasse vestígios



significava execução”, afirma o coronel. Muitos depoimentos comprovam que vários guerrilheiros foram presos com vida nesta terceira campanha. Além do falso “chafurdo” – na expressão militar, “combate” –, em que os prisioneiros “viajavam”, vários deles podem ter sido eliminados após torturas no Pelotão de Investigação Criminal (PIC), em Brasília, para onde alguns foram levados.

Fase macabra – Ao encerrar a guerrilha, em 1975, o major Curió, que comandou a terceira campanha, permaneceu na região, com uma equipe de informantes. Ele impedia manifestações de simpatia aos guerrilheiros e chegou a proibir missa pelos mortos, acusando padres de subversivos.



De forma irracional, 20 anos depois as Forças Armadas ainda se recusam a dar qualquer informação

A fase macabra da guerrilha ocorreu entre o final de 1974 e janeiro de 1975. A ordem de não deixar sobreviventes vinha acompanhada de outra determinação – a de não deixar vestígios. Segundo Pedro Cabral, os corpos ainda possíveis de serem localizados foram levados para a Serra das Andorinhas e queimados juntamente com pneus.

É difícil se saber o número exato das baixas existentes entre as Forças Armadas. Até hoje, 20 anos depois, de forma irracional, elas se recusam a prestar qualquer informação a respeito. Principalmente o Exército. Provavelmente devido à morbidez com que foi executada a Operação Araguaia e pelos erros cometidos, que levaram à morte dezenas de soldados, em grande parte recrutas, somando-se a isso o terror praticado contra a população.

ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO é pós-graduando em História das Sociedades Agrárias na Universidade Federal de Goiás. É autor da dissertação de mestrado “A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)”. Este artigo foi publicado inicialmente no jornal *Opção*, Goiânia, 12-2-95.

Sem rastros – No final de 1973, a guerrilha sofreu perdas consideráveis. A Comissão Militar, num erro considerado fatal, decidiu juntar os três destacamentos sob o seu comando, formando uma única força. Rumaram para Palestina do Pará, onde ainda havia depósitos de mantimentos escondidos na mata. Mas, devido ao grande número de combatentes, o deslocamento deixou rastros, apesar da preocupação em apagá-los. No dia 25 de dezembro, o Exército cercou o acampamento, apoiado por helicópteros e um avião. Desse ataque resultou a queda da Comissão Militar. Não se sabe o número de mortos ou prisioneiros, sabe-se apenas que havia cerca de 25 pessoas na área.

A luta continuou no ano de 1974. Restavam poucos guerrilheiros, mas não foi fácil “caçar” os últimos combatentes. A resistência, no entanto, praticamente inexistia. Entre os últimos guerrilheiros encontrava-se Osvaldo Orlando da Costa. Quando foi morto, o Exército fez questão de passar com o corpo suspenso no ar por cima das cidades, içado por um helicóptero, deixando-o exposto em Xambioá, com o objetivo de pôr fim ao mito que se criara em torno dele.

Encerrava-se a guerrilha, mas permanecia um mistério: o que fora feitos dos prisioneiros? Tudo indica que todos os guerrilheiros presos no decorrer da terceira campanha foram mortos – sob tortura ou fuzilados. A denúncia mais grave partiu de um militar da reserva, o coronel Pedro Corrêa Cabral, da Aeronáutica. Segundo ele, esses assassinatos foram perpetrados por membros da comunidade de informação. As ordens de Brasília eram para que não ficasse ninguém vivo.

Após arrancarem as informações que buscavam, os agentes levavam os guerrilheiros para a mata para que mostrassem os depósitos de mantimentos. Lá eram executados. No linguajar próprio, punham-nos para “viajar”. “Viajar

Movimento sindical e o anarco-sindicalismo

EDGARD CARONE

No final do século XIX, o sindicalismo francês renasce – um movimento social complexo, obra de trabalhadores sem ideologia, de socialistas e anarquistas

O processo sindical francês se concretiza após longa e penosa trajetória, completando-se entre as décadas de 1880 e 1890, depois de quase um século de existência. O início se dá nos fins do século XVIII, quando aparecem as associações mutualistas ou fraternais, constituídas por ofício ou pelos locais de moradia, destinadas a prover o trabalhador dos riscos profissionais; na década de 1830 temos a propagação das idéias do inglês Robert Owen; nos anos 60 é a vez de Bakunin e Proudhon, com suas idéias de associação. Todas essas correntes privilegiam a ação econômica.

Com a II Revolução Industrial – a partir de 1860 –, passamos da indústria de bens de consumo à indústria de bens de produção e, conseqüentemente, entre outros fatores, temos a concentração populacional urbana. Apesar de medidas repressivas – principalmente na França e na Alemanha –, o operariado conquista alguns direitos sociais, como o da “idéia corporativa”, designação antiga de corporação, isto é, “agrupamento de operários de uma mesma profissão” (o que os patrões chamam de “Câmara Sindical”).¹ No reinado de Napoleão III temos a Câmara de Emprego (1852), Caderneta do Trabalhador (1854), o Direito de Coalisão (1864) e o das Associações Sindicais (1865). O Direito de Coalisão é avanço importante, pois permite ao trabalhador fugir de alguns artigos restritivos do Código Penal, como os que rezam ser a coalisão “punível em todos os casos, qualquer que fosse a intenção das pessoas, qualquer que seja a pretensão, mesmo que fossem regulares os meios empregados para formar ou manter a coalisão”. A lei, no entanto, continua restritiva, pois a administração continua a ter direitos de impedir sua realização, o que torna impossível a liberdade de ação nas grandes corporações. É só com a Lei 6, de 10 de junho de 1868, que “as reuniões políticas podem ter lugar sem autorização anterior, desde que elas sejam precedidas de uma declaração assinada por sete pessoas, domiciliadas na co-

muna, e que, por sua vez, não tivessem de tratar de matérias políticas e religiosas”.²

Os anos de guerra – unificação alemã, guerra franco-alemã, unificação italiana etc. – provocam mal-estar no movimento operário. As medidas restritivas dos anos 1870 obriga o trabalhador a preservar suas conquistas anteriores – sindicatos corporativos, de Auxílio Mútuo, de Solidariedade – e se bater pela melhoria de salários, horas de trabalho, direito de greve etc. No entanto, surge, espontaneamente, um grande número de sindicatos ou Câmaras Sindicais. À medida que cresce o seu número, são formadas Federações e Confederações, enquanto as reivindicações continuam limitadas. É o que se pode comprovar no Congresso de Paris (1876), no de Lion (1878), no de Marselha (1879). O primeiro deles é composto unicamente de operários e nas suas conclusões se afirma

“que se devia, a todo preço, evitar que os políticos, que os homens teóricos, viessem a dispersar os espíritos, dirigir e se servir do Congresso, como de um trampolim para aspirações políticas e eleitorais. Queremos que ao operário não falte jamais trabalho, que o preço pago seja verdadeiramente remunerador, que ele tenha meios de assegurar-se contra o desemprego, a doença e a velhice”.

Além dessas objeções, são apresentadas reivindicações de caráter social.³

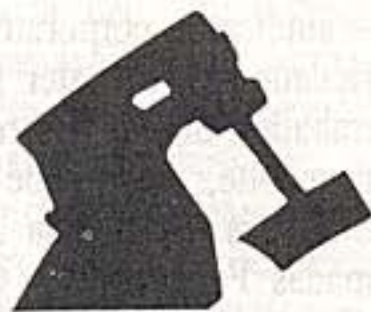
O renascimento organizacional operário, em grande parte, é obra de trabalhadores sem filiação ideológica; de socialistas, em sentido amplo; e de alguns anarquistas. A trajetória que o país sofre leva, no entanto, parte dos trabalhadores a encarar mudanças de estratégia. O que pretendem é romper com um dos laços básicos do passado, isto é, da adoção do modelo de Trade Unions, que os franceses importam após uma delegação operária ter ido à Inglaterra, na véspera da Exposição Internacional de Londres, em 1864.

Agora a situação exige ação mais estruturada e ágil, que se traduz quando se dá a formação de um novo Partido

Socialista. Quem o orienta é Jules Guesde, antigo anarquista, que em 1877 rompe com seus companheiros e funda o jornal *Égalité*; e, no Congresso de Marselha, define nova linha de ação: "a coletividade do solo, subsolo, instrumentos de trabalho, matéria-prima, que são oferecidos a todos e tornados inalienáveis a favor da sociedade, a quem deve retornar", não se trata de lutar contra um patrão, do qual pode-se esperar obter melhores condições de trabalho ou contra o qual pode-se criar uma cooperativa operária de produção. *Trata-se de lutar contra um regime. A luta é, em primeiro lugar, política.* O Partido torna-se, assim, mais importante que o Sindicato."⁴

Depois do surgimento do Partido Socialista – isto é, do Partido Operário Francês –, temos a aparição da Federação dos Trabalhadores Socialistas de França –, isto é, a tendência possibilista. Ela nasce como resultado das divergências acentuadas durante o Congresso de Saint-Etienne (1882), quando, contrário à vontade dos marxistas – J. Guesde, Paul Lafargue, G. Deville, sai vencedora a tese federalista, isto é, cada unidade territorial teria programa próprio. Desta maneira nasce o Partido Operário Socialista Revolucionário Francês. Posteriormente temos outros partidos – Partido Blanquista (Comitê Revolucionário Central), Federação dos Trabalhadores Socialistas, Partido Operário Socialista Revolucionário, Aliança Comunista Revolucionária, os Independentes – que irão se fundir todos num só Partido Socialista, em 1905.

Operários com tradição anarquista, e também individualista, compõem diferentes tendências



Ao mesmo tempo que se dá a afirmação dos partidos socialistas, temos o crescimento numérico dos sindicatos de tendência profissional e política. Enquanto isso, não deixa de existir na França grande número de operários com tradição anarquista e, também, individualista. Eles compõem tendências as mais diferentes, como os proudhonistas, bakuninistas, corporativistas, saint-simonistas, fourienistas etc., cujo objetivo e fins se confundem em muitas circunstâncias. Ao final da década de 1870, com o crescimento econômico e o avanço capitalista, muitos deles, principalmente os de tendência anarco-comunistas, começam a duvidar do método de ação preconizado por Kropotkin e outros teóricos da mesma escola. Esta incerteza põe em xeque a sua estratégia para se atingir à sociedade ideal. E, pouco a pouco, começa a se delinear a necessidade do operariado se organizar, fator necessário para que possa lutar contra a burguesia.

A mudança que se observa ainda é precária: socialistas e anarquistas estão se definindo, não tendo chegado ao seu momento maior, que se dá na última década do século. Mas este alicerce inicial, que começa a se esboçar, beneficia-se de outros fatores: a anistia política de 1878 e a lei sindical de 1884. Ambos apresentam-se como fundamen-

tais. O primeiro, não se pode deixar de lembrar, está ligado à repressão da época de Napoleão III, à Comuna de Paris e ao início da III República, principalmente ao governo de Thiers. A reação se traduz nos 30.000 fuzilados no Père-Lachaise; nos milhares de operários enviados às Colônias Carcerárias da Guiana Francesa, onde morrem de doenças e pelas más condições de vida; e nas centenas de refugiados no exterior – Suíça, Espanha, Inglaterra, Brasil etc. Com a anistia, grande número de exilados retorna ao país e volta às atividades anteriores.

É a lei sindical de 1884 que vai dar maior impulso à organização operária. Ela é resultado de esforços anteriores, como os estatutos da sociedade de crédito mútuo e de solidariedade, de 1864, da Câmara Sindical dos operários *cordonniers*; do Socorro Mútuo *La Progressive*, de 1870 etc., e dezenas de outras entidades organizadas pelos operários. Neste e em outros estatutos se apresentam itens sobre direitos de ensino profissional, de aprendizagem, de horas de trabalho, de salários, de condições de trabalho, de salário-mínimo, de formação de comissão mista com patrões para resolver pendência entre ambos etc. Muitos destes direitos aparecem na lei de 1884, sobre Sindicato Profissional. Ao contrário das anteriores, ela, pelo artigo 1º, reza:

"Os sindicatos profissionais, compostos de mais de 20 associados, exercendo a mesma profissão ou mesmo ofício, poderão se constituir sem a autorização preliminar do governo, segundo as condições prescritas pelos artigos seguintes; artigo 2º: os sindicatos profissionais têm exclusivamente por objeto o estudo e a defesa dos interesses profissionais, econômicos, industriais e comerciais comuns a todos os seus membros".⁵

As estatísticas mostram os efeitos da nova conquista. É verdade que, nesta hora, o movimento operário, por iniciativa de suas lideranças mais radicais, age livremente, se organizando segundo as formas que lhe são mais caras. Agora, o mutualismo e o corporativismo, por exemplo, estão superados pelo sindicato profissional e pelas Bolsas de Trabalho. Os dados estatísticos mostram a expansão resultante do processo pós-1884, que, por sua vez, traduz as novas condições econômicas e sociais resultantes da expansão do sistema capitalista.

Anos	Nº sindicatos	Nº sindicalistas
1884	68	–
1889	821	–
1893	1.926	402.125
1899	2.685	492.647
1903	3.934	643.757
1904	4.227	751.876
1905	4.685	781.344

Pelos dados acima, de 1890 a 1905 temos um aumento de 460% em número de sindicatos, enquanto o de sindicalistas aumenta 600%. E o efetivo de membros de um sindicato passa de 138 a 170.⁶



O avanço rápido se deve não só à maior pressão operária, mesmo que se infrinja a lei em muitos casos, como também o governo, não podendo mais cercear o movimento que cresce e se torna mais poderoso, acaba por aceitar nova legislação social, mais modernizante. Esse processo, no entanto, prima pela aparição e amadurecimento de novas formas de luta, cujo escopo principal é a organização operária. A valorização do individualismo e do espontaneísmo, fundamental nas correntes anarquistas de Kropotkin, Malatesta, Bakunin etc., agora começa a ser contestada. O último destes momentos é a corrente dita da violência, isto é, a dos que incentivam atentados a membros e à propriedade burguesa, como veremos adiante. É assim que, a partir de 1886, temos o aparecimento das Bolsas de Trabalho e, logo após, os primeiros sindicatos anarco-sindicalistas. Como resultado, formula-se a teoria da Ação Direta (que sofre influência de George Sorel).

“As Bolsas de Trabalho devem ser independentes para prestar serviços que se esperam delas”



A expansão das Bolsas de Trabalho deve-se a Fernand Pelloutier. É a partir de 1895, hora em que ele se torna secretário da Federação, que se dá o seu deslanche. A idéia aparecera alguns anos antes, em 1887, quando o Conselho Municipal de Paris funda uma Bolsa de Trabalho. Sua intenção é a de oferecer aos sindicatos “escritórios, salas de reunião e documentação”. O resultado é de tal maneira satisfatório que eles somam 14 em 1892; 40 em 1895; 51 em 1898; 74 em 1901; 110 em 1904; e 157 em 1908. Só

que o objetivo sonhado no começo por alguns – o de ser instrumento da integração com o Estado ou de ligação com o partido no poder – não se realiza. As diversas unidades, espalhadas pela França, resumem seu objetivo, em 7 de fevereiro de 1892, ao realizar seu Congresso e inaugurar a Federação das Bolsas de Trabalho: “as Bolsas de Trabalho devem ser absolutamente independentes para prestar serviços que se esperam delas”.⁷

Resumindo melhor, elas se destinam a “se voltar para a organização e a educação”. Em primeiro lugar, desejam “ser uma sociedade de resistência a favor dos assalariados, resistência contra a redução dos salários, contra o prolongamento excessivo da duração do trabalho e, na medida do possível, contra o aumento do custo de vida”. E como se define um pouco mais tarde: 1) pretende prestar serviço de mutualidade, monopolizando “todo serviço relativo à melhoria da classe operária” e “criar um Estado no Estado”; 2) serviço de ensino, ou seja, ela quer ser a Universidade do operário, da cultura, fatores da emancipação e reivindicação desejada pelos anarquistas; 3) serviço de propaganda, destinado a levar a todos operários os benefícios de sua ação educativa.⁸



O conflito ideológico entre marxistas e anarquistas aumenta principalmente durante a II Internacional

No seu início fazem parte dela grande número de militantes socialistas, divergindo da linha do Partido Operário Francês, de tendência marxista, sob a direção de Jules Guesde; e de outros agrupamentos, como o dos possibilistas, de Paul Brousse, os blanquistas de Edouard Vaillant, os alemunistas e os Independentes, de Jean Jaurés; além dos anarquistas propriamente ditos. Pouco a pouco, os primeiros abandonam a Federação das Bolsas de Trabalho, a adesão dos anarquistas aumenta e são eles que preenchem a maior parte dos cargos executivos. As ondas de adesão multiplicam de maneira contínua, pois o conflito ideológico entre marxistas e anarquistas se avoluma, ano após ano, principalmente durante os congressos da II Internacional. No 2º Congresso (Bruxelas, 1891), no 3º (Zurique, 1893), e no 4º (Londres, 1896), temos debates tensos entre as duas correntes, até que, em Londres, os socialistas impõem restrições radicais para impedir a participação acrática nas futuras reuniões. Desta maneira, a crescente onda de anarquistas favoráveis à idéia organizacional só encontra nesta primeira uma única saída para realizar o seu intento: a Bolsa de Trabalho.

A ampliação do movimento sindical provoca o surgimento de novas linhas táticas destinadas a pôr em xeque o sistema capitalista. As correntes dominantes até os anos 1870-1880, que pregam o “elogio do terrorismo individualista” e vivem em “contínuas discussões acadêmicas”, são substituídas pela certeza de que o sistema burguês poderia ser abatido unicamente pelo proletariado organizado. As

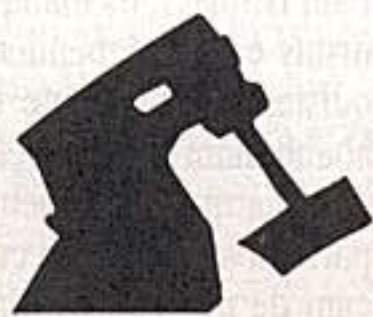
contínuas investidas policiais e o reforço de medidas legislativas do governo contra a classe operária levam logicamente os militantes a exergarem que “se o anarquismo quisesse ser mais que um protesto individual teria que procurar uma nova base nas massas, e novos meios de ação numa sociedade dia a dia mais industrializada”.⁹

Diante de novos dilemas e do impasse sofrido pelos adeptos do anarco-comunismo – isto é, corrente evolucionista e pacífica de Kropotkin –, a nova corrente sindical considera-se como “escola prática de anarquismo”. Laboratório das lutas econômicas, longe das competições eleitorais, administrando-se anarquicamente, não é ela a organização ao mesmo tempo revolucionária e libertária que, unicamente, poderia contrabalançar e destruir a nefasta influência dos políticos social-democratas? E ao elogiar os sindicatos afirma:

“no dia em que estourar a revolução, não haveria aí, pronto a suceder à organização atual, uma organização quase libertária, suprimindo de fato todo poder político, e na qual cada parte, dona dos instrumentos de produção, regularia ela própria os seus negócios, soberanamente e pelo livre consentimento de seus membros?”¹⁰

Desta maneira, o sindicato é a “célula do organismo social” e é a partir dele que se inicia a reação à burguesia. As relações de classe fazem-se agora, para os anarco-sindicalistas, através de uma mobilização total contra o sistema e pelo instrumental da Ação Direta. Nada de intermediários neste jogo de luta de classes, nada de parlamentarismo, nada de socialismo marxistas e não marxista, nada de mecanismos usados pelo operariado, como as formas moderadas e reformistas. E, fundamentalmente, não aceitar os exemplos dos sindicatos da Inglaterra e Alemanha, que se voltam unicamente para a pressão a favor de melhores salários e estabilidade no emprego.

Década de 1890: surgem acontecimentos de caráter trágico. A polícia acusa anarco-sindicalistas



No entanto, antes de prosseguir, não podemos deixar de esclarecer a questão da justificativa do uso da violência, violência de classe; isto é, do operariado contra a classe dominante, idéia que se espalha em várias outras correntes, operárias e não operárias. Bakunin e George Sorel são exemplos desta diversidade. Mas, no início da última década do século, surgem acontecimentos de caráter trágico, que, intencionalmente, a polícia diz ser obra de anarco-sindicalistas. Neste momento gera-se clima de insegurança, a classe dominante fala em extirpar a doença anarquista, inicia-se o Processo dos Trinta.

De maneira resumida, temos o seguinte: nos anos 80 uma série de publicações anarquistas fazem ameaças à burguesia, falando em envenenamento da água, incêndio de imóveis etc.; e, paralelamente, ocorre uma série de assassinatos por anarquistas. A partir de 1892, a esses incidentes



isolados soma-se uma “verdadeira epidemia terrorista”. O primeiro ato da série a provocar o clima de incerteza é o caso Ravachol. Este, em março de 1892, torna-se responsável por duas explosões de dinamite, em residências de autoridades judiciais. Ele é preso e confessa ter violado sepulturas, estrangulado uma velha e se apossado do seu dinheiro. Em dezembro de 1893 temos a explosão da Câmara dos Deputados, ato praticado por Vaillant. Em fevereiro de 1894, Émile Henry joga bomba no café Terminus, localizado na Estação de Saint-Lazare. Em junho de 1894, o italiano Caserius assassina o presidente da França, Sadi-Carnot.

Essas e dezenas de outras ações individuais mostram a determinação latente de castigar os membros do sistema dominante, mas a iniciativa parte de indivíduos anarquistas, sem compromissos com qualquer grupo ou agremiação acrática; o que pretendem é fazer justiça por conta própria.¹¹

Os atentados provocam mal-estar e comprovam a visível falta de segurança de boa parte da população parisiense. A resposta do governo é a edição de leis repressivas, que cerceiam as atividades anarquistas e socialistas; e afinal, a abertura do Processo dos Trinta, em agosto de 1894.

O processo é antecedido por perseguição, pressões, dismantelamento de grupos, fechamento de jornais, recuo do movimento anarquista e até socialista. A arbitrariedade torna-se regra geral, com as autoridades prendendo e abrindo processo contra todo ativista acrático, que, até então, mostrara ou não simpatia pelos atos de violência individual. Entre os detidos estão Jean Grave, Sébastien Faure, Charles Chate, Felix Feon, Matha. Do outro lado, alguns dos acusados fogem para a Inglaterra: Paul Reclus, Constant Martin, Émile Pouget, Louis Duprat, Alexandre Cohén. No entanto, desde o começo nota-se a arbitrariedade governamental, que aparece nítida no decorrer do processo. Os argumentos jurídicos da acusação englobam artigos que consistem:

“...em confundir no mesmo processo revolucionários e pessoas comprometidas em assuntos do direito comum. É necessário confessar que os anarquistas ilegalistas, que reivindicam o direito de roubar – é para eles o direito à vida, à margem da lei –, ajudam a criar parte do clima de confusão. Assim, vê-se, ao lado de militantes, cujo único crime era o delito de opinião, ocupar o banco dos réus, com ladrões como Ortiz, Chericotti e Companhia; em pouco tempo, dezenove teóricos e propagandistas e onze ladrões se confessam anarquistas”.¹²

O processo mostra-se inoperante para o governo, o que o leva afinal a confessar o seu fracasso. Com a libertação dos acusados, o retorno dos exilados e o término do clima repressivo, os sindicatos e as atividades partidárias voltam a deslançar. Novos jornais aparecem, entre eles *La Sociale* (que se transforma em *Le Perepeinard*), *La Voix du Peuple* (da Confederação Geral do Trabalho), *Le Temps Nouveaux* (de Jean Grave), *Le Libertaire* (de Sébastien Faure).

Nestes anos, que marcam o fim do século, temos a consolidação da Bolsa de Trabalho, de sindicatos socialistas, de sindicatos anarquistas etc. Mas os grandes beneficiados são os sindicatos profissionais, porque respondem mais profundamente às reivindicações das massas. Também, a partir de então, os anarquistas enxergam a necessidade de “maior contato com a massa assalariada: onde, porém, encontrar o povo operário, senão no seio do sindicato, onde instintivamente ele se agrupa?” Essa é a posição de vários líderes e grupos anarquistas, que se manifestam desde alguns anos, como veremos.¹³

Ao lado da tendência conservadora, há necessidade maior de contato com a massa assalariada



Émile Pouget é filiado a sindicato desde 1879; Pierre Monatte está ligado também a este organismo; Jean Grave adere ao anarco-sindicalismo durante os anos de exílio na Inglaterra; Sébastien Faure, Yvetot, George Delasalle tomam a mesma direção. Desta maneira, ao lado do movimento de tendência conservadora, dita amarela ou independente (com pequeno número de aderentes), temos um crescente aumento das Bolsas de Trabalho (109, em 1905), de sindicatos ligados aos partidos políticos, e um número cada vez maior de sindicatos de resistência ou revolucionários, definidos por seus próprios membros como radicais anarco-sindicalistas. No entanto, revolucionário é termo que deve ser examinado com cuidado, pois a adesão dos anarquistas leva este organismo a mudanças táticas, não estruturais: “aos olhos dos anarquistas, os sindicatos continuam impotentes se seu fim consiste em obter para o operário um aumento de salário ou uma diminuição do tempo de trabalho. Num caso como no outro, a melhora obtida não pode ser senão temporária ou ilusória”. O aumento do custo de vida põe em xeque esta ilusão.

“Entretanto, é possível utilizar os sindicatos. Até hoje eles estiveram nas mãos de marxistas e de pequenas capelas autoritárias.

Tomar-se-ão, graças aos anarquistas, centros de livre discussão, de onde serão banidas as controvérsias políticas; eles só serviam para adormecer o proletariado com a promessa de impossíveis reformas, e se tornarão, graças aos companheiros, bases de educação, onde os operários aprenderão que a emancipação econômica não pode ser obtida senão pela revolução e o fim do assalariado”.¹⁴

A mudança de linha leva os que aderem agora a este tipo de sindicato a seguir novas direções, tática e estratégica, que os distinguem de outros. O que querem é instrumentalizar o seu trabalho, denominado por eles Ação Direta.



Ação Direta: benévola e pacífica, ou vigorosa e violenta dependendo das circunstâncias

Ação Direta significa que os explorados, isto é, o proletariado, têm que enfrentar, por si só, o sistema dominante, a burguesia. Nada de auxílio do Estado, e sim contra o Estado; nada de ação parlamentar, e sim contra o Congresso; nada de partido, e sim contra o partido. Em outras palavras:

“Sim! Eis o que é a Ação Direta (...) Ela é uma manifestação da consciência e da vontade operárias; ela pode ter marcha benévola e muito pacífica e, também, avanço vigoroso e violento (...) Isto depende das circunstâncias. Mas, num caso como no outro, ela é de ação revolucionária porque não se importa com a legalidade burguesa e sua tendência não é obter melhorias que possam diminuir os privilégios burgueses”.¹⁵

Para o anarco-sindicalismo, a idéia de autonomia é fundamental. Ela começa com a liberdade dos sindicatos, das federações e das confederações, e a ação de cada uma “faz-se naturalmente, logicamente, como todas as manifestações da vida – e não arbitrariamente, segundo um programa anteriormente elaborado”. O sindicato é a célula da organização corporativa. Sua razão de ser é “criar uma força capaz de resistir às exigências patronais”, agrupar espontaneamente os que têm o mesmo interesse econômico, sem nenhuma intenção egoísta, mas, pelo contrário, em “um sentido profundo de solidariedade social, comunista, que lhes são próprias”.¹⁶ Ou como diz outro teórico:

“Entrei para o sindicato, para aí lutar contra o patronato, instrumento direto da minha servidão, e contra o Estado, defensor natural do patronato. Foi no sindicato que eu adquiri toda a minha força de ação e foi no sindicato que as minhas idéias começaram a precisar-se”.¹⁷

Os sindicatos, por sua vez, ligam-se entre si, na medida do mesmo interesse ideológico ou de circunstância, formando a federação local; e na medida de expansão, quando cresce o número de federações, passam a lutar pela organização de uma confederação. A primeira delas é de 1895, hora em que a Federação Nacional dos Sindicatos

passa a denominar-se Confederação Geral do Trabalho. A sua vida é breve, mas em 1902 ela ressurgiu, quando os anarco-sindicalistas se expandem novamente e encontram apoio dos companheiros da Bolsa de Trabalho. É no Congresso de Amiens, em 1906, entretanto, que se consolida definitivamente a existência da Confederação Geral do Trabalho, momento alto do movimento sindical, revolucionário ou não.

“Com efeito, em 500 sindicatos que nos dão as estatísticas oficiais, os mais ativos, os mais enérgicos – os chamados sindicatos vermelhos – fazem parte da Confederação Geral do Trabalho. Esta agrupa de fato, na sua seção das Federações, 2.500 sindicatos; e se considerarmos que da seção das Bolsas de Trabalho fazem parte muitos sindicatos que não estão filiados a nenhuma Federação corporativa, constata-se que mais de dois terços dos sindicatos estão confederados. Além dos sindicatos aderentes a uma federação e a uma Bolsa de Trabalho, o número dos que aderem somente a uma bolsa eleva-se, na seção das Bolsas de Trabalho, a cerca de 900. Estes sindicatos, juntos aos 2.500 filiados às Federações Corporativas, dão um total de 3.400 sindicatos confederados”.¹⁸

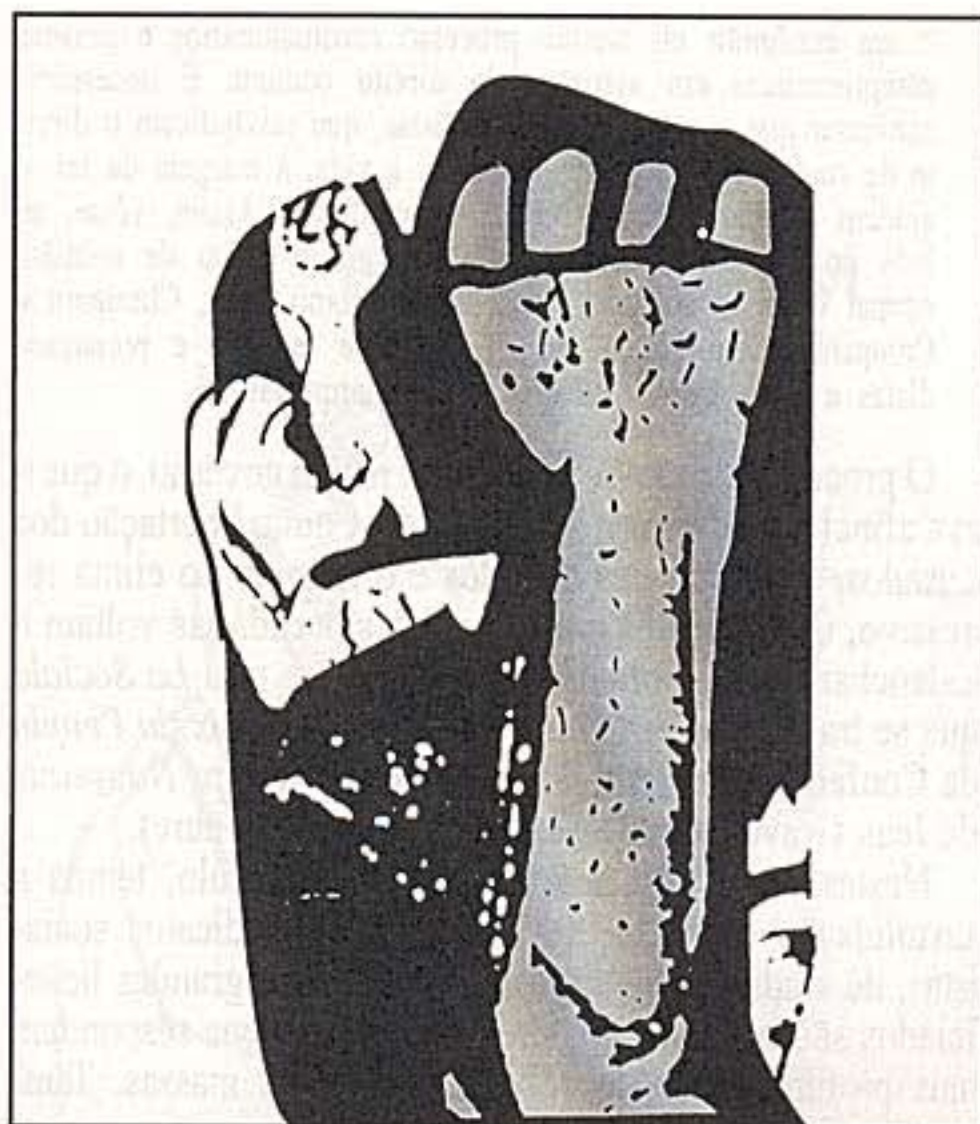
Esta expansão não cerceia o avanço de sindicatos de outras tendências ideológicas. Mas, de qualquer maneira, os anarco-sindicalistas agem com bastante resultado nas greves e reivindicações da classe, e até se unem a outras forças ideológicas, como na mobilização feita durante a revisão do processo do capitão André Dreyfus, em 1897.

Marcado por consciência revolucionária, o episódio da greve sobrepassa o motivo econômico



Se o anarco-sindicalismo pretende se distinguir de outras tendências e deseja pôr fim à sociedade burguesa, qual a tática que usa para a luta? Já analisamos o conceito e o uso da chamada Ação Direta. É através da sua utilização que podemos avaliar o conteúdo da tática que defendem. Aí aparece nítida a questão da greve e da Greve Geral. A primeira trata de manifestação de descontentamento, o que provoca a recusa do trabalhador, isto é, temos a paralisação dos operários em sua tarefa. Quando se trata de trabalhadores com consciência revolucionária, o episódio da greve sobrepassa o motivo econômico propriamente dito e “manifesta-se como episódio da guerra social”. Daí ser a greve um ato revolucionário, que positivamente nada tem de negativo ou catastrófico, e sim um ato que se materializa todos os dias, graças ao esforço da classe operária em revolta, sendo a greve considerada como um dos fenômenos desta revolução; a greve é um bom acréscimo do espírito de revolta, manifestando-se como fenômeno de expropriação parcial do capital.¹⁹

A greve propriamente dita se acrescentam outras medidas, que tornam mais eficiente a luta contra a burguesia: é o *label*, a *boicotagem* e a *sabotagem*. A boicotagem é a



medida de excomunhão especificamente voltada contra o industrial ou o comerciante, quando qualquer um deles explora de maneira desumana a sua mão-de-obra, ou vende por um preço abusivo os seus produtos. Nos dois casos, o sindicato usa o boicote, recomendando a todos que não comprem os produtos de fabricação industrial, nem o da casa comercial indicada. O *label* tem sentido inverso. É a recomendação para que os sindicatos consumam os produtos dos estabelecimentos industrial e comercial onde os operários são condignamente tratados e onde recebem salário justo; comum, também, a indicação ser positiva para os estabelecimentos que contratam operários sindicalizados. Nestes casos, o sindicato afixa, na parte dianteira do prédio, um adesivo com seu emblema, para que os operários dêem preferência a eles: “apesar do *label* não constituir uma manifestação revolucionária muito aparente, não deixa de derivar do mesmo princípio: os trabalhadores lutando e defendendo-se diretamente do capitalismo, contanto com as próprias forças, sem procurar protetores de fora”.²⁰

Afinal, a sabotagem é a aplicação de métodos negativos ao patrão: “a má paga, o mau trabalho”. Desta maneira, atinge-se no seu coração o sistema capitalista. Para exemplificar: lentidão no trabalho (operação tartaruga, na expressão atual), mau acabamento do produto, quebra parcial das máquinas etc. “A sabotagem constitui, a maior parte das vezes, um ato individual, que corrobora a ação coletiva. É preciso dizer-se que o receio da sabotagem é um calmante precioso suficiente, muitas vezes, para fazer o patrão mais intransigente ceder”.²¹

Essas medidas parciais reforçam os mecanismos gradativos na luta contra o sistema capitalista. O choque final, o instrumento básico da quebra do domínio da burguesia, elemento revolucionário, é a Greve Geral. A ruptura entre os dois sistemas – capitalista e proletário – seria então completo, pois, moral e ideologicamente, os anarco-sindi-

calistas já tinham posto em prática o arcabouço de seus valores e mostrado as suas divergências com a classe dominante. A autonomia da classe operária, sendo um fato real, leva a afirmar que ela possui “todos os elementos reais da vida social, tendo adquirido a força e consciência necessárias para impor a sua vontade e, assim, passar aos atos, recusando-se a produzir para a classe burguesa – e, com isso, a revolta traduz a Greve Geral”.²²

Fernand Pelloutier expõe em 1892 a tese sobre Geve Geral, que então se torna sinônimo de Revolução



A idéia de Greve Geral aparece desde a I Internacional. É aceita por socialistas e anarquistas, os primeiros se desgostando logo dela, enquanto os acráticos continuam a aplaudir. Fernand Pelloutier é quem expõe a tese, mais largamente, em 1892. A partir de então, a concepção de Greve Geral se fixa e torna-se sinônimo da “própria Revolução; porque, interpretada de outro modo, não seria mais do que uma nova mistificação. Greves gerais corporativas e regionais a devem preceder e preparar.”²³ Ela representa:

“...a recusa dos produtores a trabalharem para a satisfação e gozo dos que não produzem; é a explosão consciente dos esforços operários, tendo em vista a transformação social; é a consequência lógica da ação constante do proletariado sedento de emancipação (...) Implica, como ato final, uma consciência muito elevada da luta e uma prática prolongada da ação. É uma etapa da evolução, assinalada e precipitada por sobressaltos...”²⁴

Definidos os parâmetros da nova linha sindical, posto de lado o problema da diferenciação entre correntes socialistas e anarco-sindicalistas, avaliados os simpatizantes da nova corrente – anarquistas individualistas, Bolsa de Trabalho etc. –, o movimento se encaminha para a formação da nova Confederação Geral do Trabalho, que se concretiza, afinal, no Congresso de Amiens, em 1906. Esta nova história terá altos e baixos, mas ela pertence a um novo momento da história do anarquismo.

EDGARD CARONE é professor titular do Departamento de História da USP.

Notas

- (1) George Lefranc, *Le syndicalisme en France*, p. 8.
- (2) Léon de Seilhac, *Syndicats ouvriers, Federations, Bourse de Travail*, p. 26-27.
- (3) Mlle. Krutsky, *L'evolution du syndicalisme en France*, p. 126-127.
- (4) George Lefranc, *ibidem*, p. 16-17 (o grifo é do original).
- (5) Léon de Seilhac, *ibidem*, p. 71.
- (6) Paul Louis, *Histoire du mouvement syndical en France*, I, p. 149.
- (7) George Lefranc, *Le syndicalisme en France*, p. 20.

(8) Jean Maitron, *ibidem*, I, p. 294-298.

(9) James Joll, *Anarquistas e anarquismo*, p. 23.

(10) As citações são de Fernand Pelloutier, em artigo de 1895, in Daniel Guérin, *L'anarchisme*, p. 91.

(11) A literatura sobre os atentados é vasta: Jean Maitron, *Ravachol et les anarchistes* (há edição portuguesa). Do mesmo autor: *Le mouvement anarchiste en France* (2 vols.). Maspero, Woodcock, James Joll, Daniel Guérin trazem informações úteis.

(12) Jean Maitron, *ibidem*, p. 253.

(13) Jean Maitron, *ibidem*, p. 265-266.

(14) Jean Maitron, *ibidem*, p. 267.

(15) A citação é de autoria de Pouget, in Victor Griffuelhes, *L'action syndicaliste*, p. 26.

(16) Émile Pouget, *A Confederação Geral do Trabalho*, p. 6-7.

(17) Victor Griffuelhes, *ibidem*, p. 11.

(18) Émile Pouget, *ibidem*, p. 14-15.

(19) Émile Pouget, *ibidem*, p. 47-48.

(20) Émile Pouget, *ibidem*, p. 52.

(21) Émile Pouget, *ibidem*, p. 52.

(22) Émile Pouget, *ibidem*, p. 56.

(23) Victor Griffuelhes, *A ação sindicalista*, p. 41.

(24) Victor Griffuelhes, *ibidem*, p. 42.

Bibliografia

- GRIFUELHES, Victor. *L'action syndicaliste*, Paris, Marcel Rivière, s.d.p., 68 p. (existe edição portuguesa).
- GUERIN, Daniel. *L'anarchisme*, Paris, Gallimard, 1976, 214 p.
- JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1964, 368 p.
- JOUHAUX, Léon. *La C.G.T.: ce qu'elle est, ce qu'elle veut*, Paris, Gallimard, 1937, 189 p.
- LEFRANC, Georges. *Le syndicalisme en France*, Paris, Presses Universitaires de France, 1953, 127 p. (Gue Sais-je, 585).
- LOUIS, Paul. *Histoire du mouvement syndical en France*, tome I (de 1789 a 1918). Paris, Valois, 1947.
- _____. *Histoire du socialisme en France: de la Revolution à nos jours*, Paris, Marcel Rivière, 1925, 416 p.
- MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France*, Paris, Maspero, 1983, 2 vols.
- MARCHAL, André. *Le mouvement syndical en France*, Paris, Bourrellet, 1945, 127 p.
- MLLE. KRITSKY. *L'evolution du syndicalisme en France*, Paris, V. Giard ec. E. Brière, 1908, 427 p.
- PELLOUTIER, Fernand. *Histoire des Bourses du Travail: origines, institutions, avenir*. Paris, Schleicher Frères, 1902, 232 p.
- PIC, Paul. *Traité elementaire de legislation industrielle: les bois ouvrières*, 5ª ed., Paris, Arthur Rousseau, 1922, 1.060 p.
- POUGET, Émile. *La Confederation Générale du Travail*, 2ª ed., Paris, Marcel Rivière, s.d.p., 68 p. (existe edição portuguesa).
- _____. *Le sabotage*, Paris, Marcel Rivière, s.d.p., 68 p.
- SEILHAC, Léon de. *Syndicats ouvriers, Federations et Bourses du Travail*, Paris, Armand Colin, 1902, 341 p.
- SOREL et alii. *Sindicalismo revolucionário*, Barcelona, Jucar, 1977, 128 p.
- TORRIZZO, Domenico. *Histoire du mouvement libertaire dans le monde*, Paris, Seghers, 1978, 324 p.
- VERECQUE, Charles. *Dictionnaire du socialisme*, Paris, Giard, 1911, 501 p.
- WOODCOK, George. *O anarquismo*, Lisboa, Meridiano, s.d.p., 521 p. (existe tradução brasileira).

Paradigmas para um saber histórico

O saber e a história – George Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo, Nilo Odalia, São Paulo, Brasiliense, 1994.

Nilo Odalia formou-se em Filosofia na Universidade de São Paulo, em 1955, mas nunca abandonou reflexões históricas. Frequentou cursos de pós-graduação em Paris, com o professor e amigo Albert Soboul. Leciona na Unesp desde 1976.

Neste ensaio, que resulta de seus trabalhos no Institut de Recherches sur les Civilizations de L'Occident Moderne, da Universidade de Paris IV, Sorbonne, o autor vem recapitular as obras do historiador francês George Duby, pois "mais que nenhum outro historiador foi capaz de sintetizar as duas tradições históricas: a dos Annales e a que nasce de Hegel e Marx, para ser possível pensar-se que, hoje, só a ciência histórica é capaz de nos permitir ter uma visão do homem e sua sociedade, tão rica e integral quanto o é sua vida real" (p. 11).

As obras de George Duby são apresentadas sob a forma de dimensões. O historiador francês engendrou universos para vivificá-los, descobrindo através da documentação utilizada diferenciações geográficas, temporais, demográficas e os motivos pelos quais ocorrem as rupturas e transformações sociais; resgatou o mundo do imaginário, interligando o saber e o ideológico; finalmente, revelou o cotidiano, a textura histórica que pretendeu reconstruir.

Seguindo a tradição dos Annales, Duby investiga a paisagem e as relações do homem com ela. O universo carolíngio interage neste meio, quer transformando-o, quer adaptando-se a ele. Este momento de formação está definido numa unidade temporal, compreendida entre os séculos IX e X, sendo o período subsequente determinado pela hierarquização social – a sociedade tripartite. Nilo Odalia pretende demonstrar que, em algum momento desse estudo particularizado, Duby recorre a evidências que a escassez documental não poderia denunciar: tem-se um dimensionamento que não perde a noção da totalização, ou seja, a expansão do Ocidente, a feudalização e a conseqüente supremacia da classe senhorial. Temos então aspectos ligados ao cotidiano desse universo, traços culturais, técnicos, psicológicos, e sócio-econômicos.

Uma vez retratadas "as paixões, o colorido da vida, o subjetivismo, a tentativa de recriar as paisagens em que agia o homem" (p.18), inicia-se o universo do imaginário, das manifestações ideológicas, cujos parâmetros serão teológicos – uma segunda dimensão. Esta mesma energia vem à tona quando a vida de Guilherme, o Marechal entra em cena. Agora, trata-se de uma nova dimensão, desvendar o cotidiano não como uma "simples questão dos fatos miúdos, corriqueiros da vida de um povo, de uma comunidade, de uma nação, ele [o cotidiano] o é porque nele se integra um

imaginário, vivido na mesma intensidade dos fatos miúdos, e que serve para conferir-lhes um significado nem sempre apreendido de maneira direta" (p. 73). Trata-se, sobretudo, de se pensar na estrutura, sem descrédito do particular; de se privilegiar regiões geográficas que dêem conta da homogeneidade do pensamento, sem partir para uma generalização abstrata; sobretudo, de construir um campo cronológico satisfatório para essas manifestações do pensamento filosófico-teológico que definiram a sociedade tripartite da França medieval. Foram estes os desafios do medievalista. Seriam estes os desafios que atualmente devemos enfrentar?

É difícil pensarmos numa crise historiográfica sem antes nos remetermos à década de 60. Temos um momento de desconstrução das Ciências Humanas e, ao mesmo tempo, de possibilidades, das quais ainda somos corolários. Opondo-se ao determinismo histórico, buscou-se maior vigor narrativo. Dispôs-se, neste sentido, de um leque de possibilidades para investigações, como por exemplo a história dos "vencidos" – da mulher, do operário, da criança – e do cotidiano – do moleiro, do cavaleiro medieval; enfim, recursos que avivassem os personagens históricos, ainda que não perdessem de vista as estruturas.

Sob o olhar do filósofo, somos cúmplices de críticas contundentes ao surgimento do homem-massa, "uma das conseqüências mais dramáticas e explosivas da Revolução Industrial, [que] alterou de maneira radical o quadro da reflexão filosófica" (p.13). Em nome dessa massificação, que marcou um novo momento de nossa cultura, a década de 90 vivencia este fenômeno mais exacerbadamente, rememora-se a história do indivíduo, das paixões; talvez como pretendeu Nietzsche, um observador arguto das explosões de sua geração. Entretanto, esta concepção histórica quase passional dos tempos pós-modernos não poderia abandonar suas bases filosóficas nascidas no século XIX. Vivemos uma tradição marxista, ainda que a antevisão revolucionária do materialismo dialético tenha sido motivo para as críticas relativas ao mecanicismo e ao finalismo histórico.

A propósito, são a essas críticas que a ideologia da existência, o existencialismo, vem responder: diante de uma perspectiva histórica marxista, resgatar o humanismo nas Ciências Humanas. A crise filosófica que vivenciamos nos leva a esse ambiente de discussões e embates teóricos posteriores à II Guerra Mundial, e Nilo Odalia não ignora esses antecedentes.

O olhar do historiador não perde os liames de um homem que "não é apenas o Homo economicus, ou o Homo ludens, ou o Homo politicus, ele é tudo isso e mais alguma coisa(...)" (p.21). O homem-mundo, transformador, reivindicador de seu futuro, por que não revolucionário? Não "uma história que se amesquinha, se estiola e define, e com ela a própria humanidade que se quer criar" (p.10), como afirmou o autor acerca do marxismo. Seria a postura revolucionária finalista na razão que a criou?

RESENHAS

Tampouco o reducionismo estruturalista, “confundido com uma besta do apocalipse capitalista” (p.21). Sabemos, entretanto, que os questionamentos se renovam e é difícil atingir novos estatutos quando tomamos modelos “ideais”. As possibilidades historiográficas, por mais variadas que se apresentem, devem corresponder aos questionamentos do período que a concebeu e, sobretudo, respeitar a historicidade de sua produção intelectual.

Reencontrando paradigmas para um saber histórico que atualmente parece dissipado, senão malbaratado pelas incertezas advindas do relativismo pós-moderno, temos no ensaio *O saber e a história* uma reflexão contundente do auto de fé do historiador. Um saber que não prescinde de gerações anteriores, compreendidas pelo século XIX de Hegel e Marx, além de toda produção que nos legou à Escola dos Annales, contemplado pelo senso crítico de Nilo Odalia. São esses os paradigmas propostos pelo autor. Uma história narrativa que tenha como mentor Michelet; dialética e universalizante, tendo o pensamento hegeliano como seu preceptor; transformadora e pautada em bases materiais conforme pretendeu Marx; geográfica, quantitativa, temporal e intimista, segundo a tradição dos Annales. Enfim, seguindo suas próprias palavras, “uma melhor compreensão do homem em suas diversas dimensões, em suas diversas estruturas, em suas múltiplas contradições, em sua imensa fragilidade, mas também em sua enorme capacidade de criar e inventar, de tornar suportável e passível a vida, o que às vezes parece ser impossível” (p. 80).

Marisa Midori Deaecto

O significado filosófico do conhecimento científico

A matéria roubada – A apropriação crítica do objeto da física contemporânea, Michel Paty, tradução de M.A. Leite de Barros, São Paulo, Edusp, 1995.

O surpreendente título deste livro nos dá uma boa idéia acerca de seu conteúdo. Trata-se de uma alegoria ao mito de Prometeu. Assim como o herói grego roubou dos deuses o segredo do fogo, o que havia sido proibido por Zeus, e o entregou aos humanos, podemos pensar no homem moderno, que nutre a esperança “aparentemente insensata” de conhecer e transformar a realidade “baseando-se apenas em si mesmo”, realizando uma espécie de “arrombamento” ou apropriação da matéria pelo pensamento.

Trata-se então de um estudo sobre o significado filosófico do conhecimento científico, em especial dos conceitos e teorias da física. O livro é dedicado à reflexão sobre as rela-

ções entre conceitos e teorias, seus objetos e o real, que é mais vasto que os objetos das teorias científicas.

As investigações de Paty não se limitam ao terreno das teorias já bem estabelecidas na ciência, como a relatividade e a quântica, aventurando-se em interessantes incursões em zonas de fronteira do conhecimento, a exemplo do domínio comum entre a cosmologia (escala das grandes distâncias) e a física das partículas (escala das distâncias microscópicas). Para tais investigações o autor nos conduz em um passeio pelo mundo do conhecimento filosófico e científico, do conceito de átomo entre os gregos antigos às mais recentes teorias da física. O duplo perfil profissional do autor facilita este passeio tornando-o uma leitura cativante mesmo para os não familiarizados com as modernas teorias físicas. Doutor em Física e Filosofia, tendo migrado para esta última disciplina após o exercício da primeira na área da física de partículas, ensina hoje na Universidade Paris VII. A linguagem quase que de divulgação científica faz com que dificuldades técnicas localizadas não impeçam, contudo, o leitor não especialista de apreciar o alcance filosófico da obra. Por tais razões o livro, publicado originalmente em 1988, na França, com o título *La matière dérobée*, recebeu em 1989 o prêmio Fundação Gégner da Academia das Ciências Morais e Políticas da França.

O autor sustenta a tese de que a dimensão filosófica das modernas teorias físicas poderá ser adequadamente apreendida se, na análise destas teorias, adotarmos a postura filosófica, que ele denomina de realismo. Mas Paty “recusa o realismo ingênuo das categorias evidentes e do determinismo (absoluto) no sentido laplaciano” e que “leva em conta as lições dos conhecimentos científicos contemporâneos”. Por isto, argumenta o autor, este realismo postula que o pensamento racional “pode alcançar o conhecimento desse real, mas de maneira indireta, por intermédio de símbolos, conceitos, princípios, que são construções do pensamento pelas quais (ele) substituiu as determinações do real; mas que sabe que esse conhecimento, essa reconstituição do real pelo pensamento representativo jamais é concluída, pois não podemos esperar uma superposição exata entre o real e sua representação simbólica”. É devido à impossibilidade desta superposição que “o aspecto crítico desse realismo racional se impõe como o requerido para polir, para modificar os elementos, inclusive fundamentais, dessa representação”.

A fecundidade desta perspectiva teórica e o alcance da reflexão do autor apenas podem ser anunciados nesta resenha. Só a leitura deste livro pode nos informar da riqueza da análise de certos conceitos e questões a exemplo das descrições probabilísticas, a não prevalência do primado do espaço-tempo contínuo no domínio microscópico, além das indistinguidades e inseparabilidades quânticas. Nossas ressalvas prendem-se unicamente à exploração, que consideramos insuficiente, do pensamento do físico Niels Bohr,

RESENHAS

um dos fundadores da física quântica e o elaborador de sua interpretação padrão, dita da complementaridade.

Não é difícil estabelecer umnexo entre a moldura filosófica apontada anteriormente e a dialética materialista. O próprio autor estabelece esta referência, chegando a formular um paralelo entre a definição filosófica de matéria feita por Lênin e sua própria consideração de que a prática da física no século XX "sugere a existência de uma exterioridade em relação ao pensamento conceitual à qual ele se refere constantemente; (que) por uma espécie de racionalização filosófica da experiência (...) é então transformada numa proposição, que toma a forma de um postulado racional, o da realidade material exterior ao pensamento, preexistente a ele".

Tal referência nos exige a observação adicional de que, se a opção teórica de Paty tem entre suas raízes as reflexões filosóficas de Marx e Lênin, também é verdade que sua elaboração é totalmente estranha às características mecanicistas que marcaram o pensamento marxista no nosso século, especialmente na vertente do denominado marxismo soviético. Trata-se antes, chegamos a afirmar, de um estudo que deve instruir a perspectiva dialética e materialista com lições filosóficas extraídas da prática da atividade científica contemporânea.

A edição brasileira bem merecia um tratamento editorial mais cuidadoso, para evitar os diversos erros de impressão que dificultam a leitura de um texto complexo pela sua própria natureza, e cuja tradução encerra certas dificuldades naturais.

O livro *A matéria roubada* apresenta-se como leitura indispensável não só para pessoas de ciência, filósofos e historiadores da ciência, mas também para "todos aqueles que se preocupam com as ciências contemporâneas quanto a seu conteúdo e quanto à dinâmica de seu movimento".

Olival Freire Jr.

As novas condições de existência nas sociedades modernas

Engenharia genética – O sétimo dia da criação, Fátima Oliveira, São Paulo, Editora Moderna, 1995.

O tema da moderna genética bem estava a merecer um livro de divulgação científica como o que nos traz a médica Fátima Oliveira. Dentre as diversas disciplinas científicas contemporâneas, é a genética a que está a realizar uma quase silenciosa, mas profunda, transformação nas condições de existência das modernas sociedades. A própria expressão – engenharia genética – que a autora tomou para título nos informa que estamos diante de uma área do saber com fortes

aplicações tecnológicas já em desenvolvimento. Assim como a teoria do eletromagnetismo deu origem à indústria elétrica, a genética está dando origem a uma indústria cujos contornos e alcance ainda não podem ser delineados. Para se ter uma idéia dos interesses em jogo, observamos que a possibilidade do mapeamento do patrimônio genético humano motivou um megaprojeto multinacional, intitulado "Projeto Genoma Humano", que mobiliza mais de US\$ 3 bilhões em um prazo de 15 anos; e que tais desenvolvimentos estão na base da pressão norte-americana para que diversos países, como o Brasil, modifiquem sua lei de patentes, para adequá-la aos interesses dos países desenvolvidos, detentores do conhecimento científico e tecnológico. As implicações morais destas pesquisas têm renovado o velho tema das relações entre ética e ciência, sensibilizando inclusive o mundo artístico, a exemplo do nosso João Ubaldo Ribeiro, que se ocupou do tema no seu *O sorriso do lagarto*.

Como vemos o livro vem em boa hora. Publicado em uma série de paradidáticos, ele extrapola estes limites para constituir-se em um texto de boa divulgação científica, acessível a todos que queiram acercar-se do tema sem recorrer desde o início a uma literatura especializada. O livro cobre desde informações conceituais sobre a moderna genética, sua história, seus condicionamentos sociais, políticos e ideológicos, sua aplicações e questões que elas suscitam, como biopatentes e bioética. A inserção social da autora, feminista e militante anti-racista, bem como sua competência técnica, facilitam a sua familiaridade com as diversas facetas do problema.

Os primeiros quatro capítulos são dedicados às informações sobre os conceitos e teorias da biologia, da genética em particular, bem como sobre sua história. O quinto capítulo é consagrado ao Projeto Genoma Humano, enquanto o sexto às aplicações genericamente intituladas biotecnológicas. O sétimo analisa a posição dos Estados Unidos, de exigência do patenteamento dos genes humanos e dos seres vivos em geral, argumentando que a sua aceitação pelos países não integrantes do seleto grupo dos muito ricos "equivaleria a abrir mão do direito de algum dia possuir uma bioindústria e, assim, a abdicar de sua independência nacional". Os dois capítulos subseqüentes são dedicados às implicações da engenharia genética em diversos setores da atividade humana e às diversas controvérsias que tem originado, enquanto o último discute o renovado interesse na bioética, como consequência destas pesquisas. O livro conta ainda com um sumário de fatos e personagens, um glossário e sugestões de leitura.

Um aspecto deste interessante livro que nos parece insatisfatório é o destaque dado às vicissitudes que marcaram a biologia soviética, quando a autora apresenta a história da teoria da evolução à moderna genética. O fenômeno do lisenkismo (ver verbete do *Dicionário do pensamento marxista*, de Tom Bottomore) encerra extraordinárias lições, pela sua negatividade, para a história das experiências so-

RESENHAS

cialistas, mas não é um capítulo tão significativo para a história da genética. Além disso a descrição apresentada é pouco crítica quanto às práticas sociais e políticas que viabilizaram uma vertente de uma controvérsia entre cientistas transformarem-se em uma posição do Estado soviético e de correntes marxistas em todo o mundo.

Olival Freire Jr.

De sindicalista para sindicalista

Caderno do CES nº 3 – Textos, vários autores, Centro de Estudos Sindicais, São Paulo, 1995.

Em junho de 1992, o Centro de Estudos Sindicais (CES), que já ministrava cursos a partir de seu núcleo central, deu início a um projeto ousado e criativo de formação de novos monitores. Através de convênios com várias entidades sindicais do país, passou a realizar semestralmente cursos intensivos e seminários de reciclagem para multiplicar o número de formadores sindicais.

O objetivo era possibilitar que cada sindicato montasse o seu próprio núcleo de monitores. Entre outros méritos, este projeto adotou uma linha ampla e pluralista, que estimula a polêmica franca e madura. Para isso, contou com a valiosa contribuição de numerosos estudiosos da questão sindical, que ajudaram a estimular o senso crítico dos participantes e aprofundar o debate.

Como forma de estimular o estudo individual e a elaboração teórica, e criar uma linha direta de sindicalista para sindicalista, foi lançado aos monitores participantes do curso o desafio de escreverem monografias sobre temas de interesse sindical. Desafio que foi aceito, e o resultado é o *Caderno do CES nº 3 – Textos*, publicação do Centro de Estudos Sindicais, que contém cinco monografias, que, antes de sua publicação, foram alvo de críticas e sugestões por parte de estudiosos dos temas e dos participantes do curso – críticas e sugestões que cada autor pode adotar ou não, a seu critério.

As cinco monografias publicadas apresentam para a análise do leitor as dúvidas, inquietações e concepções dos autores, todos eles diretores sindicais. Os temas abordados são: “Os fundamentos do taylorismo”, por Fátima Viana, do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte, que descreve e analisa esta técnica de gerenciamento e seus efeitos sobre o trabalhador; “Formas de organização na base”, por Geovan Farias, do Sindicato dos Bancários de Alagoas, que apresenta uma análise histórica e descritiva das várias formas de organização dos trabalhadores no interior das empresas; Augusto César Petta, do Sindicato dos Professores de Campinas, São Paulo, e presidente da Confederação Na-

cional dos Trabalhadores em Educação, é autor do texto seguinte, “Sindicalismo cristão e marxismo”, histórico da atuação desta concepção no movimento sindical e análise sobre a aproximação e distanciamento entre militantes progressistas dessa concepção e a teoria marxista em diversos momentos da história brasileira. “A concepção sindical marxista” é o texto de autoria de Helifax Pinto de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que retrata a visão de Marx sobre o papel dos sindicatos no capitalismo e no socialismo. Finalmente, no texto “Razões do surgimento da CIOSL”, Antonio Carlos Miranda, do Centro do Professorado de Pernambuco, faz um breve histórico do período que antecedeu sua criação e dos motivos que levaram a seu nascimento.

A publicação destes textos reflete a necessidade de se aprofundar o estudo e estimular a polêmica sobre temas referentes ao movimento sindical. Ao mesmo tempo, aponta um caminho a todos os sindicalistas comprometidos com uma sociedade mais justa, com a superação do sistema capitalista: na luta de idéias, é essencial produzir os próprios textos. E este caderno mostra que isso é possível.

Antonia Rangel

A conturbada trajetória do povo chinês

Cisnes selvagens – Três filhas da China, Juang Chang, tradução de Marcos Santarrita, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

Juang Chang, “Er-hong”, é a segunda Cisne Selvagem e sua mãe, “De hong”, a primeira Cisne Selvagem. A poesia do título, que na verdade corresponde ao nome de batismo da autora e de sua mãe, poderia sugerir uma leitura de pictogramas chineses emoldurados por juncos e salgueiros. “Lírios dourados de oito centímetros”, “Cruzando os cinco passos da montanha”, “Subam aos céus e valem a Terra” são três capítulos entre os vinte e oito que organizam o livro, reafirmando a hipótese de um longo poema. Na verdade, logo se descobre que os lírios dourados se referem ao comprimento máximo – oito centímetros – dos pés que as mulheres chinesas deveriam ter para cumprir o ideal de beleza, feminilidade e fragilidade. Elas deveriam andar parecendo um “tenro broto de salgueiro na brisa da primavera”, imagem considerada afrodisíaca ao olhar masculino. Para alcançá-la, as mães tomavam as filhas aos dois anos de idade e cumpriam um ritual que consistia em dobrar os dedos sob a sola dos pés, menos o dedo grande, e os enrolar com longas faixas de pano branco. Sobre os pés depositavam uma pesada pedra, até quebrar seu arco. Apesar das dores contínuas e lancinantes,

RESENHAS

esse enfaixamento era mantido para impedir que os dedos e as articulações se recompusessem. Somente à noite as faixas eram ligeiramente afrouxadas. Resultado: uma enorme deformidade e uma atrofia muscular permanente. Quanto menores os pés, maior o sinal de nobreza, riqueza e melhores possibilidades de um bom casamento.

Esta informação logo às primeiras vinte páginas desfaz a fantasia e revela a densidade de um relato dramático: o resgate da história contemporânea da China e a violência de procedimentos culturais, políticos e militares em um país de dimensões continentais.

Juang Chang, nascida em Sichuan no ano de 1952, vive desde 1978 em Londres, onde é professora universitária e historiadora. Seu livro descreve a conturbada trajetória do povo chinês contada a partir das vicissitudes de sua família desde os bisavós nascidos em tempos do Império Manchu. Sua avó (1909), a primeira das três filhas da China, belíssima e portadora dos pesinhos de oito centímetros, foi tomada como concubina de um general – ligação acertada pelo seu pai. Desta avó a autora considera ter herdado a elegância e, sobretudo, o artístico cuidado com seus longos e negros cabelos. As recordações afetuosas se revelam na dedicatória do livro, compartilhada com a homenagem a seu pai.

Contudo a preocupação dominante de Juang Chang é a sistemática denúncia das arbitrariedades cometidas sob os imperadores manchus (1644-1911), sob Chang Kai-Chek e sob a ocupação militar japonesa de 1931, iniciada a partir da Manchúria.

No capítulo quinto, "Filha à venda por dez quilos de arroz", seu pai e sua mãe passam a protagonizar a história como militantes e dirigentes do Partido Comunista Chinês.

Desde a longa marcha (1934-1935) à queda do Bando dos Quatro (1976) o leitor se vê engalfinhado com relatos ainda inéditos, sobretudo referidos à insana prática da guarda vermelha, sustentáculo da chamada Revolução Cultural iniciada em 1966. Seu pai, destacado dirigente comunista governador de Yibin (1952) e subchefe de Assuntos Públicos do Departamento de Sichuan, à época com 65 milhões de habitantes, viria a ser preso em 1966, submetido a sistemáticas assembléias de denúncia e achincalhado publicamente. Morre em 1975, três anos após ter sido solto. Precocemente envelhecido aos 55 anos de idade, amargou o banimento político em função de críticas feitas aos procedimentos da Revolução Cultural. Sua mãe, também dirigente, ocupou cargos políticos e foi presa duas vezes; à época da prisão do marido, empreendeu incansáveis esforços para sua reabilitação, já que toda família ficou sob suspeição enquanto a reabilitação política do chefe da família não ocorresse.

A figura do presidente Mao Tsé Tung é duramente criticada pela autora, que se tornou uma apaixonada guarda-vermelha aos 14 anos de idade, tendo trabalhado como camponesa, operária siderúrgica e metalúrgica e como médica

descalça. Entre as revelações estão as conseqüências nefastas da consigna para a produção massiva de aço; a perseguição violenta a pintores, escritores, intelectuais e dramaturgos rotulados como "autoridades burguesas reacionárias e inimigos de classe"; e a perseguição aos velhos, sobretudo professores, que foram espancados em sala pelos próprios alunos. Os clássicos chineses foram proscritos e os livros, queimados. Jung Chang conta que a única vez que viu seu pai chorar foi quando teve que queimar sua preciosíssima biblioteca, repleta de clássicos e obras cuidadosamente lidas para os filhos. Após este episódio seu pai foi tomado de um colapso mental, do qual não se recuperou totalmente.

Ao lado da admiração e respeito pelo pai, a autora relata episódios ocorridos com sua mãe, com ela própria e com os irmãos. O final de sua vida, desterrado politicamente, revela a complexidade do processo político chinês.

"Por favor, aceite minhas desculpas, que chegam com uma vida de atraso" é o título do capítulo que relata a vida de sua mãe e de seu pai no campo e a dureza dessa experiência.

De qualquer maneira o que conduz o leitor pelos labirintos da China é o jeito de contar, que entrelaça um relato parcialmente histórico com a experiência de militante política, misturados à fascinante cultura chinesa.

O campo para onde sua mãe foi mandada em 1969 com quinhentos ex-colegas do Distrito Leste, tanto rebeldes quanto sequazes do capitalismo, chama-se Planície do Rapaz do Búfalo, nome de uma lenda que até hoje atrai os chineses.

A deusa tecelã que se banhava na Terra, às águas de um lago, apaixonou-se e se casou com um rapaz, Altair, que cuidava dos búfalos da região ribeirinha. Sua mãe, a Rainha Mãe Celeste, invejosa da felicidade da filha, seqüestrou-a. Altair tentou alcançar a Rainha, que abriu com uma agulha um rio imenso entre eles, o Rio de Prata, separando para sempre o casal – "a não ser no sétimo dia da sétima lua, quando as gralhas voam por toda a China e formam uma ponte para a família encontrar-se" (p.405). Para Jung Chang o encanto desta lenda atrai há séculos os chineses, tantas vezes divididos por guerras, pela pobreza e por governos cruéis.

Cisnes selvagens é um livro necessário para os que conhecem a história da China, para os que acham que conhecem e, sobretudo, para os que se juntaram e praticaram o pensamento de Mao Tsé Tung. É um privilégio ter acesso a este depoimento em um texto denso, às vezes difícil, ainda proibido na China e que já vendeu 6 milhões de exemplares no mundo. As críticas suscitadas às vezes são díspares e por isso mesmo instigantes.

Maria Auxiliadora A.C. Arantes



DIFERENÇA NÃO É
SÓ DE
FORMA



PRINCÍPIOS

A DIFERENÇA É
CONTEÚDO

Nome _____

Endereço _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - 30,00

Assinatura bianual (8 edições) - 55,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Brindes: Em qualquer assinatura, um livro. Em 4 assinaturas, você ganha a quinta. Em 2 assinaturas, você ganha 1 camiseta da PRINCÍPIOS.

Mande cheque nominal com seus dados. Se preferir ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda. - R. dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP.: 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011)605-8150

1945-1995

Ao hastear a bandeira da foice e do martelo na sede do parlamento alemão, em 30 de abril de 1945, o soldado soviético Alexsei Kovaliov marcou, simbolicamente, o final da II Guerra na Europa, formalizado pela rendição alemã às forças aliadas no dia 8 de maio.

Aquela foi a maior guerra já ocorrida – massacrrou, de acordo com os cálculos mais recentes, cerca de 60 milhões de pessoas. Entre esses mortos, 27 milhões de cidadãos

soviéticos, 15 milhões eram chineses e 6 milhões eram poloneses.

A frente russa foi o principal cenário da guerra, onde se desenrolaram as batalhas decisivas. Não era uma guerra de raças, como a propaganda pretende – apesar do inegável componente racista da ideologia nazista. Era uma guerra imperialista e, mais do que os recursos militares, foi a disposição do povo soviético em defender o novo patamar que haviam conquistado que forneceu o combustível principal da derrota alemã. Para defender a pátria e o socialismo, os soviéticos – civis e militares – derramaram metade do sangue vertido na guerra.

Por isso, o gesto do soldado Kovaliov é duplamente simbólico: marca a derrota do principal inimigo enfrentado pelo socialismo, e o início de uma nova era.

